

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

DA REPÚBLICA SEM MULHERES À MODERNIZAÇÃO PATRIARCAL:

origens e metamorfoses das relações de gênero no Brasil

por

Ana Carolina Freitas Lima Ogando

Belo Horizonte

2012

Ana Carolina Freitas Lima Ogando

DA REPÚBLICA SEM MULHERES À MODERNIZAÇÃO PATRIARCAL:
origens e metamorfoses das relações de gênero no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG), como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Profa. Dra. Marlise M. de M. Almeida
Co-orientador: Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães

Belo Horizonte

2012

Ogando, Ana Carolina Freitas Limas, 1979 –

Da república sem mulheres à modernização patriarcal: origens e metamorfoses das relações de gênero no Brasil / Ana Carolina Freitas Lima Ogando. – 2012.

307 f. ; 30 cm

Orientador: Marlise Miriam de Matos Almeida, Juarez Rocha Guimarães.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

1. Ciência Política. 2. Teoria Política. 3. Teoria Democrática Moderna e Contemporânea. I. Matos, Marlise; Guimarães, Juarez. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha.
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: posdcp@fafich.ufmg.br
TELEFAX: (31) 3409-5030 –

**ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO
EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA
NO DIA 08/03/2012.**

Aos 08 (oito) dias do mês de março de 2012 (dois mil e doze), às 14:00 horas no Auditório Prof. Francisco Bicalho sala F-1003 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, reuniu-se a banca examinadora da tese intitulada, ***“Da República sem Mulheres à Modernização Patriarcal: origens e metamorfoses das relações de gênero no Brasil”***, elaborada pela aluna **Ana Carolina Freitas Lima Ogando**. Compuseram a banca examinadora os professores **Marlise Miriam Matos Almeida (Orientadora)** **Juarez Rocha Guimarães (Co-orientador)** **Ricardo Fabrino Mendonça, Fernando de Barros Figueiras do (DPC/UFMG)**, **Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS)** e **Neuma Figueiredo de Aguiar (SOA/UFMG)**. Após arguição oral da aluna, os membros da banca examinadora deliberaram pela aprovação da referida tese, obtendo assim a aluna o título de Doutora em Ciência Política. Para constar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros Banca Examinadora.

Belo Horizonte, 03 de março de 2012.

Profa. Marlise Miriam Matos Almeida
(Orientadora-DCP/UFMG)

Prof. Juarez Rocha Guimarães
(DCP/UFMG)

Prof. Fernando de Barros Figueiras
(DCP/UFMG)

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça
(DCP/UFMG)

Profa. Celi Regina Jardim Pinto
(UFRGS)

Profa. Neuma Figueiredo Aguiar
(SOA/UFMG)

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiza e Cesar, pelo amor, pelo exemplo e pela coragem. Dedico-o, igualmente, a todas e todos que lutaram por novas expressões de justiça e igualdade no Brasil, seja na academia, seja na militância. As suas visões de emancipação – críticas, porém esperançosas – têm me inspirado.

Agradecimentos

Há quase dez anos, encontrava-me no quarto andar da Fafich aguardando notícias sobre minha possível entrada no programa de pós-graduação do Departamento de Ciência Política. Imagino que a banca de seleção deva ter-se perguntado, na época, o que aquela “moça americana” estava fazendo por ali. À época sem entender muito bem o que eu queria estudar, a não ser que seria algo sobre as mulheres e o feminismo no Brasil, devo admitir que, subjacente a esses motivos, estava o desejo de me autoconhecer. Milton Nascimento, talvez, estivesse certo esses anos todos: “vou me encontrar longe do meu lugar”.

Com imenso apreço, agradeço a duas pessoas que foram fundamentais para a concretização desta pesquisa: meus orientadores Marlise Matos e Juarez Guimarães, que, com firmeza, respeito e carinho, souberam dosar suas críticas e entusiasmo nas diversas leituras dos meus textos. Sua paciência e dedicação serviram-me como motivação nos momentos em que eu não conseguia perceber meu progresso. Apesar de todos os riscos envolvidos nesta tese, eles nunca perderam o interesse por minhas descobertas. Acredito que o meu (nosso) feminismo “utópico”, constante em nossas diversas reuniões, está presente também em boa parte deste trabalho. As falhas que permanecem são, certamente, de minha responsabilidade.

No plano institucional, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e a todos(as) os(as) seus professores a oportunidade de entrar em contato com as mais diferentes perspectivas ao longo desses anos, particularmente alguns com quem cursei disciplinas – Leonardo Avritzer, Bruno Reis, Vera Alice Cardoso e Fátima Anastasia. Agradeço, em especial, a Ricardo Fabrino Mendonça, a cuidadosa leitura do meu primeiro capítulo, bem como todas as valiosas sugestões para a reestruturação de vários argumentos e capítulos. Também agradeço a ele a oportunidade de iniciar uma discussão sobre gênero, mídia e política. Nesse contexto, agradeço a Claudia Feres Faria, o estímulo em diversos momentos. Sou também grata a Carlos Ranulfo, sempre tão solícito.

Estendo meus agradecimentos aos funcionários do departamento, que me ajudaram a resolver inúmeras questões burocráticas: Marlene Maciel, Alessandro Magno e, principalmente, Adilsa Coelho.

Sou grata, também, aos professores Celi Jardim Pinto e Fernando Filgueiras pelas sugestões e críticas referentes às lacunas deste trabalho no exame de qualificação de doutorado. Também sou grata aos demais membros da banca de defesa da tese por se disporem a ler e comentar este trabalho.

Importante agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a oportunidade oferecida com o financiamento da Bolsa de Doutorado e da Bolsa de Estágio de Doutorando no Exterior.

Agradeço à professora Nancy Fraser por haver me recebido gentilmente durante meu estágio na *New School for Social Research*, em 2009. Também não posso deixar de reconhecer a ajuda e atenção de Nancy Shealy.

Devo ainda expressar minha gratidão aos(as) amigos(as) do mestrado e do doutorado por tornarem essa jornada mais alegre. Aos(as) amigos(as) do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), que nesses anos buscaram construir um espaço de diálogo, pesquisa e conhecimento. A Breno Cypriano, que sempre nos contagiou com seu entusiasmo. Agradeço ainda aos bolsistas e amigos(as) da pesquisa “Acesso à Justiça”: André Drumond, Walter Loschi, Clarissa Endo, Andréa Reis, Clara Cazarini, Liliane Silva, Michele Assis e Thiago Coacci. Também registro meu agradecimento a Luciana Ballestrin, Daniela Rezende, Danusa Marques, Carlos Machado, Ana Luiza Aranha, Mariana Dias, Ana Paula Salej e Daniela Mateus, por haverem contribuído para meu amadurecimento acadêmico.

Diante das minhas dificuldades neste vasto e ainda desconhecido terreno que se chama “língua portuguesa”, contei com a disponibilidade e graciosa ajuda de inúmeros(as) amigos(as). Um agradecimento muito especial é devido a Tania Quintaneiro, Pedro Neiva (tanto pela revisão quanto pelas estimulantes conversas e debates) e Gianmarco Ferreira (pela amizade e pela prontidão em ajudar nos minutos finais da revisão).

Também sou grata aos seguintes amigos(as) e familiares: Edilene, Creusinha, Vó Carola, Tia Leila, Tio Robson, Tia Alba, Na e Gi. Sem a ajuda e a torcida da Antonia, não haveria tido tempo para me dedicar exclusivamente à tese nos meses finais. Obrigada, também, a Geraldo e Terezinha, que me acolheram com tamanho carinho e me proporcionaram tardes com deliciosas conversas e guloseimas.

Durante este longo e árduo percurso tive a sorte de contar com a força e amizade de diversas mulheres e amigas. Estendo a elas meu agradecimento e admiração. A Maria de la Fuente, por me encorajar a falar mais sobre o meu tema e minhas ideias; a Renata Peixoto Oliveira, pelo incentivo em todas as fases dessa trajetória acadêmica; a Elaine Meire Vilela, pelo aprendizado e pelo exemplo de equilíbrio; à Marina Brito, pela ajuda indispensável com revisões, traduções e *insights* sobre o feminismo e seus impasses no Brasil.

Até o momento de se concluir uma tese – aliás tenho dúvidas se consegui fechar as portas de um capítulo tão notável na minha vida acadêmica –, os momentos de incerteza e inquietação são incomensuráveis. É claro que eles dependem da capacidade do indivíduo de

deixar que o entusiasmo e a coragem floresçam mais do que o pessimismo. Os momentos de autoconfiança foram possíveis devido ao apoio que recebi nos momentos mais complicados desse percurso. Sou especialmente grata a Mariana Prandini, minha queridíssima *step-sister*, por sua atenta leitura das diversas versões dos capítulos deste trabalho. Nossas discussões certamente ajudaram a clarear meus argumentos e a perceber novos ângulos de análise. A sua energia, sua paixão pelo conhecimento e sua articulação foram sempre uma fonte de inspiração.

As minhas lutas diárias foram amenizadas pela presença e amizade de Debora Rezende, a quem sou grata pela sua força, e Maya Mitre, pela espirtuosidade. O carinho e a generosidade ímpar delas motivaram me a concluir a tese com um pouco mais de otimismo. E aqueles(as) que me conhecem sabem que isso não é necessariamente uma coisa fácil para mim. Nos meus momentos mais fracos, elas me compreenderam. Nos mais felizes, elas celebraram. A amizade das “Três Mosqueteiras” fez muito deste esforço valer a pena.

Júnio, querido companheiro e melhor amigo, compartilhou as minhas alegrias e sofreu muito mais do que eu com minhas angústias. Sou grata pela compreensão e paciência e, até mesmo, pela racionalidade que foi capaz de manter nos momentos mais delicados e difíceis. Devo a ele os inúmeros momentos em que me mostrou o valor da leveza.

Por fim, agradeço a meus pais, Luiza e Cesar. Eles me ensinaram desde cedo que, apesar da seriedade e das dificuldades da vida, há sempre espaço para boas risadas. Eles estiveram ao meu lado nas tempestades e nas conquistas, e, mais importante, confiaram sempre nas minhas escolhas. Não existem palavras para expressar meu agradecimento por todo apoio e amor incondicional. Exemplos de integridade e coragem, a eles dedico esta tese.

Ao longo desta jornada, adquiri conhecimentos que se estendem para muito além da fronteira acadêmica. Essa tese é um reflexo de todo o apoio, de todas as críticas construtivas e de todos os desafios que encontrei. Em meio às linguagens (o português e o inglês) e mundos (o “americano” e o “brasileiro”) que fragmentam meus pensamentos, a minha fala, as minhas frases e ideias, me foi desvelado, nesse turbilhão, um conhecimento mais sincero e profundo sobre quem eu sou e a que lugar pertenço.

Uma vez que a história foi contada, surge, entretanto, uma nova perspectiva a partir da qual se pode avaliar as possibilidades políticas e julgar qual o caminho que ajudará ou impedirá (ou ambos) a criação de uma nova sociedade livre e a criação da diferença sexual como expressões diferentes de liberdade. Quando a silenciada história das origens políticas for trazida à superfície do cenário político, este nunca mais será o mesmo. A natureza, o sexo, a masculinidade e a feminilidade, o privado, o casamento e a prostituição se transformarão em problemas políticos; do mesmo modo a conhecida compreensão patriarcal do trabalho e da cidadania. Novas estradas antipatriarcais têm de ser abertas para se chegar à democracia, ao socialismo e à liberdade. (PATEMAN, 1993, p. 340-341).

Resumo

Este estudo pretende contribuir para a compreensão de como o pensamento social e político brasileiro, do século XIX até meados do século XX, produziu conhecimentos e significados específicos no tocante às relações de gênero. O primeiro capítulo, busca traçar as múltiplas dimensões que ajudaram a configurar essas crenças, recorrendo ao enquadramento do imaginário sociopolítico sob o argumento de ser ele amplo o suficiente para revistar debates clássicos da teoria feminista, tais como a dicotomia do público e do privado e suas relações com as recomposições do patriarcado. A narrativa aqui proposta considera, também, como as lutas por reconhecimento foram importantes para articular agendas que desafiassem os discursos, práticas e estruturas patriarcais inscritas naqueles imaginários. A partir desse enquadramento teórico, são analisados, nos dois capítulos seguintes, os discursos e as ideias de feministas e atores/autores, representativos de certas tradições normativas, em dois períodos históricos, a saber, (1) meados do século XIX até os primeiros anos da República Velha e (2) período compreendido entre 1930 e 1964. A princípio, são estudadas as reivindicações de Nísia Floresta, no século XIX, frente às influências das tradições do positivismo, catolicismo e liberalismo. Logo, são examinados os discursos e as agendas de Bertha Lutz em relação às tradições que compunham o imaginário do século XX: o autoritarismo, o catolicismo e o pensamento de esquerda. Em seguida, procura-se destacar alguns elos entre o passado e o presente no que diz respeito às formas de perpetuação e ruptura com os imaginários examinados. A pesquisa proposta aprofunda o conhecimento acerca das origens e metamorfoses do imaginário sociopolítico e suas influências sobre as relações de gênero, ilustrando, primeiramente, como o acesso das mulheres às esferas públicas foi acompanhado pelos processos ligados à modernização patriarcal. A releitura e interpretação feminista também desvelou a significância política por trás tanto das crenças estudadas quanto das lutas por reconhecimento que se dão nos períodos analisados. Por fim, o trabalho que ora se apresenta parte da premissa de que um estudo do pensamento social e político brasileiro por uma perspectiva feminista é capaz de melhor detectar como forças e culturas patriarcais, embasadas em imaginários decorridos, continuam a impor obstáculos à maior emancipação e autonomia das mulheres brasileiras nos espaços público e privado.

Palavras-chave: Imaginário sociopolítico. Lutas por reconhecimento. Tradições normativas. Dicotomia público-privado. Patriarcado. Feminismo.

Abstract

This study intends to contribute to an understanding of how Brazilian social and political thought, since the 19th century through to mid-20th century, produced knowledge and specific meanings about gender relations. The first chapter, seeks to trace the multiple dimensions that helped configure these beliefs by relying upon the framework of the sociopolitical imaginary, given it is considered a framework broad enough to revisit classic debates in feminist theory such as the public/private dichotomy and its relation to the recompositions of patriarchy. The narrative proposed here also considers how struggles for recognition were important for articulating agendas that challenged patriarchal discourses, practices and structures inscribed in those imaginaries. Stemming from this theoretical framework, the following two chapters analyze the discourses and ideas of feminists and actors/authors, representative of certain normative traditions in two historical periods: (1) mid-19th century until the first years of the First Republic and (2) 1930-1964. First, Nísia Floresta's vindications in the 19th century are studied in relation to the influences of Positivism, Catholicism and Liberalism. Subsequently, Bertha Lutz's discourses and agendas are analyzed in relation to the traditions configuring the imaginary of the 20th century: Authoritarianism, Catholicism and Leftist thought. Lastly, the study highlights a few links between the past and present with regard to continuities or ruptures with the imaginaries examined. The proposed thesis deepens the understanding of the origins and metamorphoses of the sociopolitical imaginaries and their influences on gender relations, illustrating, first, how women's access to public spheres was accompanied by the processes associated with patriarchal modernization. The feminist re-reading and interpretation here also unveiled the political significance behind not only the beliefs studied, but also of the struggles for recognition emerging in the periods investigated. Finally, the research presented is based on the premise that a study of Brazilian social and political thought, through a feminist perspective, is better capable of detecting how patriarchal forces and cultures, grounded in past imaginaries, continue to create obstacles for Brazilian women's greater emancipation and autonomy in the public and private spheres.

Keywords: Sociopolitical imaginary. Struggles for recognition. Normative traditions. Public/Private Dichotomy. Patriarchy. Feminism.

Lista de Quadros e Figuras

Quadro

Quadro 1 – Crenças e discursos sobre as relações de gênero no imaginário sociopolítico no Brasil	20
--	----

Figuras

Figura 1 – O imaginário sociopolítico e suas dimensões	37
Figura 2 – O imaginário sociopolítico e suas conjunturas críticas	41

Sumário

INTRODUÇÃO	15
1 O IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO: CONFIGURANDO RELAÇÕES DE GÊNERO NO PÚBLICO E PRIVADO	28
1.1 AS DIMENSÕES DO IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO E AS APROPRIAÇÕES FEMINISTAS DO CONCEITO	33
1.2 AS DIMENSÕES POLÍTICAS DO PÚBLICO E PRIVADO	46
1.2.1 Papéis Naturalizados de Gênero	51
1.2.2 Corporalidade: Delimitando as suas Limitações	54
1.2.3 Implicações Públicas e Privadas da Cidadania	57
1.3 LUTAS POR RECONHECIMENTO: REVELANDO FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DE GÊNERO	59
2 A SANTIDADE DA FAMÍLIA E O PAPEL DA MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XIX	72
2.1 O LUGAR DAS IDEIAS NO SÉCULO XIX: OS TRAÇOS DE CONSERVADORISMO	75
2.2 VOZES DE DISSENSO: NÍSIA FLORESTA E AS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS DO SÉCULO XIX	81
2.3 DESVELANDO O PAPEL DA MULHER BRASILEIRA: O SEGUNDO SEXO Á LUZ DO POSITIVISMO, DO CATOLICISMO E DO LIBERALISMO NO SÉCULO XIX	95
2.3.1 A Mulher como Anjo Tutelar e Guardiã da Ordem e Progresso: Discursos Positivistas do Século XIX	96
2.3.2 Marias e Evas: O Simbolismo e O Moralismo na Visão Católica do Século XIX	111
2.3.3 Igualdade e Liberdade: Contradições Inerentes no Liberalismo do Século XIX	124
3 CONTINUIDADE OU MUDANÇA? AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PATRIARCAL (1930-1964)	138
3.1 A CAMINHO DA MODERNIZAÇÃO PATRIARCAL: REPENSANDO A PERMANÊNCIA DO CONSERVADORISMO E DAS DESIGUALDADES	144
3.2 NOVOS RUMOS E ESTRATÉGIAS PARA O FEMINISMO BRASILEIRO: BERTHA LUTZ E A CONQUISTA DE DIREITOS POLÍTICOS	147
3.2.1 As Justificações Públicas e Privadas Pela Igualdade das Mulheres: Bertha Lutz e a Luta por Reconhecimento no Século XX	150

3.3 AS CONVERGÊNCIAS DO TRADICIONALISMO À LUZ DE GÊNERO:	
AUTORITARISMO, CATOLICISMO E ESQUERDA (1930-1964).....	162
3.3.1 A Construção da Ideologia Autoritária.....	162
3.3.1.1 Entre a tradição e a modernização: a família e o Estado nas concepções autoritárias de Oliveira Viana.....	167
3.3.2 Doutrinação Católica para Além da Esfera Privada: Família, Igreja e Estado no Pensamento de Alceu Amoroso Lima	179
3.3.3 Esquerda no Brasil: Contradições Históricas entre o Marxismo e Feminismo 199	
4 ELOS ENTRE PASSADO E PRESENTE: PERMANÊNCIAS, AVANÇOS E	
IMPASSES DO IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO	230
4.1 TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E ESTRUTURAIS: A SEGUNDA E TERCEIRA ONDAS DO FEMINISMO NO BRASIL	232
4.2 ELEMENTOS REMANESCENTES PARA UMA REFLEXÃO A RESPEITO DO IMAGINÁRIO CONTEMPORÂNEO: PERMANÊNCIAS, AVANÇOS E IMPASSES À LUZ DA IGUALDADE DE GÊNERO	238
4.2.1 Permanências do Passado no Presente: o Enraizamento da “Essência Feminina”	239
4.2.2 Avanços na Igualdade de Gênero: Educação e Mercado de Trabalho	252
4.2.3 Impasses Atuais dos Movimentos Feministas no Brasil	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	276

INTRODUÇÃO

A construção histórica e social da categoria gênero (SCOTT, 1988a,b, 1990; RUBIN, 1993; BUTLER, 1999) tem sido um ponto de interesse para as feministas ao longo dos anos, bem como as suas subsequentes implicações. Nas últimas três décadas, feministas brasileiras buscaram recontar as histórias, experiências, lutas e vitórias das mulheres e feministas no nosso país frente à sociedade patriarcal baseadas nessa perspectiva de gênero. Nesse sentido, esta tese se aproxima desses estudos, tendo, porém, um ponto de partida diferente. Interessamos, aqui, investigar aquelas crenças que atribuíram significados e valores distintos para as relações de gênero a partir de uma interpretação de vozes feministas e de atores/atores associados a relevantes tradições normativas emergindo desde o século XIX até meados do século XX. Duas questões que orientam nossos esforços estão ligadas à necessidade de entender (1) as dificuldades de se superar determinadas crenças fundadas em uma divisão dos espaços público/privado que continuam caracterizando a esfera privada como um lugar “naturalmente” designado às mulheres e (2) as origens e as metamorfoses vinculadas aos valores e às práticas fortemente atrelados às singularidades da constituição da sociedade patriarcal brasileira.

A motivação para desenvolver essa tese surgiu, em grande medida, dos problemas levantados, mas não profundamente analisados, em ocasião de dissertação de mestrado outrora realizada (OGANDO, 2006), a qual buscou entender a história dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas no Brasil à luz do paradigma, àquela época bidimensional¹, de Nancy Fraser (FRASER, 1997, 2001, 2003). Ao mesmo tempo em que apresentou as diversas conquistas e lutas pela igualdade das mulheres brasileiras, a dissertação também detectou pontos de ambivalência do que se pode considerar como um “movimento inacabado”. As lacunas desse primeiro trabalho estão diretamente relacionadas, então, ao tema central desta tese.

As contribuições das teorias e teóricas feministas englobam desde as transformações no patriarcado até a crítica das oposições binárias no pensamento político ocidental, entendidos como meios de se ilustrar como as hierarquias das relações de gênero foram sendo construídas e, em muitas instâncias, permaneceram intocadas. Paralelamente, as feministas

¹ Recentemente, Fraser (2007) modificou seu paradigma bidimensional para incluir uma terceira dimensão, mais propriamente política: a dimensão da representação.

têm acentuado variadas manifestações de dominação e subordinação das mulheres nas interações sociais. A subordinação de *status* conferido às mulheres assumiu distintos formatos na sociedade a partir de padrões interativos que desvalorizam e atribuem um *status* inferior a certos indivíduos ou grupos, baseados em raça, sexo, etnia, sexualidade, entre outros, com implicações claras para a maneira como esses indivíduos ou grupos participam da vida social (FRASER, 2003). Entre esses padrões, podemos apontar a desvalorização, também em termos econômicos, dos trabalhos domésticos pelos quais as mulheres são historicamente responsáveis; a banalização das suas vozes e perspectivas nos principais espaços de deliberação; as discriminações sofridas no mercado de trabalho, apesar da sua qualificação quase sempre superior; a violência e o assédio que as mulheres precisam enfrentar tanto na esfera privada quanto na esfera pública; as representações estereotipadas das mulheres veiculadas na e pela mídia e até mesmo nas construções legais que reproduzem e codificam distintos lugares para homens e mulheres (FRASER, 2003; YOUNG, 1990a).

Diante do vasto e complexo terreno com o qual estamos lidando quando falamos em subordinação de gênero, respostas para um entendimento mais profundo das formas em que a dominação se manifesta podem levar a inúmeros caminhos. Nossa intuição está ancorada na presunção de que as dinâmicas e as forças envolvidas na construção de um determinado imaginário sociopolítico no passado nos ajudariam a compreender melhor a construção de papéis e de lugares específicos para as mulheres² na sociedade brasileira contemporânea. Para percorrer esse caminho, nos apropriamos de duas ferramentas: uma teórica, sobre a qual discutiremos a princípio, e outra metodológica, sobre a qual nos debruçaremos em seguida. Por fim, apresentamos a estrutura dos capítulos da tese.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica desta tese entrelaça discussões e categorias analíticas as quais consideramos relevantes para uma investigação baseada nos fundamentos de uma teoria crítica e feminista. Optamos, então, por um enquadramento amplo o suficiente que alcance os diversos níveis dessa subordinação operando tanto nos planos do pensamento político quanto no plano das ações que estruturam a vida social. Aí, precisamente, reside o potencial analítico

² É importante assinalar que reconhecemos que quando falamos das mulheres brasileiras não estamos nos referindo a um grupo homogêneo, capaz de abranger a um só tempo todos seus interesses e diferenças. Defendemos que a produção do conhecimento feminista no Brasil só se fortalecerá para desafiar as construções sociais de desigualdade de gênero, raça, sexualidade, classe e geração se ela iniciar uma reflexão sobre as desigualdades intragênero. Para uma crítica da produção feminista no Brasil e a ausência de mais estudos que abordam as desigualdades de raça e gênero, veja Sueli Carneiro (2003) e Kia Lilly Caldwell (2000; 2007).

e organizacional de tal proposta de enquadramento desse imaginário sociopolítico. Elegemos cinco dimensões para compor esse imaginário que iremos estudar: atores/autores, tradições normativas, o Estado, instituições e práticas. O foco principal será, por sua vez, nos engajamentos mútuos entre as primeiras duas dimensões.

O enquadramento escolhido permite mostrar as dinâmicas envolvidas no enraizamento e na construção de papéis de gênero ao se considerar, pelo menos, três elementos. Primeiro, podemos traçar mais atentamente como determinados atores/autores trabalharam (ou não) com ideias sobre as relações de gênero, mas também sobre o tema mais geral da família e outros relacionados às esferas pública e privada, por exemplo. Segundo, o imaginário, como o definimos, nos possibilita ver então como tais atores/autores estariam ligados às tradições normativas que informaram essas ideias, sendo essas, ao mesmo tempo, igualmente moldadas pelas próprias perspectivas desses atores/autores. Terceiro, entendemos que foi possível ampliar nosso conhecimento sobre a construção de papéis de gênero em nosso país ao conectarmos essas ideias a seus distintos impactos sobre outras dimensões mais institucionalizadas e formais desses imaginários, a exemplo das relações com o Estado, e demais instituições e práticas da vida cotidiana. Contudo, está além do alcance das nossas discussões oferecermos uma definição precisa do que constaria como o conteúdo definitivo e totalmente abrangente dos imaginários sociopolíticos. Também não nos propomos a abordar (1) todas as dimensões que o compõem no tempo e no espaço e nem (2) todas as tensões que criam a própria dinâmica de cada imaginário. Entretanto, é importante reconhecer que as tradições normativas que configuram os imaginários aqui estudados frequentemente disputam formas de poder entre si.

Uma vez que nosso enquadramento está estabelecido, recorreremos a dois debates ou chaves analíticas para estudar as teias de ideias e crenças sobre as relações de gênero no Brasil: a dicotomia do público e privado e lutas por reconhecimento. De fato, não há nada novo em resgatar a crítica sobre a dicotomia existente entre os espaços público e privado na análise das vozes feministas e atores/autores. As teorias e metodologias feministas têm ressaltado como essa dicotomia serviu apenas para ofuscar histórias e experiências de opressão, geralmente naturalizando os papéis das mulheres no âmbito da esfera privada. A fim de desenvolver tal discussão, nos concentramos em alguns elementos que vão sustentar essa divisão, tais como (1) crenças sobre a “natureza humana” ou “papéis estereotipados de gênero”, (2) questões vinculadas à experiência de “corporalidade” e (3) condições específicas deste enraizamento que fundamentariam a experiência especialmente da cidadania feminina no Brasil. Esse recorte é necessário diante do escopo e magnitude dos próprios conceitos

polifônicos de esfera pública e privada. Baseado em outros estudos feministas (SCHOTT, 1988; LLOYD, 1984), focamos na construção das relações entre o público e privado a partir desses três eixos porque eles parecem nos oferecer uma conexão de como papéis de gênero foram e ainda são produzidos através e pela construção de determinados valores no escopo de algumas tradições do pensamento social e político brasileiro.

Isso nos remete a um segundo aspecto sobre a própria divisão entre o público/privado que é a da configuração de fortes e perenes traços patriarcais em ambas as esferas. Ao adicionarmos essa discussão em alguns momentos centrais da tese, capturamos certas dimensões do patriarcado atuando na esfera privada e pública, particularmente no que concerne a esses três elementos descritos acima. Além disso, uma discussão a respeito das especificidades do patriarcalismo brasileiro pode ilustrar como as suas singularidades desencadearam e cristalizaram, em nossas relações sociais e políticas, uma série de mecanismos de subordinação mesmo com a conquista de direitos para as mulheres. Ou seja, o efeito de olhar para a divisão assimétrica existente entre o público e privado a partir dessa nossa proposta e perspectiva é evidenciar algumas das mudanças nas relações de gênero brasileiras à luz de uma modernização com tons e cores fortemente patriarcais.

Para evitar uma narrativa baseada apenas em fenômenos históricos que expressariam as múltiplas formas de subordinação, levamos em consideração também algumas discussões sobre o tema das lutas feministas por reconhecimento. Sabemos, então, que a introdução desse debate inaugura a possibilidade de refutar determinados conhecimentos e práticas disseminados pelas tradições normativas que acabaram, muitas vezes, sendo enraizados nesse imaginário. Integramos debates sobre as lutas feministas por reconhecimento como formas de contestação capazes de alterar não somente o valor atribuído a certos grupos, mas também às formas como tais grupos tradicionalmente vieram a participar da nossa vida social. Importante deixar claro, desde já, que essas lutas são entendidas ao longo do estudo como sempre contingentes ao próprio imaginário do qual elas emergiram. Sendo assim, argumentamos que tais lutas podem e são limitadas pelo contexto histórico, político e econômico no qual as mesmas estão inseridas. Além disso, afirmamos que elas também foram capazes de articular demandas que visavam reformatar e reinventar novas normas, práticas e estruturas mais igualitárias e democráticas nas relações de gênero aqui experimentadas.

Metodologia

Em relação às nossas escolhas metodológicas, vale salientar que assumir um estudo como este requer inúmeros recortes. Em geral, baseamos nossos argumentos em uma análise feminista, histórica e interdisciplinar de textos e discursos de acordo com alguns pressupostos inerentes ao método interpretativo. Visando entender onde, como e porque algumas hierarquias de gênero se fundamentaram, olhamos para o nosso passado como forma de explorar os problemas filosóficos e políticos que encontramos acerca da produção de conhecimento sobre gênero (SCOTT, 1988a). Cabe destacar que esse conhecimento é sempre relativo e não se constitui como representativo de alguma forma de verdade absoluta. Nesse sentido, ele é produzido em contextos de disputas por poder e legitimidade, ao mesmo tempo em que produz significados variados e até mesmo contraditórios sobre as relações de gênero. O conhecimento aqui se refere não somente às ideias que circularam na nossa sociedade em relação à construção e enraizamento das nossas relações de gênero, mas às próprias instituições, práticas cotidianas e rituais que vieram a constituir algumas das bases estruturais de nossas relações sociais (SCOTT, 1988a, p. 2). Defendemos que esses conhecimentos tiveram um efeito duradouro sobre as formas através das quais nos relacionamos com os outros e também sobre como construímos a nossa própria subjetividade.

Essas premissas nos permitem, então, historicizar o passado assumindo que ele não está dissociado do presente e não é desconhecido, pois “nós o habitamos o tempo todo”³ (CHAKRABARTY, 1998, p. 28, tradução nossa). Somos ligados ao passado pela manutenção de nossas práticas que são continuamente atualizadas nas estruturas e instituições que, por sua vez, permanecem através do tempo e espaço. O próprio conceito de gênero é uma categoria crítica, pois, segundo Scott (1990), examina a relação entre a história e o presente, ilustrando tanto as relações de gênero no passado quanto as conexões passíveis de existir entre a história passada e a prática histórica presente.

Com isso em mente, para cumprir os objetivos desta tese, nos propomos a investigar algumas fontes na história em dois períodos distintos, a saber: (1) meados do século XIX até os primeiros anos da Primeira República e (2) os anos compreendidos entre 1930 e 1964. A escolha dos dois períodos se deve à possibilidade de avaliar dois momentos que consideramos chaves na configuração do primeiro regime republicano brasileiro e suas estratégias de constituição do Estado que surgiu da revolução de 1930.

³ Do original: “What gives us a point of entry into times very different from the empty, secular and homogenous time of the historical calendar, is that in some form or other they are never completely alien, we inhabit them to begin with”.

O foco nesses dois períodos nos permitiu capturar as ideias mais fundamentais e representativas de dada conjuntura política e histórica. Os períodos aqui selecionados de modo algum refletem uma abordagem linear, ortodoxa e histórica que obedeça a uma ordenação cronológica completa ou que abranja todos os eventos, atores/atrizes, textos ou tradições que marcaram essas épocas em que as contestações feministas e as diferentes tradições emergiram e se desenvolveram. O que esta escolha nos permite fazer, todavia, é retratar aspectos das mudanças observáveis em ciclos de construção sócio-histórica da “subjetividade política”⁴ (GUIMARÃES, 2009, informação verbal) atribuíveis, no contexto brasileiro, às mulheres e aos homens. Assim, ela irá se concentrar em como a cultura política e as relações de gênero influenciam umas as outras em um processo contínuo de transformação. Entendemos que esses períodos refletem mudanças fundamentais na configuração do Estado brasileiro, bem como também em seu relacionamento com a nossa sociedade. Buscamos ainda acompanhar as recomposições do patriarcado no âmbito das tensas disputas estabelecidas entre as esferas pública e privada, com especial atenção para questões que iremos, ao longo do texto, levantar sobre dinâmicas referidas ao processo de construção de determinados aspectos das desigualdades nas relações de gênero. Para cada período, estudamos uma voz feminina/feminista de contestação e três tradições normativas diferenciadas.

Elegendo momentos críticos que ajudaram a fundar a Primeira República, optamos por analisar os discursos de Nísia Floresta frente às influências dos discursos de intelectuais ligados às tradições normativas, a saber: o positivismo, o catolicismo e o liberalismo. No segundo momento, para compor nossa análise a respeito dos desdobramentos de gênero associados à constituição de nossa modernização patriarcal realizada a longo do século XX, baseamos nossa análise na agenda de Bertha Lutz e nos discursos dos intelectuais das tradições normativas que, em nosso entender, foram as mais significativas para configurar tal imaginário, a saber: o autoritarismo, o catolicismo e o pensamento de esquerda. Na impossibilidade de aprofundar nossas análises em todos os aspectos dessas tradições, optamos por privilegiar alguns temas intimamente ligados às questões de gênero, particularmente àqueles que nos remetem à divisão e inter-relação possíveis entre o público e o privado. O quadro abaixo ilustra, sinteticamente, esse percurso de estudo que foi o por nós adotado.

⁴ Essa noção foi emprestada de uma conversa informal com Juarez Guimarães (2009), que tem feito uma reflexão paralela quanto à raça e os ciclos ou impasses à cidadania no Brasil. De modo semelhante, os dois períodos históricos aqui analisados podem ser entendidos como influenciadores da formação da cidadania ou do que chamamos de ciclos da subjetividade política. De acordo com Guimarães, o primeiro período, o século XIX, se caracteriza como um “Círculo vicioso da anti-cidadania”; o segundo período como um “espaço histórico híbrido da opressão/emancipação” e o terceiro período, mais recente, como “círculo virtuoso de formação da cidadania”.

Quadro 1 – Crenças e discursos sobre as relações de gênero no imaginário sociopolítico no Brasil

Imaginário Sociopolítico no Brasil	Século XIX Fundação da Primeira República (Capítulo 2)	Século XX 1930 – 1964 (Capítulo 3)
Lutas por reconhecimento / Contestações	FEMINISMO Nísia Floresta	FEMINISMO Bertha Lutz
Tradições Normativas / Doutrinas	POSITIVISMO Julio de Castilhos Raimundo Teixeira Mendes	AUTORITARISMO Oliveira Viana
	CATOLICISMO Encíclicas Papais	CATOLICISMO Alceu Amoroso Lima
	LIBERALISMO Rui Barbosa	ESQUERDA PCB Nelson Werneck Sodré

Fonte: Dados da pesquisa.

Julgamos válido esclarecer brevemente as razões para se escolher e examinar tais tradições normativas, atores/autores, feministas e textos específicos. Buscamos evidenciar os laços entre esses aspectos na própria constituição do imaginário sociopolítico. Tratamos aqui de tradições normativas como um grupo, um *corpus* de conhecimento em permanente formação que, em muitas instâncias e também para o Brasil, têm como ponto de referência as culturas ocidentais. Assim, objetivamos entender como tais tradições normativas encontram o seu lugar no Brasil estabelecendo e enraizando, portanto, as suas diferenciadas e singulares gramáticas morais. Cabe ressaltar que essas tradições não são puras, mas notoriamente inter-relacionadas, formando-se assim a própria dinâmica do imaginário sociopolítico ora investigado. As vozes feministas, por sua vez, vão nos servir como pontos de apoio que visavam desafiar as lógicas impostas por determinadas tradições hegemônicas.

A escolha dessas tradições deu-se através de algumas pistas que nos foram indicadas a partir da importante contribuição de Mala Htun⁵ (2003) e de Riolando Azzi (1980; 1987; 1993), que distinguem o positivismo, o catolicismo, o liberalismo e o socialismo como sendo quatro das grandes e mais importantes tradições normativas estruturantes e estruturadoras para

⁵ Mala Htun (2003), de fato, considera essas quatro tradições normativas para estudar as relações de gênero e, mais especificamente, o aborto no Brasil, Chile e Argentina.

se entender diferentes aspectos das relações de gênero no Brasil. Ambos os autores ressaltam como tais tradições contribuíram, a partir de suas visões específicas, para a construção dos lugares que mulheres e homens deveriam ocupar na sociedade brasileira, bem como apresentaram posições distintas e até mesmo antagônicas sobre os caminhos que a sociedade e a constituição de nosso Estado deveriam percorrer. Além disso, Htun (2003) afirma que tais tradições são importantes devido ao seu impacto na produção de políticas capazes de estruturar desigualdades ou até mesmo de vir a desafiá-las. No nosso caso, adicionamos alguns elementos também a respeito do autoritarismo brasileiro por compartilharmos da convicção de que esse está imbricado na ideologia que estrutura o imaginário sociopolítico e foi representado e articulado no âmbito de nossas estruturas estatais, sobretudo, a partir da década de trinta.

Os pensamentos e as reflexões dos atores/atores, inscritos nessas diferentes tradições normativas, formam a práxis dos próprios atores e legitimam comportamentos, práticas institucionais e marcos legais que, por sua vez, estruturam as relações de gênero. Optamos por estudar aqueles atores/atores mais proeminentes associados a essas tradições e que, em algum momento, discutiram, mesmo que tangencialmente, aspectos afeitos à temática de gênero. Além de representarem ideias centrais dessas tradições, os atores/atores escolhidos, em sua maioria, tiveram uma atuação política no Estado ou no âmbito de importantes instituições, disseminando certas crenças e significados específicos que se hegemonizaram no que tange às questões referentes à feminidade, à masculinidade e à família no Brasil.

Ao incluir uma autora, uma figura militante ou atriz de relevância política para o contexto analisado no início de cada capítulo, não estamos simplesmente adicionando mais uma história ou um sujeito a essa narrativa capaz de iluminar algumas das origens das formas de subordinação de gênero. Diversos autores e autoras pós-colonialistas, como Mahua Sarkar (2004), Dipesh Chakrabarty (1998) e Gayatri Spivak (2010) e também a historiadora feminista Joan Scott (1991), nos advertem sobre o perigo de que apenas “descobrir” e produzir o mero efeito de adicionar essas vozes feministas às nossas histórias não necessariamente vem romper com o lugar marginalizado a elas designado. O que a construção de uma narrativa histórica-política deve buscar fazer então é revelar novas e relevantes formas de agência coletiva que emergiam nesses contextos diferentes. Deve-se evitar inserir tais vozes em um esquema temporal de “evolução” que avalie reivindicações em um horizonte hierárquico, baseado em premissas exclusiva e tendenciosamente ocidentais do que conta ou não como sendo “feminismo” (SARKAR, 2004).

Nesse sentido, defendemos que as vozes e agendas feministas, descritas a partir desses dois períodos, além de serem ilustrativas lutas por reconhecimento entendidas como contingentes, permitem-nos desvendar aspectos importantes vinculados às questões de gênero encobertas nas entrelinhas das tradições normativas aqui analisadas. As reivindicações feministas refletem as batalhas travadas no escopo da luta por inclusão política e social nos diversos espaços nos quais as mulheres tradicionalmente foram excluídas ou relegadas a um lugar subordinado.

Cabe destacar que não temos a intenção de oferecer uma avaliação abrangente ou evolutiva das vozes feministas ou das tradições normativas aqui consultadas para os dois períodos em questão; tampouco fazemos uma síntese daquelas crenças ou discursos dos referidos atores/atores e atrizes/autoras feministas. Isso nos conferiu alguma liberdade para escolher textos que não são necessária ou estritamente políticos, tais como cartas pessoais⁶, porque essas nos permitem adentrar na dimensão pessoal/privada das relações de gênero que estavam em processo de construção naquele momento histórico específico. A necessidade de escolher, por exemplo, cartas pessoais e não apenas textos políticos ao mesmo tempo reforça o nosso argumento da presença de uma efetiva carência de tratamento das questões de gênero nesses últimos documentos. Daí a relevância de se olhar para outras fontes onde esta percepção possa, finalmente, florescer de forma mais “natural”, ou seja, neste caso nos diálogos que foram sendo estabelecidos na esfera íntima ou privada dos interlocutores aqui analisados.

Nos casos em que os atores/atores em questão não hajam escrito especificamente sobre aspectos que possam estar relacionados diretamente aos papéis de gênero na sociedade brasileira, acreditamos que essa ausência fala por si, sendo igualmente eloquente. Nessas circunstâncias, buscamos compreender as ideias dos atores/atores em termos mais gerais, ligando-as a alguma temática referente ou pertinente às estruturas de opressão na sociedade brasileira. Assim, a análise dos discursos que vão configurando tal imaginário sociopolítico aqui descrito se esforça também para apontar para como as nossas desigualdades de gênero atravessaram muitas das mesmas linhas que também podem estar referidas às desigualdades de raça, classe e sexualidade em nosso país.

A análise dos discursos advindos, por um lado, das vozes de dissidência de algumas autoras/autoras feministas e, do outro, das diferentes tradições normativas requer alguns cuidados, a fim de se evitar uma leitura que possa ser compreendida como anacrônica ou

⁶ Três exemplos seriam as cartas escritas entre Nísia Floresta e Augusto Comte, Júlio de Castilhos e sua esposa Honorina da Costa e Alceu Amoroso Lima e sua filha, madre Maria Teresa.

desatenta às especificidades do contexto histórico. Primeiro, confirmamos que o presente estudo tem uma face evidentemente interdisciplinar no que tange à consulta das fontes primárias e secundárias escolhidas. Através da leitura de textos históricos, literários e políticos, buscamos reinterpretar os discursos ali identificados à luz de questões de gênero no Brasil. Conforme Gildo Brandão assinala, o estudo do “pensamento social” do Brasil ou “pensamento político brasileiro” frequentemente adquire contornos de uma análise interdisciplinar, com suas próprias superposições e conflitos na tentativa de compreender “a formação da cultura e a formação da nação” (2007, p. 22). Posto isso, reconhecemos que nosso estudo também se vale do apoio teórico e analítico de outros campos de conhecimento no âmbito das ciências sociais. Tomamos como pressuposto que a interdisciplinaridade aqui neste caso fortifica nossa tentativa de integrar diferentes perspectivas na busca de se criticar e, até mesmo, vir a desestabilizar certas crenças prevalecentes sobre relações assimétricas de gênero (ALLEN; KITCH, 1998).

Segundo, a tese tem afinidades com o método interpretativo para a análise das tradições normativas justamente porque ele focaliza os conhecimentos que impactam as ações (plano micro) e também as instituições (plano macro) basicamente através de uma abordagem que estuda crenças, ideias e discursos (BEVIR; RHODES, 2000, p. 2; BEVIR, 1999). Ao recorrer às fontes primárias e a uma breve contextualização do período e das tradições em questão a partir de fontes secundárias, conseguimos conferir quais teriam sido alguns dos principais dilemas e tensões que foram configurando determinadas circunstâncias em que os atores/autores produziram as suas respectivas ideias. Acreditamos, então, que o método interpretativo não somente estabelece apoio necessário ao nosso enquadramento teórico baseado nas conformações de um certo imaginário sociopolítico, já brevemente explicitadas aqui, mas também ilumina as próprias dimensões desse imaginário, o qual buscamos compreender melhor. Seguindo essa mesma base de orientação, o método interpretativo não deixa ainda de ser ou de privilegiar um olhar feminista e crítico, pois procura mostrar a relevância política oriunda de tais crenças, ideias e discursos (FRAZER, 1997; SCOTT, 1988a,b).

O(a)⁷ cientista social e/ou historiador(a) que se incumbe dessa responsabilidade deve “situar a crença expressa na rede de crenças mais ampla de dado autor”, recorrendo a outros textos do mesmo e “analisar essas crenças que estão inseridas em tradições herdadas por este

⁷ Optamos por demarcar o uso do gênero masculino e feminino em algumas instâncias ao longo da tese, sinalizando como a linguagem têm sido e é também uma fonte de exclusão. O próprio estudo aqui revelará essa lógica.

intelectual” (BEVIR, 2008 *apud* SILVA, 2009, p. 139). Com isso, tentamos nos aproximar dos atores/atores e atrizes/autoras analisados, bem como de sua relação com as tradições em questão, sabendo que “nenhuma grande constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto” (BRANDÃO, 2007, p. 33). Isso é o que nos permite, de certa forma, pensar nas associações entre os discursos aqui analisados com suas consequências e transbordamentos para os debates contemporâneos, verificando assim “continuidade[s] ou ruptura[s] entre as formulações clássicas” e o “trabalho intelectual” que vem sendo, ainda hoje, permanentemente construído no campo da teoria feminista (BRANDÃO, 2007, p. 32).

Nessa direção, visamos compreender os discursos oriundos destas tradições aqui recrutadas, sem completamente desassociá-los das suas inevitáveis contestações, conforme as mesmas foram ocorrendo nos distintos contextos históricos. Entendemos que muitas vezes não existia um diálogo explícito, uma interação evidente ou influência direta entre os discursos das feministas e aquele de atores/atores referentes a essas tradições. Apesar da ausência do diálogo direto entre as atrizes/autoras feministas e essas tradições, é possível perceber a presença de um debate relevante por parte das feministas, que se esforçavam na tentativa de desafiar a lógica hegemônica desse imaginário. Sustentamos que se deve entender essas tentativas como lutas por reconhecimento. Podemos detectar a presença dessas lutas por reconhecimento nos períodos que analisamos a seguir, o que vai ao encontro de debates relevantes e atuais para feministas e teorias feministas contemporâneas. Vale a pena ressaltar que o “método” adotado na tese pode ser definido então como o “modo pelo qual o(a) cientista social se posiciona diante da realidade”, bem como a forma como ele(a) usa “o conhecimento adquirido para mudar” tal realidade (BRANDÃO, 2007, p. 81).

Assim, o método interpretativo feminista é capaz de apontar as suposições escondidas ou tácitas nos discursos que frequentemente permanecem ignoradas (FRAZER, 1997; SCOTT, 1990). A crítica e interpretação feminista permite a construção de inferências sobre a importância do que não foi dito ou daquilo que foi, intencionalmente ou não, excluído. Tal leitura também revela os significados políticos atribuídos a certas crenças, apontando para as possíveis compreensões equivocadas das relações de gênero.

Arranjo expositivo dos capítulos

Com base nestas opções teóricas e metodológicas, a tese está dividida, então, em quatro capítulos. O primeiro capítulo oferece uma discussão normativa e teórica, que mapeia as temáticas centrais que priorizamos nas nossas análises nos demais capítulos. Buscamos

mostrar, nesse âmbito, a relevância de se discutir como um determinado imaginário sociopolítico operaria como “o” pano de fundo para as disputas interligadas acerca da construção de conhecimentos sobre as relações de gênero. Partindo de uma definição mais geral do que constitui então esse imaginário sociopolítico e algumas das suas dimensões, resgatamos certas discussões ainda hoje muito caras à teoria feminista, pois afirmamos que elas são capazes de iluminar os fundamentos, as raízes e as estruturas que levaram a uma forte hierarquização das relações de gênero no Brasil. Esses debates incluem a dicotomização dos espaços público e privado e, de forma menos contundente, as transformações existentes do/no patriarcado. Evitando ancorar a fundamentação teórica e a narrativa ora proposta apenas na chave da dominação, encerramos o primeiro capítulo com uma discussão acerca das possibilidades incluídas nas lutas por reconhecimento como manifestações de desafio e mudanças nesse imaginário sociopolítico.

No segundo e terceiro capítulo analisamos os discursos das atrizes/autoras feministas e o dos atores/autores escolhidos das referidas tradições normativas, com o intuito de desvendar e mapear o enraizamento dos conhecimentos acerca dos papéis de gênero na sociedade brasileira. No segundo capítulo, nos concentramos nos discursos que formataram o imaginário sociopolítico desde a década de 1830 até os primeiros anos da Primeira República, com um olhar atento aos processos que culminaram na dicotomização dos espaços público e privado. Começamos por ressaltar algumas das críticas de Nísia Floresta às variadas formas de injustiça presentes naquele momento da sociedade brasileira em meados do século XIX. Focamos também nas suas reivindicações pelo acesso feminino à educação/escolarização como uma luta por reconhecimento. Procuramos destacar igualmente como foi que as tradições normativas estudadas – o positivismo, o catolicismo e o liberalismo – convergiram no sentido de conferir valor quase exclusivo, se não totalmente exclusivo, ao papel e às responsabilidades predominantes exercidas pelas mulheres na esfera doméstica. Um dos traços mais notáveis desse processo foi o de revelar a força do patriarcado privado que se mantinha por diversas formas de exclusão.

No terceiro capítulo, examinamos algumas das possibilidades de mudanças em relação aos papéis atribuídos às mulheres na sociedade brasileira no período de 1930 a 1964. Verificamos como o Estado brasileiro, como um dos elementos constitutivos desse imaginário, respondeu às lutas por reconhecimento advindas da primeira onda do feminismo, ao mesmo tempo em que incorporou distintos traços e posturas patriarcais. Como no capítulo anterior, este também aborda as convergências e tensões entre as tradições normativas, do espectro ideológico da direita à esquerda, no que tange às relações de gênero. Nessa mesma

direção, visamos ilustrar os reais impedimentos à igualdade e à emancipação enfrentados pelas mulheres, sobretudo a partir das recomposições do próprio patriarcado público.

O objetivo do quarto capítulo é ressaltar a centralidade dessa investigação para o próprio feminismo acadêmico e militante a partir de um olhar para as continuidades ou rupturas com os imaginários sociopolíticos examinados. Frisamos desde já que pensar a relevância dessa narrativa a partir de alguns elementos do imaginário sociopolítico contemporâneo não tem o intuito de estabelecer qualquer espécie de relação causal entre o passado e o presente. Para estabelecer essa relação seria necessária a continuidade dessa análise, mas desta vez voltadas para a descrição das características dos imaginários desde 1964 até o presente. Como trabalhamos com dois períodos que acreditamos ser fundamentais para se entender o enraizamento de certas crenças e práticas sobre as nossas relações de gênero, incluímos uma breve discussão sobre alguns dos possíveis elos entre o passado e o presente. Assim, procuramos apenas identificar algumas permanências, avanços e impasses relacionados à forma como as mulheres e homens brasileiros veem hoje sua atuação e sua experiência nos espaços público e privado. Para tanto, discutimos alguns dados recentes sobre as (des)igualdades de gênero e algumas questões da investigação realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, intitulada “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”.

As discussões no capítulo 4 nos encaminham para as considerações finais da tese. A fim de produzir alguma instância de síntese para os diversos níveis de argumentação teórica aqui recrutada, sobretudo ancorada na análise das vozes feministas e de distintas tradições normativas desde o século XIX, pretendemos ressaltar algumas singularidades do convívio entre as formas de manifestação do feminismo e as culturas patriarcais no Brasil. É também o espaço para revermos algumas das principais contribuições e considerarmos os limites deste trabalho.

Certamente, tal mapeamento ou narrativa não irá exaurir as muitas e diversas expressões de subordinação que ainda permeiam o imaginário sociopolítico no Brasil e que vêm difundindo valores e práticas patriarcais, além de criar obstáculos, até os dias de hoje, à legitimidade das reivindicações feministas. Este estudo também não tem a pretensão de apontar rumos para a própria desarticulação da dicotomização dos espaços público e privado. No entanto, entendemos que a narrativa proposta aqui pode, sim, estabelecer parâmetros pouco reconhecidos e estudados entre nós com vistas a conectar determinados elementos e histórias, antes desconhecidas ou invisibilizadas.

1 O IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO: CONFIGURANDO RELAÇÕES DE GÊNERO NO PÚBLICO E PRIVADO

Os conceitos e categorias de uma filosofia política podem estar ligados a uma rede que é criada para capturar o fenômeno em questão, o qual é, por sua vez, moldado e organizado de forma que faça sentido e se torne relevante para um pensador político. (WOLIN, 2004, p. 21, tradução nossa)¹.

Nas últimas décadas, a visibilidade das reivindicações, conquistas e impasses dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil exerceu um forte impacto na constituição das esferas públicas, na implementação de políticas públicas que focam questões de gênero e, sobretudo, na incipiente e crescente conscientização acerca das formas de subordinação de gênero enraizadas em práticas e valores cotidianos. Todavia, as mudanças até aqui alcançadas ainda não são capazes de dismantlar o que chamamos de “rede de subordinação de gênero”, que, historicamente, tem se sustentado em diversos níveis que não somente estão imbricados, mas também se reforçam mutuamente. Os níveis econômico, político e cultural que edificam essa rede, são também um reflexo de outras desigualdades e padrões de subordinação que intersectam os eixos de raça, sexualidade e classe, dentre outros, no Brasil.

Essa rede justifica, por sua vez, a complexidade tanto em torno das tentativas de desconstruir tais símbolos, práticas e tradições – que muitas vezes organizam as instituições políticas, econômicas e culturais –, como de se instituir um modelo alternativo de cidadania no país. Talvez o que torna essa empreitada ainda mais árdua seja o fato desses padrões não estarem apenas frouxamente conectados à cultura política brasileira. Eles são, sim, uma parte significativa dela. De fato, esses padrões se encontram ancorados no passado, ou melhor dizendo, enraizados em um imaginário sociopolítico que se incumbiu de estabelecer *status* distinto para as mulheres e os homens no Brasil. Buscamos compreender a hermenêutica da vida cotidiana que tem informado as nossas noções acerca dos papéis assimétricos de gênero no Brasil através do encadeamento das noções normativas sobre a construção narrativa de seu *imaginário sociopolítico*, das referências centrais ao eixo *público-privado* e das diferentes dimensões de *lutas por reconhecimento*.

¹ Do original: “The concepts and categories of a political philosophy may be likened to a net that is cast out to capture political phenomena, which are then drawn in and sorted in a way that seems meaningful and relevant to a political thinker”.

Em grande medida, esse imaginário sociopolítico ajudou a configurar, estabelecer e manter as relações de gênero na sociedade brasileira, pois serviu (e serve) como uma moldura que interliga as variadas práticas e crenças que atribuem sentido e significância para distintas dimensões fortemente relevantes do indivíduo e do coletivo nos padrões brasileiros. Em outras palavras, é nas diversas dimensões desse imaginário, algumas das quais serão examinadas nesta tese, que conseguimos perceber os graus e níveis de padrões de dominação e hierarquias de gênero atuando tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Trata-se de entender que as distintas formas de opressão referem-se a desigualdades mantidas em um nível que se apresenta como estrutural e, às vezes, não intencional, em que, necessariamente, um grupo oprimido não demanda a existência de um grupo opressor correlacionado. Frequentemente, as causas da opressão são, segundo Iris Young (1990a, p. 41), resultados das normas, dos hábitos e dos símbolos enraizados nas sociedades que, tanto guiam as regras institucionais quanto orquestram as ações e interações coletivas, até mesmo inconscientes, do nosso cotidiano. Consideramos relevante uma compreensão mais detalhada das dimensões social e política associadas a tal imaginário, visto que essas, como veremos, vão fornecer o pano de fundo para a construção e reprodução de determinados padrões de interação em diversas instâncias. As implicações desse imaginário para os papéis e hierarquias de gênero se encontram em paralelo ao que feministas contemporâneas têm identificado como aquilo que é estruturalmente capaz de fixar e manter as distintas formas de dominação e de opressão de gênero, inclusive as contemporâneas.

Surgindo desse imaginário, temos o que Nancy Fraser (2003) chama de *padrões de valores androcêntricos*, que, segundo ela, permeiam a cultura e as interações cotidianas, criando, em última instância, impedimentos a uma norma de justiça fundamental: a paridade participativa². O referido imaginário é igualmente responsável por sustentar aquilo que Iris Young (1990a, p. 53) delineou como “as cinco faces da opressão”³, que requerem mudanças institucionais, estruturais e culturais. Dado que esse imaginário não é fixo, ele também tem ajudado a perpetuar o patriarcado ao longo dos tempos, mesmo diante de transformações⁴ e

² Paridade participativa é o princípio normativo que sustenta a noção de justiça social desenvolvida por Nancy Fraser (2003). Para a autora, justiça requer arranjos sociais e institucionais que permitem que todos os indivíduos participem como um par nas relações sociais (FRASER, 2003, p. 36). Isso inclui recursos materiais bem como valoração social e respeito.

³ Opressão, para Iris Young (1990a), abarca fenômenos estruturais que desvalorizam certos grupos. A autora assinala cinco formas ou faces da opressão: exploração, marginalização, desempoderamento, imperialismo cultural e violência.

⁴ Sylvia Walby faz uma distinção entre formas de patriarcalismo que se estendem do privado ao público por conta tanto das relações entre estruturas quanto das formas institucionais de cada estrutura (WALBY, 1990, p. 178).

recomposições, como já foi discutido por Sylvia Walby (1990). Reconhecendo as tensões presentes nesse imaginário, percebemos que avanços e retrocessos em termos de desigualdades constituem um ciclo constante, pois tal imaginário foi, como Sueli Carneiro (2003) ressalta, o berço para todas as “violações coloniais” contra as mulheres, sobretudo as negras e indígenas, além do fundamento para a construção de uma identidade nacional baseada em um mito de democracia racial. Esse imaginário também se incumbiu de fundamentar e legitimar os estigmas e/ou estereótipos associados a ser “feminista” ou ao “feminismo” no Brasil, de acordo com a crítica de Margareth Rago (2001) acerca da construção histórica da identidade feminina e das lutas feministas. Contudo, foi no interior desse mesmo imaginário que algumas das mais importantes mudanças ocorreram no Brasil, paradoxalmente durante o último estágio do regime militar brasileiro. Entendemos que a natureza desse imaginário sociopolítico é permeável a mudanças que também visam a formas mais igualitárias de convívio. Com isso, as aberturas desse mesmo imaginário possibilitaram que as mulheres ampliassem o escopo de suas ações para além das esferas privadas de atuação, refletindo o que Sonia Alvarez (1990) designou de *politicized* ou *militant motherhood*. Finalmente, foi esse imaginário, composto por inúmeras tradições normativas competindo entre si, que estabeleceu o que Mala Htun (2003) assinalou como o maior, mais vibrante e diverso movimento feminista na América Latina.

O que poderia ser aquele elemento capaz de unir a todas essas visões é o fato de elas buscarem, a seu modo, mapear algumas das origens de tal fenômeno onipresente de subordinação de gênero, bem como aquelas estruturas que ainda perpetuam tal subordinação na sociedade. Além disso, também identificam os possíveis caminhos para desafiar tal lógica. Para seguir um percurso paralelo ao dessas feministas, esta tese mantém como seu pano de fundo e como seu norte tal imaginário sociopolítico. Como veremos, este é constituído de diferentes tradições normativas para as quais vamos voltar nossas lentes analíticas em dois momentos históricos particulares, quais sejam (1) o momento de meados do século XIX, incluindo os primeiros anos da Primeira República, e (2) o período compreendido entre 1930-1964. O caminho que escolhemos está ancorado, em um sentido mais amplo e em alguns dos objetivos que são, por sua vez, delineados pela teoria crítica e feminista.

Segundo Amy Allen (2008), um projeto influenciado pela teoria crítica e feminista⁵ deve constituir-se de, pelo menos, três elementos, a saber: (1) o trabalho deve analisar a

⁵ As teorias feministas e críticas de hoje se constituíram a partir dos propósitos da teoria crítica, cujo projeto fundador tinha um cunho emancipatório. Martin Jay (1996) ilustra claramente os propósitos dos teóricos envolvidos na fundação do Institute for Social Research (*Institute für Sozialforschung*), especialmente no que se

subordinação das mulheres, assinalando, ao mesmo tempo, que essa subordinação está imbricada em desigualdades de raça, de classe e de sexualidade; (2) o trabalho deve criticar tal subordinação e (3) o trabalho deve propor formas de se transformar tais estruturas que estabelecem e legitimam a subordinação. Para a autora, o primeiro elemento enfatiza as dimensões de *poder*, enquanto o segundo e o terceiro elementos enfatizam as dimensões de *crítica* e de *autonomia* (ALLEN, 2008, p. 19).

A narrativa das relações de gênero aqui proposta lida especificamente com a revelação de formas de subordinação que até então não foram consideradas. Com isso, focalizaremos em certos discursos de autores clássicos, oriundos de algumas tradições normativas proeminentes, que apesar de já terem sido amplamente examinados, particularmente nos campos da sociologia, história, literatura e ciência política, não foram efetivamente lidas a partir de uma perspectiva de gênero.

Isso quer dizer que o trabalho se concentra em um nível mais abstrato, em que o imaginário sociopolítico tem sido desenhado à luz das relações de gênero nos âmbitos público e privado. Esse imaginário é relevante justamente porque alcança a um só tempo (1) os sistemas de poder e conhecimento que constituem as relações de gênero, (2) os significados atribuídos para o sistema sexo-gênero e como ele teria sido construído aqui entre nós no Brasil, bem como (3) as questões sobre subjetividade e práticas cotidianas. Buscamos cumprir com o primeiro objetivo de Allen (2008) ao analisar o papel que certas tradições normativas tiveram no estabelecimento das perenes hierarquias de gênero do Brasil. Nossa crítica, que visa cumprir o segundo objetivo, está especificamente ligada ao enfoque no estabelecimento e manutenção de alguns aspectos dessa dicotomia público-privado. Ao retomar esse debate amplamente travado por feministas, buscamos lançar luzes sobre alguns aspectos particulares de como tal dicotomia, entre nós, estabeleceu impedimentos à emancipação feminina a partir de suas concepções sobre “natureza humana”, “corporalidade” e, também, “cidadania”. Já o terceiro objetivo ressaltado por Allen (2008) é aqui articulado por meio de uma discussão

refere ao desenvolvimento de uma teoria crítica. Pode-se dizer que no cerne dos objetivos do instituto encontravam-se os seguintes elementos: (i) uma aversão a sistemas filosóficos fechados, (ii) uma série de críticas a outros pensadores e filosofias a partir de um método dialético, (iii) uma integração de análises sociais e filosóficas, todas subjacentes à crítica a uma sociedade burguesa e capitalista (JAY, 1973, p. 41). É inegável também a importância que Jürgen Habermas, figura central da segunda geração da Escola de Frankfurt, teve para o trabalho de diversas teóricas feministas. Para uma compreensiva leitura desse vínculo, veja *Feminists Read Habermas*, editado por Johanna Meehan (1995) e o texto seminal *What's Critical about Critical Theory*, de Nancy Fraser (1987). Também cabe ressaltar que a pluralidade de feminismos existentes reflete-se na variedade de apropriações de certos princípios ou ideias norteadoras desses projetos intelectuais e críticos. Podemos traçar o diálogo entre o feminismo e tais projetos intelectuais desde o feminismo e marxismo à teoria crítica da Escola de Frankfurt e Jürgen Habermas, o existencialismo fenomenológico de Sartre e Beauvoir, a teoria crítica de Michel Foucault, entre outros (BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 1).

normativa sobre diferentes aspectos e momentos das lutas por reconhecimento, frequentemente impulsionadas por formas de “falso reconhecimento” e de “não reconhecimento”, e sua (in)capacidade de promover rupturas ou mudanças no plano de tal imaginário sociopolítico. Em outras palavras, ainda que no campo normativo, discutiremos como as lutas por reconhecimento se tornam um possível caminho para a transformação contínua das normas em que o próprio reconhecimento mútuo é baseado.

De forma geral, o estudo de tal imaginário se insere em um projeto mais amplo que visa compreender as nossas desigualdades brasileiras através de um olhar sobre as estruturas e instituições sociais, sobre os valores e símbolos culturais compartilhados, bem como sobre as normas que norteiam padrões de subjetividade e ordem moral. Dessa maneira, a crítica feminista à composição desse imaginário propõe outro tipo de pensamento reflexivo sobre o indivíduo e o coletivo, ou seja, um olhar renovado sobre as dinâmicas, tensões e possíveis mudanças advindas das relações de gênero no Brasil.

Dito isso, importa esclarecer que este capítulo será dividido em três seções. Na próxima seção, articularemos e elencaremos as cinco⁶ dimensões desse imaginário sociopolítico que vamos prioritariamente analisar ao longo da Tese e que estão inter-relacionadas ao processo de produção – manutenção e transformação – de significados sobre os papéis de gênero no Brasil. Buscaremos também estender nossa discussão para o imaginário sociopolítico, ressaltando, sobretudo, algumas apropriações feministas desse conceito.

Na segunda seção, retrataremos mais precisamente como os papéis de gênero foram configurados pelo imaginário através do estabelecimento da divisão entre público/privado. Diante da magnitude e escopo em lidar com a construção desse imaginário sociopolítico, precisamos delimitar nosso foco. Portanto, escolhemos nos concentrar em como diferentes forças atuantes nesse imaginário entenderam a dicotomia público/privado. Acreditamos que essa dicotomia é ainda um tipo de enquadramento categórico e analítico relevante para se pensar sobre as permanentes formas de subordinação de gênero no Brasil contemporâneo (capítulo 4). Essa dicotomia foi mantida, em grande medida, pela sua onipresença nas múltiplas forças que são manifestas por práticas/crenças, atores/autores, instituições, o Estado e tradições, que, por sua vez, têm impactos de atuação importantes sobre questões como a essencialização da natureza humana, a corporalidade e a cidadania, que aqui vão nos interessar mais de perto. Serão estas três chaves que nos guiarão mais precisamente em nossa

⁶ Ao longo dos próximos capítulos, daremos enfoque particular aos autores/atores e tradições normativas, mas sempre em relação às outras dimensões.

leitura dos discursos relativos às tradições normativas, bem como às reivindicações feministas em nossos dois recortes temporais aqui propostos (capítulos 2 e 3).

Na terceira e última seção, discutiremos como esse imaginário pode ser modificado ou desafiado. Dado que tal imaginário reflete um processo contínuo de mudanças, acreditamos que lutas por reconhecimento podem ser associadas a alterações em determinadas "conjunturas críticas" que, por sua vez, abrem espaço para a construção individual e coletiva de novos sentidos e atribuições de poder e conhecimento. Este capítulo, em última instância, nos oferece o mapa dos conceitos teóricos e normativos que estruturarão nossa análise a respeito das tradições normativas predominantes, de modo a configurar a fundação da República e a Era Vargas até o final da Segunda República Brasileira nos capítulos posteriores. De certa forma, buscaremos oferecer uma matriz teórico-normativa, que guiará a nossa interpretação (1) das lutas por reconhecimento que tentaram desafiar as existentes normas políticas, econômicas e sociais estruturando desigualdades de gênero e (2) das raízes da construção da dicotomia público/privado no cerne de tais tradições normativas.

1.1 AS DIMENSÕES DO IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO E AS APROPRIAÇÕES FEMINISTAS DO CONCEITO

De acordo com Charles Taylor (2004), o imaginário sociopolítico⁷ deve ser entendido como um conceito abrangente, capaz de incorporar as formas como os sujeitos se relacionam, imaginam a sua existência e formulam expectativas. Mais especificamente, o imaginário sociopolítico seria marcado por três características: (1) refletir a maneira como um sujeito "imagina" o ambiente social, (2) ser compartilhado entre vários grupos e/ou no âmbito social como um todo e (3) formar um entendimento comum que se desdobra em práticas consideradas legítimas (TAYLOR, 2004, p. 23). Este imaginário, de fato, constrói o que

⁷ Para outras visões sobre o imaginário sociopolítico e o papel do simbólico, veja Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade* (1982) e Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1997).

comumente chamamos de *background*, que é onde costumeiramente armazenamos crenças⁸ e símbolos que estruturam nossas práticas e ações.

A mediação entre o indivíduo e a vida coletiva está refletida nos diversos formatos em que o imaginário sociopolítico se desdobra: imagens, histórias, símbolos, mitos e lendas (TAYLOR, 2004; GAONKAR, 2002). Como Gaonkar (2002, p. 4) ressalta, os imaginários sociais são imaginários no sentido duplo de existirem por meio tanto de representações sociais quanto de entendimentos mútuos e compartilhados. O imaginário sociopolítico se distingue de um mero esquema intelectual ou teoria social (TAYLOR, 2004) precisamente porque consegue ser compartilhado entre um grupo/sociedade mais extenso. Além desse compartilhamento mútuo, o imaginário sociopolítico também detém poder político, já que continuamente informa uma ordem moral e confere legitimidade às práticas comuns das sociedades e grupos (GAONKAR, 2002; BACZKO, 1999). Cabe ressaltar que essas práticas não são necessariamente informadas por alguma teoria social, mas, em certos momentos, teorias podem acabar infiltrando os imaginários sociais.

O imaginário sociopolítico confere legitimidade às práticas porque compreende certos repertórios de ação que, por sua vez, guiam indivíduos. Taylor (2004, p. 25-26) nos apresenta dois exemplos de como os indivíduos sabem se comportar em uma sociedade a partir desse repertório de ação fundado em um imaginário comum e compartilhado. No primeiro caso, Taylor discute como um indivíduo sabe quando e como iniciar uma conversação informal baseado no seu lugar ou *status* em relação ao outro. No segundo caso, Taylor se utiliza do exemplo das ações envolvidas para executar uma manifestação. Ambos os casos envolvem um entendimento do que está em jogo e, em última instância, das regras e limites das e para as ações. Embora esses exemplos pareçam triviais ou simplificados, eles não diminuem a complexidade do que estamos entendendo como o conceito de imaginário. Os exemplos ilustram como aquelas ações de um escopo mais individual até aquelas coletivamente orquestradas são permanentemente moldadas por este imaginário.

Considerando os exemplos anteriormente apresentados, vale pensar, então, em certos repertórios de ação que estruturam as dinâmicas das relações experimentadas entre homens e mulheres. Ou seja, como uma mulher age em dadas circunstâncias e também como a sociedade ou um grupo age ou reage em relação às mulheres. Os exemplos novamente são recortes de situações muito mais complexas e profundas do que as apresentadas neste trabalho, mas servem para ilustrar como o imaginário penetra nos distintos repertórios de

⁸ De certo modo, certos elementos ou dimensões que constituem o imaginário sociopolítico são similares à discussão feita por Mark Bevir (1999) na sua definição de redes de crenças (*webs of beliefs*).

ações cotidianas. Em outras palavras, as redes de crenças que moldam o imaginário podem ser consideradas como o *background*, que forneceria legitimidade à opressão estrutural que, como veremos mais adiante, permeia a vida cotidiana e os diferentes âmbitos da vida social também aqui no Brasil.

No primeiro caso, é comum ver uma mulher restringir sua fala ou falar apenas quando lhe é dirigida a palavra, quando se encontra em um grupo em que é a única mulher presente. Estendendo esse exemplo para dinâmicas em espaços de deliberação política entre homens e mulheres, pesquisas feministas⁹ têm documentando como os homens costumam interromper mais às mulheres do que a outros homens, falando muito mais do que as mulheres e as ignorando quando elas finalmente podem falar (FRASER, 1997).

No segundo caso, tomaremos um exemplo de como um grupo reage a uma mulher que está sendo verbalmente, ou até fisicamente, agredida. Em geral, há um consenso de que não reagir é a forma de conduta mais apropriada neste caso. A expressão popular “Em briga de marido e mulher não se mete a colher” é uma ilustração clara desse entendimento compartilhado, que exemplifica como a “aceitação de violência”¹⁰ derivaria da ordem patriarcal (SAFFIOTI, 2004, p.23).

Se considerarmos que o imaginário é aquilo que impulsiona dinâmicas de poder em práticas e em instituições muitas vezes “liberais e humanas de educação, administração burocrática, produção e distribuição de bens de consumo, medicina”¹¹, além da mídia e dos estereótipos culturais (YOUNG, 1990a, p. 41), também somos mais capazes de visualizar a extensão em que tal imaginário é capaz de ditar as normas de gênero. Nos dois primeiros exemplos, focamos no repertório de ações que ocorrem nas interações cotidianas. Agora, vamos ampliar nossos exemplos, ainda que simplificarmente, dada a densidade de componentes inerentes ao conceito de imaginário, a algumas das dimensões que Young (1990a) destaca como formas estruturais de opressão ou ao que Fraser (2003) também denominou como padrões de valores androcêntricos. Tomemos o sistema educacional e identifiquemos como o imaginário pode vir a influenciar ações e comportamentos. O ambiente escolar claramente estabeleceu regras e normas que refletem aquelas que são,

⁹ Para uma discussão mais ampla, veja Fraser (1997, p. 78) citando as pesquisas de Jane Mansbridge (1990) e Fraser (1987, p. 38) citando as pesquisas de Nancy Henley (1977).

¹⁰ Cabe ressaltar que por “aceitação de violência” não estamos querendo reproduzir uma perspectiva que coloca a mulher em uma posição de vitimização. Nos apoiamos na contribuição de Heleieth Saffioti (2004), que fortemente critica perspectivas que reforçam uma lógica de dominação masculina ao tratar a mulher como “passiva, coisa e cúmplice do agressor” (p. 127).

¹¹ Do original: “[...] we must look beyond the model of power [...] and instead analyze the exercise of power as the effect of often liberal and “humane” practices of education, bureaucratic administration, production and distribution of consumer goods, medicine, and so on”.

efetivamente, as nossas normas de gênero que estão inseridas nos próprios “gestos, movimentos e sentidos”, bem como atividades produzidas e “incorporadas por meninos e meninas” (LOURO, 2003, p. 61). É um espaço que privilegia a distinção desde as brincadeiras que meninos e meninas jogam até as próprias formas que os(as) professores(as) se dirigem aos(às) alunos(as).

Outro exemplo é o modo como a mídia perpetua um ciclo de estereótipos degradantes relacionados às mulheres. Jovens meninas são ensinadas desde bem cedo sobre os comportamentos corporais especificamente considerados “femininos”, compreendendo o modo apropriado de se vestir, andar, sentar-se, articular-se, falar, etc. (YOUNG, 1990b). Ademais, quando uma mulher escolhe utilizar o seu corpo de um modo livre, ativo, aberto, isso é considerado como um convite para sua objetificação e desrespeito, se não à própria violência¹².

As ações aqui discutidas fazem sentido para um indivíduo só porque elas foram legitimadas através do tempo, refletindo, em grande medida, como conseguimos nos entender mutuamente, uns em relação aos outros. Além disso, elas demonstram como as distintas formas da opressão sempre estabelecem hierarquias e privilegiam a certo grupo em detrimento de outro. Como Taylor (2004) afirma, essas ações fazem parte de uma dimensão muito mais ampla do que qualquer dada teoria.

O imaginário sociopolítico ocupa um lugar fluido entre práticas, atores/atores, o Estado, instituições e doutrinas que estaremos definindo aqui como “tradições normativas”. Esses elementos convivem, competem entre si e até mesmo se reforçam para estabelecer certas premissas de uma ordem moral. Devemos entender que o imaginário é “tanto individual quanto coletivo, referente ao *self* e é direcionado ao outro” e, mais importante, é também “uma condição e um produto da relação dialógica, envolvido na construção de conhecimento”¹³ (STOETZLER; YUVAL-DAVIS, 2002, p. 316). Acreditamos que esse enquadramento enriquece nossa compreensão da matriz intrincada que fundou e reproduziu os diferentes papéis particulares e assimétricos para mulheres e homens na sociedade brasileira

¹² Dois exemplos recentes, os casos envolvendo Geisy Arruda and Elisa Samudio, demonstram que a tensão dual de ser tanto sujeito quanto objeto se reverte ao ponto de que uma mulher se torna primeiro e mais relevante, um objeto. Cabe ressaltar que esses casos são apenas dois entre tantos outros que permanecem invisíveis. Em termos gerais, a mídia deixou de associar essas narrativas de violência e desrespeito as desigualdades de gênero. Ao contrário, houve fortes insinuações no sentido de parcialmente culpar essas mulheres por suas ações prévias e/ou estabelecer uma causa para a violência dadas as suas demonstrações de sensualidade. Young (1990) alude a esse ponto quando ela afirma que, além do perigo de objetificação, há também o perigo de invasão do espaço do corpo de uma mulher como é o caso da ameaça de estupro.

¹³ Do original: “we see the imagination as both individual and collective, self- as well as other directed, a necessary condition as well as the product of the dialogical process involved in the construction of knowledge”.

por, pelo menos, duas razões. A primeira é o fato de que as crenças incorporadas e expressas nessa matriz oferecem um ponto de partida para relacionar as divergentes e convergentes tensões que moldaram as estruturas patriarcais do Brasil. A segunda razão é que se trata, também, de um enquadramento que nos oferece uma perspectiva feminista mais atual, a um só tempo, complexa e multidimensional de como as formas de subordinação de gênero se originaram e foram sustentadas e legitimadas. Isso porque ao enquadrar essa narrativa sobre a gênese da subordinação de gênero na sociedade brasileira a partir do pano de fundo do seu imaginário sociopolítico, buscamos evitar uma lógica reducionista que se baseie em argumentos essencialistas. Ou seja, entendemos que as assimetrias são produtos de uma rede interconectada de crenças e práticas, que foram e são construídas histórica, política e socialmente, e não um mero resultado de considerações de que as mulheres são mais “frágeis”, “sensíveis”, “emocionais”, em contraponto aos homens mais “fortes” e “racionais”.

Contudo, é importante assinalar que esse enquadramento não busca afirmar uma relação causal, mas uma conexão circular, paradoxal e complexa que liga diversos níveis a partir da centralidade desse conceito. Além disso, é mister salientar que o imaginário deve ser entendido na nossa discussão como uma dimensão porosa, também aberta às transformações resultantes dos contextos históricos e políticos na qual ela se situa. De maneira correlata, as lutas por reconhecimento também devem ser compreendidas tanto como uma das forças atuando nesse processo de transformação quanto como contingentes ao contexto. A figura a seguir ilustra nossa compreensão e interpretação das múltiplas funções e interligações do imaginário sociopolítico. Sobretudo, buscamos traçar como ele influencia e é influenciado por *pelo menos* cinco dimensões.

Importante ressaltar que as definições gerais que utilizamos aqui para essas dimensões do imaginário são frequentemente abertas a contestações. Existem diversas perspectivas que buscam defini-las e a seus funcionamentos de uma forma que venha a ser mais precisa. O que buscamos fazer aqui é reconceitualizar as relações e mútuas influências entre tais dimensões para entendermos melhor as formas como as relações de gênero foram estabelecidas e legitimadas nos imaginários até meados do século XX em nosso país. Além disso, reconhecemos que tal narrativa aqui reconstruída sobre este imaginário sociopolítico inclui outras dimensões que atuam sobre a difusão de práticas articuladas na sociedade e no Estado, como a dimensão econômica. Devido a este recorte, iremos focar mais particularmente na relação entre as dimensões destacadas na figura 1, já que o nosso intuito afinal, é o de investigar as raízes da subordinação de gênero no Brasil reconstruídas a partir

das tradições normativas, sabendo, contudo, que elas não estão desassociadas da dimensão econômica ou de outras¹⁴.

Figura 1 – O imaginário sociopolítico e suas dimensões



Fonte: Elaboração própria

A análise e a investigação a respeito das origens e das metamorfoses relacionadas aos papéis e relações de gênero na sociedade brasileira estão diretamente associadas a estas redes de significados que, mutuamente, vão influenciar diversas dimensões do nosso imaginário sociopolítico. Cabe aqui, portanto, definirmos brevemente as dimensões que compõem tal imaginário e que serão aquelas que destacaremos em nossa abordagem ao longo da Tese.

Tradições normativas ou doutrinas devem ser entendidas como um grupo de suposições, formas de crenças e padrões de ação que têm origem no passado e configuram o presente como um guia normativo para as ações e crenças (THOMPSON, 1996, p. 92). O que nos interessa sobre as diferentes tradições normativas aqui analisadas, mais especificamente, é sua capacidade normativa de influenciar práticas e instituições, bem como a identidade de um sujeito, tanto no nível individual quanto coletivo (THOMPSON, 1996). Entendidas assim buscaremos concentrar-nos em certas tradições normativas, enraizadas em debates milenares, que estabeleceram distintos modelos e configuraram os papéis de gênero no escopo das sociedades (HTUN, 2003, p. 29). De modo geral, tradições normativas ou doutrinas podem ou não ser territorial e temporalmente fixas, e servem para ligar indivíduos a entendimentos comuns (LUKE, 1996, p. 120).

Essas definições parecem importantes para o trabalho proposto por duas razões. Primeiro, porque elas são historicamente contingentes, deixando espaço para indivíduos,

¹⁴ Esperamos evidenciar essas outras relações ao longo da tese, mostrando como as forças econômicas e legais reforçaram e cristalizaram um lugar subordinado para as mulheres brasileiras de diversas maneiras ao longo dos capítulos 2, 3 e 4.

portadores de agência, atuarem, adaptarem, desenvolverem ou até mesmo desafiarem algumas dessas tradições (BEVIR; RHODES, 2000, p. 15). Em segundo lugar, essas tradições não devem ser consideradas como fixas, evitando a atribuição de um aspecto essencialista e/ou universal. Pelo contrário, para entender a política e sua relação com possíveis mudanças ou evoluções em tradições, Bevir e Rhodes (2000) afirmam que precisamos identificar como essas tradições foram “criadas, sustentadas e modificadas através de crenças, preferências e as ações de indivíduos”¹⁵ (p. 16). Essencialmente, podemos caracterizar as tradições normativas que analisaremos a respeito do Brasil por três aspectos: (1) são doutrinas em formação e, portanto, abertas a mudanças; (2) referem-se a tradições ocidentais que se moldaram a partir das configurações e particularidades brasileiras e (3) não são puras, pois se inter-relacionam, solidificam e disputam espaço com outras tradições. Portanto, a noção de tradição normativa que utilizaremos ao longo deste trabalho é o elemento a partir do qual analisaremos e capturaremos as nuances das práticas e crenças expressas por indivíduos e grupos, que também se estendem às instituições. Como a figura 1 busca evidenciar, as tradições podem vir a influenciar práticas, crenças e estruturas, mas não determinam ou limitam de modo definitivo esse processo (BEVIR, 2000 *apud* SILVA, 2009, p. 140).

Tradições normativas estão intrinsecamente conectadas à atuação dos autores e atores que fazem parte delas. Escolhemos desvinculá-las das tradições com o intuito de mostrar como atores/autores associados a certas tradições adaptam, desenvolvem e possivelmente desafiam aspectos da própria tradição. De certa forma, ao distingui-los de tradições normativas, ainda que estes intelectuais estejam, sem dúvida, incorporados nelas, somos capazes de reconhecer como tais autores/atores moldaram não somente o campo econômico, mas também o social e político (GRAMSCI, 1971). Um dos traços mais notáveis da ligação entre intelectuais e tradições normativas é como aqueles sustentam as concepções de mundo desses últimos, servindo muitas vezes como as vozes da verdade ou da racionalidade. Intelectuais marcam sua presença no imaginário, defendendo um ideal nacional, que acaba reforçando ou coincidindo com o defendido pela tradição normativa, bem como servindo como um guia no próprio processo de modernização¹⁶. Tais atores/autores articulam discursos distintos que os amarram às tradições normativas, mas o que procuramos

¹⁵Do original: “A decentred study of a tradition, practice or institution unpacks the way in which it is created, sustained and modified through the beliefs, preferences and actions of individuals in many arenas”.

¹⁶ O trabalho feito por Sergio Miceli (1979) busca retratar a influência dos intelectuais brasileiros entre 1920 e 1945 em três âmbitos: (1) as organizações partidárias e as instituições culturais, (2) o mercado do livro e (3) o serviço público. Daniel Pecaú, em *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (1990) também acompanha a trajetória dos intelectuais brasileiros entre as décadas de 1920 e 1980 no intuito de compreender sua relação com o Estado e o estabelecimento de certa cultura política.

mostrar aqui é como eles também moldam tradições normativas e o imaginário, com suas próprias perspectivas distintas.

Esse processo reflete toda uma lógica e dinâmica do imaginário nas quais os pensamentos oriundos das tradições e dos atores/autores incorporados pelo Estado e pelas instituições¹⁷ acabam gerando práticas distintas.

Práticas incluiriam, em um sentido mais amplo, a forma que crenças se tornam parte e conferem sentido às ações individuais ou coletivas de uma sociedade. Elas se tornam legítimas ao passo que a sociedade, atores/atrizes e instituições compartilham da sua lógica. Uma vez que a legitimidade é atribuída a essas práticas, elas acabam constituindo o repertório de ações discutido por Taylor (2004). O entendimento dessa lógica implícita nas práticas é o que orienta as interações e relações entre indivíduos.

Abordar a definição do Estado é sempre uma das tarefas mais complexas para as ciências sociais. Da mesma maneira que estamos definindo essas dimensões de forma mais generalizada, delinearemos alguns contornos do Estado e instituições. Primeiro, para além da definição weberiana de que o Estado é uma organização que exerce um monopólio sobre dado território e tem capacidade de legitimamente usar a violência, reconhecemos que parte da dificuldade de explicar os limites do Estado está ligada às próprias demarcações que o separa da sociedade (HINTZ, 1973; MITCHELL, 1991). Nesse caso, entendemos que o Estado não é um corpo autônomo e abstrato que busca formular e executar planos ou políticas, mas envolve uma série de processos e estruturas que organiza o seu funcionamento e o da sociedade, ligando-os por diversos arranjos internos (MITCHELL, 1991, p. 95). Mas talvez a perspectiva que nos oferece mais suporte em relação ao enquadramento do imaginário é aquela elaborada por Bourdieu (1994). Para o autor, o Estado deve ser pensado em relação à sua capacidade de produzir e impor categorias que se aplicam ao mundo social e ao próprio Estado, culminando em diversas formas de capital, incluindo – mas não se limitando a estes – o capital de força econômica, cultural e simbólica (BOURDIEU, 1994). O Estado opera através da unificação de códigos expressos nas mais diversas instituições da sociedade, contribuindo para um sentido ou identidade nacional (BOURDIEU, 1994). Verificaremos esses códigos mais precisamente na análise de certas leis e da constituição, que reproduzem noções sobre as relações de gênero.

As instituições, então, são pilares de atividades políticas, econômicas, legais, educacionais, sociais, etc. norteadas por práticas e tradições e, em muitas circunstâncias,

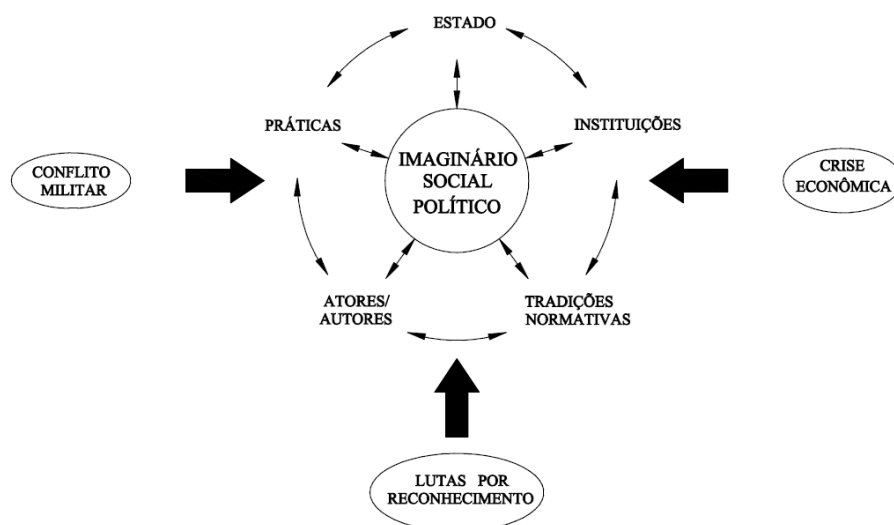
¹⁷ De acordo com Velloso (1982), podemos perceber que os intelectuais brasileiros começaram a direcionar sua atuação para o Estado mais sistematicamente a partir dos anos 1930.

guiadas pelo próprio Estado ou no mínimo por estratégias politicamente articuladas. Essas instituições são estruturas, como assinalamos acima, que reproduzem a lógica advinda de tais práticas e tradições, informadas, em grande medida, por atores/atores. Ainda de acordo com Young (2000), como instituições do Estado podem ser meios importantes para regular e direcionar políticas públicas, já que possuem o aparato técnico e administrativo para desenvolver essas funções (YOUNG, 2000, p. 186), elas também podem (ou não) reproduzir injustiças estruturais que são informadas por ordens distintas, tais como a econômica ou legal.

Instituições¹⁸, na visão dos institucionalistas históricos, incluem procedimentos formais ou informais, rotinas, normas e regras embutidas na estrutura organizacional do Estado (HALL; TAYLOR, 1996, p. 938). Existem três aspectos das instituições, como definido por essa abordagem, que vão ao encontro da nossa discussão sobre o imaginário sociopolítico. O primeiro deles é o fato de institucionalistas históricos reconhecerem que o poder e as relações assimétricas estruturam instituições. O segundo é que as instituições “oferecem informação estrategicamente útil” para a sociedade, ao mesmo tempo em que afetam “as identidades, as auto-imagens e as preferências de atores” (HALL; TAYLOR, 1996, p. 939). E, em terceiro lugar, instituições históricas moldam o percurso de eventos históricos, em que períodos de ‘conjunturas críticas’ podem causar mudanças e imprimir novos rumos a tais instituições. Tais mudanças são frequentemente atribuídas a crises econômicas e/ou conflitos militares (HALL; TAYLOR, 1996). Na nossa narrativa, adicionaremos e nos concentraremos em um terceiro elemento, até então negligenciado pela definição acima, que pode ser capaz de motivar uma ‘conjuntura crítica’: as lutas por reconhecimento.

¹⁸ Para uma descrição rica de três abordagens distintas sobre instituições, veja Peter Hall e Rosemary Taylor (1996).

Figura 2 – O imaginário sociopolítico e suas ‘conjunturas críticas’¹⁹



Fonte: Elaboração própria

A introdução desse terceiro elemento de ruptura é particularmente relevante na nossa construção de uma narrativa dos papéis de gênero no Brasil. Primeiramente porque busca contar uma história que não seja pautada apenas na dominação e subordinação. Seguindo esse intuito, tal elemento abre o caminho para a presença de vozes e reivindicações que foram e podem permanecer marginalizadas. Ou como José Murilo de Carvalho assinala: “A manipulação do imaginário sociopolítico é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1990, p. 11).

A nossa intenção aqui não é assinalar que tais mudanças, como no caso de conflitos militares e crises econômicas, também podem alterar por completo o imaginário sociopolítico. Pelo contrário, procuramos mostrar a relevância de tais lutas para possíveis transformações no campo do imaginário coletivo, ressaltando que essas lutas não somente são contingentes aos contextos históricos, mas também se transformam ao longo do tempo. Além disso, encampadas nas esferas públicas, essas lutas têm a capacidade de apoiar a democracia através de uma efetiva crítica e dissenso. Young (2000) reforça que essa crítica, frequentemente baseada em pressões para mudar políticas públicas, fomenta novas práticas sociais, bem como

¹⁹ As figuras do imaginário elaboradas aqui são representativas de uma síntese de uma realidade mais complexa. Elas servem para ilustrar elementos relevantes na construção de papéis de gênero. Sendo assim, estamos cientes de que possam existir não somente outras dimensões, mas também outras conjunturas críticas capazes de impulsionar mudanças. Aqui focaremos mais especificamente na dinâmica entre o imaginário e lutas por reconhecimento.

cria novos entendimentos de como o Estado pode estabelecer justiça social²⁰. Em outros termos, as lutas por reconhecimento e/ou distribuição servem para reformular ou minimamente chamar a atenção para que o Estado não reproduza injustiças (PINTO, 2008). Contudo, é importante lembrar que uma luta é composta por múltiplas demandas, sendo que algumas podem se opor uma à outra (MCBRIDE, 2009 *apud* MENDONÇA, 2009, p. 85).

Entendidas como formas de contestar certas normas sobre reconhecimento intersubjetivo, as demandas advindas das lutas por reconhecimento visam constituir novas formas de reconhecimento para grupos específicos (TULLY, 2000, p. 470). “Indivíduos não são necessariamente prisioneiros dos discursos que ajudaram a criar suas identidades”²¹ (DRYZEK, 2000, p. 163 *apud* MENDONÇA, 2009, p. 56). Como indivíduos são moldados pelas diversas dimensões do imaginário, eles também são agentes que as constroem, alargando, assim, os espaços para reconfigurar novos discursos e narrativas (MENDONÇA, 2009), inclusive acerca das relações de gênero. Indivíduos ou coletividades que visam desafiar as estruturas opressoras do imaginário atuam diretamente na busca para subverter a sua lógica dominante que produz estereótipos negativos. Nesse caso, demandas podem estabelecer novas formas de reconhecimento público, bem como redistribuir poder. Como exemplo, Tully (2000) nos lembra como lutas por reformas eleitorais, que buscam tornar a representação um reflexo da diversidade multicultural do eleitorado, não somente garantem que minorias não reconhecidas ganhem reconhecimento público, mas que elas também possam acessar formas de exercer poder.

Esse exemplo é ilustrativo do nosso propósito em focalizar lutas por reconhecimento como formas de contestar o imaginário. Isso porque as lutas feministas por reconhecimento, entendidas como lutas políticas, buscaram novas formas de levar um grupo marginalizado e subordinado a ser reconhecido publicamente. Essas lutas têm a capacidade de atribuir novos significados para questões caras à igualdade:

As lutas por reconhecimento, em muitas instâncias através dos próprios movimentos sociais, contribuíram no desenvolvimento e resignificação de diversos conceitos, tais como democracia e cidadania, noções de direitos, espaços públicos e privado, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença que acabam trazendo novos significados para o que conta como político. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25).

²⁰ Entendemos justiça social como um processo que visa a ausência de dominação e promove a autodeterminação (YOUNG, 2000). Esse processo, por sua vez, só pode ser acompanhado de arranjos institucionais e reformas políticas que visam sanar as injustiças baseadas em não reconhecimento e má distribuição (FRASER, 2003).

²¹ Do original: “*individuals are not necessarily prisoners of the discourses that have helped to create their identities*”.

Essas lutas são capazes não somente de desafiar, mas também, e mais importante, de refazer os contornos do imaginário sociopolítico.

A proposta de incluir em nosso esquema analítico as lutas por reconhecimento segue uma lógica similar àquela empregada por Taylor (2004) e Gaonkar (2002) no que tange a ênfase dada às implicações individuais e coletivas do imaginário sociopolítico. O conceito de reconhecimento aqui busca alargar os horizontes do nosso entendimento das múltiplas implicações para a subjetividade (ou formação do sujeito) e as esferas em que essas implicações ocorrem. Dentro desta perspectiva, reivindicações de reconhecimento serão sempre analisadas à luz das relações de poder nelas embutidas e que se estendem para além da simples interação entre um sujeito e o “Outro”. Em outras palavras, as reivindicações por reconhecimento devem olhar para as formas em que estruturas sociais, políticas e econômicas influenciam a subjetividade, consideradas particularmente relevantes para desvendar as formas em que subjetividades pautadas por padrões de subordinação têm sido sustentadas. As agendas das lutas são tanto um reflexo quanto contestação aos códigos, conhecimentos e linguagem (ALEXANDER, 1998) do imaginário no qual elas estão inseridas.

Como lembrado por James Tully (2000, p. 479), as identidades envolvidas nessas lutas fazem parte de um processo contínuo, mutável e multifacetado de trocas e diálogos democráticos. Diante dessas lutas, as regras acerca do que é compreendido como mútuo reconhecimento mudam, assim como os indivíduos demandando reconhecimento através dos processos de negociação e contestação (TULLY, 2000). Sendo assim, precisamos estar atentos não somente às relações entre essas lutas e o poder dominante que está sendo contestado, mas ao sistema social e cultural como um todo, que produz as formas de dominação, mas também atua sobre essas subjetividades (ALEXANDER, 1998). O arcabouço do imaginário nos oferece um panorama capaz de iluminar os “significados culturais”, as “identidades psicológicas” e “fatores institucionais” estabelecidos ao longo da história, impulsionando novas lutas por reconhecimento.

Lois McNay (2008) ressalta que existem três componentes básicos que constituem o “novo paradigma de reconhecimento”: “ele é dialógico, situado e gerado através da prática”²² (MCNAY, 2008, p.4). Esses três componentes se encaixam no desenho e definição do imaginário sociopolítico que buscamos descrever acima. Além disso, eles se encaixam no próprio desenho da tese, que propõe pensar sobre: (1) a interação entre *self* e sociedade (o indivíduo e o coletivo) como um reflexo do estabelecimento e internalização de papéis de

²² Do original: “the three features that constitute [...] the ‘new’ recognition paradigm are that it is dialogical, situated and generated through practice”.

gênero; (2) as especificidades do imaginário através da perspectiva de tradições normativas em contextos históricos e políticos particulares, exemplificando a natureza “situada” do sujeito e também do imaginário e (3) os papéis de gênero como um reflexo de prática incorporada que ocorre através de um processo em curso de engajamento com o mundo (MCNAY, 2008, p. 5).

A breve descrição dessas dimensões do imaginário sociopolítico, conforme nossa abordagem, serve para ilustrar as suas convergências e interconexões. Dessa matriz interconectada, estabelecemos uma base para investigar como foram surgindo ordens morais específicas que ditaram padrões de atuação para homens e mulheres, ao longo do tempo e do espaço, na sociedade brasileira.

A apropriação do termo *imaginário sociopolítico* por uma perspectiva feminista mostra-se relevante em função de dois dos pressupostos básicos da teoria feminista. O primeiro refere-se à afirmação de que gênero é uma construção social. O segundo refere-se ao fato de que a objetividade²³ só é alcançada através de um posicionamento crítico, que tanto entende sua reflexão como sendo parcial ou limitada, quanto visa uma conexão entre as redes de conhecimento ou posições diferenciadas (HARAWAY, 1988). Sendo assim, uma interpretação ou tradução feminista das tradições normativas brasileiras, inseridas em um imaginário sociopolítico mais amplo, é uma forma de localizar a produção de conhecimento específico sobre gênero, constituída e constituinte em nosso país.

Da mesma forma em que o conhecimento é situado²⁴, também a imaginação, segundo Stoetzler e Yuval-Davis (2002), é situada, pois ela constrói significados, ao mesmo tempo em que abarca possibilidades de transcender esses mesmos significados. Para os autores, o imaginário não deve implicar em algo que é “falso”, mas em “como” as coisas são imaginadas ou, em outras palavras, como valores, conhecimentos e posicionamentos tornaram-se efetivamente práticas na vida cotidiana. Além disso, essas práticas que formam o imaginário sociopolítico estruturam relacionamentos entre indivíduos que, por sua vez, são situadas por posicionamentos “multifacetados, transitórios e contraditórios” (STOETZLER; YUVAL-DAVIS, 2002, p. 325).

²³ Ainda para Donna Haraway (1988), uma prática de objetividade privilegia contestação, desconstrução, construção, conexões e, por fim, uma busca por transformações nos sistemas de conhecimento. A objetividade pressupõe em si que sua visão seja parcial, já que não há uma maneira de “estar” simultaneamente em todas as posições (inclusive subjugadas), que estruturam gênero, raça, nacionalidade e classe (HARAWAY, 1988, p. 586).

²⁴ Para uma discussão aprofundada sobre conhecimento situado (*situated knowledge*), veja Donna Haraway (1988).

A nosso ver, a utilização do conceito²⁵ busca cumprir os objetivos da teoria crítica feminista proposta por Allen (2008). Em primeiro lugar, o imaginário nos permite olhar para a produção de conhecimento sobre os papéis de gênero, que podem ser considerados também como padrões de interação guiados pela dominação. Em segundo, esse imaginário deve oferecer espaço para romper com os conhecimentos produzidos ou, no mínimo, desafiá-los na busca de sua transformação. Isso porque o imaginário constrói e fixa fronteiras de conhecimento, de valores e de crenças, mas também abre espaço para a emancipação, já que existe a possibilidade de reagir contra essas fronteiras e, em última instância, dirigir mudanças sociais (STOETZLER; YUVAL-DAVIS, 2002).

Para transformar tais padrões e conhecimentos, será necessário então entender o sistema ou imaginário com o qual estamos lidando a partir de duas lentes ou níveis: o da formação e evolução de certas tradições normativas e o das lutas por reconhecimento. Isso se deve ao fato de que a construção e a lógica desse imaginário não somente recebeu o apoio e a força de projetos políticos e morais através dos séculos, mas também consolidou uma espécie de conhecimento “racional” como sendo “o” conhecimento científico “legítimo”. Portanto, a investigação analítica e a crítica propostas aqui nos permitem entender como o nível abstrato (das ideias, das crenças e dos conhecimentos nos quais encontramos formas concretas de subordinação) foi fixado em um nível prático. Possibilita também desafiar, mesmo que indiretamente, os sistemas binários que compõem grande parte da tradição de conhecimento científico ocidental. Esse é o quadro mais amplo que ajuda a compreender (1) como o imaginário foi influenciado e influenciou a dicotomização público e privado e as transformações do patriarcado e (2) como essas se traduziram em formas específicas de subordinação das mulheres em nosso país.

1.2 AS DIMENSÕES POLÍTICAS DO PÚBLICO E PRIVADO

²⁵ Marcel Stoetzler e Nira Yuval-Davis (2002) constroem uma “teoria da imaginação” a partir da leitura de diversos autores, como Kant, Castoriadis, Spinoza, Freud, Marcuse e Adorno. Os autores buscam integrar o aspecto criativo (corporal) da imaginação com seu lado político e social. Para o propósito aqui, estaremos nos referindo apenas ao aspecto político e social, mas, certamente, o elemento criativo elaborado pelos autores é uma forma de (1) romper com a produção de conhecimento científico “racional”, que serviu e serve para reforçar dicotomias e uma lógica binária e (2) enfatizar a importância epistemológica da corporalidade.

Ao considerarmos as relações de gênero e como elas foram tratadas por diferentes tradições normativas no imaginário sociopolítico, é essencial delimitar os espaços de interação que constituem tal objeto de análise. O imaginário (ou imaginários) é amplo o suficiente para englobar diversas outras facetas da subordinação de gênero. Está além do nosso alcance aqui abordar todas essas dimensões. Desse modo, a distinção entre os espaços público e privado configura-se aqui como particularmente fundamental. Existe uma miríade de possibilidades a partir das quais poderíamos examinar as relações de gênero no imaginário sociopolítico. Optamos pelo enfoque na maneira como o imaginário formatou estes distintos espaços, buscando evidenciar como isso é um reflexo do próprio pensamento ocidental, bem como das suas interfaces com outras dimensões do imaginário consideradas relevantes para nossa narrativa aqui. Esse recorte, sobretudo, se encaixa no enquadramento do imaginário, já que ele próprio informa e atribui significado para ambos os espaços.

A nosso ver, a dicotomia público e privado tem uma capacidade analítica de atravessar eventos temporais e históricos, de ligar o passado e o presente. Também serve como uma matriz interpretativa que conecta as diversas tradições normativas sob análise aqui, pois essa dicotomia frequentemente está imbricada nos seus discursos e ideias, mesmo que gênero não seja necessariamente um tema central. Por último, acreditamos que a dicotomia público e privado, à luz do imaginário sociopolítico, é uma categoria útil não somente para o feminismo, mas também para a teoria crítica, pois abre o espaço para retomar a relevância do privado para o público.

Cabe ressaltar que as categorias público e privado não devem ser consideradas apenas como uma mera dicotomia, pois tentaremos reforçar a noção de que as práticas e ações do público são inteiramente influenciadas pelas práticas e ações do privado e vice-versa. Ou seja, devemos evitar definições que sejam reducionistas e não deem conta dos variados significados que cruzam essas distinções. Isso porque, como Walby (1990, p. 104) argumenta, a “subjetividade de gênero (*gendered subjectivity*) é criada em todos os lugares”²⁶.

Segundo D’Entreves e Vogel (2000), o público e o privado são, ao mesmo tempo, categorias complexas e ambíguas que envolvem diversas facetas da vida social dependendo da abordagem escolhida, e estão embutidas em um processo histórico e cultural de mudanças e de contestações políticas (D’ENTREVES ; VOGEL, 2000, p. 1). Os autores detectam quatro abordagens que utilizam as categorias do público-privado de formas distintas, a saber: (1) o modelo liberal-economicista que define o público-privado prioritariamente em termos da

²⁶ Do original: “*I shall argue that gendered subjectivity is created everywhere, that there is no privileged site, neither early childhood, nor sexuality*”.

distinção entre Estado e economia; (2) a tradição cívica e republicana que define o público em termos de comunidade política e cidadania, distintos do mercado e Estado; (3) a abordagem cultural e histórica de historiadores que definem o público em termos de sociabilidade e (4) as abordagens feministas que definem a distinção entre o público e privado em relação à própria distinção entre a família, a economia e a ordem política (WEINTRAUB, 2000 *apud* D'ENTREVES ; VOGEL, 2000, p. 1). Essencialmente, a natureza complexa dessas diferentes abordagens reflete o fato de que as definições atribuídas ao público-privado são “sistematicamente relacionadas” e suscetíveis a mudanças nos seus significados, bem como representam uma “abordagem social e teórica específica”²⁷ (D'ENTREVES ; VOGEL, 2000, p. 1-2). Nesse sentido, nos referiremos ao público e ao privado de acordo com as abordagens feministas, que buscaram, sobretudo, lançar luz sobre as dimensões de poder operando na esfera privada ou da família.

Não é difícil perceber que assimetrias estão presentes nas duas esferas, em grande medida, pela própria valorização diferenciada conferida aos dois espaços. Consequentemente, estes espaços têm sido tratados como arenas ou lugares distintos e separados. Por sua vez, isso ajudou a estabelecer o princípio de que os assuntos públicos são aqueles ligados à esfera da política, sendo o espaço privado o lugar dos assuntos domésticos. Um dos traços mais notáveis desse processo está ligado à atribuição do espaço público a uma dimensão política, excluindo, assim, a política do espaço privado.

As teorias feministas têm chamado atenção para o fato de que as tensões e relações assimétricas de gênero estão intrinsecamente ligadas às relações na esfera privada, revelando a necessidade de se transformar os valores culturais e simbólicos que estão embutidos nesse espaço. Como afirma Carole Pateman (1996, p. 48), é inegável reconhecer que a vida doméstica está “no coração da sociedade civil”²⁸. Argumentamos ainda que essa dicotomização ganha força através de uma naturalização das diferenças sexuais que, segundo Pateman (1988), são, por si, diferenças políticas que remetem à capacidade de se exercer a liberdade e a autonomia. Em última instância, tal divisão não criou o patriarcado, mas serviu para reforçar as formas patriarcais de poder em ambos os espaços.

Acreditamos que a reflexão sobre as dimensões do público e do privado não se esgotou ainda, sobretudo no Brasil, sendo importante encaixarmos nesta discussão outros

²⁷ Do original: “*First, the many senses of ‘public’ and ‘private’ are systematically related: embedded in a culture and its language are certain presuppositions that account for the continuity of the various meanings of public and private. However, the relations obtaining between the various meanings are simply logical, but more often than not ideological, that is, traceable to a specific socio-theoretical framework*”.

²⁸ Do original: “*La esfera de la vida doméstica está en el corazón de la sociedad civil, no es algo aparte o separado de ella*”.

aspectos que cruzam esses espaços, como os próprios mecanismos patriarcais que permanecem atuando nesses âmbitos através da articulação ora de práticas, ora de instituições, ora das próprias políticas do Estado. A transição do patriarcado privado para o patriarcado público (WALBY, 1990) revela que o sistema não pode ser considerado como um fenômeno histórico ou algo que pertença apenas à esfera privada. De fato, o patriarcado é um sistema complexo, que “empodera” alguns ao mesmo tempo em que subordina outros. As seis estruturas patriarcais, apontadas por Sylvia Walby, ilustram claramente como o patriarcado permeia a sociedade a partir “[dos] modos de produção patriarcal; [das] relações patriarcais no trabalho assalariado; [das] relações patriarcais no estado; [da] violência doméstica/masculina; [das] relações patriarcais na sexualidade; e [das] relações patriarcais nas instituições culturais incluindo religiões, mídia, educação”²⁹ (WALBY, 1990, p. 177, grifo nosso). Essas estruturas evidenciam o quanto as desigualdades de gênero estão ainda enraizadas na sociedade, tendo consequências tanto para as mulheres quanto para os homens. Em suma, uma importante implicação de se conceitualizar as transformações do patriarcado privado para o público é que estamos levantando a questão de como “formas indiretas e impessoais de opressão tornam a desigualdade de gênero menos visível porque a igualdade formal entre homens e mulheres, no nível das liberdades civis e sociais, parece ser acolhida”³⁰. (MCNAY, 2008, p. 119).

Ao aliar o conceito de gênero com o de patriarcado, é importante mencionar ao menos três elementos que tornam esta abordagem capaz de estabelecer uma crítica potencialmente emancipatória, sem o risco de cairmos na armadilha da mera análise da dominação. Em primeiro lugar, apesar de entendermos o patriarcado como um sistema de estruturas e práticas sociais no interior do qual os homens historicamente dominaram, exploraram e subordinaram as mulheres, isso não indica que todo homem ocupará sempre uma posição dominante e que as mulheres estarão sempre em uma condição de subordinação (WALBY, 1990, p. 20). Um segundo ponto é que o conceito de gênero nos permite compreender como as próprias estruturas e práticas de subordinação que operam não somente fazem as mulheres sofrerem, mas aos homens também, mesmo que seja em graus e níveis diferentes (HIRSCHMANN, 2003). Em terceiro lugar, da mesma maneira como as práticas e as estruturas de subordinação podem ser analisadas de acordo com sua capacidade tanto de limitar as escolhas de indivíduos quanto de moldar diferencialmente subjetividades coletivas,

²⁹ Do original: “*These are the patriarchal modes of production; patriarchal relations in paid work; patriarchal relations in the state; male violence; patriarchal relations in sexuality; and patriarchal relations in cultural institutions including religions, media and education*”.

³⁰ Do original: “*These indirect and impersonal forms of oppression render gender inequality less visible because formal equality between men and women, at the level of civil and social freedoms, appears to be upheld*”.

elas não necessariamente estão engessadas nessa lógica. A complexidade do fenômeno nos revela, como argumentaremos ao longo da tese, que há possibilidades de rupturas com processos de subordinação e opressão. O papel do patriarcado no imaginário brasileiro trará à luz as relações distintas e tensões entre as esferas pública e privada que são significativos para a compreensão da permanência de certas hierarquias de gênero na sociedade contemporânea.

O famoso lema “o pessoal é político”, assim como o próprio questionamento da produção acadêmica feminista em torno destas discussões, enfatizou que a divisão entre o público e o privado foi e é fundada em um equívoco. O lema busca demonstrar que as relações de gênero dentro da esfera privada são marcadas permanentemente por contestações de poder. Mais especificamente, essa divisão ideológica (1) obscurece as desigualdades entre homens e mulheres na esfera privada pela própria naturalização de seus respectivos papéis; (2) foi reforçada por certas interferências do Estado; (3) é o espaço político de socialização onde incorporamos os significados e a valorização atribuídos aos papéis de gênero e onde se iniciam os processos de socialização de gênero e enraizamento do imaginário sociopolítico e (4) estabelece algumas barreiras práticas, políticas e psicológicas para a atuação das mulheres em outras esferas, dada a desigual divisão do trabalho doméstico (OKIN, 1989, p. 111). Trata-se de entender, então, que essas relações são fundamentais para a sustentação de hierarquias de poder, tanto dentro quanto fora do escopo da família. Tanto que Okin adequadamente afirma que:

no momento em que reconhecermos que a separação entre o privado e o público é em grande parte uma construção ideológica³¹, tendo pouca relevância para a vida social humana, poderemos ver mais claramente não somente o potencial mas também a necessidade de aplicar os critérios da justiça³² à família. (OKIN, 1989, p.23-24, tradução nossa).³³

Tal processo nos permite entender que a dinâmica da esfera privada afeta o papel exercido pela mulher na esfera pública³⁴ e serve para reforçar um projeto político e moral, assim como organiza o nosso imaginário sociopolítico. Guiados por estas críticas feministas,

³¹ Okin está se referindo ao fato de que esta dicotomização não somente serviu para ofuscar práticas e estruturas que oprimem, mas principalmente para reificar a teoria liberal, servindo, de fato, a funções ideológicas (OKIN, 1989).

³² Okin (1989), em *Justice, Gender and the Family*, ressalta que a grande maioria das teorias sobre justiça simplesmente não inclui a questão da ordem da família e as estruturas desiguais de gênero dentro do âmbito privado.

³³ Do original: “Once we see that the separation of private from public is largely an ideological construct, having little relevance to actual human social life, we will see more clearly not only the potential but also the necessity for applying the standards of justice to the family”.

³⁴ Cabe ressaltar que há uma tradição, no interior da teoria crítica, que também se vale da dicotomia público e privado. Esta tradição recebeu críticas da teoria feminista por não ressaltar ou tornar visível a opressão de gênero oriundo dessa dicotomização. Para um texto clássico e crítico, veja Nancy Fraser (1987) em *What's Critical about Critical Theory: The Case of Habermas and Gender*.

nos concentraremos em três traços notáveis e certamente interligados desse processo: (1) a naturalização dos papéis de gênero, particularmente dentro da família; (2) o estabelecimento dos modos de corporalidade e, por fim, (3) as definições acerca de cidadania com base na exclusão/inclusão. O que buscamos fazer nas próximas subseções é descrever, em termos gerais, como o imaginário ocidental estabeleceu os contornos desses três elementos da dicotomia público-privado, os quais elencamos para guiar nossa leitura posterior dos imaginários sociopolíticos brasileiros nos capítulos 2 e 3.

1.2.1 Papéis Naturalizados de Gênero

A distinção entre o público e o privado – ou entre a vida política e a vida doméstica, respectivamente – na teoria política facilitou o processo de naturalização dos papéis de gênero. Segundo Okin (1989), a filosofia e a teoria política³⁵ excluíram a “família” do âmbito político, relegando, por sua vez, as mulheres ao espaço doméstico e possibilitando aos homens que transitassem entre ambas as esferas. De certa forma, ao se apoiarem nas construções sobre a natureza humana, tais teorias, edificadas por atores/autores associados a tradições normativas ocidentais, conseguiram justificar a subordinação das mulheres aos homens. Mudanças históricas e sociais também acompanharam o plano da filosofia e da teoria política no que diz respeito tanto à distinção entre o espaço público e o privado quanto ao estabelecimento dos papéis tradicionais de gênero. A partir do fim do século XVII e até o século XVIII, houve uma alteração tanto nas definições e funções atribuídas à família quanto nas ideologias políticas que garantiriam igualdade política e legal aos homens (OKIN, 1982). Enquanto, por um lado, as ideias de liberdade, individualismo e racionalidade se fundavam como bases para a igualdade dos homens, por outro lado, surgia um idealismo acerca da família sentimental que teria consequências para a igualdade e liberdade das mulheres (OKIN, 1982).

³⁵ Além de Okin (1982), outras autoras lidam particularmente com essa dicotomização na filosofia ocidental. Veja Iris Young (1990) em *The Impartiality of the Civic Public*, Robin Schott em *Eros e os Processos Cognitivos: Uma crítica da objetividade em filosofia* (1988) e Genevieve Lloyd em *The Man of Reason: “Male” & “Female” in Western Philosophy* (1984).

As mudanças que geraram uma idealização da família sentimental ilustram como os papéis de gênero ganharam legitimidade, particularmente através da separação entre as esferas pública e privada. Okin (1982) retrata como, até meados do século XVII, a família tinha pelo menos duas características básicas. Primeiro, era fundada em considerações econômicas ou pragmáticas através da escolha dos noivos pelos pais. Segundo, a constituição de uma família não envolvia um comprometimento afetivo e/ou psicológico grande. Já no fim do século XVIII, percebemos uma mudança no que tange a esses elementos. A família começou a ser fundada no amor, aumentando um comprometimento afetivo e psicológico que antes não existia. Também há uma marcada distinção e separação da família com relação ao mundo exterior, idealizando-se, nesse sentido, a privacidade doméstica e valorizando-se a intimidade (GIDDENS, 1992). É interessante perceber que essa idealização da família como “santuário de sentimento” desencadeou uma série de mecanismos que atuariam, direta e indiretamente, na liberdade e na subjetividade política das mulheres. Como argumenta Okin (1982), ao mesmo tempo em que esses laços de afetividade e amor eram estabelecidos, eles reforçavam relações patriarcais de poder específicas. Subjacente a tais mudanças, percebemos como as mulheres tornam-se mais dependentes economicamente dos seus maridos. A domesticidade – espaço por excelência da atuação da mulher como mãe e esposa – fica então mais demarcada. A mulher é caracterizada como uma criatura sentimental em vez de racional, sendo esta uma característica essencial para exercer uma cidadania política. Assim, os homens ganham autoridade e poder tanto dentro quanto fora do espaço doméstico.

Esse quadro permite que se compreenda a interligação entre os papéis de gênero e a dicotomia estabelecida entre o público e o privado, bem como permite se entender também os empecilhos que dificultam a ruptura com tais sistemas. Trata-se, em primeiro lugar, de perceber que o apelo a esse ideal da família percorreu grande parte da filosofia ocidental, permeando os discursos dessas tradições normativas. Okin (1982) demonstra como as justificações de autores como Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, Jeremy Bentham e James Mill reforçaram a ideia de que as mulheres não precisavam de direitos políticos devido exatamente à sua “natureza”. Cabe ressaltar que, entre algumas inconsistências apontadas nos argumentos dos filósofos citados por Okin (1982), há também a contraposição entre razão e emoção que percorre e justifica suas argumentações. Outra justificativa recorrentemente acionada para afastar as mulheres da política baseou-se no medo de que elas poderiam seduzir os homens e os distrair das atividades “racionais” e “sérias” da vida pública (OKIN, 1982, p. 87). Por fim, a complementaridade dos papéis de gênero e a divisão do espaço público e

privado ocorreram paralelamente à difusão de outras dicotomias que se desdobraram em crenças e práticas.

Em segundo lugar, Okin (1982) também chama atenção para outro aspecto relacionado à crescente relevância da família sentimental. A força desta noção acabou criando obstáculos maiores para as feministas da época que questionavam a ideia de que os papéis das mulheres estariam atrelados exclusivamente à família. Dado o direcionamento de suas críticas, as feministas frequentemente perderam legitimidade, uma vez que eram vistas como as “inimigas” da instituição “sagrada” da família. Aqui, podemos perceber como as primeiras feministas trabalharam primeiramente com críticas menos contundentes dentro do sistema para, somente depois, ampliarem o foco de suas lutas³⁶. Isso é um reflexo do próprio contexto no qual as lutas estão inseridas. Lutas podem alcançar suas reivindicações ou, até mesmo, fracassar, mas isso não simplesmente depende de uma disponibilidade de recursos ou de uma rede organizada (ALEXANDER, 1998). Na contestação aos códigos, práticas e instituições historicamente embutidos no imaginário, tais lutas precisam “traduzir” suas experiências para o público geral, voltando não somente para o Estado, mas para instituições comunicativas, como a mídia, e instituições reguladoras, como a lei (ALEXANDER, 1998). É um processo contínuo e indeterminado de diálogo, que não necessariamente se pauta apenas por uma lógica de dominação.

Em terceiro lugar, Okin (1982) afirma que as mulheres adquiriram reconhecimento social básica e unicamente pelo seu papel como esposas e mães. Com isso, podemos dizer que a primeira e a segunda justificativa constituem as crenças e ideias que encontram seu lugar no que designei aqui por imaginário sociopolítico, mas que indubitavelmente configuraram os padrões de interação entre o público e o privado. Segundo Genevieve Lloyd (1984), as distinções dos papéis de gênero se fortalecem pela significância que os aspectos metafóricos ganharam nos textos filosóficos (p. viii). Afinal, o que está por detrás destes símbolos não é apenas uma discussão sobre conceitos ou princípios, mas certamente uma “autoimagem” do que é ser um homem ou uma mulher (LLOYD, 1984).

³⁶ Conseguimos evidenciar isso no segundo capítulo com possíveis críticas às primeiras lutas e vozes feministas que não necessariamente conseguiram dismantelar algumas formas de subordinação oriundas da dicotomia público/privado. Muitas vezes as primeiras lutas focavam-se na melhoria de condições das mulheres no espaço privado.

1.2.2 Corporalidade: Delimitando as suas Limitações

A discussão dos papéis naturalizados de gênero nos remete a uma segunda dimensão de subordinação das mulheres devido à separação rígida estabelecida entre tais esferas. Tal dimensão está ligada novamente à distinção binária e hierárquica que opõe corpo e mente (mulher e homem) e natureza e cultura, que, por sua vez, moldam as especificidades da corporalidade. A contribuição foucaultiana sobre os mecanismos de disciplina e controle que atuam no nível micro das relações têm sido relevantes para feministas que buscam desvendar as práticas cotidianas e naturalizadas de subordinação, mas também para perceber como esses mecanismos são problemas políticos (FRASER, 1989). Nesse sentido, da mesma forma como encontramos as ideias sobre a família (ou divisão público/privado) ocorrendo tanto no plano filosófico quanto no das práticas e ações, podemos dizer o mesmo sobre a questão da corporalidade.

De acordo com Elizabeth Grosz (2000) e outras feministas já citadas, a filosofia ocidental sempre se concentrou em ideias, conceitos, razão e julgamento, enquadrando-os em termos associados à mente (2000, p. 49). No esboço feito por Grosz sobre a utilização e definição do corpo³⁷ desde a filosofia clássica ocidental, a autora ressalta o fato de que herdamos de Platão a noção do corpo “como fonte de interferência e um perigo para as operações da razão” (p. 52). É por isso que dentre outras razões a mente deveria comandar o corpo, já que esse é “uma traição da alma, da razão e da mente, e sua prisão” (GROSZ, 2000, p. 52).

Esse reducionismo binário entre mente (homem) e corpo (mulher) atribuiu ao corpo da mulher um significado de fragilidade, risco, imperfeição e instabilidade. Essas conotações, crenças e imagens serviram a duas finalidades segundo Grosz (2000): primeiro, reforçaram certas práticas patriarcais, fazendo uma ligação entre a vulnerabilidade da mulher e sua “necessidade” de ser protegida pelo marido ou o pai; segundo, facilitaram a justificação da posição social inferior da mulher e de suas capacidades desiguais. A abrangência e magnitude dessa vinculação da mulher ao corpo, estendendo-se tanto no privado quanto no público,

³⁷ Grosz (2000, p. 70-77) também oferece uma interessante classificação de como três vertentes feministas buscam teorizar e reconfigurar o conceito de corpo: o feminismo igualitário (representado por feministas como Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone, Mary Wollstonecraft, feministas liberais, ecofeministas), o construcionismo (representado por feministas como Julia Kristeva, Michèle Barrett, Nancy Chodorow, feministas marxistas, feministas psicanalistas) e o feminismo concentrado na diferença sexual (representado por feministas como Luce Irigaray, Gayatri Spivak, Moira Gatens, Judith Butler, Monique Wittig, entre outras).

refletem, por sua vez, a capacidade da opressão patriarcal, capaz de se justificar ao restringir “os papéis sociais e econômicos das mulheres a termos biológicos” (GROSZ, 2000, p. 68). Nessa citação temos a clara exemplificação de como tais noções estabeleceram formas de dominação (primeiro no plano das crenças, depois no plano das ações) e foram sendo incorporadas ao imaginário sociopolítico. A internalização de alguns modos e práticas referentes ao corpo na estrutura do *self* requer uma ressignificação ou uma nova conceituação sobre o corpo através de uma perspectiva feminista.

Grosz (2000) mapeia pelo menos seis critérios que as perspectivas feministas devem levar em consideração se pretendem se utilizar do conceito do corpo. Primeiro, o conceito deve buscar romper com qualquer tipo de análise dicotômica por seu reducionismo. O conceito deve buscar uma nova forma de pensar uma *subjetividade corporificada* ou *corporalidade psíquica*. Segundo, a corporalidade não deve ser apenas associada a sexo ou raça. Nesse sentido, Grosz afirma que “as mulheres não podem mais ter a função de ser o corpo dos homens” e os “negros, escravos, imigrantes, povos nativos não podem funcionar como o corpo de trabalho para os ‘cidadãos brancos’” (GROSZ, 2000, p. 83). Terceiro, não podemos estabelecer um tipo de corpo como “a” norma pela qual os outros são julgados. O corpo deve, por sua vez, ser inserido e compreendido em um campo plural e múltiplo. Quarto, o corpo não deve ser essencialista ou restritamente biológico já que ele é um lugar de “inscrições, produções ou constituições sociais, políticas culturais e geográficas” (GROSZ, 2000, p. 84). Quinto, a nova conceituação do corpo deve incorporar uma ideia de corpo vivido e de suas relações entre gestos, posturas e movimentos. Ou seja, deve haver uma articulação entre o interno e o externo, entre o biológico e o psicológico (GROSZ, 2000). Sexto, e por fim, o corpo não deve ser considerado apenas como privado ou público, nem natural e nem cultura, mas em uma posição indeterminada. Esses eixos propostos por Grosz se alinham com as contribuições de Iris Young (1990b) e Sandra Bartky³⁸ (1988) sobre a corporalidade no que tange à sua implicação para questões de mobilidade e comportamento, espacialidade e identidade feminina. Sobretudo, essas feministas, entre outras, lançam luz sobre a própria afirmação feita por Grosz de que “nossa política começa com nossas sensações” (2000, p. 80).

³⁸ Iris Young desenvolve seu argumento baseada na teoria do corpo vivido de Merleau-Ponty e na análise de Simone de Beauvoir sobre a condição e a experiência femininas. Young está particularmente focada em qualquer movimento corporal que tenha um objetivo em mente e, portanto, está deixando de lado diversos outros tipos de movimento corporal feminino. Já Susan Lee Bartky baseia sua análise das formas de dominação que atuam sobre o corpo através das discussões de Michel Foucault sobre práticas disciplinárias. Bartky se concentra mais especificamente em movimentos corporais bem como padrões de beleza estabelecidos nas sociedades modernas para ilustrar tanto a sua capacidade de disciplinar bem como penetrar nosso inconsciente e subjetividade.

Em outras palavras, nosso corpo está intrinsecamente ligado a nossa subjetividade e também os ordenamentos da política.

Young, por sua vez, baseia sua discussão em observações sobre a mobilidade e as tarefas físicas masculinas e femininas, que compreendem desde praticar esportes a carregar livros. Seu objetivo é provar como, além da questão da diferença física, as mulheres acabam conhecendo, entendendo e utilizando os seus corpos de formas distintas das masculinas, em um sentido que caminha em paralelo com sua limitada autonomia³⁹ na sociedade. Nesse sentido, a existência feminina deve ser entendida não através de uma lógica ou essência biológica determinante, mas como uma série de condições que delimitam a experiência de ser mulher, o que também implica na possibilidade de escapar ou transcender a estas experiências (YOUNG, 1990b, p. 144). Os gestos, as posturas e os movimentos dessa “feminilidade” são guiados por normas que refletem, sobretudo, noções de confinamento, disciplina e restrição. Essa noção de espaço não se restringe necessariamente a um espaço geográfico, tal como a esfera privada. Como Bartky (1988) ressalta, esse comportamento, baseado no ideal da “feminilidade”, exige uma capacidade de exibir não somente constrição, mas delicadeza e até mesmo erotismo moderado por modéstia (p. 98). É essa tensão entre transcendência (sujeito) e imanência (objeto) que Young tão bem identifica em sociedades patriarcais.

Neste ponto, vale retomar a questão do espaço. Em primeiro lugar, cabe discutir o espaço como um lugar específico, ou seja, delimitado por fronteiras que aqui chamaremos de espaço público e privado. O confinamento das mulheres, histórica e filosoficamente, ao espaço privado, ilustra claramente a tensão entre transcendência e imanência. A esfera privada leva à “objetificação” de pelo menos três formas: quando as mulheres são consideradas esposas e mães doces e obedientes, como objetos do desejo sexual dos homens e mesmo como seres economicamente dependentes. É claro que esse padrão tem sido transformado e desafiado a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho e nas demais esferas públicas. Não obstante, os rastros permanecem no imaginário sociopolítico e, conseqüentemente, transformam-se em novas formas disciplinares e opressivas. Quando nos voltamos à esfera pública, Young e Bartky enfatizam como a objetificação se apresenta ao menos de duas formas. Em primeiro lugar, os movimentos das mulheres permanecem constrangidos, seja na forma como caminham, sentam-se ou se levantam. Quando as mulheres se movem mais livre, ativa ou assertivamente, segundo Young, elas fazem um convite a sua própria objetificação.

³⁹ É importante notar que Young reconhece que essa especificidade corporal não necessariamente se aplica a todas as mulheres e a todas as sociedades. O objetivo dela é entender como uma existência feminina conduz a certos comportamentos que acabam por ser femininos.

Em segundo lugar, a maior presença da mulher na esfera pública denota a transformação desses padrões de objetificação. As mulheres não mais são relegadas exclusivamente à esfera doméstica, tampouco se espera que sua feminilidade se manifeste através da maternidade. Por outro lado, as mulheres se encontram controladas por uma ênfase crescente nos seus corpos como objetos sexuais, o que, em última instância, inclui uma prescrição por parte das mulheres a uma imagem feminina estabelecida. De acordo com Bartky, a “autovigilância tornou-se uma forma de obedecer ao patriarcado”, pois é uma forma de obedecer a uma “feminilidade normativa” (BARTKY, 1988, p. 107-108). Ao mesmo tempo em que essas normas atravessam os eixos de raça e classe, elas não deixam de ter implicações diferenciadas, particularmente no que tange à opressão e diferença intergrupo. Em última instância, o que as duas autoras objetivam é mostrar a relevância da corporalidade, já que ela lida com os sentimentos inconscientes (e talvez até mesmo conscientes) de “incapacidade, frustração e autoconsciência” (YOUNG, 1990b). Em outras palavras, esses sentimentos, essas imagens ou essas crenças acabam sendo internalizados e incorporados na estrutura do *self* (BARTKY, 1988).

1.2.3 Implicações Públicas e Privadas da Cidadania

Se até agora vimos como a separação entre o público e o privado se desdobrou em papéis de gênero naturalizados e em especificidades de corporalidade feminina, há um terceiro elemento que tem implicações para a questão maior da liberdade das mulheres e que, por sua vez, vai tocar em questões relevantes para cidadania. Segundo Pateman (1988, p. 3), a divisão do público do privado está ligada à origem do contrato sexual, onde a importância e os significados políticos foram dados à esfera pública em detrimento da esfera privada. Sendo assim, essa divisão implica em uma condição de cidadania inferior para as mulheres, não somente por confiná-las à esfera privada, mas também por considerá-las politicamente irrelevantes.

Esse cenário se concretizou com dois fatores. O primeiro diz respeito ao advento do capitalismo e às mudanças socioeconômicas que tornaram as mulheres dependentes economicamente dos maridos, particularmente dada a divisão sexual do trabalho. O segundo

refere-se à conciliação entre as teorias liberal e patriarcal no que tange à questão de quem deveria ser considerado um “indivíduo”. Teoricamente, segundo Pateman (1996, p. 33), o liberalismo e o patriarcalismo eram doutrinas antagônicas. Por um lado, o liberalismo sustentou uma doutrina individualista e igualitária. Ao estabelecer a relação familiar na esfera privada como ‘natural’, Locke, em seu *Segundo Tratado*, reforçou a divisão entre o público e o privado e, mais ainda, delimitou o que seria precisamente poder político e poder paternal (PATEMAN, 1996). Por outro lado, o patriarcalismo sustentou relações hierarquicamente estabelecidas onde as mulheres eram subordinadas aos homens. As duas teorias se encontram, portanto, na sua capacidade de estabelecer a convenção de negar às mulheres o *status* de indivíduos e, portanto, de participação política (PATEMAN, 1996, p. 34). Ambas as distinções são um reflexo de um claro demarcador de diferença sexual que se tornou relevante para a questão da igualdade política, dado que especificou quem poderia alcançar a condição de ser livre e igual na sociedade.

Nesse sentido, e em paralelo às consequências oriundas do contrato sexual, é importante notar que os papéis atribuídos às mulheres nem sempre atingiam um *status* integral de subjetividade (no sentido de sujeito). Como “anjos ou demônios”, “santas ou Evas”, a identidade das mulheres se reduziu a “caricaturas simplistas e exageradas” (HIRSCHMANN, 2003, p. 78). Em outras palavras, as mulheres desempenhavam seus papéis aderindo a certos traços caricaturais onipresentes no imaginário sociopolítico que serviam para perpetuar e naturalizar papéis de gênero e limitar a subjetividade feminina pelo próprio fato de que “o sexismo [tornou-se] normatizado [e] as barreiras tornaram-se completamente invisíveis, saindo completamente do campo da contestabilidade”⁴⁰ (HIRSCHMAN, 2003, p. 77). Além disso, os elementos que estabeleceram a divisão entre o público e o privado criaram um enquadramento social e político que opera com as forças subjacentes do patriarcado, reproduzindo as oposições binárias e instalando diversos impedimentos culturais, políticos e econômicos para os papéis e as subjetividades femininas.

Nesta seção, buscamos demonstrar a capacidade das ideias e crenças em exercerem poder sobre as práticas e as ações das mulheres. Nesse sentido, consideramos que os desdobramentos da subordinação da mulher levam não apenas a diferentes padrões de socialização, mas também ao estabelecimento de “um sujeito/indivíduo sobre o qual a socialização pode fazer seu trabalho” (FERGUSON, 1993 *apud* HIRSCHMANN 2003, p. 77). Além disso, buscamos ressaltar como o imaginário sociopolítico, o conhecimento e a

⁴⁰ Do original: “Indeed, where sexism is normalized, barriers can become completely invisible, falling out of the range of contestability altogether”.

ação (agência) não são independentes um do outro, mas complementares. Estabelecendo esse parâmetro, cumprimos o objetivo de demonstrar a necessidade de examinar alguns elementos que constituíram o imaginário sociopolítico e impactaram as noções sobre os papéis de gênero. A partir desse mapeamento, acreditamos que a discussão sobre lutas por reconhecimento é relevante para fundamentar uma consciência feminista capaz de subverter ou desafiar a lógica, oriunda da divisão público/privado e das dimensões do patriarcado, que restringiram as identidades, opções e escolhas das mulheres.

1.3 LUTAS POR RECONHECIMENTO: REVELANDO FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DE GÊNERO

Quando consideramos que formas múltiplas de subordinação estão envolvidas em uma rede complexa de símbolos, práticas e ações, conforme já foi mencionado, um projeto de crítica feminista deve focar no entendimento dessa complexidade e em possibilidades de rupturas com as mesmas. O enquadramento para compreender tal matriz de subordinação pode levar a diversos caminhos. Aqui, escolhemos analisar como a divisão público-privado, sustentada por um imaginário político-social, estabeleceu e impactou as relações de gênero através de hierarquias construídas socialmente. Em outras palavras, uma análise desse tipo deve também ser capaz de capturar a maneira como tais relações impactaram os padrões de subordinação de gênero, ao mesmo tempo em que serviram para moldar subjetividades. Destarte, o reconhecimento e as lutas por reconhecimento tornam-se o instrumento conceitual e normativo que utilizaremos para sustentar o argumento de que há possibilidades de ruptura com as práticas, doutrinas e instituições hegemônicas que estabeleceram rígidos papéis de gênero. Isso porque entendemos que lutas por reconhecimento servem como desafios a normas existentes sobre reconhecimento intersubjetivo, que também desafiam as noções predominantes que articulam e legitimam o poder político, social e econômico (TULLY, 2000). As “ideias, energias e experiências” dessas lutas, inclusive os momentos de vitória e derrota, são o que impulsiona a criação de novas normas e novas instituições (ALEXANDER, 1998). Ou seja, entendemos que os atores/as ligados a essas lutas e movimentos, ao mesmo

tempo em que fazem parte dos discursos do imaginário que os moldam e por vezes os subordinam, também têm a capacidade de reformatá-lo.

Nesta seção final, pretendemos discutir, em primeiro lugar, como as reivindicações por reconhecimento trazem à tona distintas formas de subordinação, referentes a específicos contextos históricos e políticos, e também uma dimensão emancipatória através de contestações contingentes. Em segundo lugar, buscaremos ancorar nossa conceituação de reconhecimento por meio de uma definição mais abrangente que reconhece as forças materiais e simbólicas de poder que estruturam as relações sociais, ao mesmo tempo em que não abre mão da sua influência para a formação de subjetividade. Esse ponto é importante já que lutas por reconhecimento nunca são apenas uma relação entre dois atores (o *self* e o outro), mas, de fato, envolve uma relação complexa que afeta diversos atores de diferentes formas (TULLY, 2000, p. 474).

Isso implica admitir que a luta por reconhecimento é intersubjetiva e não deve ser considerada como um fim em si ou limitado às conquistas de direitos garantidos pelo Estado (MENDONÇA, 2009, p. 147; TULLY, 2000). Dado o processo contínuo de negociação, as próprias lutas vão se moldando diante das circunstâncias históricas e políticas. Nesse mesmo sentido, essas lutas podem ser constrangidas por contextos políticos e institucionais através de políticas do Estado que acabam estigmatizando certas identidades ou limitando a sua capacidade de se estabelecer como um par na vida social (HOBSON, 2003; FRASER, 2003). O nosso olhar para as dimensões do imaginário sociopolítico permitem uma investigação mais específica dos contextos em que mudanças institucionais, guiadas pelos discursos normativos de certos intelectuais, criaram ou não constrangimentos a quem recebe reconhecimento. Isso porque os códigos “impuros”, bem como práticas e discursos, reforçados pelo imaginário, “definem uma identidade que merece repressão, ao passo que códigos puros constroem os candidatos” aptos a participar na vida social (ALEXANDER, 1998). O processo de institucionalizar, então, as diversas formas de falso reconhecimento (*misrecognition*) e não reconhecimento (*nonrecognition*) pode ser detectado no arcabouço do imaginário que propomos. O imaginário aqui mapeia as circunstâncias complexas envolvidas nas lutas para desafiar “os códigos impuros”.

Assim, focaremos na combinação de certos pontos defendidos por Axel Honneth e por Nancy Fraser (HONNETH, 1995; FRASER; HONNETH, 2003), de forma a definir o reconhecimento em termos mais amplos. E, em terceiro lugar, mostraremos que no *continuum* de reconhecimento, falso reconhecimento e não reconhecimento existem formas distintas de falso reconhecimento que podem influenciar ou criar barreiras para manifestações de agência.

Tais formas de falso reconhecimento vão além das definições que as alinham com formas de desvalorização de atributos de certos indivíduos ou grupos.

A dificuldade de compreender as diversas formas que agência pode se manifestar está ligada ao fato de que formas de auto-definição e auto-direcionamento operam dentro e em relação às formas de socialização, que, por sua vez, podem refletir as formas sutis ou não de dominação (ABRAMS, 1999). Com isso, é importante lembrar que a consciência das normas que impactam a subordinação de gênero e constituem a identidade de um sujeito não implica necessariamente na transformação ou superação da submissão (ALLEN, 2008, p. 10-11). Ou, como Lois McNay (2008) afirma, “consciência crítica e agência” nem sempre emergem como resistência a formas de sofrimento ou de injustiças. Mas, pelo menos, a consciência e auto-reflexão abrem espaço para “afirmar, reinterpretar, resistir ou, parcialmente, substituir” tais padrões de subordinação (ABRAMS, 1999, p. 825). Isso porque estamos lidando com obstáculos que fazem parte da intrincada e complexa matriz de padrões de subordinação e hierarquias que formam o imaginário sociopolítico, além das varias gradações que encontramos de expressar agência. Não obstante, o fenômeno histórico de lutas por reconhecimento nos permite refinar nossa investigação da construção social de papéis de gênero e seu impacto para o *self* e a coletividade.

O que constitui a essência e o papel do reconhecimento na teoria crítica tem sido debatido desde 1990, atingindo o seu ápice no diálogo travado entre Nancy Fraser (2003) e Axel Honneth (2003), bem como nas consequentes críticas dirigidas a ambos. Embora não pretendamos discutir em profundidade o debate que se seguiu, concordamos com Kompridis (2008, p. 295) que, além do debate do reconhecimento e da redistribuição de Honneth e Fraser, traz a própria discussão ou questão do que seja “reconhecimento”. Além disso, sustentaremos que é válido considerar o conceito de agência advindo dessas duas perspectivas, já que essa agência serve como mola propulsora para ação política.

No seu livro *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*, Axel Honneth (1995) refere-se à luta por reconhecimento como um conflito social de caráter moral, que tem como objetivo não somente a emancipação do indivíduo, mas também a produção de relacionamentos que favoreçam a inclusão social e a própria autorrealização. Honneth procura identificar as experiências sociais capazes de gerar lutas por reconhecimento em um contexto histórico e, por sua vez, culminar em formas de emancipação social. Por outro lado, o autor busca, de forma sistemática, lidar com o *status* psicológico de um indivíduo em experiências interativas para ilustrar as tensões que ocorrem no processo de formação de uma subjetividade autônoma e autorrealizada.

A partir dessas tensões, Honneth (1995) demonstra que a identidade dos indivíduos só pode se formar de modo integral, e não distorcido, se, no processo de interação social, eles/elas desenvolvem autoconfiança, autorrespeito e autoestima, em três esferas: amor, direito e solidariedade. De acordo com Honneth, a primeira forma de reconhecimento é encontrada nas relações de amor ou de afeto. A segunda forma de reconhecimento é encontrada na esfera do direito. Ao mesmo tempo em que os indivíduos devem respeitar os outros, eles/elas também podem legitimamente esperar que os outros respeitem os seus direitos, independentemente de qualquer hierarquia ou posição social. Importante ressaltar que, apesar das duas formas de reconhecimento presentes na esfera do amor e do direito recaírem sobre o mesmo padrão de socialização – um processo de reconhecimento recíproco em que um indivíduo se entende e se conhece a partir da sua relação com o outro –, elas diferem-se entre si. A condição de reconhecimento em uma interação legal só poderá acontecer dentro de um contexto histórico. Estima social, a terceira categoria de reconhecimento mútuo, é direcionada às qualidades distintivas do indivíduo ou do grupo e é conferida dentro de um contexto de vida social mais amplo.

Enquanto Axel Honneth (1995) foca no enraizamento de injustiças simbólicas e culturais que têm implicações para a autorrealização do sujeito, ou o que McNay (2008) designa como uma “orientação subjetivista”, Nancy Fraser (2003) constrói sua teoria normativa sobre a justiça social através de uma “orientação objetivista”. Para tanto, Fraser visa unificar três vertentes historicamente desconexas, quais sejam: redistribuição, reconhecimento, e mais recentemente, representação. Esses três eixos buscam remediar os padrões e as práticas de interação social que, sistematicamente, sustentam as injustiças no mundo contemporâneo. Ou seja, a injustiça social pode ser compreendida a partir da falta de recursos materiais, da falta de *status* ou de valoração cultural como sujeito, ou da falta de voz política que impeça indivíduos de participarem como pares na sociedade. O intuito de Fraser é propor um novo modelo para pensar identidades e justiça social ao ilustrar como as formas de injustiça passam pela estrutura econômica da sociedade, pela ordem de *status* e pela exclusão dos palcos de contestações políticas.

Para tanto, Fraser estabelece a *participação paritária* como princípio normativo da justiça e apresenta-o por meio de duas pré-condições que precisam ser cumpridas para efetivamente estabelecerem-se padrões justos de interação social (FRASER, 2003, p. 36). A primeira condição, designada como a pré-condição objetiva da participação paritária, está relacionada à distribuição dos recursos materiais que possam garantir a independência econômica do indivíduo. Isto significa eliminar arranjos sociais que impedem a participação,

no(s) espaço(s) público(s), de todos os membros de uma sociedade, devido à privação, à exploração e a graves desigualdades econômicas. Já a segunda condição, a pré-condição intersubjetiva, está relacionada aos padrões de valoração cultural que são capazes de expressar respeito e igualdade de oportunidade a todos os participantes. Isto porque Fraser identifica que determinados marcadores sociais (como cor da pele, sexo, etnia) têm sido mobilizados para codificar, segundo um padrão hierarquizado de valoração cultural, alguns sujeitos e grupos como “desprezíveis e inferiores” e outros como “bons e superiores” (ASSIS; OGANDO, 2006).

Cabe ressaltar que as duas primeiras dimensões da injustiça são políticas, já que representam contestações sobre as estruturas de poder e implicam demandas ao Estado. A terceira dimensão, mais recentemente incluída na teoria de justiça de Fraser (2008), lida especificamente com a constituição política da sociedade, que pode vir a ter implicações no pertencimento social de um indivíduo ou grupo, dado às regras decisórias de instituições ou até mesmo das fronteiras da comunidade. Essas duas formas de exclusão política, ou falsa representação, negam a algumas pessoas a possibilidade de participar, como par, nos debates e decisões políticas (FRASER, 2008, p. 280). Ou seja, o que está em jogo é (1) a capacidade legítima de fazer reivindicações de justiça e (2) a capacidade igual de expressão nas deliberações públicas e em espaços de tomada de decisões (FRASER, 2008, p. 278). A grande contribuição de Nancy Fraser (1997, 2001, 2003, 2008) diz respeito à afirmação da existência de três formas de injustiça, que estariam imbricadas em um relacionamento dialético, no qual uma política de redistribuição, uma política de reconhecimento e uma política de representação precisam ser avaliadas na sua interligação, de forma que possam efetivamente alcançar o cerne das injustiças sociais.

Fraser alinha as condições de não reconhecimento a uma dimensão política ao tratar estas situações não como um impedimento à autointegração ou autorrealização do indivíduo, mas como uma injustiça ao seu próprio *status*, efetivamente colocando o problema do reconhecimento no patamar da política (FRASER, 2003). A argumentação de Fraser é ancorada na ideia de que o reconhecimento constitui um elemento fundamental para a participação dos sujeitos como pares na esfera pública, e não apenas uma forma de reconhecer uma identidade⁴¹ específica. Desse modo, o não reconhecimento significa mais do que uma mera depreciação ou deformação de uma subjetividade; ele corresponde a uma condição de subordinação de *status* localizada nas interações sociais, e não em uma psicologia individual

⁴¹ Cabe salientar que para certos grupos a noção de autorreconhecimento é fundamental para sua atuação, como é o caso do movimento negro (Pinto, 2008).

ou interpessoal (FRASER, 2003, p. 31). Contudo, o princípio normativo de Fraser tem recebido críticas por não apontar as formas como essas injustiças seriam desmanteladas com ações institucionalizadas (PINTO, 2008)⁴²⁴³.

O empreendimento teórico de Honneth alinha a luta pelo reconhecimento a um conflito social que tem como seu objetivo não apenas a emancipação do sujeito, mas também o desenvolvimento de relacionamentos que promovem a inclusão social e a autorrealização. A concepção de Honneth foi criticada por sobre-enfatizar a dimensão psicológica de autorrealização. Contudo, como Mendonça (2009) nos lembra, Honneth constrói sua ideia de reconhecimento com o foco intersubjetivo, a partir da tentativa de construir relações sociais mais simétricas que levam em consideração o outro, bem como visa transformações mais igualitárias no âmbito dessas relações. Isso já anula a possibilidade de justificar reivindicações por reconhecimento de qualquer grupo fundamentalista que restringiria a capacidade de autorrealização de outro grupo. Nessa perspectiva, Mendonça ainda argumenta contra as críticas em torno da possível reificação de identidades ao lembrar que essas lutas e a possibilidade de autorrealização só podem ser alcançadas em um projeto dialógico e aberto (MENDONÇA, 2009, p. 148).

Acreditamos, então, que ao optar por uma perspectiva objetivista oferecida por Fraser, perdemos parte do potencial analítico do conceito quando deixamos de lado ou não exploramos uma perspectiva “experimental ou interpretativa que está associada com a identidade”, já que as dimensões subjetivas e objetivas da opressão estão interligadas (MCNAY, 2008, p. 127). Em outras palavras, podemos obter muito mais de um conceito mais amplo de reconhecimento que seja visto “tanto como uma questão de igualdade quanto de identidade, tanto como uma questão de justiça quanto de agência” (KOMPRIDIS, 2008, p. 307).

Partindo desta premissa, o conceito de reconhecimento defendido aqui busca ser amplo o suficiente para evitar o truncamento das experiências subjetivas, porque, como Kompridis assinala, ao mesmo tempo em que o sofrimento pessoal se torna “notoriamente instável como forma de justificativa” de injustiças, por outro lado, elas são “inevitavelmente pessoa[is]” (KOMPRIDIS, 2008, p. 299). Ao mesmo tempo em que Honneth foi criticado

⁴² Conforme Pinto (2008) aponta, Fraser deixa de abordar as formas como o próprio Estado seria capaz de endereçar os obstáculos à participação paritária. Para Pinto (2008) uma adequada resposta seria uma discussão acerca das capacidades das políticas públicas para enfrentarem tais questões, um caminho já apontado por Iris Young em *Inclusion and Democracy* (2000).

⁴³ Argumentamos ainda que os caminhos traçados por Fraser e Honneth não delineiam formas institucionais capazes de contemplar o reconhecimento reivindicado, especialmente por grupos minoritários, destituídos de estima social.

por enfatizar demasiadamente a dimensão psicológica da formação da identidade de um sujeito, Fraser também pode ser criticada pelo modo como ela desassocia ou minimiza os efeitos psicológicos do falso reconhecimento. Ou seja, Fraser perde o potencial explicativo de sofrimento social quando “ela abandona uma perspectiva mais interpretativa ou experimental que está associada com a identidade” e reforça apenas o objetivismo (MCNAY, 2008, p. 127)⁴⁴.

A relevância do conceito de reconhecimento é atribuída, em parte, a sua capacidade de lançar luz sobre as interligações entre questões de subjetividade e agência, que são certamente importantes para questões feministas (MCNAY, 2008). O conceito se torna fraco quando ele liga a subjetividade muito estreitamente a uma necessidade psicológica, sendo incapaz de perceber outras dimensões e estruturas de poder que impactam a subjetividade (MCNAY, 2008). Buscamos chamar atenção, portanto, para o fato de que talvez o problema maior não resida apenas na questão dos efeitos psicológicos que o não reconhecimento e o falso reconhecimento criam para a autoconfiança ou autorrealização de um indivíduo. Talvez o problema resida, por sua vez, na dissociação e/ou na falta de problematização da dimensão política das formas como o falso reconhecimento atua na esfera privada, certamente com consequências para as esferas públicas.

Para compreendermos melhor o elo que estamos buscando estabelecer entre reconhecimento e agência, ou formas de falso reconhecimento como obstáculos para o exercício de agência, precisamos revisitar brevemente o conceito de agência⁴⁵. A fim de ilustrar as raízes de agência em lutas por reconhecimento, utilizamos da definição de agência tanto como uma ação coletiva quanto como uma autorreflexão individual que se direciona a um alvo cultural e político, ou até mesmo individual (ABRAMS, 1999, p. 807). Nesse sentido, agência pode emergir como uma forma de crítica direcionada às variadas dimensões do imaginário político-social ilustrado anteriormente. Ao mesmo tempo, o conceito não abre mão da dimensão subjetiva ligada à agência, já que subjetividade aqui é entendida como um processo inter-relacional guiado por padrões de socialização nas esferas pública e privada, bem como por normas culturais e institucionais de androcentrismo (ABRAMS, 1999;

⁴⁴ McNay (2008) desenvolve seu argumento em torno do reconhecimento a partir da noção de *habitus* de Bourdieu. Para a autora, o essencial é explicar como estruturas e dinâmicas de poder implicam em aspectos de opressão e resistência.

⁴⁵ Estaremos utilizando o conceito de agência por incluir uma perspectiva mais abrangente capaz de revelar as diversas dimensões das relações de poder que construíram os papéis de gênero. Diversos debates forjados no interior da teoria feminista têm mostrado os limites do conceito de autonomia que, em termos gerais, se refere a capacidade de agir racionalmente baseado em seus próprios desejos. Para interessantes discussões que buscam romper com a definição mais estreita e liberal da noção de autonomia, veja Diana Meyers (1987) e Amy Allen (2008), entre outras.

FRASER, 2003). Em última instância, é uma forma de entender que certas atitudes e práticas adotadas na vida cotidiana são reflexos de normas transmitidas por práticas e instituições sociais e políticas.

A crítica feminista aborda essa transmissão e/ou socialização não meramente como uma forma de anular as possibilidades de agência, mas para ilustrar a sua extensão ao ponto em que nem sempre é possível traçar a sua origem externa ou interna. Além disso, a crítica feminista mais básica se resume no fato de que tais normas moldadoras de subjetividades dificultam a participação em certas atividades na vida social. Essas barreiras ao auto-direcionamento fazem parte de um sistema social e político de desigualdade, que não somente restringe ou impede mulheres de participarem como um par, mas ao mesmo tempo serve como uma forma de desempoderamento de um grupo (ABRAMS, 1999; FRASER, 2003).

O falso reconhecimento tem sido comumente definido como um padrão de valor cultural e simbólico que desvaloriza e degrada certos indivíduos ou grupos a partir da institucionalização de certos padrões de interação social. Apesar da dificuldade de dar uma substância muito definida para o falso reconhecimento, já que ela muda de contexto para contexto, a sua relação com a nossa discussão sobre a gênese da subordinação das mulheres é importante. Enquanto nos concentraremos nas lutas por reconhecimento desafiando dado imaginário, também ficaremos atentos às formas de falso reconhecimento que atuam sobre a mesma. Ao perceber a complexidade e extensão de formas de falso reconhecimento atuando no imaginário, nas práticas, nos discursos e nas estruturas que detém poder e legitimidade, conseguimos visualizar melhor o que foi possível de ser contestado e o que permaneceu no imaginário.

Lutas por reconhecimento buscam, então, remediar formas de falso reconhecimento ou não reconhecimento e restituí-las com padrões de valoração que não impedem a participação igualitária na vida social. No entanto, argumentamos que uma das razões para a dificuldade envolvida na desestruturação de tais padrões de valor institucionalizados encontra-se no fato de que o falso reconhecimento pode assumir uma forma insidiosa.

Outra faceta do falso reconhecimento para a qual chamamos atenção é aquela em que um valor “positivo” ou “afirmativo” é atribuído a um indivíduo devido a certos atributos que ele/ela possui. Conquanto à primeira vista isso pode ser parecido com uma forma de reconhecimento, alegamos que é, de fato, uma face insidiosa do falso reconhecimento, porque possivelmente altera tanto a percepção individual quanto coletiva do que se considera valioso em detrimento de outros traços e habilidades. Essa valoração “afirmativa” e heterônoma pode

ser uma entre as várias formas de limitar as ações ou escolhas de indivíduos para manter o funcionamento e legitimidade de certo imaginário político-social.

Um exemplo desse tipo de falso reconhecimento é o modo pelo qual as mulheres têm historicamente sido avaliadas positivamente em virtude de seus papéis como mães ou por terem uma natureza – socialmente construída e essencializada – caracterizada como sensível e/ou emotiva. Este tipo de falso reconhecimento, que estamos concebendo como arraigado em uma base “positiva” ou “afirmativa”, apresenta uma subjetividade idealizada para as mulheres através de papéis rígidos e assimétricos de gênero. Essas formas de falso reconhecimento atuam, muitas vezes, tanto no nível teórico, nas representações das tradições normativas, quanto nas práticas e estruturas em diversas arenas da vida social a partir de conceituações sobre a natureza humana, o corpo e cidadania.

Conquanto tais formas de falso reconhecimento não necessariamente destroem ou causam danos a um indivíduo, como o fazem as formas de falso reconhecimento destacadas por Honneth (1995), podem ainda existir traços de efeitos psicológicos negativos, ou pelo menos limites constrangedores a respeito de autoconhecimento. Cabe mencionar que o falso reconhecimento aqui é uma injustiça no sentido em que reproduz normas institucionalizadas sobre gênero e heterossexualidade, além de normas raciais. O falso reconhecimento, da forma como estamos o definindo, nega o *status* igualitário a indivíduos e grupos sob o pretexto de atribuir valor ao que não é geralmente valorizado pelas lógicas dominantes nas esferas públicas. As lutas por reconhecimento se tornam relevantes precisamente porque o que organiza sua orientação não é um discurso ancorado na diferença, como é o caso do falso reconhecimento. Lutas por reconhecimento são, acima de tudo, um contínuo processo que sempre se reformula e se reinventa, objetivando transformar as relações sociais pautadas por padrões excludentes. Sendo assim, elas não visam apenas a conquista de direitos, mas a própria transformação das relações sociais.

À discussão sobre o enraizamento de formas de falso reconhecimento no imaginário acrescenta-se a nossa investigação dos discursos fornecidos pelas tradições normativas apresentada nos capítulos seguintes. Exemplificamos agora como esse falso reconhecimento baseado no papel da mulher como mãe ou ser sensível tem implicações para a esfera privada e pública a partir da fundação desses discursos.

Na esfera privada esse tipo de falso reconhecimento tem implicações particularmente na questão da própria estruturação e funcionamento da vida familiar. Mulheres são instruídas a cumprir sua obrigação moral com a família e a sociedade através do seu papel primordial como mães. Nesse sentido, tais padrões de socialização para as mulheres criam tensões para

as mulheres que optam por não casar e/ou ter filhos e para aquelas que dividem seu tempo entre as suas duplas e triplas jornadas diante da desigual divisão do trabalho doméstico. Esses padrões também não deixam de ter implicações com questões de sexualidade, classe e raça. A tensão público/privado persiste onde o processo de destradicionalização⁴⁶ continuamente encara a rigidez da manutenção das tradições. O que torna esse tipo de falso reconhecimento injusto é o modo pelo qual tais padrões de fato negam às mulheres a possibilidade de escolher livremente seu caminho, ou, em certas circunstâncias, de identificar outras escolhas sem sofrerem estigmatização. Não obstante, é importante ressaltar que isso não deve ser uma forma de responsabilizar as mulheres por manterem esses papéis e nem mesmo de negar a possibilidade de desafiá-los, pois existem várias gradações de agência⁴⁷.

Quando estendemos para a esfera pública a mesma valoração em relação à natureza sensível das mulheres, que estamos considerando como uma forma distinta de falso reconhecimento, percebemos como essa “afirmação” não providencia instâncias para igualdade. Como mencionado antes, quando as mulheres participam nas esferas públicas, suas vozes, que em geral possuem traços de emoção, são desvalorizadas. O fato de que as mulheres não encarnam o sujeito racional e agressivo as impede de participar como iguais ou pelo menos cria obstáculos para que a diferença aflore⁴⁸. Outro exemplo de como a ênfase posta na sensibilidade e nas emoções entra em jogo pode ser vista nas percepções atribuídas ao diferencial de participação feminina nas instituições políticas formais. Existem diversos argumentos que afirmam que a participação das mulheres na política trará não somente uma perspectiva mais compassiva e maternal às esferas do poder, mas também menos corrupta, egoísta e agressiva⁴⁹. A fim de apoiar tais argumentos, há estudos que afirmam que as mulheres se dedicam mais a temas associados ao “domínio feminino”, tais como saúde, educação, meio ambiente, temáticas de minorias, família, crianças e idosos, e menos a questões relacionadas com política externa e econômica. Entretanto, autores como Luis Felipe Miguel (2001) são rápidos em apontar que, se tais diferenças ocorrem, elas se devem muito mais ao fato de que estes são os únicos nichos disponíveis para as mulheres no campo político. Mais uma vez, existe uma clara demarcação de como o falso reconhecimento, que

⁴⁶ A destradicionalização (*destraditionalization*) se refere à queda ou mesmo a um processo de desconstrução da tradição, sendo evidenciado pela perda de confiança em valores ou até mesmo nas próprias instituições que sustentam esses valores, tais como a religião, a família ou o sistema político os controlam. Discutimos o conceito mais profundamente no capítulo 4.

⁴⁷ Para uma discussão sobre as formas e níveis de autonomia, veja Meyers (1987). Para um texto que expande a noção de autonomia para agência, veja Abrams (1999).

⁴⁸ Para uma crítica feminista da ênfase dada a razão nas instâncias discursiva e deliberativa, ver Young (1990), Hoggett e Thompson (2002) e Ogando (2010).

⁴⁹ Pode ser observado que esta perspectiva também é endossada por feministas associadas à ética do cuidado.

brota de uma afirmação “positiva” dos atributos femininos “essencializados”, leva de fato a obstáculos à autorrealização e à participação paritária.

Entender o falso reconhecimento a partir da sua influência tanto para questões de autorrealização quanto para a participação paritária ilustra como normas sobre as relações de gênero guiam a própria autorreflexão, bem como as relações intersubjetivas. Um primeiro passo no sentido de dismantlar tais padrões de valoração, que têm servido para racionalizar certas normas sobre relações de gênero, é ampliar e esclarecer as formas que o falso reconhecimento assume. Um dos modos de conseguir isso é fazer com que o reconhecimento signifique mais do que somente uma luta por afirmação, mas também uma luta para iniciar uma mudança que comece por reavaliar, repensar e reconhecer-se a si mesmo (KOMPRIDIS, 2004; ABRAMS, 1999).

É importante enfatizar aqui que estas lutas por reconhecimento não precisam se apoiar no reconhecimento do outro, mas no próprio sentido de agência individual, descoberta por meio do próprio processo de falso reconhecimento. Kompridis não está afirmando que o falso reconhecimento seja bom para nós porque traz à tona a descoberta sobre nossa própria agência. O que ele faz é mostrar como o reconhecimento e o falso reconhecimento “subdeterminam nossas identidades e a consciência de nós mesmos enquanto agentes” (KOMPRIDIS, 2008, p. 303). E para exercer essa agência é preciso reconhecer (1) o efeito complexo de padrões de socialização para além da esfera privada, (2) a dimensão política envolvida na fundação de normas que ditam relações de gênero, tornando o processo de autoconhecimento mais difícil e (3) o aspecto coletivo nesse processo de autodefinição (ABRAMS, 1999).

Conquanto a agência pode ser encontrada na esfera privada, com frequência as questões são formuladas em função do que isso implica na desestabilização de padrões estruturais de injustiça e na promoção de demandas na esfera pública. O lema feminista de que o pessoal é político foi uma das primeiras tentativas de ligar o privado e o político. O que tratamos de reforçar aqui é que existe um ciclo onde o falso reconhecimento é capaz de operar tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Portanto, um processo efetivo de desinstitucionalizar padrões de falso reconhecimento deve visar a ambos os níveis.

Esta face insidiosa do falso reconhecimento demarca nitidamente como as mulheres têm sido oprimidas pelos discursos naturalizantes, ainda mais quando as desigualdades intersectam os eixos de raça, classe e sexualidade. As formas que o falso reconhecimento toma se alinham com os “padrões de valores androcêntricos” presentes em diversas instâncias da vida cotidiana. O que buscamos mostrar, contudo, é que formas heterônomas de falso

reconhecimento, baseadas em uma valoração supostamente “positiva”, permeiam o imaginário sociopolítico sem discussão ou crítica, servindo assim os próprios objetivos políticos de tradições normativas. Isso nos remete, então, ao fato de que “não podemos eliminar opressão estrutural ao destituir do poder um político ou fazer novas leis” (YOUNG, 1990a, p. 41). Precisamos, ao contrário, nos concentrar em todos os níveis em que injustiças circulam e se legitimam no imaginário.

Isto não significa que estamos negando a força e os esforços das mulheres e dos movimentos feministas para socavar tais formas de opressão através dos tempos. O que estamos querendo destacar em particular é que, em um nível normativo, mesmo no seio de todos os debates, as concepções sobre o que constitui o papel das mulheres na sociedade têm, na maior parte do tempo, se mantido intactas. Isto é parcialmente atribuído ao fato de que essas normas não somente deixaram marcas em nossa consciência, mas têm ditado as regras das próprias estruturas que operam no interior dessas estruturas dominantes.

Concordamos com Kompridis quando afirma que “seja o que for o reconhecimento, se ele de fato é uma prática que pode ser circunscrita, ele parece ter um peso importante em um processo de reeducação, em uma alteração de nossas orientações cognitivas e expectativas normativas”⁵⁰ (KOMPRIDIS, 2008, p. 305). A simples pretensão que possuímos, então, é a de apontar a maneira pela qual essas orientações e expectativas foram produzidas no pensamento sociopolítico brasileiro. Além disso, uma discussão que amplie o escopo do que constitui o falso reconhecimento permite-nos simultaneamente alargar o campo da desconstrução de tais padrões de valor.

Lutas por reconhecimento evidenciam que as possibilidades para as estratégias de mobilização e agência estão, em última instância, ligadas às “experiências submersas a vida cotidiana” (MCNAY, 2008, p. 152). São precisamente essas experiências bases de lutas pré-políticas que não são captadas pela abordagem objetivista de Fraser (MCNAY, 2008, p. 152). Não obstante, elas tocam em formas de subordinação. O que ocorre é que essas experiências não necessariamente se encaixam no domínio de reconhecimento ou de redistribuição, mesmo que sejam relevantes para tais eixos.

O intuito de retomar a discussão sobre lutas por reconhecimento, articuladas como contestações ao imaginário composto, é de que esse debate nos oferece uma ferramenta analítica para pensar sobre as vozes e reivindicações feministas que surgiram frente algumas tradições normativas dominantes em dois períodos históricos no Brasil. Considerando como

⁵⁰ Do original: “Whatever recognition is, if indeed it is a circumscribable practice, it seems to figure importantly in a process of reeducation, in an alteration of our cognitive orientations and normative expectations”.

essas lutas desafiavam a legitimidade dos discursos enraizados no imaginário, também podemos avaliar se as agendas de tais lutas foram capazes também de tocar nas formas de falso reconhecimento que constroem uma arena simbólica e política aonde noções sobre cidadania, direitos e participação paritária são definidos. Sendo assim, o relacionamento entre lutas por reconhecimento e o estabelecimento do imaginário construído por discursos hegemônicos se torna importante por pelo menos dois motivos. Primeiro, porque essa ferramenta normativa, que leva em consideração tanto a dimensão intersubjetiva do reconhecimento quanto a estrutural e institucional da subordinação de *status*, é importante para lançar luz não somente nas formas de não reconhecimento e falso reconhecimento na esfera pública, mas também na esfera privada. Segundo, as lutas por reconhecimento revelam como é essencial explorar a maneira como identidades são interligadas às forças econômicas e culturais presentes nas relações sociais da vida cotidiana (MCNAY, 2008, p 154).

Portanto, o objetivo geral é mostrar que a força normativa do conceito de reconhecimento está na sua capacidade de gerar bases de entendimentos compartilhadas que podem, por sua vez, gerar ação e novas regras de reconhecimento mútuo (MCNAY, 2008; TULLY, 2000). Um estudo sobre as lutas por reconhecimento e seus efeitos no imaginário político e social deve ser crítico e esclarecedor e, nesse sentido, capaz de revelar as formas conhecidas e desconhecidas com que as tradições normativas têm atuado para permear a subordinação de gênero na sociedade brasileira. Em última instância, serve para ligar as raízes dessa subordinação do passado com a sua permanência no presente, a fim de apontar caminhos para possíveis transformações no futuro.

Nos próximos dois capítulos, buscamos então mostrar como vozes feministas ou lutas por reconhecimento buscaram desafiar certas tradições normativas que ajudaram a constituir o imaginário. A evidência empírica que utilizamos, no formato de discursos e crenças dos atores/autores ligados as tradições hegemônicas do imaginário serve para ressaltar como esses intelectuais influenciam dado imaginário, sendo, ao mesmo tempo, influenciados por ele. Isso porque entendemos que lutas por reconhecimento ocorrem em terrenos simbólicos nos quais discursos são relevantes justamente porque eles organizam a própria arena política ao definir questões referentes a direitos, cidadania e o que conta como recurso político (HOBSON, 2003, p. 7). Ou seja, as lutas por reconhecimento e sua capacidade de iluminar formas de falso reconhecimento ou não reconhecimento, operando no imaginário, nas instituições e nas práticas cotidianas, buscam conjunturas nas quais novos discursos igualitários podem ser institucionalizados.

2 A SANTIDADE DA FAMÍLIA E O PAPEL DA MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: 'exclui', 'recalcar', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1999, p. 218).

Durante o período em que diversas tradições e/ou doutrinas normativas disputavam para ganhar preeminência no imaginário sociopolítico, que se estende desde a crise da monarquia até a fundação da República, a questão da mulher não se encontrava no cerne das ideias ou discussões, pelo menos não no sentido de uma problematização do seu papel como cidadã, como portadora de direitos. Lembramo-nos que o imaginário, constituído de batalhas ideológicas e políticas, é parte integral do que confere legitimidade a um regime político, bem como contribui para definir identidades coletivas (CARVALHO, 1990, p.10-11). Portanto, a ausência de uma reflexão sobre o lugar da mulher que vá além da esfera doméstica, é, em si, um reflexo dos traços particulares da sociedade no período em questão: uma sociedade patriarcal e escravocrata, carente de uma esfera pública forte, delineada e ativa.

Nesse âmbito, identificamos também as bases e as representações da natureza da mulher necessárias para entendermos o que Simone de Beauvoir afirmou, posteriormente, na sua introdução ao *Segundo Sexo* (1989): uma referência ao tipo humano absoluto, que para todos os efeitos foi e é masculino. Em outras palavras, aquelas tradições fundavam-se na compreensão de que “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas em relação a ele; ela não é considerada um ser autônomo”¹ (BEAUVOIR, 1989, p. xxii, tradução nossa). Não obstante, percebemos que, mesmo nesse cenário, vozes feministas de dissidência emergiam no que se tem definido como um período de lutas pré-feministas.

O objetivo principal neste capítulo, então, é compreender como (1) vozes feministas buscavam trazer à tona reivindicações por igualdade em um imaginário restrito e conservador e (2) tradições normativas disputavam espaço e poder na elaboração desse mesmo imaginário sociopolítico e, por sua vez, ajudaram a formatar nossos entendimentos sobre os papéis de gênero no Brasil. Conquanto o enfoque nos papéis de gênero pode ou não ter sido uma

¹ Do original: “Thus humanity is male and man defines woman not in herself but in relation to him; she is not regarded as an autonomous being”.

preocupação dessas tradições normativas, o capítulo busca iluminar os pontos de interseção em que as tensões e/ou convergências entre tais disputas ocorreram, inclusive com as contestações feministas.

As tradições normativas que surgiram nessa época fornecem um rico cenário e um importante ponto de partida para compreender os variados temas ligados às desigualdades de gênero no Brasil. Elas servem como formas para destacar as desigualdades que se estendem além da dicotomia público/privado, mas continuamente ligadas ao predomínio de práticas patriarcais. No período que culmina na proclamação da Primeira República (1889), a lógica de uma hierarquia de gênero já pode ser encontrada em diversas doutrinas, crenças, símbolos e estruturas que, inegavelmente, ditaram a esfera privada como lugar da mulher. Verificaremos, com isso, como essa fundamentação iniciou a produção de um conhecimento específico sobre os papéis de gênero no país, refletindo e reproduzindo a singularidade patriarcal da sociedade brasileira.

Na disputa para maior relevância e poder político, no que tange às questões de gênero, as tradições acabam influenciando a construção social de papéis naturalizados de gênero. Trata-se de reconhecer, então, que a própria história da emergência dessas tradições está submersa em relações de poder, seja pela exclusão de certos sujeitos e/ou pelos significados (negativos ou não) a eles atribuídos. Em outras palavras, uma análise e crítica feminista das narrativas construídas têm o duplo papel de não só ilustrar e desvendar a construção do conhecimento sobre gênero no país, mas também de iluminar as próprias tensões e contradições que configuram os contextos dessas narrativas. Além disso, a análise feita neste capítulo oferece um ponto de partida para examinar, compreender e contestar o modo como a própria história foi produzida a partir de um sistema político e ideológico.

Mantendo esses objetivos gerais como nosso direcionamento, o presente capítulo será organizado em três seções. Na seção que se segue, faremos uma passagem pelo cenário político geral que embasou muitas das disputas entre as tradições normativas dominantes que estaremos analisando, a saber: o positivismo, o catolicismo e o liberalismo, além do próprio feminismo. Autores alinhados com a história social e história do pensamento político e social do Brasil têm focado nas tradições normativas, em algumas instâncias consideradas como pensamento político e/ou social, destacando as matrizes conservadoras e autoritárias que estavam por trás da fundação da nossa república (PAIM, 1998; LYNCH, 2008a, 2008b). Essas matrizes tiveram implicações políticas, sobretudo no que tange às questões entre Estado e sociedade civil, reformas sociais e políticas e na manutenção de certa ordem que guardaria o poder nas mãos de uma perseverante elite conservadora. Assim, nosso enfoque, certamente,

envolve esse pano de fundo, mas concentrará especificamente nas ideias disseminadas a respeito dos papéis de gênero².

Na segunda seção, começaremos com aquela que tem sido considerada a primeira voz feminista do Brasil: Nísia Floresta. Colocar essa voz e luta no início da nossa análise é uma forma de designar uma voz ignorada e considerada subalterna como um exemplo de agente central e de crítica consistente do seu tempo. Será contra as preocupações das demandas de Nísia Floresta, em obras particulares, que partiremos, em seguida, para uma análise das forças que emergiam ao seu redor como as tradições normativas hegemônicas na elaboração do imaginário sociopolítico brasileiro. Pretendemos elucidar as reivindicações dessa primeira voz feminista para registrar parte de uma história sobre vibrantes e multifacetados feminismos no Brasil, que frequentemente nasceram em momentos e lugares não esperados, desafiando, por sua vez, as estruturas e o peso das múltiplas formas da dominação de gênero.

Na terceira seção, retrataremos, especificamente, de uma análise das ideias e dos discursos de certos autores e/ou atores políticos ligados a essas três tradições normativas dominantes. Nossa leitura será pautada, em grande medida, por uma análise de como os autores e atores políticos incorporam certos discursos e conceitos acerca do lugar da mulher e do homem na sociedade brasileira, atribuindo-lhes novos sentidos, bem como gerando certas contradições inerentes. Levando em conta que não existia uma forte esfera pública nesse momento, um olhar para a construção da separação entre as esferas pública e privada ainda é relevante. Esse foco, além de ser uma das nossas fundamentações teóricas, lança luz em toda uma operacionalização de sistemas binários, que podem ser identificados nos diferentes textos. O enraizamento dessa dicotomia no imaginário sociopolítico terá duradouras consequências.

Em última instância, o que se pretende desenvolver neste trabalho é uma análise da forma de ligar os temas discutidos nos textos com os temas mais abrangentes. Essas relações podem servir como pontos de referência ou como indicadores de quais valores e práticas constituíram a cultura política³ durante a fundação da República, servindo para legitimar o

² Nesse sentido, é justificável considerar o catolicismo como uma tradição que contribuiu para a constituição do imaginário sociopolítico brasileiro. Argumentaremos ao longo dessa tese que a tradição católica deve ser compreendida como uma instituição cultural que exerce poder político em um sentido mais geral, configurando e alimentando o pensamento conservador, particularmente no que diz respeito às mulheres brasileiras. Assim, o seu protagonismo deve ser visto enquanto sua influência no ordenamento da dicotomia das esferas público-privado e na própria formulação de legislação que diz respeito a questões de gênero.

³ Utilizamos o conceito cultura política de uma forma mais ampla como apresentado por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 17) que a definem como laços constitutivos que integram práticas sociais e as estruturas de poder que surgem dessas práticas.

Estado e também estabelecendo noções de exclusão e inclusão (seja por conta da divisão entre o público e privado, ou não). No entanto, nosso foco será a tentativa de compreender as premissas largamente aceitas e as implicações dessas circunstâncias na construção de relações de gênero no Brasil, considerando os diversos temas imbricados nessa construção histórico-política.

Para o positivismo, trabalharemos com as ideias de Júlio de Castilhos (1882-1887) e Raimundo Teixeira Mendes (1893, 1908). No que tange ao catolicismo, faremos uma breve reflexão sobre o pensamento como um todo, particularmente sobre os oriundos do Vaticano. Assim, não concentraremos em autores ou líderes religiosos específicos, mas nas bases da doutrina católica romana. É válido ressaltar que como o catolicismo não representou uma tradição consolidada e unificada, durante o século XIX, no sentido de ser representado por atores centrais, como nas demais tradições aqui analisadas, ele tem um papel fundamental no estabelecimento de noções, práticas, símbolos e identidades específicas sobre a construção das relações assimétricas de gênero na sociedade brasileira. Além disso, essa fundamentação terá implicações políticas de peso, pois essa tradição foi capaz de criar um sentido de pertencimento e de comunidade para as mulheres do país. Para a tradição liberal, utilizaremos de diversos discursos e escritos de Rui Barbosa (1877, 1880, 1882, 1900, 1919).

Diante da vasta obra de cada autor/a em questão, a seleção dos textos e discursos significa, no mínimo, a exclusão, talvez, de textos e/ou discursos que se remetem a uma discussão mais profunda sobre conceitos-chaves para a ciência política. Nesse caso, o foco deste capítulo é iluminar e visibilizar a questão das relações de gênero no interior dessas tradições a partir da reflexão das primeiras reivindicações feministas da Nísia Floresta.

2.1 O LUGAR DAS IDEIAS NO SÉCULO XIX: OS TRAÇOS DE CONSERVADORISMO

Existem várias interpretações do *atraso*, das *inconsistências* e, até mesmo, da *dualidade* no que se refere à construção dos valores e à formação da sociedade brasileira. O Período Colonial – caracterizado por elementos que se estendiam para além de “uma unidade territorial, linguística, cultural e religiosa” e por “uma população analfabeta, uma sociedade

escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista” (CARVALHO, 2004, p. 19) – deixou uma herança que conferiu um formato distinto na sociedade brasileira. Essa herança exerce grande impacto sobre o árduo e longo caminho para o alcance de uma cidadania plena e, conseqüentemente, de uma sociedade efetivamente igualitária⁴.

O imaginário que formulava a construção da Primeira República, particularmente no que tange às dimensões das práticas e costumes, carregava consigo a simbologia de uma “essência” naturalizada das mulheres, intrinsecamente ligada a um lugar reservado de subordinação. O Brasil colônia estabeleceu um padrão de organização familiar que deixaria marcas duradouras. Entre elas, Nestor Duarte (2006) aptamente ressalta a de como a família representou o principal lócus da organização social no país, dada as suas funções econômicas e políticas, tendo conseqüências no papel que o Estado conseguiria exercer. Além disso, essa marca se configurou como elemento central na vida das mulheres, já que elas eram restringidas à esfera da domesticidade. De fato, será essa função econômica e política, da qual a família ficava encarregada, que explica para Duarte (2006) o lugar de inferioridade atribuída às mulheres. O processo de enraizamento desse ‘patriarcalismo absoluto’, segundo o autor foi aceito tanto por homens, quanto por mulheres:

Como família que já vinha formada pela época, sob o império do homem ou dos homens como centro da associação, ela por isso exaltou a autoridade do marido, chefe indisputado, austero e orgulhoso, a mandar as mulheres, relegadas para a copa e para a cozinha, numa situação de quase menores e assim tratadas, como aos filhos, sob absoluto rigor e desprezo. (DUARTE, 1939).

A aceitação do ‘patriarcalismo absoluto’ no Brasil adquiriu forças com a divisão do público e privado na Casa Grande. Ainda de acordo com Gilberto Freyre (2000), nessa divisão, por um lado os homens têm a capacidade de plena liberdade e, por outro, as mulheres têm a obrigação de conceber e criar os filhos. Em outras palavras, a mulher é restringida ao serviço ou às artes domésticas como o homem goza das suas liberdades tanto no público quanto do privado (2000, p. 125). De fato, essa cisão reflete como o contrato sexual (PATEMAN, 1988) não está ligado apenas com a esfera privada. Como Carole Pateman (1988) e Sylvia Walby (1990) já assinalaram, o patriarcado se estende para além da esfera doméstica, garantindo aos homens direito de governar ambas as esferas, inclusive com o da legitimidade, através das leis.

⁴ Certamente a escravidão é um dos elementos de maior peso para a construção das (des)igualdades no Brasil. Embora a análise aqui proposta não trate especificamente da questão racial, é importante ressaltar que ela está imbricada com a questão de gênero e das desigualdades.

Além disso, para se sustentar, o patriarcado, que mostra seus traços mais claros na Casa Grande, não somente estabelece papéis específicos para as mulheres na esfera doméstica, mas, mais interessantemente, o marca com um lugar de santidade. Sobre isso, argumentaremos que se trata apenas de uma das facetas da divisão do público e privado, legitimado pela particularidade desse ‘patriarcalismo absoluto brasileiro’ que dificulta romper com os rígidos papéis de gênero e, por consequência, com tal moralismo. Aqui, nessa esfera, às mulheres era atribuído o papel de mãe e de zeladora da família, capaz de trazer conforto e paz. Verificamos como as responsabilidades e o reconhecimento do papel da mulher branca, negra e indígena convergem, considerando-se, sobretudo, os diferentes níveis e graus de exploração e subordinação vividos por elas. A sexualidade exacerbada e o erotismo, ligados particularmente à mulher negra e indígena, tomam, simbolicamente, um tom pejorativo, porém mistificante. De fato, a subordinação e opressão das mulheres negras devem ser entendidas levando-se em conta um contexto de “violência sexual e psicológica brutal” (CALDWELL, 2007, p. 39).

O peso da herança colonial serviria para enraizar ainda mais a dicotomia do público e privado através das mesmas três dimensões que destacamos no primeiro capítulo: a naturalização dos papéis de gênero, o estabelecimento de modos de corporalidade e definições acerca do significado de cidadania baseado em padrões de exclusão e inclusão que estendia para a maior parte da população e não somente as mulheres. Essa herança se torna relevante, visto que ela se legitima na Primeira República, tomando novos formatos, mas mantendo o traço marcante de opressão e subordinação de gênero que o originou. A imagem que Nestor Duarte traz sobre o Brasil colônia não difere tanto da configuração do imaginário da Primeira República quando pensamos sobre o lugar que nele ocupava a mulher brasileira:

Mais dos costumes do que das leis, essa inferioridade da mulher chega a denunciar uma tirania de sexo exercida sobre o outro. Rebaixada no tratamento e no conceito, de que o nosso folk-lore e a paremiologia dão exemplos flagrantes, a ela se negou qualquer iniciativa e liberdade, como qualquer papel diretor na nossa ordem privada. Reclusa em casa, como nos conventos que chegaram a provocar verdadeira desproporção de sexos, pela superlotação de meninas recolhidas à clausura (Pedro Calmon), a mulher, entre nós, durante o predomínio econômico e social do senhorio, sofreu verdadeira degradação em casa, na rua, até onde não ia senão raras vezes, na mesa, nas vestes caseiras e mundanas, na conversa de que quase nunca participava, donde lhe ter advindo um caráter de soturnidade e timidez que a desfigura como a uma escrava, no meio de tantos recalques e proibições. O sentimento do macho, o seu ciúme fundado numa moral sexual de profunda desigualdade deram à mulher, sob esse senhorio, uma tal situação de aviltamento que só não foi mais sentido porque a própria vítima aceitava a legitimidade dessa moral compressiva. (DUARTE, 1939).

Em relação às mulheres, o final do século XIX manteve sua condição de subordinação, apesar do surgimento de algumas vozes feministas que reivindicavam alguns direitos e mudanças. Como as ‘sociedades importadoras’, o Brasil também não foi diferente no que tange à fundação do público e do privado, que serviu para relegar a mulher ao espaço doméstico. Sem direitos políticos ou civis, as mulheres brasileiras do século XIX também enfrentaram grandes restrições por sua dependência da figura patriarcal, legitimada por três elementos que compunham os códigos civis: o poder matrimonial dos homens (*puissance*), a incapacidade das mulheres (*incapacite*) e o *patria potestad*. Os códigos civis da América Latina eram orientados por esses princípios, assegurando a centralidade de poder e a autonomia exclusivas à figura do homem. O poder matrimonial dos homens lhes concedia o direito de representar a esposa e a unidade familiar, o direito de mudar a residência e o direito de gerenciar a propriedade tanto da família quanto da esposa (HTUN, 2003, p. 47-48). A incapacidade das mulheres limitava a sua atuação não somente na esfera pública, mas também na esfera privada, contribuindo para a institucionalização de práticas patriarcais. Com isso, as mulheres eram dependentes dos seus pais e/ou maridos para trabalharem, realizarem qualquer transação fora do lar, aparecerem na Corte, gerenciarem sua propriedade e até tomarem decisões sobre seus filhos (HTUN, 2003, p. 48). O terceiro elemento, o *patria potestad*, se define como o direito dos pais sobre os filhos, mas era exercido unicamente pelo pai (HTUN, 2003, p. 48). Por outro lado, esse contexto fez com que as mulheres começassem a questionar as regras da sociedade, buscando formular suas primeiras reivindicações por maiores direitos. No entanto, é importante ressaltar que as mulheres que começaram a demandar direitos eram, ainda, uma minoria.

Enquanto isso, as forças patriarcais eram notáveis e representadas não somente nas práticas e valores cotidianos, mas também pela doutrina religiosa e, até mesmo, legal. Cabe salientar, como Costa (2000, p. 249), que a história das mulheres não deve ser contada apenas pela perspectiva da subordinação, da vitimização ou da opressão. Isso porque diversas mulheres desafiaram as práticas patriarcais ao não se casarem com os maridos escolhidos pelos seus pais, ao escolherem estudar e ter uma profissão apesar das pressões familiares, ao fundarem e participarem de sociedades abolicionistas e literárias e ao criticarem o próprio sistema patriarcal e demandarem reformas no sistema educacional e de direitos políticos. É importante notar, contudo, que essas experiências se restringiam às mulheres das classes média e alta do Brasil. Mesmo com esses desafios ao *status quo*, o legado histórico desse período remeteu as mulheres a um *status* subordinado na sociedade. No máximo, elas eram

vistas “como um detalhe colorido e pitoresco em um ambiente exótico ou um caráter secundário em um romance” (COSTA, 2000, p. 249).

As mudanças culturais e sociais acompanhavam o processo de urbanização, que teve como mola propulsora o desenvolvimento capitalista. Contudo, a forma como essas mudanças emergiram serviram para reforçar as desigualdades, por serem “superficiais, desiguais e cheias de contradições” (COSTA, 2000, p. 250). O que podemos notar é que, enquanto essas mudanças, seja no campo econômico ou cultural, tiveram um impacto na vida das mulheres, elas não alteraram a definição do papel tradicional relegado a elas. Até mesmo as mudanças econômicas não foram suficientes para corresponder às expectativas das mulheres, particularmente das classes média e alta, de adquirirem maior independência. As mulheres se encontravam novamente em outro dilema ou diante de um discurso contraditório. Por um lado, o estabelecimento do sistema capitalista ressaltava noções de gratificação material, independência e realizações pessoais; por outro lado, as normas culturais e religiosas ditavam o ideal da mulher como altruísta e dependente (COSTA, 2000). A história de sustentar os ideais e papéis para a mulher, diante da separação das esferas, ecoará por muitos anos.

Como as demais experiências das mulheres na França, Inglaterra e nos Estados Unidos, podemos demarcar dois pontos em comum que influenciaram a forma como o movimento de mulheres e feminista se articularia posteriormente no Brasil. Em primeiro lugar, há uma dificuldade de representar uma experiência homogênea ou similar entre as mulheres brasileiras no século XIX devido às desigualdades caracterizadoras da realidade social do país. Isso assinala as dificuldades que os movimentos feministas e de mulheres enfrentaram a definição de sua agenda de demandas e lutas. Em segundo lugar, como já aludimos, há também uma forte tensão em relação ao lugar e ao papel da mulher através dos discursos postulados no século XIX, como Costa ressalta:

É verdade que tanto o Catolicismo, com sua ênfase na moralidade superior das mulheres e seus papéis enquanto mães e esposas, quanto o Iluminismo, com sua fé no progresso e modernização e sua ênfase em direitos igualitários e igualdade perante a lei, ofereceram as mulheres um discurso um tanto contraditório para definir as suas vidas, as suas identidades e o escopo de suas lutas. (COSTA, 2000, p. 259).

Nesse sentido, o século XIX apresentou, para os movimentos de mulheres e feminista, um cenário de grandes desafios no que tange às estruturas embutidas de desigualdades que atravessavam, por sua vez, as linhas de raça, gênero e classe.

Quando novas ideias surgem no terreno brasileiro, elas se misturam a essas e a imagem da mulher se torna “subsidiária da metáfora da ‘maternidade republicana’, a mulher-

mãe ‘civilizadora e responsável pela construção de uma nação’ (HOLLANDA, 2003, p. 22). O processo de mudanças e a incorporação de ideias se misturam com o ideal de modernidade, deixando sua marca ambígua no que diz respeito ao alcance da igualdade em todas as suas formas. Como Souza afirma:

É em nome [da modernização] também que passa a operar a distinção entre os estratos europeizados dos africanos e ameríndios, com toda a sua lista de distinções derivadas tipo doutores/analfabetos, homens de boas maneiras/joões-ninguém, competentes/incompetentes, etc. A ‘posse’ de valores europeus individualistas vai, dessa forma, legitimar a dominação social de um estrato sobre o outro, vai justificar os privilégios de um sobre o outro, vai calar a consciência da injustiça ao racionalizá-la e vai permitir a ‘naturalização’ da desigualdade como a percebemos e vivenciamos hoje. (SOUZA, 2000a, p. 251).

Mesmo assim, com tudo o que as novas ideias representavam, permaneceram traços da especificidade do patriarcalismo brasileiro, mais particularmente os seus atributos de personalismo, familismo e privatismo (SOUZA, 2000b, p. 3). O poder patriarcal de que estava investido o pai foi aos poucos perdendo sua centralidade e autoridade. Com o surgimento das cidades, novas forças e formas de exercer poder foram transferidas para o Estado (ver terceiro capítulo). A forma impessoal que esse poder toma continua, contudo, sendo emblemática por estabelecer um processo de mudança “de cima para baixo”. Importante ressaltar que a própria ação do Estado era estrangida pela esfera privada, sendo que o Estado tinha que respeitar os interesses dos grandes proprietários.

As consequências políticas desse encontro talvez se apresentem como as mais contraditórias, dada a incapacidade do Estado em processar direitos políticos e civis para a maioria da sua população. A lei eleitoral de 1881, que introduziu o direito de voto no Brasil, acabou por reduzir a participação do eleitorado. Ao exigir que os eleitores fossem alfabetizados e que tivessem uma renda de 200 mil-réis, o eleitorado que era de 10% da população passou para menos de 1% em um contingente de cerca de 14 milhões de pessoas. (CARVALHO, 1998, p. 92). Segundo Carvalho (2004, p. 39), 15% da população era alfabetizada naquela época, ou 20%, se considerarmos apenas a população masculina. A abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 não mudaram esse quadro. Após o segundo evento, apenas retirou-se a exigência de renda, enraizando-se e legitimando-se profundas desigualdades. Interessante perceber que, ao adotar o modelo norte-americano com a solução federalista, os republicanos brasileiros buscavam conter a participação política das massas e satisfazer os interesses dos grandes proprietários de terra, concentrando, por sua vez, o poder político (CARVALHO, 1998, LYNCH, 2008a). O que a ausência de direitos políticos e civis implantou no país foi uma falta de identidade coletiva ou

de sentimento de comunidade, conforme Carvalho descreve, que acabou viabilizando o projeto de estabelecer tanto uma esfera pública quanto uma cidadania ativa mais difícil. No entanto, existiram momentos em que o autor identificava como manifestações de cidadania ativa⁵, como o próprio movimento abolicionista. Esses movimentos, apontados por Carvalho (2004), tinham um escopo mais abrangente e envolviam pessoas de várias camadas sociais. O estado do imaginário político e social da Primeira República convergia para o que Christian Lynch classifica como sendo reflexos de um conservadorismo oligárquico, que buscava, sobretudo, proteger os direitos e liberdade individual e política bem como manter a ordem sem a necessidade de “apelos à revolução social” (LYNCH, 2008a, p. 7).

2.2 VOZES DE DISSENSO: NÍSIA FLORESTA E AS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS DO SÉCULO XIX

Talvez o aspecto mais interessante relacionado às vozes dissidentes feministas brasileiras do século XIX é que elas apareceram em um período em que a rigidez da divisão público/privado tornou ainda mais difícil a legitimação de demandas feministas por igualdade. Ao levar em consideração o contexto histórico e político dessa época e traçar as demandas que fundamentavam as emergentes críticas feministas, conseguiremos atribuir relevância a essas vozes, bem como ilustrar sua complexidade e riqueza sem simplesmente mensurá-las contra as demandas das primeiras ondas de feminismo que surgiam no mundo ocidental.

As tradições normativas que analisaremos nas seções posteriores a essa irão ilustrar a consolidação de um lugar subordinado para as mulheres brasileiras pelo menos por duas razões. Primeiro, elas reforçam a subordinação da mulher através de uma representação positiva de que a domesticidade era relevante, tanto para a satisfação pessoal das mulheres, quanto para a manutenção da sociedade como um todo. O mote de ordem, progresso e disciplina fez ainda mais sentido ao vincular o papel da mulher na família àquele do grande

⁵ Carvalho aponta que, apesar da ausência de uma cidadania formal ou de mecanismos legais de representação política, a população não deixou de se manifestar. Carvalho lista vários episódios que reforçam seu argumento de que a população tinha certa noção de seus direitos e dos deveres do Estado, apesar do fato de que eles “eram [na] verdade, movimentos reativos e não propositivos [...] mas havia [...] um esboço de cidadão, mesmo que em negativo” (CARVALHO, 2004, p. 75).

bem da nação. Ou seja, as imagens e os símbolos evocados sobre o papel de mãe estavam ligados, como veremos, à própria noção de pátria. Se pensarmos na construção da identidade individual e da família tradicional como unidades que constroem uma nação, no sentido de constituição de uma família nacional, conseguimos perceber como os pressupostos de heterossexismo são transportados para o nível nacional também (COLLINS, 1998).

Segundo, com a exceção dos discursos oriundos do pensamento feminista de Nísia Floresta, as tradições normativas convergem em torno de uma quase ausência de problematização da questão da cidadania. A nação estava se formando, mas na ausência de cidadãos. Como lembrado por Lynch (2008a), o monopólio do poder político estava nas mãos de uma elite, constituída, em grande medida, de alguns intelectuais e atores políticos que representavam dois discursos ou tradições normativas presentes na fundação da república: o positivismo e o liberalismo. Desse modo, ao se considerar dentre outros, esses fatores, é notável que tais vozes pavimentaram o caminho em direção a uma crítica feminista da construção social das desigualdades e hierarquias de gênero no Brasil.

Sendo assim, esta seção focará em dois textos seminais escritos por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885): *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832) e *Opúsculo Humanitário* (1853) e na análise de bibliografia secundária sobre outras obras. O intuito que guia a escolha desses textos é que, em um nível mais geral, conseguiremos mostrar a percepção de Nísia Floresta acerca das injustiças, inclusive raciais e étnicas, oriundas das formas conservadoras como vinham sendo construídos os sentidos atribuídos para o lugar da mulher e do homem na sociedade brasileira. Em um segundo momento, já em um nível mais específico, analisaremos os textos, evidenciando (1) as suas discussões e críticas sobre distintas dimensões da naturalização dos papéis de gênero e a subsequente inferioridade atribuída à mulher, (2) a relevância que ela atribui à educação para as mulheres como forma de romper com os estereótipos de gênero e com uma “cultura” de atraso no país, e (3) a sua crítica de como as práticas e valores serviram para manter a rígida dicotomia entre o público e o privado.

Nísia Floresta Brasileira Augusta⁶ (1810-1885), conhecida como a precursora do feminismo brasileiro, escreveu diversas obras que refletiam uma convicção de que as mulheres deveriam gozar de plenos direitos e de igualdade. Floresta nasceu no Rio Grande do

⁶ Para uma biografia detalhada de Nísia Floresta, veja Constância Lima Duarte (2002, 2003, 2008, 2009). Cabe lembrar que Nísia residiu em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro antes de morar em diversos países da Europa, como Lisboa, Londres, Roma, Florença, Nice e Paris. Desde 1830, Nísia escrevia para periódicos nacionais retratando temas polêmicos como o direito das mulheres, índios e escravos (DUARTE, 2009). Alguns dos seus livros, *Itinerário de uma viagem à Alemanha e Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia*, também foram publicados em francês e italiano (DUARTE, 2003, 2009).

Norte, mas morou em diversas cidades no Brasil e no exterior. Como Constância Lima Duarte afirma (2003, p. 152), ao aplicar o termo feminismo e feminista, é importante definir aqui tais conceitos em um sentido amplo bastante para incluir as ações de qualquer indivíduo ou grupo que critica ou desafia os sistemas de opressão de gênero. Ao focarmos no papel da Nísia Floresta como sendo a articuladora mais proeminente de uma espécie de “pré-feminismo” ou “protótipo” do feminismo brasileiro no século XIX, utilizamos os conceitos de feminismo e de emancipação nesse sentido mais amplo, que nos permite perceber como as suas críticas cruzavam as diversas desigualdades já presentes na sociedade brasileira. Ao expandir os conceitos de feminismo e demandas emancipatórias, conseguimos evitar uma simplificação das vozes que surgiram nesse momento. Além disso, registramos as nuances ligadas ao processo de agência.

Uma vez estabelecida essa definição de feminismo, torna-se mais fácil atribuir valor e legitimidade às primeiras vozes feministas no Brasil que não necessariamente representaram reivindicações feministas entendidas simplesmente como lutas por direitos civis, sociais e políticos no sentido ocidental das ondas do feminismo. Nísia Floresta ficou mais conhecida pela sua livre tradução e releitura⁷, em 1832, do *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de Mary Wollstonecraft, e por sua amizade com Augusto Comte⁸. Algumas de suas outras obras, publicadas em português, francês e italiano, incluem *Conselhos à minha filha* (1842), *Daciz ou A jovem completa* (1847), *Fany ou O modelo das donzelas* (1847), *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta, em 18 de dezembro de 1847*, *A lágrima de um Caeté* (1849), *Dedicação de uma amiga* (1850), *Opúsculo Humanitário* (1853), *Itinéraire d'un voyage en Allemagne* (1857), *Scintille d'un anima brasiliana* (1859) entre outras cartas, crônicas e poemas. De acordo com Constância Lima Duarte (2008), que estudou meticulosamente a vida e o trabalho de Nísia Floresta, a “militância literária” que marca boa parte do trabalho de Nísia é baseada na defesa dos oprimidos (índios, negros e/ou mulheres) e

⁷ Segundo Dépêche, uma pesquisadora e doutora em traduções e teoria feminista, a “tradução” da obra de Wollstonecraft pela Nísia Floresta deve ser reconhecida como uma tradução de uma tradução, ou seja, do inglês para o francês e do francês para o português (2000, p. 166). Além disso, é importante considerar que a sua “tradução” tem omissões, particularmente no que tange a certas passagens da Wollstonecraft em relação a crítica a obra de Rousseau, bem como complementações de Nísia Floresta. A sua “infidelidade criativa” deve ser vista, segundo a Dépêche, com tendo sido capaz de atingir um público, mesmo que restrito, e assim, abrir um espaço para ideias emancipatórias em um cenário bastante patriarcal.

⁸ É interessante chamar atenção para a relação de Nísia Floresta e Augusto Comte, marcada por respeito e admiração de ambas as partes. Nas cartas trocadas por eles, todavia, não fica clara uma adesão completa de Floresta ao positivismo. Certamente há elementos do positivismo que a atraíram, bem como a outros pensadores brasileiros. De acordo com Duarte (2002), talvez o que Nísia Floresta viu como aspecto mais interessante nesta tradição tenha sido a crença de que ele poderia produzir igualdade, mas com o tempo ficou claro que o principal papel da mulher, no pensamento positivista, era o de mãe e de esposa fiel. Nesse sentido, havia pouco espaço para as mulheres quebrarem as barreiras do domínio privado e serem efetivamente livres.

pode ser traçada em vários textos, apesar dos temas relacionados às mulheres serem os de maior saliência (p. 34, 143).

Nossa leitura dos textos de Nísia Floresta evidencia certas convicções que conduzem o/a leitor/a a uma conceituação rica do que significa ser feminista para a autora. Ao analisar seus textos, bem como as leituras sobre a sua obra, em primeira instância, parece-nos que suas ideias nem sempre representaram um desafio completo ao patriarcado e ao papel da mulher na esfera privada. Essa percepção é o que tem classificado o trabalho de Nísia Floresta como um “protótipo” do feminismo. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que a simples presença da sua voz, nesse período, lança luzes nas direções que os movimentos de mulheres e feministas tomariam adiante no Brasil. Além disso, é evidente que as suas críticas e resistências às imposições do seu tempo revelam a audácia da autora. Entendemos que as suas demandas por igualdade emergem como uma prova de que vozes e lutas feministas podem representar uma ruptura com os discursos considerados legítimos e fontes intocáveis de conhecimento e poder. O foco da autora nas injustiças interrompe o *status quo* ao chamar atenção para as histórias e experiências esquecidas ou marginalizadas.

Nísia Floresta parecia ter uma preocupação com o relato da realidade de grupos oprimidos e os próprios rumos que a sociedade brasileira estava tomando. As suas críticas englobam desde a falta de preocupação da sociedade em estender a educação para as mulheres até as condições de vida dos povos indígenas no país. É interessante perceber como a concentração em temas sobre a opressão presente na obra de Nísia Floresta é, de fato, alusivo às perspectivas feministas contemporâneas que se preocupam não apenas com as formas de subordinação de gênero, mas também com aquelas interligadas formas de opressão que têm sido sustentadas ao longo dos anos.

Conseguimos traçar evidências de certo realismo crítico quando ela apresenta a condição do índio e as violências sofridas por esse grupo em *A Lágrima do Caeté*. Como Duarte (2008) ressalta, quando Nísia Floresta fala sobre o índio, ela abandona o tema e perspectiva comum do “exotismo romântico” e se aproxima de uma “concepção realista fundada na crítica social” (p. 95). Nísia Floresta rompe com uma tradição literária e com os escritos indianistas em dois sentidos, de acordo com a análise de Constância Lima Duarte (2008). Primeiro, Floresta não reproduz os estereótipos de exotismo, beleza, coragem e heroísmo afixados aos índios. Ao contrário dos/as escritores/as que criavam certo imaginário ou mito sobre os índios, ela levava em consideração o contexto de sua exploração na condição de grupo, bem como sua própria identidade e não a identidade criada para eles/as pelos brancos. De acordo com um segundo elemento presente no poema, Floresta inverte a

perspectiva ou narração do homem branco e a prende ao do dominado e explorado: o índio (DUARTE, 2008, p. 82-83). O tema subjacente à obra é uma crítica à opressão e à afirmação do realismo, dado que seu índio já é “derrotado” (DUARTE, 2008).

O mesmo ocorre quando Nísia Floresta advoga pela abolição da escravidão. Cabe ressaltar que diversas outras mulheres⁹ se manifestaram contra a escravidão seja através da publicação de textos ou da promoção de eventos artístico-filantrópicos no período compreendido entre 1860-1880, incluindo: Narcisa Amália, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Luciana de Abreu, Benedita Bormann, Maria Amélia de Queiróz, Ismênia Santos, Revocata de Melo, Luiza Regadas, Corina Coaracy, Chiquinha Gonzaga e Maria Josephina Mathilde Durocher, entre outras (DUARTE, 2008, p. 101). As injustiças contras as mulheres, bem como a necessidade de abolir a escravidão são, de fato, os dois temas que mais aparecem nas obras da autora ainda segundo Duarte (2008). Inclusive, há trechos sobre a situação do/a negro/a no país em textos dedicados a outros temas, como em *A Lágrima do Caeté* quando Nísia Floresta condena a situação miserável do escravo e a instituição escravocrata (DUARTE, 2008, p. 105). Em *Opúsculo Humanitário* (1853), a autora denuncia o tráfico humano e a influência negativa causada na educação das crianças que convivem com escravos. As ideias propagadas pela autora se alinhavam com outros escritores da época que criticavam a escravidão, ressaltando também como tal instituição afetaria negativamente o progresso, a industrialização do país e também as relações familiares.

É interessante perceber, no entanto, que apesar de demarcar a sua opinião contra a escravidão, sua perspectiva não deixa de reforçar o seu *status* social, bem como certos preconceitos ainda arraigados, quando ela discute as relações familiares. Nesse caso, as questões de raça e gênero se cruzam para evidenciar uma desvalorização da mulher negra ou uma perpetuação do estereótipo de inferioridade da ama-de-leite. Nas passagens em que Nísia Floresta adverte as mães brancas contra tanto a amamentação feita pelas escravas quanto a responsabilidade das escravas pela educação doméstica, percebemos que as suas convicções sobre as mudanças dos costumes dentro da família não necessariamente rompem com estereótipos e preconceitos raciais. O que elas reforçam é uma manutenção, paradoxalmente,

⁹ Um paralelo interessante com a primeira onda do feminismo norte-americano pode ser traçado aqui em relação ao fato de as feministas se aliarem ao movimento abolicionista. Para a autora Christine Stansell (1999), as primeiras manifestações pelos direitos das mulheres buscaram conectar as experiências das mulheres. As feministas viram no movimento abolicionista um projeto capaz de demonstrar como diversas e diferentes vidas compunham a experiência de ser mulher. Essa universalização demonstrou ter uma eficácia política pelo uso de metáforas e narrativas sentimentais, bem como por sua conexão com a luta contra a escravidão. De fato, existem estudos – como o de Evelyn Brooks Higginbotham (1993) – que narram diversas trocas entre mulheres brancas e negras que tiveram um efeito positivo e rico na luta pelo sufrágio feminino, indo além de uma mera crítica à primeira onda por não levar em consideração as interseções de classe e raça.

de um lugar ainda mais subordinado para a mulher negra em relação à mulher branca. Para Duarte (2008), há certas ambiguidades em relação à posição de Nísia Floresta nessa obra e outras no que tange à escravidão. Não fica claro se o esforço de Nísia Floresta era apenas para modificar as práticas e os costumes na família e criticar os tratamentos desumanos contra os escravos ou se era uma posição nitidamente contra a escravidão (DUARTE, 2008, p. 110).

Duarte (2008) vai identificar uma posição mais explícita contra a escravidão só alguns anos mais tarde, na obra *Trois ans em Italie, suivis d'un Voyage em Grèce* (1864), escrita por Nísia Floresta depois de morar fora do Brasil por mais de dez anos. Nesse texto, Nísia consegue romper com os preconceitos raciais que atribuíam a inferioridade dos/as negros/as às características biológicas, mostrando-se aqui muito à frente do seu tempo. Enquanto nas outras obras a autora encaminhava sua crítica mais para as práticas e tratamentos contra os escravos, Duarte ressalta que apenas nesta obra conseguimos encontrar uma defesa mais clara contra a instituição da escravidão na condição de “opressão tirânica e ditatorial” (2008, p. 141). Talvez seja o contato com outras obras, autores e ideias abolicionistas na Europa que a conduziram a um pensamento mais efetivamente crítico quanto à escravidão. Devemos nos lembrar de que as atividades e os papéis das mulheres nas campanhas abolicionistas no Brasil refletem sua situação subordinada, participando, então, através da imprensa feminista e/ou levantando fundos para a libertação de escravos, ao contrário de publicamente se manifestarem (HAHNER, 1981, p. 46). Mesmo diante das ambiguidades presentes na sua obra, podemos reconhecer que a sua voz feminina e feminista ecoava contras forças e vozes hegemônicas do seu tempo.

Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens (1832), escrito quando Nísia Floresta tinha apenas 22 anos, é o que Duarte (2003, 2008) chama *antropofagia libertária*. A obra pode ser caracterizada como a assimilação pela autora de ideias estrangeiras e o desenvolvimento de um novo produto que leva em consideração histórias, experiências e contextos específicos da sociedade e cultura brasileiras. Em outras palavras, é uma readaptação de acordo com a realidade brasileira. O início da tradução de Nísia Floresta anuncia a sua esperança de que o país assumirá o debate da igualdade das mulheres ao apontar o fato de que essa desigualdade é uma construção social. O livro é dedicado às mulheres, mas dirigido aos homens e aos jovens intelectuais, em seu apelo por uma sociedade mais justa, contrastando com a obra de Mary Wollstonecraft¹⁰, *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), que claramente articula o direito à educação bem como outros direitos (DUARTE,

¹⁰ A convergência e as divergências entre o trabalho de Wollstonecraft e o de Nísia Floresta estão além do escopo dessa discussão. Para uma análise interessante, veja Constância Lima Duarte (2001, 2003, 2008).

2008, p. 147-148). O reconhecimento da construção social das hierarquias de gênero é, em si, um astuto elemento para uma obra de meados do século XIX. A autora discute vários temas ao longo do livro, que compreendem desde as noções acerca da natureza humana que atribuiu uma condição inferior à mulher até questões específicas sobre a habilidade da mulher de atuar na esfera pública. Enfim, a relevância simbólica do livro reside em como ele pode ser associado a uma das primeiras manifestações de algo que poderia ser caracterizado como uma consciência feminista no Brasil.

Uma das mais proeminentes demandas de Nísia Floresta era por igualdade de acesso à educação para as mulheres. Isso reflete o contexto do século XIX em que as mulheres só obtiveram permissão para ingressar em escolas em 1827, muitas vezes recebendo uma educação dirigida a ensiná-las como serem bem-sucedidas em suas rotinas e responsabilidades domésticas. Além de existirem poucas escolas públicas para as mulheres, também havia as precariedades e deficiências do período, como o forte analfabetismo, a falta de preparo dos professores, o problema de baixos salários oferecidos para as professoras que ensinavam meninas, o desinteresse de muitos dos políticos e da elite oligárquica e a própria transição para a República, reforçaram os obstáculos para a criação de um sistema de ensino público organizado (PAULILO, 2004, p. 474; HAHNER, 1981, p. 33, SAFFIOTI, 1979).

No entanto, é interessante notar traços de uma linguagem mais radical, e de uma incipiente agenda feminista, se assim possamos qualificá-lo, ao longo de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832), particularmente quando Nísia Floresta afirma o fato de que as mulheres nasceram simplesmente para o uso dos homens através de sua usurpação e reivindicação violenta de autoridade sobre as mulheres. Desse modo, seus argumentos reforçam a extensa tentativa de melhorar as condições de vida feminina. Falando de modo geral, as suas reivindicações se apoiam nos objetivos de falsificar a crença na inferioridade das mulheres, de buscar diminuir a discriminação contra as mulheres e de melhorar o modo como os homens as tratavam.

O tema subjacente ao livro, em nossa opinião, está baseado em uma tentativa de dismantelar a fraqueza presente no argumento da “superioridade” dos homens. Nísia Floresta dá início a esse projeto pedindo aos homens que deixem de lado os seus interesses e sua parcialidade em favor de uma imparcialidade filosófica capaz de distinguir se, de fato, há um sexo superior ou não. Como Duarte (2008) habilmente indica, essa questão norteadora não aparece em Wollstonecraft, demonstrando a preocupação e contribuição de Nísia Floresta para a literatura brasileira feminista inicial. Ao final da introdução, a autora esboça a sua intenção básica de examinar se há diferenças concretas entre os sexos, utilizando-se de uma

investigação que, em suas próprias palavras, separa “o imaginário real e o obscuro do evidente, o falso do verdadeiro, a suposição do fato” e procura entender e justificar, se possível, “a barbárie grosseira que exercem todos os dias sobre uma parte da criação, de onde depende sua felicidade” (FLORESTA, 1989a, p. 32-33).

No primeiro capítulo, a autora discute a questão da divisão do trabalho doméstico sem caracterizá-la como o ponto central do capítulo. O que ela pretende fazer é atribuir valor ao trabalho doméstico da mulher e ao processo de socialização pelo qual a mulher é responsável:

Todos sabem, nem se pode negar, que os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que isto é, às suas vistas, uma função baixa e desprezível; mas se consultassem a Natureza nesta parte, sentiriam sem que fosse preciso dizer-lhes, que não há no Estado Social um emprego que mereça mais honra, confiança e recompensa. [...] Eu não pretendo queixar-me de não recebermos recompensa: seja-me somente permitindo dizer, que por sermos mais capazes que os homens de desempenhar este cargo, não se segue que não possamos também desempenhar qualquer outro. (FLORESTA, 1989a, p. 36, 39).

Em outras palavras, a autora começa construindo seu argumento a partir da afirmação de que os homens recebem reconhecimento por suas ações e trabalho na esfera pública, especialmente porque seus papéis beneficiam o bem-estar da sociedade. Assim como a discussão das feministas da primeira-onda na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, a onda pré-feminista no Brasil também revelou as tensões de buscar romper com a divisão entre público/privado. Para a nossa crítica feminista da citação anterior, duas ideias representam esta tensão. Por um lado, a autora afirma que as mulheres são mais aptas a desempenhar as tarefas e responsabilidades domésticas, conduzindo a um argumento de que o privado é, por excelência, o domínio da mulher. Por outro lado, a autora termina afirmando que esse papel não tem que ser o único desempenhado pelas mulheres, conduzindo a um argumento mais emancipatório. Em ambos os casos, a autora se mostra bastante consciente do fato de que os homens condescendentemente utilizam o papel das mulheres na esfera privada simplesmente a seu favor. Ademais, é importante reconhecer que a autora está tentando, principalmente, trazer à tona o argumento utilitário¹¹ da utilidade individual das mulheres.

Nos capítulos seguintes, Nísia Floresta procura fortalecer o seu argumento ao mostrar as diferenças tangíveis entre os sexos. Desse modo, não surpreende que no segundo capítulo mencione-se que a única diferença está, de fato, relacionada às condições biológicas e à força física. O seu uso dessa distinção é interessante o bastante para contra-argumentar o

¹¹ Essa estrutura filosófica segue as concepções do utilitarismo de Jeremy Bentham. Em *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1781), Bentham advogada pelo sufrágio universal e direitos iguais, condenando a subordinação das mulheres nas sociedades.

que ela considera ser “um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres” precisamente porque o conhecimento, ou a sua ausência, é o que impede as mulheres de entrarem na esfera pública, dado o “temor que partilhemos com eles, ou mesmo os excedemos na administração dos cargos públicos [...]” (Floresta 1989a, 51-52). Concordando com Duarte (2008), a defesa da autora em conferir às mulheres acesso ao conhecimento é um dos elementos mais fortes no livro. Ao aludir ao relevante fato de que a falta de conhecimento é o que subjuga as mulheres na esfera privada, quando ela afirma “Por que a ciência nos é inútil? Por que somos excluídos dos cargos públicos? Por que não temos ciência?” (Floresta 1989a, p. 52), Nísia Floresta inconscientemente (ou conscientemente) toca no tema da relevância da autonomia.

Nesse sentido, o entendimento de Nísia Floresta acerca da importância de se adquirir conhecimento aproxima-se de algumas discussões feministas, de modo muito simplificado aqui. Primeiro, trata-se de um meio para romper com a dependência em relação aos homens e com o que ela chama “círculo vicioso”. Segundo, é uma forma de se expressar ideias e desejos de modo mais preciso, conduzindo a um melhor entendimento de si mesma. Em suas próprias palavras:

A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada, como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra. É por ela que se consegue a exatidão do pensamento, a pureza da expressão, a justeza das ações; sem ela não se pode jamais ter um verdadeiro conhecimento de si mesmo. (FLORESTA, 1989a, p. 51-52).

Certamente, esses pensamentos são revolucionários e acentuadamente feministas para o contexto histórico brasileiro de meados do século XIX, ainda que a própria autora não estivesse propondo qualquer mudança dramática na sociedade além de uma melhor apreciação do papel da mulher.

Ela desenvolve essa discussão nos capítulos seguintes, enumerando as injustiças dos homens em relação às mulheres. Em última instância, Nísia Floresta adota a perspectiva de entender essas injustiças através das lentes dos costumes, interesses e preconceitos inerentes ao sistema de crenças direcionado às mulheres no Brasil (DUARTE, 2008). Apesar de Nísia Floresta não defender uma “revolução” no sentido de superar a dominação masculina, ela não deixa de estabelecer críticas à subordinação das mulheres, condenando o argumento da inferioridade intelectual das mulheres como justificativa para tal subordinação. Duarte (2003) nos convida a não ignorar esse tipo de expressão feminista, assim como todas as outras primeiras vozes feministas, como sendo uma mera contradição, mas, ao contrário, entender a

complexidade da disparidade social, cultural e política entre o Brasil do século XIX e a Europa.

O período que compreende da metade ao fim do século XIX no Brasil diferenciou-se na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos por não haver grupos organizados, mas apenas poucas mulheres reivindicando a sua inclusão como iguais na sociedade. Contudo, conseguimos perceber que os esforços das primeiras feministas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos também enfrentavam desafios no que tange às lutas por reconhecimento e igualdade. As primeiras ondas feministas nesses países também se defrontaram com seus limites em relação a sua capacidade de reformar as estruturas hierárquicas e impostas que ditavam as regras e práticas acerca dos papéis de gênero. Podem ter existido diferenças em relação às lutas específicas que guiavam as primeiras ondas de cada país, como veremos ao final desse capítulo, mas todas acabam por ilustrar a incapacidade de se romper com a dicotomia entre o público e privado que, por sua vez, acabava por atribuir valor, sobretudo, para as mulheres na condição de cuidadoras do lar.

As contradições presentes na obra de Nísia Floresta, em relação ao lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade brasileira, esclarecem a força dos discursos hegemônicos atuando no imaginário. Apesar de não ser um argumento central ou explícito nas duas obras que analisamos de Nísia Floresta, a sua valorização do papel da mulher como mãe pode ser observada em outras obras, conforme Constância Lima Duarte aponta. Se, por um lado, as mulheres deveriam se atentar para as formas em que elas são exploradas pela dominação masculina, por outro lado, Nísia Floresta reafirma uma valorização de certo ideal feminino. Em *Cintilações de uma alma brasileira* (1997), escrita em 1859 e após *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, publicado em 1832 (1989a) e *Opúsculo Humanitário*, datada de 1853 (1989b), fica mais evidente a convicção da autora quanto aos “sagrados deveres” que uma mulher tem para cumprir como filha, esposa e mãe (DUARTE, 2008, p. 258-259). Nesse caso, a principal missão da mulher para Nísia Floresta é a maternidade, cujas funções são reflexos da resignação e doçura feminina. É possível apontar uma conexão entre os próprios valores advogados pelo positivismo e catolicismo do século XIX que veremos mais adiante. Além disso, esse quadro é o que permite evidenciar o próprio processo dialético de lutas por reconhecimento, no sentido em que elas não são distintas da configuração da gramática social de sua época.

Já em seu *Opúsculo Humanitário* (1853), Nísia Floresta trata do tema da educação em um tom semelhante àquele de *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, no sentido em que ela não propõe qualquer mudança revolucionária. A leitura de Duarte (2008, p. 155)

desse trabalho permite que o leitor decida se essa questão é, em si mesma, uma limitação ou meramente a expressão do bom senso de Nísia Floresta em reconhecer a “defasagem cultural, social, política e econômica existente” do Brasil em relação à Europa e aos Estados Unidos. Isso é devido o fato de que muitas mulheres não eram sequer alfabetizadas e, quando elas tinham acesso à educação, tinham que lidar com várias formas de preconceito.

De acordo com Peggy Sharpe-Valadares (1989, p. xxxii), o livro pode ser dividido em, pelo menos, três diferentes temas. Primeiro, a autora oferece uma perspectiva histórica das condições das mulheres no Egito, Pérsia, Índia, Babilônia, Grécia e Roma, chegando à condição das mulheres no século XIX na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que apresenta exemplos exaustivos de mulheres líderes. Segundo Valadares, Nísia Floresta descreve a superioridade da educação europeia¹², em flagrante contraste com o analfabetismo entre as mulheres no Brasil. Terceiro, como uma educadora, ela faz um esforço para propor mudanças nesse cenário opressivo, recomendando o acesso à educação como meio de melhorar a condição das mulheres no Brasil, incluindo mulheres das classes altas e baixas assim como as escravas e as índias (SHARPE-VALADARES, 1989).

Nísia Floresta é bastante clara quanto à proposição em mente no momento em que ela começa a sessão sobre educação no Brasil, afirmando que não tem a intenção de dirigir uma grande reforma no país (1989b, p. 45). No entanto, acredita que a questão é da maior relevância e que serão necessários séculos para superar tanta discriminação e desinteresse nacional pela educação das mulheres. Nísia Floresta continuamente utiliza-se da campanha para o acesso a educação para as mulheres como uma reflexão acerca de progresso e civilização, antecedendo todo um discurso oriundo das tradições normativas, particularmente o positivismo e liberalismo, sobre os caminhos a seguir para alcançar a ordem e o progresso no país. Segundo, Nísia Floresta reconhecia que essas noções estavam “arraigada[s] no espírito de nossos antepassados” e que, portanto, era necessário alertar a sociedade para os vícios (1989b, p. 67).

Há, pelo menos, quatro pontos na descrição da autora sobre o então estado das condições da educação das mulheres no Brasil que vale a pena enfatizar. O primeiro refere-se ao papel conferido pela autora à colonização portuguesa como tendo reforçado a subordinação das mulheres, uma vez que “mais afeita aos costumes mouriscos que aos dos povos do Norte

¹² De forma similar, no final desse capítulo veremos como Rui Barbosa também se apoia em estatísticas sobre a educação em diversos países para sustentar seus argumentos sobre os rumos que a educação deveria tomar no Brasil.

– não há mister de outros conhecimentos além daqueles que a habilitam a ser a primeira e mais útil servente de sua casa” (FLORESTA, 1989b, p. 47). De acordo com ela, os exploradores portugueses tinham a simples ambição de dominar o território de um modo brutal ou despótico e não estavam preocupados com ideias progressistas que constituiriam ou enriqueceriam a civilização. Essa crença é exemplificada quando a autora atesta que “quanto mais ignorante é um povo tanto mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu iluminado poder” (FLORESTA, 1989b, p. 60). O segundo ponto está relacionado a uma crítica ao conteúdo que as jovens meninas acabam aprendendo na escola como meio de perpetuar estereótipos de gênero e não de promover uma educação mais analítica. Já no terceiro ponto, os seus ideais abolicionistas a ajudam a construir o argumento a favor da educação como um meio de implantar ideais progressistas, insistindo que essa juventude educada seria altamente crítica à crueldade da escravidão. Por último, outro interessante argumento desenvolvido pela autora é em favor da erradicação da educação moral-religiosa. Pela descrição dada pela autora, ela deixa a entender que reconhece como os valores morais religiosos vinculam as mulheres ao que é historicamente considerado como sendo qualidades “naturalmente femininas” (SHARPE-VALADARES, 1989). Nas palavras de Floresta, “A religião é a cadeia indestrutível que liga a mulher a seus deveres, a coroa mais preciosa que lhe cinge a fronte” (1989b, p. 134). Essas, entre outras várias questões, estão interligadas para fortalecer o seu argumento de impulsionar o progresso por meio da igualdade das mulheres e do acesso à educação.

Conforme já mencionado, Nísia Floresta baseou-se nas tradições filosóficas do positivismo, tendo lido a obra de Comte *Opúsculos de Filosofia Social* (1819-1828), e do utilitarismo, como meio de fundamentar suas crenças na utilidade, na igualdade entre homens e mulheres baseada na mesma natureza humana atribuída a ambos, na habilidade das mulheres em participar na esfera pública e na necessidade de se educarem as mulheres (VALADARES, 1989).

Com isso, Nísia Floresta convida o país, os políticos e o povo a verem diante deles uma agenda básica que poderia colocar as bases para os princípios estampados e tão desejados de “ordem e progresso”. Concluindo o *Opúsculo*, ela afirma: “Educai, para isto, a mulher e com ela marchai avante, na imensa via do progresso, à glória que leva o renome dos povos a mais remota posteridade!” (1989b, p. 160). Conquanto uma crítica feminista contemporânea poderia desaprovar a relutância de Nísia Floresta em dismantelar a opressão de gênero, a análise desses dois trabalhos, bem como a descrição de outros textos baseados em leituras secundárias, aponta para um discernimento perspicaz de questões centrais que mantêm tais

estruturas de opressão. Além disso, a autora inclui em sua discussão a capacidade da mulher de atuar na esfera pública, bem como a necessidade de a mulher adquirir conhecimento e de ser educada como meios de se alcançar autonomia. Caberia destacar aqui a originalidade da autora em tratar, ainda que sem nomear, o tema atual das recentes discussões feministas sobre interseccionalidade de desigualdades.

Se entendermos esses temas centrais presentes na obra Nísiana, discutidos aqui como representativos das primeiras lutas por reconhecimento das e para as mulheres, atuando contra um imaginário sociopolítico configurado, torna-se evidente como tais lutas foram moldadas a partir dos entendimentos compartilhados que definiam as formas como os homens e as mulheres deveriam atuar nas esferas pública e privada. Portanto, as lutas por reconhecimento no contexto histórico e político do século XIX foram propriamente formatadas pela divisão do público e privado, reforçada e mantida pelo imaginário sociopolítico. Lutas por reconhecimento são as formas em que grupos “buscam, através de força simbólica e com referência a objetivos gerais, aumentar o valor das habilidades associados à sua forma de vida” (HONNETH, 1995, p. 127). Levando-se em consideração as reivindicações de Nísia Floresta, as primeiras lutas “feministas” por reconhecimento buscavam (1) valorizar o papel da mulher na esfera privada, mas não restringi - lá a esse espaço e (2) encontrar novos espaços no público, como é o caso das demandas por acesso à educação, para a atuação das mulheres.

Observadas por estas lentes, as reivindicações aqui cumprem duas funções. Em primeiro lugar, as ideias de Nísia Floresta evitam reforçar as habilidades e os discursos que dão essência à natureza humana das mulheres e, ao mesmo tempo as relegam à esfera privada. Em segundo lugar, ao apelar para as elites, Nísia chama a atenção do público para as formas de opressão feminina que estão já se enraizando na sociedade brasileira devido à negligência do governo e da própria cultura e sociedade, começando pela questão do acesso à educação para as mulheres.

Como observa Honneth, o sucesso dos movimentos sociais, ou, nesse caso, a emergência das primeiras demandas feministas, é frequentemente associado à sua capacidade de atrair "a atenção da esfera pública para o significado negligenciado das habilidades e traços que representam coletivamente" (1995, p. 127). Nesse sentido, as lutas por reconhecimento que detectamos em Nísia Floresta não ocorrem em um espaço vazio, mas dentro de um específico imaginário sociopolítico. As reivindicações são moldadas a partir desse cenário, bem como constrangidas por ele.

É essencial que não avaliemos tais lutas anacronicamente, de modo a caracterizar as demandas ressaltadas por Nísia Floresta como não revolucionárias o suficiente por razões

óbvias: a autora estava trabalhando em um espaço e tempo específicos que ditavam certas limitações às contestações por ela articuladas. Para que as suas demandas ganhassem atenção, mesmo que direcionadas a um público mais restrito, como os intelectuais e jovens de sua época, Nísia Floresta transitava no enquadramento possível da gramática moral do seu tempo.

De fato, os argumentos de Nísia Floresta tocam muito mais nas questões acerca da natureza humana e menos nas questões sobre corporalidade e direitos políticos. Encontraremos essas mesmas ausências nas outras tradições normativas, sinalizando a dificuldade de estabelecer certa legitimidade desses assuntos na época. Mesmo assim, Nísia Floresta não deixa de ser uma precursora do feminismo brasileiro já que a maioria das mulheres no período em que ela escrevia estava enclausurada no lar e sem nenhum acesso a escolaridade. Quando pensamos em como as tradições normativas cristalizaram um lugar específico para as mulheres no século XIX, suas ideias abrem o caminho para novas iniciativas e agendas emancipatórias.

Isso, de certa forma, não deve servir para diminuir os seus esforços, nem mesmo refletir certo “atraso”¹³ da sociedade brasileira em relação às questões de igualdade de gênero. Muitas das primeiras ondas dos movimentos de mulheres e feministas no mundo tiveram que lidar também com as suas limitações, particularmente no que tange à questão da rígida divisão entre o público e privado e a disseminação de valores morais que relegavam a mulher à esfera da domesticidade¹⁴.

Talvez uma das dificuldades e particularidades do imaginário brasileiro, que estava se consolidando e legitimando, pode ser atribuída a uma das hipóteses que guia nossa pesquisa: a de que muitas crenças e ideias sobre as mulheres, oriundas das três tradições normativas hegemônicas, não necessariamente serviam para desvalorizar os seus papéis na sociedade brasileira. Veremos que as três tradições, que disputavam poder político durante a fundação da República, convergiam em relação às suas crenças sobre os papéis de gênero, particularmente no sentido de que elas valorizavam a mulher na esfera privada. Aí, precisamente, está a complexa questão de se desestabilizarem ou de se tentar reconstruir os rígidos papéis de gênero porque eles não surgiram necessariamente como formas de falso

¹³ Como referenciamos no início do capítulo, pensadores e feministas pós-colonialistas têm chamado atenção para o fato de que não devemos pautar as reivindicações e histórias das demandas feministas a partir do modelo anglo-saxônico. Além disso, a própria caracterização de atribuir um “atraso” a certas sociedades funcionou para manter a distinção Norte-Sul, facilitando a marginalização das vozes que emergiam nestas esferas.

¹⁴ Veremos no próximo capítulo, que as lutas por reconhecimento lideradas por Bertha Lutz também serão limitadas ou moldadas a partir das particularidades do contexto. Nesse sentido, é mister lembrar que ao invés de adotar uma leitura que critique as limitações das reivindicações feministas desses dois momentos, reconhecemos a “estratégia” adotada pelas feministas para, até mesmo garantir uma certa legitimidade.

reconhecimento¹⁵, do modo como tipicamente definido, mas como formas de atribuir valor a certos (limitados) papéis para a mulher.

Isso coincide até certo ponto com o relato de Honneth, quando ele discute como indivíduos podem alcançar um sentimento de valor e pertencimento na sociedade: “o indivíduo sabe que ele ou ela é um membro de um grupo social que pode coletivamente alcançar coisas cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus outros membros” (1995, p. 128). O que ocorre, porém, quando o valor atribuído às mulheres envolve a sua exclusão da esfera pública e, portanto, da política? Quais seriam as implicações de tal exclusão sobre aquilo que constituem as nossas noções acerca da cidadania, da participação política e, até mesmo, do sentido de comunidade? Isso impede, então, o estabelecimento de uma gramática moral, difundida pelo imaginário sociopolítico brasileiro no século XIX, aberta à inclusão das mulheres na esfera pública?

As demandas e lutas por reconhecimento buscam contestar e transformar as gramáticas sociais, que, por sua vez, influenciam as interações sociais, com o intuito de trazer à luz outras habilidades e traços ignorados de certos grupos para que eles possam participar das interações sociais e alcançar maior estima social. Tais perguntas não são fáceis de se responder. Aquela que orienta nossa análise geral nas próximas seções é até que ponto e grau a organização e a configuração da valorização do papel da mulher na esfera privada estava presente nas ideias propostas pelo positivismo, catolicismo e liberalismo no século XIX e quais as consequências político-sociais disso.

2.3 DESVELANDO O PAPEL DA MULHER BRASILEIRA: O SEGUNDO SEXO À LUZ DO POSITIVISMO, DO CATOLICISMO E DO LIBERALISMO NO SÉCULO XIX

Para entendermos a singularidade da cultura brasileira, é necessário assumir de antemão que as próprias raízes das nossas desigualdades refletem um panorama de tensões e

¹⁵ A ideia de falso reconhecimento aqui se alinha a uma noção de *valorização determinada*, que acaba por valorizar certos atributos em detrimento de outros. Isso cria obstáculos para a participação igualitária nas relações sociais (FRASER, 2003). Nesse sentido, o falso reconhecimento do qual falamos está ligado às formas com que relações de gênero, histórica e socialmente construídas, foram articuladas para manter certas estruturas de subordinação de gênero. Buscaremos evidenciar como as diversas formas de valorização determinada legitimaram papéis hierárquicos de gênero.

contradições, cuja dinâmica dialética se intensifica com o advento das ideias e dos modelos. A dialética nos parece ser uma forma apropriada para diagnosticar o surgimento das ideias e os ideais ocidentais no século XIX, como se eles estivessem à “procura de um lugar” (SOUZA, 2000a, p. 236) ao invés de retornar ao já discutido e polêmico argumento de Schwarz (1973) de que “as ideias estavam fora do lugar”.

Outra forma de pensar sobre essas ideias à procura de um lugar é que, de fato, elas buscavam se posicionar diante do ideário que as levariam à “ordem e progresso”. Como muitos já afirmaram (CARVALHO, 2004; SOUZA, 2000a, 2000b; HOLLANDA, 2003), a força e a plausibilidade da teoria de Schwartz recai sobre o fato de que ela realça a inconsistência da adoção do liberalismo em uma sociedade escravocrata. Porém, existem dois lados dessa história e pode-se notar que o sentimento de “europeização”, de fato, não eliminou ou substituiu os distintos traços da cultura brasileira, mais bem caracterizada por práticas, valores e crenças patriarcais. O que aconteceu foram recomposições ao longo do tempo da centralidade do patriarcado, abrindo o caminho para o encontro com outras ideias concorrentes e, frequentemente, contraditórias.

2.3.1 A Mulher como Anjo Tutelar e Guardiã da Ordem e Progresso: Discursos Positivistas do Século XIX

O positivismo surgiu como corrente de pensamento no início do século XIX na França. Seu criador, Augusto Comte¹⁶ (1798-1857), visava uma reorganização da sociedade através “de uma completa reforma intelectual do homem” (GIANOTTI, 1978, p. ix), que, por sua vez, evitaria os tumultos morais, sociais e políticos produzidos pela Revolução Francesa. Buscando recompor essa nova ordem, sua filosofia pode ser brevemente caracterizada por três eixos centrais: (1) uma filosofia da história, sistematizada pela lei dos três estados¹⁷, que enfatiza a necessidade do pensamento positivo organizar as formas como o homem deve

¹⁶ Autor de *Système de philosophie positive* (1830-1842), *Cathéchisme positiviste* (1852), *Système de politique positive* (1851-1854), *Appel aux conservateurs* (1855) e *Synthèse subjective* (1856).

¹⁷ As leis dos três estágios devem ser entendidas como uma trajetória evolutiva no nível macro (da humanidade) e no nível micro (do individual). Elas retratam não somente a evolução intelectual, mas social e política também.

pensar; (2) uma classificação das ciências, na qual o método “positivo” ou científico¹⁸, baseado na observação dos fatos, se estende para o estudo da política e da sociedade; e (3) o surgimento de uma nova ciência, a sociologia, que guiaria a reforma da sociedade e conduziria a política (GIANOTTI, 1978, p. 9-13 PICKERING, 2002). Além desses três pilares, a formulação da Religião da Humanidade, desenvolvida posteriormente a esses outros fundamentos, particularmente nos últimos quinze anos de sua vida, tinha como objetivo “regular cada natureza individual e em *congregar* todas as individualidades” (COMTE, 1978 *apud* GIANOTTI, 1978). Desse modo, ele buscava fortalecer o altruísmo na sociedade e substituir o Catolicismo com um “sistema de moralidade terrestre” (COMTE, 1970 *apud* PICKERING, 2002, p. 34). Em última instância, a Religião da Humanidade representava uma oportunidade para resgatar um senso de humanidade e unidade na qual os indivíduos trabalhariam conjuntamente para o progresso da sociedade.

Segundo Pickering (1996, 2002), uma das suas biógrafas mais famosas, Comte¹⁹ certamente nunca apoiou uma igualdade entre os sexos, mas não devermos caracterizá-lo apenas como um misógino já que o conjunto de sua obra e suas ideias sobre as mulheres são complexas e contraditórias. O que Comte concedeu às mulheres, particularmente em suas últimas obras, *Système de politique positive (1851-1854)* e *Catéchisme positiviste (1852)*, foi uma “identidade positiva”, baseada em uma caracterização binária e essencialista sobre o que consistiria a natureza dos homens e, portanto, das mulheres. Com isso, ele afirmou que as mulheres seriam capazes de regenerar a sociedade por conta da sua habilidade emocional e de sua superioridade moral. Na visão angelical atribuída às mulheres, sua submissão aos homens era justificada, pois se tratava de um elemento fundamental para se contrapor à rigidez, à racionalidade e à agressividade dos homens. Além disso, as mulheres, através da sua natureza altruísta, tornariam os homens mais completos e sociáveis. Essa “identidade positiva”

¹⁸ Cabe ressaltar que autores como Pickering (2002) e Lacerda (2009) têm apontado para o emprego simplista das ideias positivistas, começando com a afirmação de que o positivismo significa uma investigação puramente científica. Lacerda (2009) busca, inclusive, recuperar os significados atribuídos ao pensamento de Comte e o positivismo nas Ciências Sociais no Brasil, chamando a atenção, sobretudo, para o fato do Positivismo não ter um conteúdo “consensual”.

¹⁹ No texto *Angels and Demons in the Moral Vision of Comte*, Pickering (1996) ressalta que as contemplações de Comte sobre as mulheres podem ser divididas em três fases. A primeira fase, antes do seu casamento, pode ser caracterizada por traços mais feministas, já que Comte teria sido influenciado por feministas francesas e inglesas do século XVIII. Na segunda fase, após o término do seu casamento com Caroline Massin, Comte incorpora um discurso mais essencialista. A partir desse momento, ele afirma que a mulher ideal seria uma esposa e mãe doce, dedicada e angelical. A última e terceira fase seria uma combinação dessas duas anteriores, produzindo um pensamento ambivalente. Comte justifica a submissão da mulher com apoio em sua natureza, particularmente sua tendência altruísta, que nela floresce muito mais do que nos homens. Interessante perceber como a evolução do pensamento de Comte sobre as mulheres teve influência a partir das relações com mulheres na sua vida, seja primeiro com Caroline Massin, ou depois com seu amor platônico, Clotilde de Vaux, que passa ser o modelo da figura angelical, por excelência, do positivismo.

cumpriu “o objetivo de Comte de colocar o cuidado e a empatia no centro da vida pública para criar uma sociedade mais condolente e harmoniosa” (PICKERING, 2002, p. 37).

O positivismo encontrou um terreno fértil para se enraizar no Brasil, expandindo com certa flexibilidade e com características variadas para acompanhar as necessidades e projetos, inclusive de cada grupo que aderiu ao positivismo (SOARES, 1998; COSTA, 1967 *apud* LINS, 1967)²⁰. De fato, a adesão ao positivismo no Brasil foi forjada por pelo menos dois fatores que agiram concomitantemente: a insatisfação com o regime monárquico e a crítica à Igreja Católica. No que tange ao primeiro fator, Pinto (1986, p. 6-7) ressalta a incapacidade do regime monárquico reagir diante das transformações econômicas e sociais e da ascensão de uma nova elite agrária. Essa nova elite surgiu em razão do desenvolvimento capitalista no país e não pertencia de forma alguma às camadas populares, sendo, em sua maioria, uma incipiente burguesia de comerciantes ou de burocratas, filhos ou herdeiros dos senhores do engenho ou de fazendeiros do café (COSTA, 1967, p. 124). Cabe ainda ressaltar que grande parte desses homens, que formava essa nova elite, também integrava um novo cenário político e intelectual após sua formação nas Faculdades de Direito do país e nas escolas técnicas (COSTA, 1967).

No que tange ao segundo fator, os positivistas não somente começavam a olhar as crenças religiosas com ceticismo, apostando na ciência para a solução de diversos problemas, mas também se posicionavam contra a aliança da monarquia com a Igreja Católica, particularmente o que Azzi (1980) chama de convivência do último com o regime escravocrata e o que Costa (1967) chama de um clero desmoralizado. Mesmo assim, havia positivistas ortodoxos que se esforçavam para ligar os valores tradicionais à Religião da Humanidade na busca pela ordem e a evolução.

Certamente, os positivistas tiveram um importante papel na Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, sobretudo por meio da figura de Benjamin Constant, que não somente foi um articulador da revolução republicana²¹ mas,

²⁰ Importante lembrar que o positivismo e sua extensão como pensamento político não foi um fenômeno brasileiro. Sua expressão mais forte ocorreu na América Latina no Brasil, Argentina, Uruguai e no México, onde as elites intelectuais se apropriaram das ideias e os ideais sobre o progresso (ARDAO, 1963). Como Arturo Ardao ressalta, o positivismo na América Latina não foi somente adotado, mas adaptado nas mais diversas formas, diferindo, em grande parte, do positivismo europeu. O positivismo em cada país foi bastante distinto um do outro devido tanto as fontes pela qual elas buscavam inspiração, seja na matriz comtiana, como no caso brasileiro, ou spenceriana, como no caso Uruguai, quanto pelas suas distintas características nacionais e históricas (1963, p. 515-516). Além disso, o positivismo entre esses países não dialogava entre si.

²¹ Segundo Lins (1967, p. 326), o papel do Benjamin Constant pode ser mais bem descrito da seguinte forma: “[ele] foi, na verdade, mais o pacificador do que o incendiário: não destruiu, nem conturbou e ao revés poupou à Pátria a perturbação e a desordem, a sangueira e a morte, transformando a *revolução* em simples *evolução*. Em meio às espadas desembainhadas, era o símbolo da concórdia: persuadia e convencia, abrandava e dirigia.”

posteriormente, serviu como ministro de Guerra no Governo Provisório. Durante a transição e no período de organização da República, notamos a influência dos positivistas²² com as seguintes conquistas: sua atuação no movimento abolicionista, a consolidação do federalismo presidencialista, a instituição de feriados nacionais, a concepção da bandeira e a separação entre Igreja e Estado (SOARES, 1998, p. 152). No entanto, é importante atentarmos para quais foram os aspectos subjacentes a esse novo contexto político, levando-se em consideração a posição dos intelectuais e sua relação com a sociedade, já que muitas vezes essa posição limitaria a atuação de uma verdadeira e expansiva reforma e modernização. Nas palavras de Costa:

O programa deles raramente foi além do programa das elites industriais, e comerciais mais “progressivas”. E quando eles ousaram além desses limites – criticando, por exemplo, o monopólio da terra (por uns poucos) ou a tirania do capital externo – o seu distanciamento das massas fizeram com que seus protestos se tornassem inócuos e não efetivos. Por todas essas razões, as reformas mais importantes do período – tais como a abolição, a reforma eleitoral, a derrubada (ou derrocada/extirpação) da monarquia – só foram possíveis por causa das ações conjuntas de grupos urbanos, segmentos das elites rurais e elementos (ou integrantes) do Exército. (COSTA, 2000, p. 198).

A crítica anteriormente apresentada ecoará na nossa análise de dois articuladores do positivismo, na tentativa de compreender alguns traços do pensamento acerca da participação dos cidadãos na esfera pública e os significados atribuídos ao papel da mulher, assumidamente restrita à esfera privada. Entendemos que a difusão do positivismo no Brasil foi abraçada por diversos pensadores, entre os quais pelo menos dois grupos se destacam: os positivistas independentes (LINS, 1967) e os ortodoxos (AZZI, 1980; LINS, 1967)²³. O papel político dos positivistas independentes pode ser traçado a partir de seu vínculo e atuação no magistério superior e secundário, na militância na imprensa, na participação no Governo Provisório, na Constituinte, nas Assembleias e governos estaduais e em postos no Exército e na Marinha (LINS, 1967, p. 12; BOSI, 2004). Já os ortodoxos estavam mais ligados às questões de ordem religiosa e eram representados pelo Apostolado Positivista do Brasil²⁴.

Com referência ao primeiro grupo, trabalharemos com as ideias elaboradas por Júlio de Castilhos, particularmente nos seguintes textos *A Propaganda Republicana* (1884), *Os*

²² Numerosos positivistas fizeram parte do Governo Provisório como Demétrio Ribeiro, Santos Werneck, Lauro Sodré e posteriormente na Constituinte, como foi o caso de Aníbal Falcão, Antônio de Faria, Barbosa Lima, Bezerril Fontenele, Borges de Medeiros, Gonçalves Ramos, Homero Batista, João Pinheiro, José Beviláqua, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Moniz Freire, Nelson de Vasconcelos, Rangel Pestana e Rodolfo Miranda (LINS, 1967, p. 335).

²³ Para um balanço das linhas de interpretação do positivismo no Brasil, veja Alonso (1996).

²⁴ O Apostolado no Brasil foi um caso excepcional na América Latina, no que tange a difusão de um positivismo religioso (ARDAO, 1963).

Nossos Governos (1884), *Crítica e Política* (1884), *A Escravidão e o Exército* (1887), *Contra a Escravidão* (1887), *Organizamos a Vitória* (1887), *A Solução da Crise* (1889), bem como as dezesseis cartas escritas para sua esposa entre 1882-1883. Com referência ao segundo grupo, trabalharemos com as ideias expostas por Raimundo Teixeira Mendes em *O Exame da Questão do Divórcio* (1893) e *A Preeminência Social e Moral da Mulher* (1908). A escolha do primeiro autor se justifica pela tentativa de compreendermos como a doutrina positivista influenciou o campo político e público, enquanto a escolha do segundo autor se vincula a um estudo da influência no campo moral e, nesse caso particular, da esfera privada. Se levarmos em consideração a divisão feita por Lins (1967, p. 12) de que os positivistas independentes foram os que mais influenciaram a política no Brasil, enquanto os ligados ao Apostolado concentraram seus esforços na questão de ortodoxia e cerimônias litúrgicas, a ausência do tema da mulher para os primeiros já nos oferece uma hipótese. Uma vez que os positivistas independentes eram aqueles considerados mais ligados à articulação de conceitos e projetos políticos para o país, a ausência do tema das mulheres parece óbvia já que a filosofia comteana disseminava a exclusão das mulheres da esfera material, propriamente pública e política. Por outro lado, a ênfase no papel da mulher nas obras de Teixeira Mendes, um positivista ortodoxo, vai ao encontro da moralidade conservadora necessária para se alcançar e se manter o ideal positivista.

Segundo Azzi, Comte oferecia uma “linha lógica e racional dos princípios”, capaz de “superar o anacronismo da monarquia sustentada pela aristocracia latifundiária escravocrata, sem levar a nação para o caminho da anarquia e caos, cujos gérmenes estavam nas ideias liberais e democráticas” (1980, p. 11). Nessa mesma linha, Franco (1967) afirma que a sedução do positivismo sobre a geração de Júlio de Castilhos (1860-1904) pode ser entendida como uma vontade de encontrar uma política científica diante das exigências postas pelas transformações sociais e econômicas e, até mesmo, pelo declínio do regime escravocrata. Cabe lembrar que, ao contrário do que aconteceu na França e na Europa, as ideias positivistas que surgiram no Brasil não foram de cunho reacionário ou progressista (FRANCO, 1967). O positivismo atingiu sua maior expressão no Rio Grande do Sul através da figura de Castilhos, que teve seu primeiro contato com o pensamento positivista quando cursava Direito em São Paulo, em 1877, e, segundo Franco (1967, p. 11), acabou tornando-se um dos líderes dessa corrente no meio acadêmico. A liderança de Castilhos foi expressa tanto no seu domínio da política rio-grandense, sendo o autor da única constituição positivista do Brasil em 1891, quanto na função de jornalista, colaborando com dois jornais, “A Evolução” (1879) e “A Federação” (1884).

No que tange à sua atuação jornalística, Castilhos buscou circular suas ideias acerca da propaganda republicana, a abolição da escravidão e a erradicação do sistema monárquico (FRANCO, 1967). Já durante sua atuação no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), Julio de Castilhos buscou (1) defender a preocupação comteana com a eficiência e a moralidade do Estado, bem como (2) estabelecer uma associação entre o PRR e os objetivos maiores do regime republicano (PINTO, 1986).

Eleito o primeiro presidente constitucional do Rio Grande do Sul em 1891, Castilhos enfrentou dificuldades, principalmente em face à oposição ao PRR, já que este não incorporou as oligarquias locais (PINTO, 1986). Com isso, o PRR teve que buscar apoio na população para a consolidação de diversos interesses, o que o distinguia dos demais partidos que atendiam interesses específicos. Segundo Pinto (1986), isso apenas concedeu ao PRR um discurso antioligárquico, mas não necessariamente popular. Os elementos que constituíram a ação do PRR podem ser baseados no fato de que ele não teve o apoio dessa elite e na incorporação de certos conceitos políticos comteanos²⁵. Entre os conceitos e propostas políticas ressaltadas por Castilhos nos seus jornais, Pinto (1986, p. 24, 27) destaca quatro elementos que coincidem com a agenda do PRR e que norteavam a sua ação: (1) o estabelecimento de uma doutrina verdadeiramente republicana; (2) a representação dos interesses das classes conservadoras, produtoras e proletárias; (3) uma administração baseada em princípios morais; e (4) uma gerência dos fundos públicos visando ao interesse das classes sociais. Para além desses princípios, durante o governo de Castilhos, entre 1892 até 1898, um dos eixos centrais também foi o estabelecimento de um aparato militar estadual, baseado na premissa de fortalecer o regime republicano contra os planos monárquicos. Uma vez mais a habilidade política por trás de Castilhos e do PRR pode ser identificada. Assim como eles fizeram ao associar a sua ideologia política às intenções políticas nacionais, eles também foram capazes de defender o estabelecimento da força militar das críticas. Isso se deu porque Castilhos argumentou que a Brigada Militar seria um símbolo do regime. As implicações desse simbolismo residem na sua habilidade de, primeiro, afirmar que a Brigada Militar foi criada para a proteção do Rio Grande do Sul e, segundo, em refutar a afirmação de que ela foi estabelecida apenas como meio de manter o PRR no poder (PINTO, 1986).

²⁵ Contudo, Pinto resalta o fato de que Augusto Comte nunca foi citado nos pronunciamentos oficiais ou nos editoriais de *A Federação*, devido à conjuntura política do Rio Grande do Sul. Nesse caso, o PRR optou por não se apresentar como uma alternativa republicana. Uma função central para o fortalecimento do PRR foi justamente a capacidade de se articular com os objetivos republicanos nacionais.

O intuito aqui não é retratar toda história e atuação do Júlio de Castilhos no PRR²⁶ ou como jornalista, mas ressaltar as suas posições referentes ao espaço público e político, e entender se, de fato, ele aborda a questão da mulher. Em *Propaganda Republicana*, *Os Nossos Governos* e *Crítica e Política*, todos escritos em 1884, Castilhos reforça que a luta republicana consiste na derrota da corrupção monárquica através da “superioridade do ideal político”, bem como “pela unidade moral” (CASTILHOS, 1884 *apud* CARNEIRO, 1982, p. 46). A relevância de uma administração eficiente é o tema do segundo texto referido anteriormente, no qual Castilhos expressa a sua crítica sobre a pobre administração, uma vez que ela conduz a um “governo de incapazes”, intensificando graves problemas que não são tratados. Em suas palavras:

Muitas vezes improvisam-se de um dia para outro ministérios que não contam no seu seio um só homem que possua a intuição e um verdadeiro diretor, que conheça sua segurança as necessidades mais imperiosas do país, ou que, por um longo passado de experiências, ofereça garantias para uma inteligente e proveitosa administração (CASTILHOS, 1884 *apud* CARNEIRO, 1982, p. 57).

No entanto, parte do problema para Castilhos não está somente relacionada à administração do atual governo e sim aos próprios cidadãos que criticam a política por ser “pervertida”. Esses cidadãos têm o dever de trabalhar para reconstruir seus ideais através da política. Se eles não possuem qualquer ideal político, muito menos gozam do direito de criticar ou exigir dos políticos. Se o cidadão julga a política como má, isso serviria como incentivo para buscar substituí-la através da educação cívica. Embora Castilhos discuta as obrigações desses cidadãos, ele nunca os distingue. Deixando de lado as críticas, Castilhos oferece um pouco de otimismo no texto sobre *A Solução da Crise*, de 1889. Nesse seu pronunciamento, podemos notar dois elementos significativos. O primeiro se refere ao fato de que o positivismo comteano era certamente contrário aos momentos revolucionários pelos quais a França passou. Segundo, encontramos a defesa de um Exército que trabalha para proteger a pátria.

Eis a eterna glória, a glória sem igual nesse povo, que assim realiza o solene e comovente espetáculo, nunca dantes presenciado, de operar no seu governo uma profunda revolução, incruenta, sem efusão de sangue, imaculada, [...] sem nenhum dos lutosos desastres que em todos os povos em todos os períodos históricos tem acarretado a abolição dos regimes ominosos. Bastou que a *nação armada* – o valoroso exército e a valorosa marinha bélica – fraternizada com o povo [...] retirasse seu apoio ao regime [...]. (CASTILHOS, 1889 *apud* CARNEIRO, 1982, p. 148).

²⁶ Para uma análise completa da história e relevância política do PRR, fundado em 1822, veja Célio R. Pinto (1986).

É interessante notar que as discussões seguintes de Castilhos sobre o Exército reforçam a sua crença em um Exército ético que não atua contra o seu povo. Em sua obra *A Escravidão e o Exército*, de 1887, Castilhos afirma que o Exército não desempenhará o mesmo papel que o governo, em outras palavras, aquele de humilhar o seu povo. Ele desaprova firmemente a tentativa que “consiste em transformar o Exército em vasto repositório de capitães-do-mato e de caçadores de escravos” (CASTILHOS, 1887 *apud* CARNEIRO, 1982a, p. 185). Essas observações representam o desprezo de Castilho pela prática da escravidão que, para ele, é um reflexo desse “espetáculo selvagem que atualmente se exhibe em nosso território sob a direção do poder público” (CASTILHOS, 1887 *apud* CARNEIRO, 1982a, p. 186). Se o Exército escolhe participar em tais atos de barbárie, ele também será desonrado. Adicionalmente, deve-se notar que os positivistas do Rio Grande do Sul, sob a influência de Castilhos, adotaram uma postura muito mais radical quanto à abolição da escravidão (FRANCO, 1967). O movimento abolicionista acabou penetrando o espírito da nação mesmo diante do silêncio dos governantes; representando, assim, a “face do cumprimento do dever social, da civilização e da honra de um povo” (CASTILHOS, 1887 *apud* CARNEIRO, 1982a, p. 179).

Até aqui, vimos um pouco de Castilhos como figura pública, bem como algumas ideias políticas que influenciaram o seu papel no PRR. Será nas cartas para sua noiva e, mais tarde, esposa, Honorina da Costa, que vai ser representada a sua figura privada. Estas cartas²⁷ contêm parte da doutrina comteana em relação à condição da mulher como fiel guardiã da família. De acordo com Ramirez (1993), que organizou a edição dessas dezesseis cartas, Honorina foi a esposa leal, companheira e mãe dos seis filhos de Castilhos.

O tema mais recorrente²⁸, de acordo com nossa leitura, consiste no questionamento e conselhos de Castilhos quanto à educação de Honorina. Podemos identificar claramente mais traços de influência comteana, já que Castilhos encoraja Honorina a seguir com seus estudos, particularmente na área de música, canto e filosofia. Nessas cartas, Castilhos oferece conselhos acerca de quanto tempo ela deveria dedicar a esses estudos e, até mesmo, sobre

²⁷ Infelizmente podemos contar apenas com as cartas escritas por Castilhos e não as escritas por sua esposa, certamente deixando uma lacuna na análise dessa relação. Contudo, elas lançam luz na relação que pode ser caracterizada por “saudades e carência sentimental” (RAMIREZ, 1993, p. 11). Cabe ressaltar que inconformada com a morte de Júlio de Castilhos, após uma cirurgia para a retirada de um tumor, Honorina se suicida em 1905. (CASARÃO, 2010).

²⁸ Em um lado mais pessoal, cabe lembrar que a gagueira que atormentava Castilhos desde cedo é um motivo para o desenvolvimento de outras qualidades intelectuais, como é lembrado por Franco (1967, p. 7). A preocupação de Castilhos com sua gagueira e, portanto, com um “receio de fiasco”, é lembrada até nas cartas para sua esposa, em 1883, quando menciona a necessidade de fazer um discurso público (CASTILHOS, 1893 *apud* RAMIREZ, 1993, p. 51-52).

quais peças musicais ela deveria aprender. Quando se trata dos estudos filosóficos, Castilhos afirma que tais estudos demandam muito mais trabalho e empenho, mas ele reconhece “que tu tenhas o espírito preparado identicamente ao meu; de forma que ele seja sempre para mim uma fonte perene de sugestões fecundas, de inspirações providenciais!” (CASTILHOS, 1893 *apud* RAMIREZ, 1993, p. 28). Há indicações de que, quando Honorina lhe escreve sobre os seus estudos em curso, Castilhos demonstra emoção e a elogia por seus esforços.

Congratulo-me contigo pela boa vontade com te aplicas aos teus estudos, aos quais tiveste a feliz lembrança de acrescentar o estudo do italiano. Folgo com isso por um duplo motivo: 1 porque argumentas a erudição filológica; 2 porque aprenderei contigo essa grande língua da arte. Serei teu discípulo. (CASTILHOS, 1883 *apud* RAMIREZ, 1993, p. 39).

O foco na educação, nessa carta entre outras, nós leva a duas conclusões interessantes. Primeiro, ao encorajar a sua mulher para dedicar-se aos estudos, Castilhos parece romper com as crenças e práticas predominantes que estabeleceram que as mulheres precisariam aprender materiais que as ajudariam apenas a ser boas esposas. Nesse sentido, as ideias de Castilhos parecem se alinhar com as da Nísia Floresta, que fortemente criticou a educação feminina, baseada não no raciocínio, mas na manutenção de aparências²⁹. Nessas cartas, parece que Castilhos está dialogando com um par intelectual, a sua esposa. Segundo, Castilhos também não parece acreditar na inferioridade intelectual das mulheres, outro ponto em comum com Nísia Floresta.

Todavia, em uma carta escrita em abril daquele mesmo ano, ele suavemente repreende Honorina por não dedicar o mesmo período a todos os seus estudos. Aparentemente, ela vinha dedicando o seu tempo especificamente à leitura e à pintura e não à música e ao canto. Nessa carta, nós podemos inferir que Castilhos exerce alguma forma de pressão, de modo paternal, quando ele afirma o seguinte: “Responderás que não tens tempo, mas replico: com uma boa divisão de trabalho, havendo método e sistema, tu dispões de tempo de sobejo para estudares tudo quanto constitui o programa que te tracei [...]” (CASTILHOS, 1883 *apud* RAMIREZ, 1993, p. 42).

O que podemos concluir dessas cartas é que existe certa dualidade no que tange ao seu papel como noivo e confidente. Por um lado, Castilhos parece estar falando de igual para

²⁹ Em *Opúsculo Humanitário* essa crítica fica clara no seguinte trecho: “Certo, o que se chama por via de regra no Brasil dar boa educação a uma menina? Mandá-la aprender a dançar não pela utilidade que resulta aos membros de tal exercício, mas pelo gosto de fazer brilhar nos salões; ler e escrever o português, que, apesar de ser o nosso idioma, não se tem grande empenho de conhecer cabalmente [...] cantar, tocar piano, muita vez sem gosto, sem estilo, e mesmo sem compreender devidamente a música; simples noções de desenho, geografia e história, cujo estudo abandona com os livros ao sair do colégio; alguns trabalhos de tapeçaria, bordados, crochê, etc., que possam figurar pelo meio dos objetos de luxo expostos nas salas dos pais a fim de granjear fúteis louvores a sua autora” (FLORESTA, 1989b, p. 110).

igual, motivando os estudos de Honorina e reconhecendo sua capacidade intelectual. Por outro lado, detectamos que as disciplinas concentram-se em estudos designados próprios para as mulheres, como música, canto e línguas. Apesar de uma das cartas ressaltar o fato de que Honorina havia iniciado estudos filosóficos, a maioria das cartas se referem às outras áreas. A evidência aqui é suficiente apenas para afirmar que havia não somente um senso de mútuo respeito e admiração por parte de Castilhos, mas também uma mulher que parecia representar o ideal feminino de virtude, dedicação e carinho, sobretudo. Cabe destacar ainda que esse ideal era encontrado no espaço doméstico em que a mulher exercia um papel fundamental mas, inegavelmente, secundário.

A relação do positivismo com as questões de gênero revela uma posição que valoriza a necessidade da educação feminina como uma forma de incentivar o progresso social e moral da sociedade brasileira. Uma vez que essa tradição defende a educação feminina, cabe lembrar que os argumentos se baseiam em uma lógica que enfatiza uma natureza essencial das mulheres. Nesse sentido, o acesso à educação oferece uma base para melhorar os traços e as qualidades “femininas” em nome da ordem da própria sociedade e humanidade.

Entendendo que a subordinação das mulheres é estruturante das práticas e normas sociais, a visão positivista, que informava a abertura da escola para as mulheres, consolidava um modelo específico de relações de gênero. A educação fornecia uma forma de perpetuar os papéis das mulheres como “anjos tutelares” ou as “rainhas dos lares”, transferindo o papel do cuidado para a escola. Por isso as mulheres que optaram por não terem filhos, mas se dedicarem aos estudos, particularmente ao magistério, não eram discriminadas já que estariam exercendo a sua função de mãe-educadora ou prolongando as suas funções maternas (ISMÉRIO, 1995, 2007; LOURO, 1986).

Além de reproduzir papéis de gênero, através de símbolos e regras, a escola também serviu como uma plataforma para difundir os princípios e ideário positivistas. Isso significou que para a maioria das mulheres, das classes baixa e média, a relevância da educação se dava por sua capacidade de ajudar mulheres a desenvolverem as suas habilidades domésticas (LOURO, 1986). Tais ideias culminaram na criação do Instituto de Educação Doméstica e Rural, como parte da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, que se concentrava em uma educação doméstica para as mulheres (LOURO, 1986). Esse tipo de currículo já tinha sido alvo de críticas de Nísia Floresta quando a autora buscava ampliar o escopo das matérias oferecidas às mulheres.

O foco na educação tornou-se uma preocupação dos positivistas, juntamente com a ascensão de modernização e urbanização, no final do século XIX, dado o analfabetismo

generalizado. Os positivistas reconheceram a necessidade de combatê-lo, bem como melhor qualificar os trabalhadores; embora seja possível dizer que esta razão foi baseada na necessidade de aumentar uma base eleitoral (LOURO, 1986, p. 56). Em última análise, pode-se concluir que o positivismo desempenhou um papel central na criação de centros de educação, principalmente no Rio Grande do Sul, onde tinha uma influência maior. Isso preparou o caminho para a entrada das mulheres no ensino superior e demonstrou os passos iniciais para romper com os estereótipos de inferioridade intelectual das mulheres. Enquanto o positivismo defendia o acesso das mulheres à educação como um meio de alcançar o progresso social, fê-lo por meio de uma perspectiva que reforçou papéis específicos para homens e mulheres. Nesse sentido, o acesso à educação não era um caminho para a maior autonomia das mulheres, sua consciência sobre seus corpos ou até mesmo um passo iniciando a discussão sobre o sufrágio, mas era apenas uma forma de “elevar” (ou de “projetar”) socialmente a mesma posição consagrada – nesse caso, tornando-se de fato e de direito – às mulheres.

Para se compreender melhor a questão, convém ampliar alguns pontos a respeito do positivismo. Tendo considerado Júlio de Castilhos como a figura representativa do pensamento positivista, agora examinaremos a dimensão religiosa do positivismo que pode ser identificado no Brasil no século XIX. Tanto para Teixeira Mendes quanto Miguel Lemos, fundadores da Igreja Apostolada Positivista do Brasil, o positivismo significava mais do que uma filosofia, pois era, de fato, uma missão religiosa. Ambos se conheceram quando alunos na Escola Politécnica e tiveram contato com a filosofia de Comte no fim de 1874 pela influência de Benjamin Constant, que conduziu vários jovens universitários à obra comteana, e pela leitura de Emílio Littré (AZZI, 1980). O rompimento com Constant e com a visão de Littré se deu através da conversão ao positivismo ortodoxo, linha que acreditava que o positivismo era uma fé ou uma nova religião que conduziria a uma nova ordem política e social. Conquanto Lemos e Teixeira Mendes rejeitavam o misticismo sobre a evolução religiosa, da mesma forma que Littré, eles buscavam reafirmar a importância da “visão espiritual do universo e da humanidade” (AZZI, 1980, p. 50). Em outras palavras, a ortodoxia positivista representou uma preocupação com uma nova ordem, pautada mais em uma análise sociológica da sociedade do que em uma preocupação com a conjuntura política. Na verdade, foi Lemos quem se converteu primeiro ao positivismo ortodoxo, encontrando na filosofia de Comte a “união entre ciência e sentimento” (AZZI, 1980, p. 36). Em razão da insistência do seu colega, Teixeira Mendes também se converte ao positivismo ortodoxo em 1879. Consequentemente, ambos fundaram o Apostolado Positivista do Brasil em 1881.

Azzi (1980) aponta vários temas que foram enfatizados pelos dois ortodoxos, dentre os quais gostaria de realçar quatro que exemplificam o posicionamento do positivismo em relação às diversas hierarquias societárias, para além da esfera privada. Em primeiro lugar, o positivismo enfatizou a importância da ciência no que tange ao estudo e à compreensão do mundo e da natureza humana. Em segundo lugar, o positivismo surgiu como uma forma de superar a degeneração da sociedade e dos valores morais. A Religião da Humanidade serviria como a fonte de unidade religiosa na sociedade, que preencheria a lacuna deixada pelo enfraquecimento da Igreja Católica. Em terceiro lugar, o idealismo democrático era visto como uma forma de perpetuar o anarquismo, dada sua valorização da igualdade. Os valores democráticos, na visão positivista, apenas serviriam para criar obstáculos ao próprio progresso humano. Dessa forma, o positivismo se alinhava a um projeto político que reforçaria um sistema autoritário capaz de estabelecer ordem, de cima para baixo. Em último lugar, mas não menos importante, os positivistas contaram com a sua própria representação do tipo ideal da mulher como a última peça do quebra-cabeça filosófico. Com isso, queremos dizer que os positivistas acreditavam que as mulheres seriam as figuras centrais para o desenvolvimento do projeto de implementação da ordem e da integridade moral da sociedade.

Essencialmente, conquanto valorizava as mulheres na sua função de mães e esposas, o pensamento positivista o fez em detrimento de qualquer ideia que encaminhasse no sentido de uma igualdade dos sexos. Como Mendes já afirmava:

O dogma revolucionário de igualdade de todos os homens é a negação sistemática de semelhantes diferenças [...]. A verdade positiva é que todos os animais, inclusive o homem, possuem os mesmos órgãos: todos eles sentem, todos eles movem-se, todos eles pensam; mas a aptidão sensitiva, motriz ou intelectual varia de um para o outro [...] (MENDES, 1917 *apud* AZZI, 1980, p. 97).

Dado nosso objetivo de compreender a influência que o pensamento positivista ortodoxo teve na disseminação de papéis específicos para as mulheres e os homens, será valioso concentrarmos particularmente nos escritos e pensamento de Teixeira Mendes, um dos representantes e autoridades da tradição normativa no Brasil, que mais se manifestou sobre o tema. Com a fundação da Igreja Positivista do Brasil em 1881, Lemos e Teixeira Mendes publicaram vários folhetos e artigos com o intuito de formar adeptos ao pensamento ortodoxo e estabelecer a criação de famílias³⁰ positivistas. O tema da família tornou-se o centro dessas publicações na tentativa de disseminar a noção de que essa estrutura era

³⁰ A tendência endogâmica do núcleo dos positivistas ortodoxos é notada por Pezat (2007, p. 104) no seu relato de que Lemos, Teixeira Mendes e outro adepto teriam se casado com três irmãs: Albertina Torres de Carvalho, Ernestina Torres de Carvalho e Elvira Torres de Carvalho, respectivamente.

essencial para “promover a organização moral da natureza humana” (LEMOS, 1884 *apud* PEZAT, 2007, p. 105). Na tentativa de influenciar o projeto da Constituição, em 1890, Lemos e Teixeira Mendes estabeleceram que “a organização da família basear-se-á na monogamia, havendo para sancioná-la a instituição civil do casamento independente de qualquer cerimônia religiosa, podendo esta ser consecutiva ou anterior àquela, conforme a vontade dos cidadãos” (PEZAT, 2007, p. 105).

Em 1893, Teixeira Mendes publica *Exame da Questão do Divórcio*, reforçando precisamente três temas interligados. Em primeiro lugar, Teixeira Mendes discute a importância política e moral da família para a evolução social. Em segundo lugar, ele descreve a natureza dos homens e das mulheres para ilustrar a centralidade da mulher na família, tema central do segundo texto analisado do autor. Apesar do fato de que a ideia desenvolvida por Teixeira Mendes diverge do pensamento católico, ela não deixa de servir ao mesmo propósito, ou seja, o de minimizar o desejo e a expressão sexual das mulheres, resumidas na concepção da “viúva eterna”. Em terceiro lugar, Teixeira Mendes conclui o seu argumento com a necessidade de proteger a instituição da família frente ao surgimento da questão do divórcio.

Teixeira Mendes inicia sua discussão com a afirmação de que a família precisa ser sistematizada por uma religião universal e por um sacerdote. Enquanto isso não existir, a ordem doméstica ficará exposta às “devastações da anarquia, seja quais forem os rigores da legislação civil” (1893, p. 9). Baseado na definição de Comte acerca da natureza humana e dos três órgãos de sensibilidade – o apego, a veneração e a bondade, Teixeira Mendes reafirma o elo entre a instituição da família e a religião positivista. “Esses três graus da associação humana se harmonizarão por forma tal, que cada homem deve ser considerado como um *cidadão que a Família prepara e a Igreja completa*” (MENDES, 1893, p. 23-24). Nesse mesmo sentido, a família tem duas funções importantes. A família passa a exercer um papel moral já que é o agente educador do homem. De fato, agente educador, para os positivistas, é o papel por excelência das mulheres no processo de socialização. Segundo, a família também exerce um papel político, pois é através da constituição de famílias positivistas que a sociedade política se forma e se estende.

Chamamos a atenção para o fato de que, muitas vezes, as discussões e os conceitos positivistas sobre a mulher parecem, à primeira vista, desafiar as hierarquias de gênero postas, em grande medida, por qualquer doutrina moral conservadora, como o catolicismo. No entanto, eles não reverterem a lógica que associa os papéis de gênero a uma específica e restrita atuação, seja na esfera pública ou privada. Teixeira Mendes se opõe à doutrina católica por ter

forjado uma fábula de criação “ridícula” para sustentar o argumento da monogamia indissolúvel e da subordinação da mulher (MENDES, 1893, p. 10) e por tornar o casamento tanto uma forma de satisfazer o “apetite carnal” quanto um “mero contrato” (p. 10-12). Segundo as doutrinas religiosas, a união conjugal servia apenas para satisfazer uma “brutal sensualidade” e sistematizar a “procreação humana” (p. 25). A doutrina comteana ensina os homens e as mulheres a aprenderem a viver para a Pátria e a Humanidade bem como ajuda os dois sexos a encontrarem um no outro o “complemento de sua própria organização moral e intelectual” (p. 26).

O que percebemos nessa discussão é que, de certa forma, o positivismo busca retirar a mulher de sua posição subordinada ao homem, mas, nesse processo, o pensamento positivista apenas desloca a subordinação das mulheres aos homens para outro *locus*, o do discurso “essencializado” e naturalizado sobre um típico específico de natureza feminina. Com isso, os positivistas não rompem com a questão da subordinação dentro da esfera privada, já que conseguem sistematizar o pensamento de tal forma que o poder é garantido às mulheres através do conceito da sua “superioridade moral” no lar e na família. O problema aqui reside no fato de que tal poder se encontra apenas em um território demarcado, o da esfera privada.

Isso se torna claro na discussão sobre a divisão de poderes na sociedade:

Existem três poderes sociais: o poder material do governo, o poder espiritual do sacerdote, e o poder moral da mulher [...]. Mas como o ultimo só é capaz de manifestar-se diretamente na Família e só indiretamente na Pátria e na Igreja, apenas se tem de considerar *duas autoridades políticas*, a saber: o poder temporal do governo e o poder espiritual do sacerdócio. (MENDES, 1893, p. 58, grifo nosso).

Com essa definição, Teixeira Mendes reforça a divisão entre público e privado, relegando a mulher à esfera privada, enquanto os homens podem e devem atuar na esfera pública e política, porque o sexo masculino é quem “prepondera politicamente”, já que representa a “força material” (MENDES, 1893, p. 52). As funções da mulher como esposa, mãe, filha e irmã são necessárias para sustentar a família, sendo a forma de “sistematizar a ação da mulher sobre o homem” (MENDES, 1893, p. 74). Percebemos que a designação de papéis de gênero reforça um papel “positivo” e relevante para a mulher na construção da sociedade positivista. Mas, como já referido acima, esse papel opera dentro de um sistema binário e essencialista que ajuda construir e manter a divisão entre o público e o privado. A superioridade da mulher é justificada a partir do argumento de que sua natureza é representada por um “instinto construtor” e um “desejo de agradar”, ao contrário da natureza masculina, em que o “instinto sexual, assistido do instinto destruidor, e do orgulho (*dezejo de*

domínio)” é o que prepondera (MENDES, 1893, p. 29). O argumento se fortalece quando Teixeira Mendes caracteriza a vida pública pela espontaneidade do egoísmo, sem incentivo para o altruísmo (1893, p. 29-30). A discussão sobre a natureza dos homens e das mulheres, exposta no texto de 1893, é retomada em 1908, quando Teixeira Mendes dá uma conferência intitulada *A Preeminência Social e Moral da Mulher*. O objetivo desse segundo texto foi não somente o de buscar responder questões sobre a mulher no sistema hierárquico visionado pelos positivistas, mas também estabelecer qual seria a função desse sistema.

Teixeira Mendes claramente rejeita a afirmação da inferioridade feminina, mas o seu argumento parece, no entanto, conflituoso para uma visão feminista. Para o autor, a diferença entre homens e mulheres não pode ser considerada por uma oposição entre superioridade e inferioridade, mas pela compreensão das diferentes aptidões. Na sua visão, os homens representam a “aptidão maior de modificar o meio em proveito da espécie” e as mulheres têm mais aptidão para “modificar a espécie” (1908, p. 38). Por meio dessa simples descrição, Teixeira Mendes reforça a básica representação do homem como provedor, não por conta de sua força ou superioridade, mas simplesmente porque não tem os mesmos instintos de cuidado e bondade que as mulheres. De fato, é o altruísmo das mulheres que faz com que elas sejam as mais capazes para exercerem a função de mãe e esposa, já que não representam o egoísmo, a vaidade e orgulho dos homens. A mulher se configura como o sujeito dependente por conta da sua própria natureza; é meramente um reflexo de algo orgânico. Em outras palavras, o altruísmo é precisamente representado por “órgãos da submissão, que induz o animal a fazer consistir o bem-estar, a felicidade, em subordinar sua existência à do outro, e por isto o tipo de tal sentimento é o amor materno” (MENDES, 1908, p. 47). Estando a sua missão vinculada a uma questão maior, uma missão moral, Teixeira Mendes enfatizou que, de fato, as mulheres têm uma função mais “complexa”, “difícil” e “nobre”, justamente por terem a função de formar homens. Essencialmente, a mulher “precisa ser o Anjo tutelar de seus pais, de seus irmãos, de seu esposo, de seus filhos [...]” (1908, p. 132).

Podemos inferir pelo menos uma conclusão das afirmações encontradas nos textos. Mesmo que o positivismo não tenha incorporado as noções acerca da inferioridade da mulher em relação ao homem, ele produziu os primeiros traços, no plano das ideias, de um “falso reconhecimento” com bases fortemente positivas. Retomaremos esse argumento mais à frente, mas, por hora, basta dizer que há uma distorção nas crenças associadas às mulheres. À primeira vista, as características “nobres” das mulheres não aparentam ser negativas ou reprodutoras de qualquer forma de subordinação. Porém, uma análise crítica e feminista permite identificar a contradição de tais pensamentos, justamente porque eles acabam por

““essencializar”” a natureza das mulheres (e a dos homens), deixando pouco espaço para a ruptura com os papéis de gênero. Além disso, relegam a mulher à esfera da domesticidade por meio de um argumento moralista.

2.3.2 Marias e Evas: O Simbolismo e O Moralismo na Visão Católica do Século XIX

Quando olhamos para o pensamento católico, há dois pontos iniciais que norteiam a discussão sobre o imaginário religioso. Primeiramente, percebemos várias ideias e crenças que vão ao encontro do pensamento positivista, sobretudo a ênfase dada à natureza humana dos homens e das mulheres e a estreita divisão das esferas pública e privada. No que tange à natureza humana das mulheres, houve um esforço por parte desses dois pensamentos, mais particularmente do catolicismo, de reprimir as questões de sexualidade e sensualidade. Segundo, a dinâmica entre o Estado e Igreja, marcada por períodos de tensões e alianças estratégicas, influencia a relação da Igreja com a sociedade, inclusive com as mulheres. Esses dois pontos convergem para nos contarem uma história de como a imagem socialmente construída do “feminino” serviu à agenda política da Igreja. As doutrinas da Igreja Católica foram capazes de asseguraram-se como uma poderosa fonte doutrinante no imaginário sociopolítico em termos da construção dos papéis tradicionais de gênero.

No caso da Igreja Católica brasileira, o moralismo foi capaz de penetrar a vida cotidiana com seus valores. Padre Júlio Maria confirmou essa habilidade no seguinte trecho:

O que se chama princípio de vida de uma nação distingue-se de seus códigos, de suas leis, de suas constituições. Não é nem o seu organismo político, nem a geografia física, nem a corrente do sangue e da língua: é a sua crença, a sua fé, a sua tradição, isso tudo que se pode chamar – a alma da nação (JÚLIO MARIA, 1981, p. 13).

Nestor Duarte, em *A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira* (2006), também ilustra a força penetrante da Igreja, particularmente na esfera privada, moldando, por sua vez, as relações de gênero na colônia. Como podemos observar, seu domínio foi garantido por boa parte do século XIX:

Com esse domínio sobre a mulher e a criança, a Igreja pôde, sem conflitos, penetrar nessa ordem privada e estender-se pela sociedade da Colônia, obtendo perfeita

adaptação de sua hierarquia, sem incomodar nem ser hostilizada pelo senhorio (DUARTE, 1939).

Dadas ambas as dimensões política e social da doutrina católica bem como a sua natureza transcendental, o desafio de superar o sistema de crenças em torno das relações de gênero torna-se ainda mais difícil. Em seu *Catolicismo romano e forma política* (1988), publicado em 1923, Carl Schmitt procura analisar o papel e a essência da Igreja Católica diante do desenvolvimento do aparato econômico e técnico do mundo moderno. A lógica da Igreja opera em oposição a esse contexto, ao mesmo tempo em que se sustenta em racionalidade própria. Uma reflexão crítica da “essência” ou da técnica política da Igreja facilita o nosso entendimento de como ela exercita influência não somente em um nível prático, por meio do controle de certos grupos midiáticos e políticos, sociais e religiosos, como Mary Daly³¹ habilmente aponta (1985), mas também em um nível espiritual, ao trazer para a realidade o que não é concreto ou visível.

É esse o tema essencial para o qual Schmitt está chamando atenção quando ele afirma que a Igreja pode ser mais bem caracterizada como um *complexio oppositorum*, capaz de integrar, por um lado, a racionalidade que tem suas raízes em vínculos pessoais e, por outro, uma lógica espiritual-humana que proporciona orientação³² (SCHMITT, 1998, p. 28). O *complexio oppositorum* não deve ser confundido como uma representação dialética de conceitos que se negam reciprocamente no sentido hegeliano. Ao contrário, esse sistema é constituído por oposições extremas em uma estrutura mais ampla, que racionalmente procura compreender a realidade. Como o Estado, a Igreja Católica é um *complexio oppositorum*, porque incorpora diferentes interesses, distintas perspectivas e diversas culturas e sensibilidades (SCHMITT, 1998, p. 14).

A força do argumento de Schmitt encontra-se na diferenciação feita por ele entre a racionalidade da Igreja e a da moderna economia. O catolicismo, na visão de Schmitt, é político porque não se concentra apenas em um aspecto técnico da dimensão política, baseada em uma preocupação seja ela com um fim econômico absoluto ou com a sua capacidade de

³¹ Mary Daly é uma reconhecida teóloga católica, feminista radical e lésbica, que publicou, além de *The Church and the Second Sex* (1968), vários outros livros seminais para a teologia feminista. Muito influenciada por Simone de Beauvoir, Daly procurou entender as condicionantes patriarcais da Igreja Católica. Seus últimos trabalhos focaram na busca por algum potencial emancipatório na doutrina católica. Para a sua leitura detalhada dos Velho e Novo Testamento, dos escritos antifeministas de Paulo e Tomás de Aquino, e das Encíclicas Papais, veja Daly (1985).

³² O artigo de Schmitt, apesar de curto, é particularmente esclarecedor quanto à “essência” da Igreja Católica. Ele trata de vários conceitos políticos centrais, tal como representação, e os vincula ao papel político do catolicismo. Dados os propósitos da minha discussão aqui, concentramos particularmente na noção da Igreja como um *complexio oppositorum*. Para uma discussão mais ampla da noção Schmittiana de representação, veja Cristina Buarque de Hollanda (2003) e Bernardo Ferreira (2004).

exercer poder sobre certas instituições ou forças sociais. Assim, o catolicismo busca estender sua influência de modo mais amplo.

O “grande” projeto da Igreja Católica incorpora uma capacidade organizacional e, talvez ainda mais importante, o que Schmitt chama de *ethos* da convicção, que abre a porta para a dimensão política inovadora e vigorosa e, em última instância, confere-lhe autoridade. “Nenhum sistema político pode sobreviver sequer uma geração com simples técnica e afirmação de poder. Ao político pertence a ideia, pois não há nenhum político sem autoridade e nenhuma autoridade sem um *ethos* da convicção” (SCHMITT, 1998, p. 31). A linguagem ou os discursos da Igreja culminam em um vasto sistema de representação, atribuindo valor àqueles que representam e são representados.

A caracterização de Schmitt da Igreja Católica como um *complexio oppositorum* serve para a análise proposta aqui, pois permite compreender a natureza política específica da Igreja que, sabiamente, se não estrategicamente, molda-se de acordo com as relações mantidas com o Estado. Vamos, então, considerar brevemente a Igreja Católica no Brasil e seu papel no imaginário sociopolítico. Durante o período colonial, ela era uma aliada da coroa e mantinha frouxos laços com o Vaticano. Com a emergência das crenças republicana e liberal nos últimos anos do século XIX, a Igreja Católica, aos poucos, viu-se perdendo poder e influência, culminando na separação entre Igreja e Estado com a fundação da República. Com a intensificação do processo de romanização nos primeiros anos da República, a Igreja estabeleceu um projeto para reorganizar-se como uma instituição baseada em uma doutrina muito mais ortodoxa vinda do Vaticano. Durante essa fase, a Igreja Católica brasileira estabeleceu as bases para a disseminação de sua doutrina não apenas em defesa de sua relevância na sociedade, mas também para disciplinar o seu clérigo e os seus fiéis seguidores por meio de educação e de uma imprensa católica emergente.

Todas essas mudanças são significativas porque elas mostram a dinâmica entre a Igreja e o Estado e, conseqüentemente, a influência da Igreja no papel da mulher na sociedade. Devido a nosso interesse em focar na sua capacidade de enraizar certos fundamentos e práticas ligados as relações de gênero, não podemos deixar de ressaltar que a Igreja Católica foi “mais feminina do que masculina”, sendo que os homens “sempre praticaram um catolicismo modificado” (DUARTE, 1939). Nesse caso, Duarte (2006) ainda exemplifica essas atitudes diferenciadas entre homens e mulheres: homens comungavam menos, não se entregavam ao culto da mesma forma como as mulheres e também não se sucumbiam às demonstrações de obediência e humilhação. A devoção das mulheres demonstrou a capacidade de a Igreja Católica brasileira incluir diversos interesses e

perspectivas na sua doutrinação. Ao mesmo tempo, consolidou o seu poder como uma força norteadora tanto política quanto espiritual, concernente às relações assimétricas de gênero.

Desse modo, o foco aqui (1) reconstituirá brevemente a percepção da Igreja Católica em relação às mulheres, em um sentido mais geral e (2) enfatizará as tensões enfrentadas pela Igreja Católica brasileira durante o período que compreende meados do século XIX até a separação entre Igreja e Estado nos primeiros anos da República. Diferente da análise de pensadores positivistas específicos da seção anterior, esta apresentará uma discussão geral do pensamento católico originado no Vaticano. Em seguida, focaremos na recepção da Igreja no Brasil, que, por sua vez, precisou passar por um processo de institucionalização, geralmente classificado como “romanização” ou “europeização”, antes de constituir-se como um empreendimento intelectual singular. A rica e complexa história da Igreja Católica na história colonial brasileira, e passando para os primeiros anos da República, sem qualquer dúvida, não será completamente representada aqui.

O principal objetivo é apresentar essa doutrina católica inicial como portadora de uma “essência política”, nos termos de Schmitt; uma essência vinculada, em última instância, à habilidade de constituir ideias opositoras. Em outras palavras, o paradoxo reside no fato de que nós podemos ver as transformações da Igreja Católica como uma tentativa de modernizar-se, mas por meio de um projeto que consistiu em se apresentar como uma alternativa à era moderna (SERBIN, 2006, p. 30). As dimensões política e espiritual invocadas pelo pensamento católico são significantes por si só, uma vez que elas penetram o Estado e o mundo do imaginário de seus seguidores.

Várias críticas acerca do papel da Igreja Católica em perpetuar e legitimar a opressão de gênero apontam para o fato de que o discurso católico passou por fases que consagraram não somente a hierarquia sexual, mas também a construção social de gênero a partir do mito da criação (DALY 1985; HAMINGTON, 1995; MOTA-RIBEIRO, 2000; LIMA & TEIXEIRA, 2008). Nesse mesmo sentido, as imagens, os símbolos e os discursos ligados à figura da mulher, particularmente a Virgem Maria, configuram-se dentro de um quadro contraditório no qual a glorificação simbólica das mulheres³³ pode ser considerada como apenas uma forma de mascarar a realidade efetiva de opressão (DALY, 1985).

Em um primeiro momento, o discurso religioso vinculava a mulher à imagem da impureza e inferioridade. O traço misógino da Igreja Católica se sustentou com a imagem de

³³ O que Daly (1985) chama de gratificação simbólica ou glorificação das mulheres caminha no mesmo sentido da discussão de Pickering sobre como o positivismo atribuiu uma “identidade positiva” às mulheres e da nossa discussão sobre falso reconhecimento sustentado em bases positivas.

Eva para disseminar a ideia de que as mulheres eram desobedientes, inferiores e más. Essa simbologia começou a mudar a partir da idade medieval, quando a Igreja introduziu uma nova figura para representar as mulheres, uma nova ‘Eva’, a ‘anti-Eva’ (LIMA; TEIXEIRA, 2008). Nesse novo contexto, a Igreja se apoia em uma nova imagem feminina, a de Maria. No entanto, como o ideal de ‘Maria’ representava algo inalcançável, a Igreja utilizou-se de mais uma outra imagem, Maria Madalena. Lima e Teixeira (2008) enfatizam que esse terceiro momento representa a tentativa de oferecer um modelo mais alcançável, sendo que Maria Madalena representou o pecado, mas também a conversão. Essas últimas duas imagens e discursos ocorreram durante um período em que a Igreja se viu fragilizada por conta da emergente questão do laicismo. Além disso, devido ao fato de que a Igreja sentiu um afastamento dos homens nos séculos dezoito e dezenove, ela buscou concentrar esforços em sua feminização. Porém, cabe ressaltar que essa feminização, de fato, não empoderou as mulheres, apenas concedeu-lhes a autoridade de manter a ordem social e moral dentro da família e em sistemas educacionais.

Interessante perceber que, mesmo que o papel social da mulher no catolicismo tenha passado por fases distintas, representado ora pelo pecado, ora pela pureza, todas acabam reforçando um único padrão de valoração às mulheres. Seja negativa ou positiva, essa valoração, por sua vez, está especificamente ligada a discursos e símbolos que naturalizam a essência feminina dentro de um enquadramento de relações sociais e de gênero hierarquizadas. Nesse sentido, a hipótese aqui é que, tal como o positivismo, a doutrina católica no Brasil apenas supostamente forneceu um *status* superior às mulheres, pois realçou o papel delas como mães/esposas, mas confinou-as à domesticidade.

Maurice Hamington (1995)³⁴, cujo trabalho concentra-se especificamente na evolução do culto à Maria ao longo dos tempos e no papel que Maria desempenha ao representar o ideal feminino para a Igreja, coincide com a análise de Lima e Teixeira (2008), que focaliza a transição e a evolução do imaginário e do discurso feminino na Igreja Católica. Vale a pena notar que o simbolismo da mariologia deve ser analisado de acordo com três distintas doutrinas que compõem a Igreja Católica Romana e contribuem com as suas representações do ideal “feminino”: a Igreja Católica hierárquica, a Igreja Católica teológica e a Igreja Católica popular (HAMINGTON, 1995). A última dessas provou-se bastante

³⁴ Hamington (1995) afirma que a primeira oração dedicada a Maria data dos séculos III ou IV e nos conduz através dos séculos mostrando como o valor associado à imagem de Maria frequentemente serviu a propósitos políticos. Foi esse o caso no século XVI quando Maria ofereceu proteção e legitimação para a exploração portuguesa e espanhola nas Américas (p. 16). Os caçadores de bruxa europeus dos séculos XVI e XVII também se valeram da dualidade Eva/Maria para colocar em dúvida e acusar mulheres que não se enquadravam no modelo piedoso baseado na imagem de Maria.

poderosa na manutenção de determinados estereótipos associados ao papel ideal feminino para católicos uma vez que ela recebeu o apoio de fiéis mesmo na ausência de fatos bíblicos ou históricos. Consequentemente, ela continua a ser um dos baluartes da Igreja entre as mulheres, mesmo na sociedade contemporânea. Enfim, ela reflete a capacidade da Igreja em representar o desconhecido e transformá-lo em um *ethos* de convicção, iluminando o papel que mulheres e homens devem desempenhar na sociedade.

O *ethos* da convicção, de que Schmitt fala, torna-se evidente aqui também. Primeiro, no caso do culto à Maria ou mariologia, é ele quem confere à Igreja a autoridade para disseminar conhecimento sobre os papéis de gênero. O imaginário torna-se realidade; exceto pelo fato de que, neste caso, a Igreja não apenas representa Jesus Cristo, o filho de Deus, mas também Maria, a graciosa intermediária de Deus (HAMINGTON, 1995). Segundo, este *ethos* habilmente mascara a inerente hierarquia de gênero aqui presente porque ele atribui um valor positivo à mulher, na imagem de Virgem Maria, através do Papa, a autoridade suprema da Igreja. Há dois casos³⁵ no século XIX que exemplificam a contradição de, por um lado, glorificar Maria como o modelo para as mulheres, mas, por outro lado, lembrar as mulheres de qual é o seu papel subordinado e obediente na sociedade.

O Papa Pio IX (1792-1878), cujo papado datou de 1846 a 1878, foi famoso por definir o dogma Católico da Imaculada Conceção, afirmando que Maria nasceu livre de pecado. Em sua encíclica *Ubi Primum*, de 1849, sobre a Imaculada Conceção, Pio IX afirma:

Maria, com sua afeição misericordiosa tão característica do seu coração maternal deseja, através de intercessão eficaz com Deus, livrar seus filhos dos problemas tristes, do luto carregado, dos sofrimentos, da ansiedade, das dificuldades e das punições de Deus, que afligem o mundo por causa dos pecados dos homens. (PIO IX, 1849, p. XX, tradução nossa)³⁶.

As características que Pio IX evoca são aquelas associadas, e similarmente divulgadas pelo positivismo religioso, ao amor maternal, sacrifício e devoção à família, na qual a mulher conduz à salvação.

Adotando uma linha semelhante, o Papa Leão XIII (1810-1903), cujo papado data de 1878 a 1903, ficou conhecido por tentar refletir sobre o papel e a relação que a Igreja deveria manter com o pensamento moderno secular, assim como por expandir a importância da

³⁵ Um dos três papados mais longos da história, além dos dois citados acima, inclui a do Papa João Paulo II (1978-2005) que também cultivou a mariologia, mas foi considerado um dos papas mais conservadores em relação às questões de gênero. João Paulo II foi um forte oponente à contracepção e a ordenação de mulheres. Além disso, fez pronunciamentos contra a homossexualidade e alguns aspectos da Teoria da Libertação.

³⁶ Do original: “*Mary, with the ever merciful affection so characteristic of her maternal heart, wishes, through her efficacious intercession with God, to deliver her children from the sad and grief-laden troubles, from the tribulations, the anxiety, the difficulties, and the punishments of God's anger which afflict the world because of the sins of men*”.

mariologia por meio da edição de várias encíclicas. Em sua *Arcanum Divinae*, de 1881, uma encíclica em defesa do casamento cristão à luz do pensamento secularizado, Leão XIII enfatiza o propósito do casamento como um sacramento sagrado. Ao mesmo tempo, a encíclica claramente delineia os papéis dos maridos e das esposas, valendo-se do mito da criação para fundamentar a tradicional doutrina da subserviência e obediência das mulheres.

O marido é a cabeça da família e o chefe da mulher. A mulher, por ser carne da sua carne e osso do seu osso, deve sujeitar-se ao seu marido e obedecê-lo; não como uma serva, mas como uma companheira, de forma que a obediência seja voluntária, sem tirar-lhe a honra nem a dignidade. Tendo em vista que o marido representa Cristo e que a mulher representa a Igreja, sempre haverá – tanto nele, que comanda; quanto nela, que obedece – um amor nascido no céu, guiando-os em suas respectivas obrigações. (LEÃO XIII, 1881, p. XX, tradução nossa).³⁷.

Evocando esses dois conceitos, o da serva e o da companheira, a doutrina da Igreja Católica confere um valor positivo à função da esposa. Essa movimentação doutrinária não apenas ofusca as dimensões de poder na esfera privada, mas também tem implicações nas questões de autonomia que frequentemente esbarram com a visão moral da Igreja quando consideramos questões como o divórcio e o aborto.

Mais tarde, em sua encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, Papa Leão XIII brevemente discute o papel das mulheres na sociedade nas seções dedicadas à família, ao estado e à proteção do trabalho de mulheres e crianças. A encíclica é marcada historicamente por representar uma tentativa de a Igreja estabelecer uma doutrina social em relação às precárias condições de trabalho frente à crescente industrialização³⁸. Em relação à família, a encíclica estabelece que a sua função é procriar, tendo o pai “o dever sagrado” de “alimentar e sustentar os seus filhos”³⁹. Papa Leão XIII claramente demarca a esfera pública e privada ao discutir como o Estado não deveria interferir em assuntos privados a menos que houvesse uma ocorrência grave, com o que a autoridade do pai deveria ainda ser preservada.

Da mesma forma, se existe um lar doméstico que seja teatro de graves violações dos direitos mútuos, que o poder público intervenha para restituir a cada um os seus

³⁷ Do original: “*The husband is the chief of the family and the head of the wife. The woman, because she is flesh of his flesh, and bone of his bone, must be subject to her husband and obey him; not, indeed, as a servant, but as a companion, so that her obedience shall be wanting in neither honor nor dignity. Since the husband represents Christ, and since the wife represents the Church, let there always be, both in him who commands and in her who obeys, a heaven-born love guiding both in their respective duties*”.

³⁸ A encíclica é conhecida primordialmente pela proposta da Igreja frente as tensões entre trabalho e capital. De fato a questão de gênero emerge tangencialmente a essas discussões. A Igreja Católica advogou tanto os direitos para os trabalhadores quanto o direito a propriedade privada. Ao mesmo tempo, manteve uma crítica contundente ao socialismo. Segundo Serbin, essa tentativa foi chamada da “terceira via entre socialismo e capitalismo” (2006, p. 88). Para um texto sobre a recepção da encíclica no Brasil frente as lutas anarquistas, veja Etchebèhé e Mazzili (2008).

³⁹ Do original: “*It is a most sacred law of nature that a father should provide food and all necessities for those whom he has begotten [...]*”.

direitos. Não é isto usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém. Todavia, a acção daqueles que presidem ao governo público não deve ir mais além; a natureza proíbe-lhes ultrapassar esses limites. A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. (LEO XIII, 1891).⁴⁰⁴¹.

Para reforçar a divisão entre o público e o privado de acordo com papéis de gênero, a única menção às mulheres nessa encíclica ilustra como a natureza as havia destinado à domesticidade:

Enfim, o que um homem válido e na força da idade pode fazer não será equitativo exigi-lo duma mulher ou duma criança.[...] Trabalhos há também que não se adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família. (LEO XIII, 1891).⁴².

Ao atribuir valor às virtudes morais das mulheres, através de sua sensibilidade, pureza, fragilidade e amor maternal, a Igreja Católica definiu o papel das mulheres na sociedade, de modo muito semelhante ao positivismo. As mulheres deveriam ser as guardiãs morais ou anjos da família. Em outras palavras, “o progresso do sentimentalismo religioso esteve em estreita relação com o sentimento familiar: o modelo feminino católico era exclusivamente o da esposa-mãe” (LIMA; TEIXEIRA, 2008, p. 121).

Certamente, esses discursos foram transportados para o Brasil, apesar de o catolicismo não ser uma tradição intelectual e/ou política efetivamente consolidada no período em questão. O catolicismo assumiu uma posição conservadora em relação à organização social e ao papel da mulher nos trópicos. De acordo com Mainwaring (1989) e Azzi (1981), o século XIX representou um período de fragilidade e crise para a Igreja Católica. Para compreender essa conjuntura de fragilidade, cabe retratar alguns momentos históricos que constituem o cenário em questão, desde o século quinze até meados do século dezoito. Azzi (1981, p. 7-14) percorre as relações entre Igreja e Estado classificando-as em quatro modelos eclesiais: a Igreja-Cristandade (1500-1759), a Igreja-Nacional (1759-1840), que acabou

⁴⁰ Do Original: “*In like manner, if within the precincts of the household there occur grave disturbance of mutual rights, public authority should intervene to force each party to yield to the other its proper due; for this is not to deprive citizens of their rights, but justly and properly to safeguard and strengthen them. But the rulers of the commonwealth must go no further; here, nature bids them stop. Paternal authority can be neither abolished nor absorbed by the State; for it has the same source as human life itself*”.

⁴¹ Nesse mesmo trecho encontramos não somente um reforço da dicotomização da esfera pública e privada, mas também a crítica ao socialismo. [...] *The socialists, therefore, in setting aside the parent and setting up a State supervision, act against natural justice, and destroy the structure of the home.*”

⁴² Do original: “*Finally, work which is quite suitable for a strong man cannot rightly be required from a woman or a child. [...] Women, again, are not suited for certain occupations; a woman is by nature fitted for home-work, and it is that which is best adapted at once to preserve her modesty and to promote the good bringing up of children and the well-being of the family*”.

não se concretizando, a Igreja-Sociedade Hierárquica (1840-1960), que representou um movimento contrário à anterior na busca por um maior vínculo com o Vaticano, e, por fim, a Igreja-Povo de Deus (1960 em diante).

Concentraremos mais especificamente agora na passagem do modelo de Igreja-Nacional para a Igreja-Sociedade Hierárquica. Nesse período, Azzi (1981, p. 8) destaca alguns aspectos que incluem: (1) a falta de dedicação dos padres às atividades eclesiais; (2) a falta de autonomia da Igreja frente ao poder da Coroa; (3) o número reduzido de dioceses⁴³; (4) as longas vacâncias entre os governos dos bispos, já que esses representavam os interesses da Coroa e eram considerados seus altos funcionários; e (5) a dependência do poder civil (AZZI, 1981, p. 8). Outro fator interessante que faz parte desse contexto e não pode ser subestimado é a vasta extensão geográfica do país, que certamente contribui para a formação de um clero indisciplinado⁴⁴ e, ao mesmo tempo, para um entendimento da doutrina católica através da identidade desses padres (SERBIN, 2006).

A partir do período colonial, a Igreja Católica no Brasil representou distintos traços da exploração sexual que foi exacerbada em razão do colonialismo, da escravidão e do racismo (VAINFAS, 1997 *apud* SERBIN, 2006, p. 61). Nesse cenário, no qual marcadores de raça e classe ressaltam questões de dominação, não surpreende verificar que as mulheres eram frequentemente tratadas como objetos de desejo. O comportamento de muitos padres é mais bem caracterizado como algo “ao mesmo tempo sagrado e profano” (SERBIN, 2006, p. 68). Durante a transição do colonialismo até a fundação da República, essa indisciplina e obscurecimento do papel social e moral do clero levou ao projeto de reforma da Igreja no século XIX. Adicionalmente, esse contexto serviu ao propósito subjacente de constranger as presunções sobre a sexualidade e sensualidade dos trópicos. De um lado havia os monarquistas, os conservadores e os ultramontanos, que apoiavam o papado e a centralização da autoridade eclesial; do outro lado havia os liberais, os revolucionários nacionais e os republicanos, que defendiam estreitas relações entre Igreja e Estado (SERBIN, 2006, p. 70).

Na visão de Mainwaring (1989), a separação entre a Igreja e o Estado, definida pela Constituição de 1891, por um lado, libertou a Igreja de uma relação de subserviência, dando ensejo, por sua vez, a uma série de reformas internas que buscavam consolidar sua presença na sociedade. Isso se deu através do apoio do Vaticano, do fluxo de um clero estrangeiro, da

⁴³ Segundo Azzi (1981), do século quinze até meados do século dezessete, o Brasil contou com apenas sete dioceses: Bahia (1551), Pernambuco (1676), Rio de Janeiro (1676), Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745).

⁴⁴ Kenneth Serbin (2008) traz uma perspectiva interessante sobre o clero que não aderiu à doutrina moral do celibato do Vaticano e acabou se casando e tendo filhos. Um dos casos notáveis no Brasil foi Padre Diogo Antônio Feijó, que apresentou um projeto em favor do celibato opcional.

tentativa de recrutar novos membros para as ordens religiosas e da criação de novas dioceses. Segundo o Padre Júlio Maria, a “falsa união” da Igreja com o Estado apenas serviu para sacrificar os interesses religiosos e esse momento deveria ser visto como a sua liberdade “depois de uma longa e triste escravidão” (1981, p. 104). Mas, por outro, esse momento representou uma ameaça à Igreja Católica devido a seus limitados recursos. A Constituição não somente estabeleceu o Estado laico, mas também baniu o ensino religioso nas escolas públicas, proibiu o Estado de subvencionar a religião, cortou o sustento dos eclesiásticos pelo Tesouro além das subvenções aos hospitais e as obras de caridade (MAINWARING, 1989; ALVES, 1979).

Diante desse novo contexto⁴⁵, a Igreja adotou o caráter autoritário e antiliberal do Vaticano, conhecido como o ultramontismo propagado pelo papa Pio IX. A expansão da romanização, que para alguns representou o momento de “europeização” do catolicismo brasileiro, desencadeou na tentativa de controlar a religião popular e o comportamento do clero. A obediência e a disciplina substituíram e transportaram valores que acompanhavam a doutrina católica no Brasil: “Os sacramentos, a moralidade e a autoridade suplantaram como principal eixo da vida da Igreja os rituais e organização autônomas e de bases laicas típicos do catolicismo luso-brasileiro”. (SERBIN, 2006, p. 79).

No caso brasileiro, a romanização redefiniu a ordenação como um sacramento e como forma de reeducar os padres, já que as circunstâncias até o momento os deixaram mais livres da hierarquia, razão pela qual adotavam posturas não ortodoxas. Nesse sentido, o processo de romanização serviu também para distanciar o clero do povo, além de buscar a abolição de danças, canções, festivais, ou qualquer atividade que pudesse despertar a sensualidade (SERBIN, 2006, p. 62). Para sustentar tal projeto, a Igreja Católica brasileira contou com o braço feminino da romanização: as irmandades religiosas que atuavam na educação das meninas e dos pobres.

Fica evidente que o catolicismo buscou no ensino uma plataforma para sua doutrina moral e social, cristalizando uma natureza essencialista e produzindo normas que regulariam noções sobre corporalidade. Importante considerar que dois projetos educacionais esbarravam com diretrizes distintas no século XIX: o católico e o liberal. Segundo Ivan Manoel (1996), o

⁴⁵ Esse período, segundo Azzi (1981, p. 12), pode ser dividido em três fases. O primeiro período, designado reforma da Igreja (1840-1889), foi demarcado pela preocupação com a reforma do clero, incluindo a lei do celibato eclesiástico, e o afastamento do clero da esfera política (AZZI, 1981, p. 12). O segundo período (1890-1920) foi caracterizado pela criação de novas dioceses, uma maior colaboração dos religiosos na educação, bem como na assistência aos pobres e enfermos (AZZI, 1981, p. 12). O terceiro período (1920-1960) já pode ser identificado por uma Igreja hierarquizada e mais influente, particularmente nas instituições políticas da qual analisaremos no capítulo 3.

liberalismo se preocupava com o estabelecimento de um ensino laico, formando cidadãos sobre uma ordem cívica e moral. Por outro lado, o ensino católico visava estender sua concepção de sociedade através da educação, regulando cada vez mais as relações interpessoais. Conquanto cada corrente advogava mudanças sociais e políticas, percebemos que, entre as três tradições analisadas nesse capítulo - o positivismo, o catolicismo e o liberalismo -, o catolicismo permaneceu a mais conservadora em relação a sua visão sobre o lugar da mulher na sociedade e na sua tentativa de preservar a família patriarcal (SAFFIOTI, 1979).

Antes da Proclamação da República era inegável a influência da Igreja no ensino. Com a disseminação das idéias liberais no final do século XIX, a Igreja Católica reconheceu que necessitaria manter uma posição oposta ao ensino laico, como forma, prioritariamente, de proteger a sua influência e poder na sociedade. Com isso, criou sérios obstáculos à criação de um sistema educacional organizado e orgânico no país. Além disso, a Igreja era contrária à educação feminina, já que acreditava que essa mudança social enfraqueceria a moral da família e levaria à corrupção dos valores cristãos.

Porém dada à falta de interesse das elites em estabelecer uma política educacional para o país, a Igreja acabou aproveitando desta oportunidade para manter a concentração de poder dos centros educacionais religiosos já estabelecidos em suas mãos (SAFFIOTI, 1979). Com isso, a educação ministrada nos colégios católicos e internatos era guiada por normas rígidas e puritanas, baseadas também em uma forte repressão corporal⁴⁶ (AZZI, 1993).

Outro traço marcante do pensamento católico dessa época, em paralelo com o positivismo, é de fato a ênfase na função da mulher na vida privada. Sua submissão e fidelidade estavam ligadas exclusivamente ao papel de cuidar do lar, do marido e dos filhos e claramente exemplificadas na carta pastoral do bispo Dom Macedo Costa, de 1875. Nessa carta, a conduta moral das mulheres, definida para as jovens, as casadas e as viúvas, deveria seguir um padrão baseado em obediência, modéstia, piedade e discrição. Algumas obrigações para as jovens incluíam: ser modesta em todas as suas ações, andar acautelada a cada passo, gostar de estar em casa e ajudar a sua mãe, raras vezes sair, evitar conversas indiscretas com pessoas de sexo diferente, amar os exercícios da piedade, ser muito franca, leal e amorosa para com sua mãe e não ter segredos para ela, entre outros (COSTA *apud* AZZI, 1987, p. 88).

⁴⁶ Há diversas documentações que descrevem que nos internatos as jovens nunca deveriam se apresentar despidas diante das colegas, usar camisolas durante o banho, e prezar pela modéstia e o pudor (AZZI, 1993, p. 126-127). As regras e o cuidado das irmãs responsáveis pelas alunas buscavam eliminar qualquer consciência de corporeidade e sexualidade.

Já as obrigações para as mulheres casadas certamente concentravam-se no seu dever para com o marido e os filhos e incluíam: amar o marido, respeitá-lo como seu chefe, obedecer-lhe com afetuosa prontidão, adverti-lo com discrição e prudência, responder-lhe com mansidão, servi-lo com desvelo, calar quando o vir irritado, tolerar com paciência os seus defeitos, ser muito atenciosa e obediente para com o sogro e a sogra, prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família, entre outros (COSTA *apud* AZZI, 1987, p. 88-89).

As obrigações para as viúvas representavam uma convergência com o pensamento positivista: viver pura como as virgens, vigilante como as casadas, ser amiga do retiro, inimiga de divertimentos mundanos, aplicada à oração, amante da mortificação, zelosa para com a glória de Deus (COSTA *apud* AZZI, 1987, p. 89). Para além das obrigações limitadas às funções dentro da esfera privada, essa carta lança luz nas modalidades de comportamento corporal feminino. Mais especificamente, as obrigações como “andar cautelosa”, “evitar conversas indiscretas”, “ter discrição”, “ser mansa” e, até mesmo, “calar-se” podem revelar como certas estruturas têm influenciado, guiado e, até mesmo, limitado a existência corporal da mulher.

Iris Young (1990b) descreve no seu texto *Throwing Like a Girl* como a relação da mulher com o mundo é circunscrita por um conjunto de estruturas e condições que definem o que é considerado tipicamente feminino (1990b, p. 144). As práticas e os discursos católicos, aliados com o patriarcalismo, enquadraram, social e culturalmente, os papéis de gênero. Como resultado dessas influências verificamos como as mulheres são frequentemente confrontadas pela tensão de serem ambos sujeito e objeto, o que Young (1990b) chama de transcendência e imanência⁴⁷.

Reforçando essa crítica de Young, Nestor Duarte já ilustrava essa tensão oriunda dos costumes e leis do Brasil colônia. Esses, por sua vez, ditavam os padrões sociais que foram se transformando ao longo do tempo em outras maneiras de relegar a mulher a um lugar inferior através da corporalidade

Reclusa em casa, como nos conventos que chegaram a provocar verdadeira desproporção de sexos, pela superlotação de meninas recolhidas à clausura, a mulher, entre nós, durante o predomínio econômico e social do senhorio, sofreu verdadeira degradação em casa, na rua, até onde não ia senão raras vezes, na mesa, nas vestes caseiras e mundanas, na conversa de que quase nunca participava, donde lhe ter advindo um caráter de soturnidade e timidez que a desfigura como a uma escrava, no meio de tantos recalques e proibições. O sentimento do macho, o seu ciúme fundado numa moral sexual de profunda desigualdade deram à mulher, sob esse senhorio, uma tal situação de aviltamento que só não foi mais sentido porque a própria vítima aceitava a legitimidade dessa moral compressiva. Ela, por isso,

⁴⁷ Importante lembrar que essa discussão em Young (1990) é influenciada pelos escritos de Simone de Beauvoir.

como a criança aterrorizada, forneceu as fisionomias de tristeza da Colônia, de que tanto se exagera, entre nós. Tristeza, porém, familiar, do casarão sombrio, limoso, com camarinhas fechadas, inimigas do sol, e não traço orgânico do brasileiro em geral. (DUARTE, 1939).

Portanto, quando analisamos as diretrizes colocadas pela doutrina Católica, vemos claramente como o uso do corpo é definido para as mulheres. As implicações disso são apontadas por Young (1990) quando ela afirma:

Mesmo nas simples orientações corporais, homens e mulheres sentam, permanecem em pé e andam de uma forma e de uma extensão diferentes. Em geral, as mulheres não são tão abertas com seus corpos quanto os homens...Nós [mulheres] frequentemente temos nossos corpos como um embaraço, e não como um meio para atingir nossos objetivos. Nós sentimos como se tivéssemos que dirigir a atenção para nossos corpos, para ter certeza de que eles estão fazendo o que queremos que eles façam, e não prestando atenção no que nós queremos fazer por meio deles. (Young, 1990b, p. 145-147, tradução nossa).

Se nós consideramos a experiência vivida do corpo como aquela que envolve ação e interação com o mundo, valores e práticas patriarcais confinam esse espaço territorial uma vez que as mulheres nem sempre “se movem para dominar um mundo que pertence a [elas], um mundo constituído por [suas] intenções e projeções” (YOUNG, 1990b, p. 153⁴⁸). Ao contrário, se em 1875 já havia diretrizes específicas que referenciavam como as mulheres deveriam utilizar (ou mesmo deixar de utilizar) suas vozes⁴⁹ e experiência vivida do corpo, torna-se claro que as expectativas e pontos de partida para homens e mulheres são baseados em diferentes níveis e regras. Primeiro e mais óbvio, as intenções e projeções das mulheres são definidas por sua habilidade em agradar pais, maridos, filhos e a família dentro da esfera privada. Segundo, quando uma mulher escapa desses rígidos modos de conduta, ou diretrizes morais, ela é vista de modo negativo. Ou seja, ela foge do padrão de “santa” para a “Eva pecadora”. Uma razoável explicação é que o imaginário sociopolítico, desde o século XIX, forneceu as bases para as mulheres serem vistas, em muitas instâncias, como objetos das intenções e manipulações de outros sujeitos⁵⁰.

Aqui voltamos a perceber algumas nuances do mito da criação, ou seja, da oposição entre Eva (que se aventurou para além dos seus limites) e Maria (que representou o ideal da

⁴⁸ Do original: “As lived bodies we are not open and unambiguous transcendences that move out to máster a world that belongs to us, a world constituted by our own intentions and projections”.

⁴⁹ Embora Young (1990) não entre na discussão sobre a voz das mulheres nesse texto, acreditamos que há uma ligação direta entre a forma sistemática com que os padrões de discurso das mulheres e de outros grupos minoritários são deslegitimados e desvalorizados em certos espaços, institucionais ou não, quando não refletem uma lógica racional e masculina.

⁵⁰ Padrões androcêntricos de valoração (FRASER, 2003) referem-se à miríade de formas nas quais a dominação penetra a vida cotidiana. Para desenvolver o argumento aqui, deixe-nos examinar o papel da mídia em perpetuar o ciclo de estereótipos degradantes. Jovens meninas são ensinadas bem cedo que há comportamentos corporais especificamente femininos que compreendem o modo apropriado de se vestir, andar, sentar-se, articular-se, falar, etc. (YOUNG, 1990b).

obediência e pureza ao exercer seu papel no lar). Sendo assim, o espaço público se torna um caminho para o pecado ou eventual desmoralização da sociedade. Tal preocupação é mais bem expressa na visão do católico José Maria Correia de Sá e Benevides, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, que criticava a inserção da mulher brasileira na esfera pública, alegando que a mulher “não deve figurar nas assembléias eleitorais, nos parlamentos, nos conselhos supremos do Estado, nos cargos públicos de qualquer ordem, por motivos morais e sociais” (1887, p. 19 apud, MANOEL, 1996, p. 32). Nos discursos católicos analisados, bem como em outros, fica claro que a mulher não deve desafiar as regras e a hierarquia social. Como Azzi (1987) aponta, a insistência em preservar a família e restringir a ação da mulher foi algo incorporado e aceito não só pelos homens mas pelas mulheres também. O pensamento católico veio apenas consolidar as crenças e práticas que fixavam o papel e o lugar subordinado da mulher. Trata-se de perceber, uma vez mais, que a moral católica serviria ao longo dos anos como um impedimento à própria inserção das mulheres na esfera pública, já que era considerada uma verdadeira ameaça ao papel primordial das mulheres como mães e esposas.

Por outro lado, observando a doutrina católica, foi ela quem concedeu às mulheres um sentimento de pertencimento e comunidade. Seja pela habilidade da Igreja em utilizar as mulheres para os seus interesses através da sua devoção, seja pelo fato de que as mulheres encontraram na Igreja “uma fuga para a sua condição de inferioridade social na família despótica” (DUARTE, 1939), são inegáveis as implicações políticas que a doutrina moral católica teve e continuou tendo na rígida separação do público e privado, por meio da disseminação assimétrica de papéis de gênero.

2.3.3 Igualdade e Liberdade: Contradições Inerentes no Liberalismo do Século XIX

A fundação da Primeira República tornou-se campo para a disputa de certos pensamentos importados, levando, contudo, a contradições no que realmente significava tais ideias políticas no contexto brasileiro. Como já afirmamos, o liberalismo e o positivismo se configuraram como dois pensamentos políticos centrais nessa disputa, que acabaram se convergindo pela predominância dos ideais conservadores, se não autoritários (PAIM, 1998;

LYNCH, 2008a,b). As contradições advindas desse cenário ficam por conta de projetos, em grande medida, baseados no ideal do progresso. Esses, por sua vez, acabaram não rompendo com os traços conservadores, oligárquicos e patriarcais já circulando fortemente no imaginário.

Rui Barbosa (1849-1923), certamente considerado um dos representantes do pensamento liberal brasileiro, desempenhou papel fundamental na fundação da República. Conhecido por sua atuação como advogado, jornalista, diplomata e político⁵¹, Rui Barbosa deixou uma obra vasta constituída por 50 volumes⁵², na qual alguns são subdivididos em mais de um tomo. Entre os temas mais diversos que Rui Barbosa tratou, encontramos volumes lidando com questões como o abolicionismo, o ensino, o Código Civil, bem como uma série de discursos políticos, trabalhos jurídicos, ensaios jornalísticos e até mesmo algumas poesias. Como alguns estudiosos já apontaram, é difícil enquadrar ou mesmo resumir o pensamento de Rui Barbosa, mas podemos traçar algumas características mais gerais que se alinham com seu ideal de “modernização política” (LYNCH, 2008b) e “justiça no seio do povo” (MAGALHÃES, 1997). Buscando sempre o progresso social e político no Brasil, San Tiago Dantas (1949), ressalta que o que importa, então, é acompanhar como as suas ideias e seus ideais se transformaram em formatos mais universais e aplicáveis a sociedade. Nesse sentido, Rui Barbosa foi o “ideólogo de uma reforma da sociedade” (DANTAS, 1949, p. 13).

Contudo, as reformas propostas por Rui Barbosa seriam moldadas a partir da própria característica da sociedade brasileira oligárquica e não tomariam um formato revolucionário. Para Christian Lynch (2008b), as tentativas de reforma de Rui Barbosa, bem como as de Joaquim Nabuco⁵³, ambos do grupo do Partido Liberal, poderiam ser caracterizadas por uma reforma que trabalhasse dentro da lei e não através da subversão. O liberalismo radical era mesmo “um elemento de ordem, um princípio da paz, um ponto permanente de apoio do

⁵¹ Rui Barbosa estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde concluiu seus estudos em 1870, e depois iniciou sua carreira jornalística. Foi eleito deputado provincial em 1877 na Bahia e, no ano seguinte, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Depois da fundação da República, tornou-se ministro do governo de Marechal Deodoro, exercendo papel importante na disseminação do projeto liberal. Também se candidatou para duas campanhas presidenciais, em 1910 e 1919, mas não foi bem sucedido.

⁵² As Obras Completas de Rui Barbosa podem ser encontradas digitalizadas no sítio da Fundação Casa Rui Barbosa: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>.

⁵³ Para uma análise rica dos discursos e projetos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, no que tange às suas diferenças em relação a reformas políticas e sociais, veja Christian Lynch (2008b). O autor acompanha as diferenças dos dois políticos em quatro campanhas: a reforma eleitoral, a reforma social com a abolição da escravidão, a campanha federalista e a substância da democracia brasileira no século XIX, chegando à conclusão de que Nabuco já assinalava para os impasses e contradições “não liberais” do liberalismo brasileiro, chamando a atenção para a necessidade de reformas sociais, enquanto Barbosa defendia uma democracia que restringia a esfera pública a uma elite política, ou seja de uma *política de cima para baixo* (LYNCH, 2008b, p. 123). Apenas 30 anos depois é que Rui Barbosa chegará a semelhantes conclusões como Nabuco a respeito da necessidade de reformas sociais direcionando reformas políticas.

progresso moderado contra os empuxões opostos da reação retrógrada e das exaltações revolucionárias” (BARBOSA, 1950, p. 4 *apud* LYNCH, 2008b, p. 115).

Nesse contexto, examinaremos e delimitamos-nos a alguns textos na qual Rui Barbosa faz referências ao papel da mulher na sociedade brasileira. A intenção é demonstrar como os discursos, oriundos das tradições normativas analisadas, disputavam poder no imaginário. É interessante lembrar que, conquanto muitas dessas diversas ideias se confrontavam, no resultado final, no que concerne à igualdade de gênero, não eram tão distintas uma da outra. Ou seja, os entendimentos compartilhados sobre o lugar e *status* da mulher na sociedade, representados pelas tradições normativas e pelos atores/autores convergiam em muitos pontos.

Conquanto os textos analisados retratarão as diversas opiniões de Rui Barbosa durante sua carreira pública, a questão feminina não deve ser considerada como um tema ou assunto central na sua volumosa obra. Além disso, não pretendemos sintetizar ou mesmo aprofundar o pensamento de Rui Barbosa sobre um dado tema, apenas apontar alguns momentos em que o autor menciona, mais detalhadamente, o lugar das mulheres na sociedade brasileira. Com isso, entendemos que algumas obras refletem suas crenças sobre a necessidade de maior igualdade entre homens e mulheres no século XIX e início do século XX. Porém, elas não rompem completamente com correntes patriarcais estabelecidas na gramática moral da sociedade brasileira, como será mais bem exemplificada na discussão final desta seção, acerca da contribuição de Rui Barbosa para o Código Civil de 1916.

Dada a extensão da sua obra, aqui analisaremos, então, a crítica de Rui Barbosa sobre a influência da Igreja Católica nos papéis de gênero, em sua introdução e tradução de *O Papa e o Concílio* (1877) e em *Discursos Parlamentares* (1880); as suas reivindicações para as mulheres terem acesso a educação em o *Relatório do Ministro do Império* (1882), *Reforma do Ensino Secundário e Superior* (1882), *O Desenho e a Arte Industrial* (1882) e *Reforma do Ensino Primário* (1883); um resumo jornalístico ressaltando a necessidade de tratar todos iguais perante a lei, inclusive prostitutas, em *Por Onde Rebenta a Corda* (1900); um ensaio também dirigido à igualdade de gênero, no trabalho em *Trabalho e Sexos* (1919); e a sua contribuição para o Código Civil, no que tange à questão da mulher.

Na sua introdução e tradução da obra de Johann Joseph Ignaz Von Dollinger, *O Papa e o Concílio*, Rui Barbosa chama a atenção para o fato de que a Igreja não é simplesmente uma religião, mas uma política viciosa que se espalhou pelo mundo. A crítica particular de Rui Barbosa é com o fanatismo e a superstição à custa da tradição evangélica (p. 28-29) que acabou ameaçando as liberdades. O argumento de Rui em favor da separação entre Igreja e Estado é baseado, portanto, na seguinte justificativa: “A religião, a autoridade moral

não é, há muitos séculos, para o papado outra coisa que ocasião, pretexto de ingerência na administração temporal do estado” (BARBOSA, 1877, p. 29-30). A partir dessa argumentação, Rui Barbosa também estenderá sua crítica na forma como a Igreja Católica tem manipulado as mulheres por meio desse mesmo fanatismo, fazendo com que elas não abandonem as tarefas como mãe e devotada esposa. O próprio Dollinger, na tradução de Barbosa, já criticava a devoção e as práticas impostas por essa moral católica quando diz:

“[...] a mãe da família cristã já não é mais: trocou-se na penitente, rígida, desapegada dos amores da terra, abismada em tribulações ascéticas, insaciável de misticismo, fria entre as carícias do consorte e da prole, com os olhos para o outro mundo e o pensamento mais nos jejuns, nas litanias, no rosário, no mês mariano, do que na educação dos filhos e no afeto conjugal.[...] É o ideal jesuítico da moça. Inútil, beata, descaridosa, impassível, não passa, quando muito, de um casamento rendoso para algum hipócrita ultramontano, para algum parasita de sacristia, para algum instrumento de enredos clericais. (BARBOSA, 1877, p. 320-322).

O que esse trecho evidencia é que existia uma preocupação relativa às maneiras com que as mulheres acabaram se dedicando à Igreja Católica, em detrimento da manutenção da ordem familiar. Observa-se que a crítica direcionada as práticas supersticiosas, capazes de usurpar a atenção e dedicação das mulheres, são vistas como elementos negativos oriundos do misticismo da igreja justamente porque coloca a devoção à família, ou seja, os cuidados com os maridos e os filhos, em segundo lugar. Ao criticarem a Igreja, os intelectuais estavam se baseando, portanto, no que julgavam ser o papel mais importante da mulher: a protetora do lar e da santidade da família. Esses questionamentos contra a Igreja acabaram por servir de base a uma permanência da mulher brasileira no mesmo lugar de subordinada.

É possível perceber esse mesmo tom de censura nos *Discursos Parlamentares* de 1880. Aqui Rui Barbosa novamente retomará a crítica à Igreja por explorar a fraqueza humana das mulheres criando a “embriaguez das devoções místicas, ruína do coração, ruína do espírito, ruína da paz interior, da moralidade conjugal e da autoridade paterna” (p. 188). Ao “encurtar a inteligência da mulher, e levá-la, histerizando-a, ao estado místico”, a religião é capaz de derrubar toda autoridade do pai da família (BARBOSA, 1880, p. 198). Essas opiniões abrem espaço para, pelo menos, duas interpretações. Por um lado, podemos presumir que a crítica de Rui Barbosa está direcionada à forma com que a Igreja Católica tem usado o seu poder para explorar as mulheres por meio da mística religiosa e, portanto, tornando-as mais subservientes. Por outro lado, é possível imaginar que a crítica também está focada no fato de que essa tática da Igreja tem afetado e enfraquecido a ordem da família. Paradoxalmente, ao criticar uma instituição patriarcal por excelência, a Igreja, esse discurso

liberal⁵⁴ acaba não se distanciando, ou rompendo completamente, da afirmação de que a esfera doméstica é um lugar eminente da atuação da mulher brasileira.

Ao se efetuar o levantamento das menções que Rui Barbosa faz sobre a mulher, vê-se que as suas considerações mais detalhadas sobre o lugar da mulher na sociedade brasileira ocorrem nas suas discussões sobre a educação⁵⁵. Entre as três tradições normativas que formataram o imaginário sociopolítico do século XIX e a virada para o século XX, o liberalismo foi o que mais se aproximou das reivindicações feministas na luta pelo acesso à educação feminina. Existiam diversas visões pedagógicas e projetos sobre os rumos que o ensino público deveria tomar no Brasil dentro da própria corrente. Contudo, a mobilização liberal buscava modernizar o sistema escolar a fim de produzir mudanças na sociedade e, com isso, criticava a instrução pública baseada na educação jesuíta: o domínio do corpo e a memorização mecânica, o uso indevido da organização educacional pelos políticos e a precariedade de ensino das escolas e até mesmo dos prédios escolares (PAULILO, 2004, p. 471).

Nos escritos sobre ensino e o sistema educacional no Brasil, percebemos uma nítida referência à necessidade de reformar o sistema educacional brasileiro⁵⁶ em comparação com os níveis escolares em diversos países da Europa e nos Estados Unidos. De fato, Rui Barbosa busca estabelecer seus argumentos em favor de um projeto de criação de um sistema nacional de ensino por meio de um estudo comparado, utilizando-se de estatísticas sobre educação em diversos países do mundo. O projeto⁵⁷ desenvolvido por Rui Barbosa foi influenciado pelas ideias sobre o ensino no século XIX, que tinham não somente o desenvolvimento, mas também a criação de um sistema “gratuito, laico e obrigatório” (MACHADO, 1999, p. 3). Autores como Maria Cristina Machado tem ressaltado que algumas das críticas direcionadas ao Rui Barbosa dizem respeito a certo idealismo e tendência de importar ideais de outros países, o que pode ser identificado em seus escritos sobre a educação. O que importa

⁵⁴ Francisco Cunha em 1870 e Saldanha Marinho em 1873 compartilharam da mesma crítica contra os jesuítas no Brasil. Segundo os dois, os jesuítas buscavam dominar as mulheres através do fanatismo para servirem aos interesses da Igreja (AZZI, 1987, p. 103).

⁵⁵ Entre os escritos sobre a educação, Lourenço Filho destaca os dois grandes pareceres sobre a reforma do ensino para Leôncio Carvalho, a tradução de textos de orientação didática, um capítulo sobre instrução pública no país para o relatório de Rodolfo Dantas, ministro do Império, alguns discursos na Câmara e artigos da Liga do Ensino, da qual Rui Barbosa foi diretor (2001). Lourenço Filho também ressalta que a intenção de Rui Barbosa nunca foi a de oferecer uma obra sistemática de pedagogia.

⁵⁶ No Império, o ensino primário e o secundário ainda eram ambos restritos a uma pequena parcela da sociedade, sendo o segundo não considerado obrigatório (Schueler, 1999).

⁵⁷ Os pareceres de Rui Barbosa sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior foram apresentados pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho, membro do gabinete liberal, dado o interesse nacional pelo ensino público. A reforma para o ensino primário e secundário se referia ao Município Neutro, enquanto a proposta para o ensino superior se referia ao país inteiro (MACHADO, 1999, p. 4).

considerar, porém, é que essa tensão entre realismo e idealismo não pode ser desassociada da sua visão de modernização e desenvolvimento.

Acreditando que a “educação do povo é a educação da nação,” Rui Barbosa reforçara que a educação é uma responsabilidade do Estado e ao fazer isso inclusive remete a dados sobre orçamentos para educação em outros países. As concepções que nortearam os conteúdos do ensino refletiam a tentativa de modernizar o país por meio de um projeto pautado pelos princípios de uma moralização e disciplina do povo (SOUZA, 2000). A visão do ensino popular para Rui Barbosa seria capaz de fomentar a emancipação das classes estigmatizadas, trazendo a cultura para o seu modo de vida.

Nos seus escritos o autor também traz inovações em relação ao próprio conteúdo dos programas escolares. Rui Barbosa acreditava que o ensino deveria incluir ginástica⁵⁸, desenho, música, canto e ciências, em vez de ser um ensino marcado, como até então, pela retórica e memorização (MACHADO, 1999, p. 5; SOUZA, 2000). Durante o Império, o currículo para as meninas, como já havíamos mencionado, refletia as prioridades de ensino para meninos, sendo estabelecidos limites no ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia para as meninas. Com isso, as meninas deveriam concentrar na doutrina cristã, na leitura, na escrita e no cálculo elementar, além de aulas de agulha, bordados e costura (SCHUELER, 1999). O ideal da formação das mulheres visava à sua atuação na esfera doméstica. O ensino secundário para as mulheres, que surgiu a partir de 1870, também se concentrava em papéis tradicionais, encorajando as mulheres a seguirem carreiras do magistério feminino (SCHUELER, 1999). Portanto, para Rui Barbosa, as transformações sociais e econômicas necessárias no país poderiam ser alcançadas por meio do ensino. E, ao colocar a educação no cerne dos problemas que o Brasil deveria enfrentar, ele conseguiu reivindicar a educação para as mulheres.

Nas iniciativas para o novo programa de ensino, é interessante perceber que Rui Barbosa achava que o primeiro passo era o próprio desenvolvimento da educação das mulheres. Considerando o ensino, inclusive o acesso a educação para as mulheres, como uma “questão capital da época”, Rui Barbosa trazia um discurso de igualdade entre os sexos que, em certa medida, rompia com crenças que enfatizavam a inferioridade intelectual da mulher ou essencializavam a sua natureza como frágil e menos racional. Observado por essas dimensões, o discurso de Rui Barbosa se aproxima do de Nísia Floresta sobre igual acesso à

⁵⁸ Quando Rui Barbosa discute a questão da ginástica, ele o faz ressaltando a necessidade de homens e mulheres participarem das atividades. Interessante perceber que, na *Reforma do Ensino*, Rui Barbosa menciona como a ginástica deveria ser obrigatório para os dois sexos “tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura” (1883, volume X, tomo II, p. 98).

educação para as meninas, tanto no que tange à ideia do progresso para o país, quanto nas justificativas que buscam dismantelar crenças sobre a inferioridade intelectual das mulheres. No Relatório do Ministro do Império há uma clara ilustração dessa ideia quando Rui Barbosa advoga pela urgente igualdade entre os homens e as mulheres no acesso ao ensino:

A igualdade do homem e da mulher perante a instrução é necessidade cardeal, consequência iniludível da organização hodierna das sociedades cultas. As estatísticas de todos os povos, ainda as nossas, demonstram que as mulheres procuram a escola com muito mais empenho que os homens, sendo mais assinalado o proveito que tiram, e atestando por uma frequência mais ativa, mais ascendente, mais larga, a sua curiosidade e a sua capacidade de aprender. Daí a aptidão da mulher para ensinar, e o seu papel imprescindível, preponderante e fecundíssimo na educação aparece com toda a evidência. (BARBOSA, 1882a, p. 169).

No trecho acima podemos verificar como o papel das mulheres na esfera pública se concentra no eixo do cuidado, mas desta vez como professoras. A justificativa e a legitimidade desse papel para as mulheres são encontradas em diversos trechos apresentados em *O Desenho e a Arte Industrial* (1882c) e em *Reforma do Ensino Primário* (1883).

Quando Rui Barbosa indicou a coeducação, a sua postura foi prudente diante das controvérsias da conjuntura política e econômica da época, afirmando que ela deveria se estabelecer apenas até a idade de 10 anos e após os 18 ou 20 anos (NASCIMENTO, 1997, p. 85). As suas justificativas e discussões sobre a educação feminina nunca refletiram uma postura de que a mulher é intelectualmente inferior, mas não deixaram de carregar, por sua vez, traços de discursos essencialistas sobre uma natureza feminina mais frágil, dócil, sensível que requer tratamento diferenciado. O efeito dessas posturas não desafiou a lógica binária guiando o imaginário, inspirado em boa parte pelo pensamento ocidental. Portanto, os argumentos a favor da educação feminina não foram associados a um caminho inicial para a emancipação econômica, social ou política da mulher.

Assim, o argumento a favor do acesso das mulheres à educação se aproxima dos argumentos que vimos oriundos do positivismo em relação à educação feminina. Ambas as tradições parecem alinhar as suas justificativas para o acesso à educação não como uma forma específica de emancipação, como detectamos nos escritos de Nísia Floresta, mas como uma inicial abertura da esfera pública para as mulheres. Isso em si, porém, reflete o contexto social do século XIX, limitando as capacidade para transformações mais efetivas. No entanto, ao enfatizar a necessidade de as mulheres terem acesso à educação, particularmente na visão de alguns positivistas e de Rui Barbosa, esses atores e autores já estabeleceram algumas vias de igualdade para as mulheres. Muitas vezes, o argumento dado por positivistas e também por Rui Barbosa se encaixava na crença de que já que as mulheres são responsáveis pelo cuidado

das famílias, dando-lhes acesso a educação, elas poderia disseminar certos valores e conhecimentos para os próprios filhos, mantendo, sobretudo a ordem da sociedade. Como Rui Barbosa descreve no *Relatório*:

[...] instruindo o homem instrui-se apenas um homem: instruindo a mulher, instruem-se quantos a cercam e a seus filhos, acende-se um foco de luz cujas irradiações estendem-se ao infinito. Os americanos foram os primeiros que reconheceram que a mulher é mais própria que o homem para instruir as crianças; pensam eles que essa função lhes é tão natural como a de amamentar. (BARBOSA, 1882a, p. 169).

É evidente que, se pensarmos no contexto em que Rui Barbosa escrevia, certamente a reivindicação para a educação das mulheres era uma agenda particularmente progressista. Mas, como buscamos ressaltar na seção sobre o positivismo, toda a valorização do feminino, mais uma vez aqui, parece ser fundamentada em certo discurso que nos remete a noções ligando a mulher a uma determinada e limitada ética do cuidado.

É possível perceber isso quando Rui Barbosa descreve a mulher na sociedade como “Mãe, amante, esposa, filha, mestra, ela é a explicação do indivíduo e da sociedade” (1882b, v. IX, tomo, II, p. 263). Em *Reforma do Ensino Superior* (1883) argumenta em favor das mulheres serem professoras, já que elas teriam um “instinto natural”:

A mulher entesoura em si o instinto da educação. Filha, irmã, esposa, mãe, está habituada à abnegação, ao sacrifício. Sua firmeza impregnada de ternura cativa o menino. Sua inteligência penetrante e delicada presta-se aos desejos da ingênua criatura, sem se lhe escravizar; assenhoreia-se, sem esforço, ou por um esforço amorável, de todos os impulsos de seu espírito e do seu coração. Opulenta em recursos, engenhosa, inventiva, sabe variar os seus meios de atividade. [...] Não enfada nunca o pequenino, porque com ele nunca se enfada. (BARBOSA, 1883, p. 36).

Em ambas as citações, certificamos um papel claro atribuído à mulher, na qual a sua entrada na esfera pública se torna uma extensão do papel tradicional já estabelecido na esfera privada: o cuidado.

De forma geral, suas ideias sobre educação são vistas como a chave para o progresso e até mesmo como uma forma de os cidadãos serem mais preparados para participarem da vida política. A educação técnica e a científica eram também pensadas para os escravos recém-libertos e os trabalhadores, pois Rui Barbosa colocou a educação como uma exigência para ser eleitor em 1881, devido a seu medo de que eleitores analfabetos “poderiam ameaçar a organização social e política” (MACHADO, 1999, p. 8).

Seus escritos sobre educação devem sempre ser levados em consideração com as outras temáticas que faziam parte do seu modelo ideal de modernização para o Brasil. Contudo, Machado (1999) lembra que o debate sobre a educação foi relegado a um segundo

plano devido à emergência de questões econômicas consideradas mais proeminentes na época. A educação só se torna uma questão prioritária depois que certas transformações sociais e econômicas começaram a ocorrer como a adoção do trabalho assalariado, a melhoria nas técnicas de produção na agricultura, o desenvolvimento da indústria nacional e o processo de urbanização (MACHADO, 1999, p. 15). Com isso, uma das únicas vias de a mulher se inserir na esfera pública também não ganhou muita força, já que necessitaria ter sido mais socialmente valorizada à época, apesar dos esforços pontuais de Rui Barbosa.

Encontramos, contudo, dois momentos claros nos quais Rui Barbosa se utiliza de um discurso pautado mais pela igualdade dos sexos do que numa ênfase sobre o cuidado. Em dois textos de 1900, encontrados no volume XXVII, tomo VI, Rui Barbosa enfatiza a necessidade de a lei ser assegurada para todos, homens e mulheres e que, de fato, ela não deveria ser aplicada diferenciadamente para “mulheres casadas” ou para “as cortesãs” (p. 372). O primeiro deles mostra a sua indignação no ensaio jornalístico em que critica a violência de um policial contra a prostituta, Ida Maria, resultando em sua morte por asfixia. Nesse caso, Rui Barbosa ataca a violência exercida pelos homens contra as mulheres, bem como a “hipocrisia da moralidade” para utilizar de força brutal contra as prostitutas na sociedade (p. 379). O segundo exemplo de um discurso mais igualitário pode ser encontrado mais no final da sua vida, no famoso *Trabalho e Sexos* (1919), em que Rui exige novamente um tratamento igual para as mulheres e homens no que tange, desta vez, às diferenças salariais. Trata-se de perceber que existem traços de ideias em Rui Barbosa que vão ao encontro de agendas feministas que tomariam mais força no século XX, com a primeira onda⁵⁹ do feminismo e a construção dos movimentos de mulheres no Brasil.

Por fim, como os demais pensadores discutidos ao longo deste capítulo, também podemos encontrar contradições e tensões inerentes às ideias de Rui Barbosa sobre as mulheres. Isso pode muito bem ser atribuído ao fato de que não estamos analisando a obra e o

⁵⁹ O feminismo tem sido frequentemente estudado à luz de suas transições ao longo dos séculos a partir do enquadramento de “ondas”. Em termos bastante gerais, a primeira onda do feminismo, com atuações no século XIX, emergiu como uma luta por igualdade e acesso as oportunidades na esfera pública. As demandas aqui se concentravam prioritariamente na luta pelo sufrágio, acesso a educação e acesso ao mercado de trabalho. A segunda onda do feminismo, emergindo já no século XX, mais particularmente na década de 1970, tem sido caracterizada como uma evolução da primeira onda na qual podemos identificar uma maior atenção aos direitos das mulheres e as diferenças intra-grupo. No Brasil e boa parte da América Latina, a segunda onda do feminismo também surge como uma luta contra o(s) regime(s) militares. Já a terceira onda do feminismo, estabelecida a partir da década de 1990, se destaca por seu enfoque na pluralidade das agendas e interesses feministas, bem como na sua maior institucionalização e nova relação com o Estado. Para discussões a respeito das ondas do feminismo no Brasil, veja Pinto (2003) e para uma análise de uma possível quarta onda, veja Matos (2010).

pensamento de Rui Barbosa como um todo. Além disso, devemos considerar que não podemos tomar conclusões mais incisivas já que o tema da igualdade das mulheres aparece em poucas instâncias e talvez mais relevante é que o tema enfrentava um imaginário pautado por lugares distintos (e desiguais) para a grande maioria da população, não somente as mulheres. Esse cenário nos revela como o que designamos como a luta pelo reconhecimento, articulada com o acesso pela educação feminina, teve um papel signifiante ao conduzir o debate sobre a emancipação das mulheres nessa direção, particularmente para um período com inúmeras restrições econômicas e sociais. Também ilustra como as desigualdades de gênero e raça são fortemente imbricadas na luta por cidadania no Brasil.

Por fim, analisaremos o papel de Rui Barbosa na elaboração do Código Civil de 1916 e pelo menos três controvérsias que a cercavam. A relevância dessa temática remete à interligação das dimensões do imaginário como buscamos elucidar no primeiro capítulo. Dessa maneira, estamos considerando como atores/autores, vinculados a tradições normativas, influenciaram o Estado e a própria produção de leis e normas referentes a igualdade de gênero.

Em primeiro lugar, Rui Barbosa entendia que a formulação do Código deveria refletir um amadurecimento e uma compreensão mais completa e profunda da sociedade brasileira, temendo um projeto escrito com levandade (DANTAS, 1949). Com isso, Rui Barbosa queria prolongar o estudo e, portanto, a elaboração do projeto. Em segundo lugar, a contratação de Clóvis Beviláqua⁶⁰ gerou tensões já que havia juristas mais velhos e outros com maior projeção, como o próprio Rui Barbosa (GRINBERG, 2001, p. 14). E, em terceiro lugar, apesar de o Código Civil de 1916 representar uma evolução do pensamento liberal, existia ainda a força da contradição de um legado escravocrata e um imaginário sociopolítico pautado, em grande medida, por traços de patriarcalismo. Como Grinberg assinala, o código sonhado pelos juristas enfrentava uma enorme encruzilhada ao tentar aplicar leis abstratas e modernas a uma sociedade presa ainda e “profundamente marcada pelos costumes escravistas, patriarcais e católicos que formavam a sociedade brasileira” (2001, p. 37).

O papel mais notável de Rui Barbosa no seu parecer sobre o projeto de Beviláqua foi, de fato, um parecer literário. As suas intervenções e críticas podem refletir o desenvolvimento intelectual e literário da época, garantindo uma recepção melhor do seu

⁶⁰ Grinberg relata que as tensões que surgiram entre Beviláqua e Barbosa foram, de certo modo, fundamentadas na própria rivalidade histórica das duas escolas de direito existentes no Brasil: Recife e São Paulo. Enquanto a escola de Recife, representada por Beviláqua e Silvio Romero, faziam uma leitura “cientificista do direito, ligado à biologia, às ciências naturais e à antropologia determinista”, a Academia de Direito de São Paulo, representada por Rui, se pautava, em uma militância política e pelo exercício do jornalismo (2001, p. 17-18). O debate foi tão polêmico que foi interrompido de 1905 a 1912 (GRINBERG, 2001).

parecer já que um parecer jurídico seria “o mesmo de conceder um voto vencido” (DANTAS, 1949, p. 73). O resultado foi uma leitura literária, focada nos problemas gramaticais, que deu origem a uma das maiores discussões filológicas no Brasil (GRINBERG, 2001, p. 16; DANTAS, 1949, p. 75).

Buscamos terminar esta seção com uma breve discussão sobre o Código Civil, pois este representa com clareza como o imaginário político e social influenciou na construção e elaboração da legislação brasileira. O direito é uma extensão de uma visão de mundo que acaba normatizando, coordenando e moldando as relações sociais, que como já afirmamos, foi mantida por um viés fortemente patriarcal (ALVES; BARSTED, 1987). O Código Civil representa, então, a principal fonte legal sobre o tema da família, depois da Constituição, pois aqui se encontram as regulações sobre “as formas de casamento, os direitos e deveres do marido e da mulher, o regime de bens entre cônjuges, as relações de parentesco e adoção, o pátrio poder, o dever de prestação alimentícia, o regime de herança a tutela e a curatela” (ALVES; BARSTED, 1987, p. 170).

O Código Civil de 1916, influenciado pelo parecer de 1905 de Rui Barbosa, legalmente associou a família com a ordem e a necessidade de proteger a moralidade, fundamentada no modelo romano-cristão (ALVES; BARSTED, 1987). Apesar das instâncias em que Rui Barbosa se aproxima de reivindicações mais igualitárias, o autor deixou de incluir uma linguagem que refletiria essas demandas, deixando as mulheres na condição efetivamente de “incapazes”, apesar de extensa discussão entre os colaboradores do código, ligada ao artigo 6º⁶¹. Essa designação de “incapaz” deixa a mulher casada⁶² em situação de dependência e legitima a força da família patriarcal. Além disso, serve para desqualificá-la já que o seu corpo não lhe pertence. Nesse caso, o chefe da família, o pai, tem autoridade para administrar os bens comuns da família, os bens particulares da mulher, a autoridade sobre os filhos, a representação legal da família, fixação do domicílio conjugal (art. 233) e a titularidade do pátrio poder (art. 380) (ALVES; BARSTED, 1987, p. 170). A linguagem utilizada no Código Civil de 1916 reflete, em certas instâncias, as mesmas crenças sobre o papel da mulher que foram disseminadas em maior grau pelo catolicismo, mas ainda assim, encontradas também no positivismo e no liberalismo. A saber, o código diz que cabe ao marido “prover” a

⁶¹ No texto da Câmara, os incapazes seriam os maiores de catorze anos até completarem vinte e um e as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal e os pródigos. No texto proposto por Rui, os incapazes seriam os maiores de catorze anos até completarem vinte e um, as mulheres casadas, durante a sociedade conjugal, os enfermos de anomalia ou moléstia mental, cuja gravidade não justifique a interdição (DANTAS, 1949, p. 120).

⁶² Só em 1962, com a lei 4.121, conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, que a mulher casada passa a ter a condição de colaborar na administração da sociedade conjugal (ALVES; BARSTED, 1987, p. 171).

manutenção da família (art. 233, inciso IV), enquanto caberia a mulher “velar” pela direção moral desta (art. 240) (ALVES; BARSTED, 1987, p. 170). Mesmo que o projeto de Beviláqua apresentasse algumas instâncias que tinham o objetivo de promover certos aspectos da igualdade de gênero (GRINBERG, 2001), a comissão de avaliação aprovou um texto que refletia um imaginário sociopolítico que, em contrapartida, perpetuou a ordem patriarcal, para além da esfera privada e suas práticas. Como outra dimensão importante desse imaginário, o Estado incorporou a mesma ordem.

A ausência tanto de mais vozes das mulheres, ou no mínimo grupos organizados, quanto dos temas ligados à sua igualdade no imaginário político e social do século XIX no Brasil ilustra como essa ausência é, em si, uma dimensão do que a sociedade considera politicamente relevante para dada conjuntura. Isso porque a construção social sobre os papéis de gênero está atrelada a conceitos políticos que, por sua vez, qualificam aquilo que passa a definir como sendo a própria cidadania. Com isso, o papel fundamental atribuído às mulheres, o de ser mãe, perde seu potencial político justamente por simbolizar algo distinto da vida pública e, por sua vez, política.

Em outras palavras e segundo Pateman, “a maternidade é vista como a antítese da cidadania” (1990, p. 60). Esse argumento não deve ser considerado como uma forma de fortalecer os argumentos sobre a função, natureza e moralidade diferenciada das mulheres, tal como é feito pela “política do desvelo”⁶³. O intuito da afirmação de Pateman é o de ressaltar o fato de que os parâmetros com os quais medimos e entendemos os conceitos de igualdade e de cidadania são construídos a partir de uma lógica e de uma ordem normativa que são masculinas. Com isso, conseguimos perceber o elo entre as percepções sobre a “natureza humana” e a divisão entre o público e privado, ambos servindo como barreiras efetivas à inserção da mulher na vida política e, via de consequência, uma barreira também ao exercício pleno da sua cidadania.

Devemos lembrar que essa não é a história completa, ou que a história não é pautada apenas na exclusão. Como Pateman lembra, as mulheres têm sido incluídas na ordem política de maneiras ‘diferentes’. Com o advento das novas formas do patriarcado, as mulheres foram de algum modo incluídas, mas sempre em uma relação de subordinação aos homens, seja na

⁶³ A *política do desvelo e pensamento maternal* são o resultado da tentativa de diversas feministas abordarem a questão se homens e mulheres têm uma moralidade e valores diferentes, além da diferença biológica. Tal perspectiva se desenvolveu e consolidou particularmente através das obras de Carol Gilligan (1982) e Nancy Chodorow (1978, 1989), mas outras expoentes incluem Sara Ruddick (1995), Jean Elshtain (1981). Tal tradição é fundada no entendimento de que as mulheres têm uma voz moral diferente dos homens, uma voz marcada por uma linguagem de carinho. Isso se desdobra em uma visão diferenciada que enfatiza relacionamentos e responsabilidades de forma contrária à moral masculina, marcada por indiferença e racionalidade. Para uma crítica de tal perspectiva, veja Mary Dietz (1985).

esfera privada ou na pública. Apesar de sua presença nas esferas públicas, certamente é possível identificar que tal inclusão se dá, no Brasil, de um modo designado por Fraser (2003) como atrelado a uma condição de subordinação de *status*. Se a obrigação e a responsabilidade das mulheres, por essência, se situam na esfera privada e o seu papel no plano da cidadania efetiva na esfera pública passa a ser considerado secundário, conseguimos aqui neste capítulo retratar alguns elementos importantes da associação entre as “raízes privadas da ação pública” (BURNS; SCHLOZMAN; VERBA, 2001). Em outras palavras, o modo como as nossas primeiras interações sociais são estruturadas e, por conseguinte, o valor dado aos papéis na esfera privada, contribuíram para a formação e a regulação das interações vivenciadas na esfera pública.

O cenário que buscamos delinear não deve ser considerado como um “atraso” particular ao Brasil. As tensões inerentes ao papel das mulheres na sociedade também se refletiam na ideologia dos primeiros movimentos de mulheres e movimentos feministas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos no século XIX, bem como ao período que estamos designando como pré-feminismo no Brasil⁶⁴. Todas essas experiências convergem no que tange a uma tensão inegável entre os papéis atribuídos às mulheres no mundo público e no privado, que, consequentemente, esperavam para serem desafiados. O traço em comum que percorre todas as primeiras ondas do feminismo na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e, até mesmo aqui no Brasil do século XIX, é a ideia de que o “lar e a família eram vistos como o centro de valores religiosos e morais que eram ameaçados pela natureza brutal e competitiva do mundo exterior”⁶⁵ (HALL, 1979 *apud* CAINE, 1982, p. 540). Muito dos esforços dessas primeiras feministas poderiam se resumir a “uma política que buscava aumentar o poder das mulheres dentro de estruturas patriarcais existentes”⁶⁶ (STANSALL, 1999, p. 428). O desafio das lutas por reconhecimento precisaria se concentrar, então, para romper com a rígida dicotomia do público e privado já enraizado no imaginário. Em última instância, existem pelo menos três frentes de luta por detrás desse desafio: (1) uma tentativa de retirar o peso dado à natureza “essencializada” das mulheres, (2) a necessidade de estabelecer uma crítica contra as restrições impostas à corporalidade das mulheres, devido à força de uma ordem moral e de uma ordem sexual tradicional e fortemente estabelecidas; e (3)

⁶⁴ Para análises sobre a primeira onda nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, veja Stansell (1999), Boxer (1982), Caine (1982) respectivamente.

⁶⁵ Do original: “*Women’s sphere became that of home and family, but within a framework that involved a new emphasis in which home and family came to be seen as the centre of religious and moral values which were threatened by the harsh and competitive nature of the outside world*”.

⁶⁶ Do Original: “*In sum, it was a politics that sought to augment women’s power within existing patriarchal structures*”.

a busca por direitos políticos que, por sua vez, abririam um espaço para reivindicar as diversas formas de exercer a cidadania.

No próximo capítulo, buscaremos, então, evidenciar mudanças relacionadas a essas três frentes. Com as mudanças surgindo na sociedade a partir da década de 1920, levaremos em consideração como a primeira onda do movimento feminista formatou sua agenda e luta, como as tradições normativas (da direita à esquerda) incorporaram (ou não) certas demandas feministas e/ou mantiveram um discurso atrelado uma essencialização das relações de gênero e como as reconfigurações do patriarcado impactaram o *status* da mulher e as relações entre sociedade e Estado.

3 CONTINUIDADE OU MUDANÇA? AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PATRIARCAL (1930-1964)

Eu sei que alguns homens imaginam que o grande dia do universal bom para todos tenha surgido. Mas qual universal? Qual novo imperialismo está por trás de nós? E quem paga o preço? Não há nenhum universal válido para todas as mulheres e todos os homens [...]. E qualquer outro universal é uma construção parcial e, portanto, autoritária e injusta. O primeiro universal a ser estabelecido seria aquele referente a uma legislação válida para ambos os sexos como um elemento básico na cultura humana. (IRIGARAY apud CORNELL, 1992, p. 282)¹.

Durante a Primeira República, o imaginário sociopolítico representou um cenário em que as mulheres brasileiras eram predominantemente relegadas à esfera privada através de um discurso que enfatizou seus papéis tradicionais de mães e esposas leais, e como os fundamentos morais da família e da nação. Todas as tradições normativas que temos considerado valorizavam tal papel essencializado atribuído às mulheres, influenciando tanto as práticas que regem as relações de gênero quanto a institucionalização do *status* subordinado das mulheres através do marco legal do Código Civil de 1916. Embora os desafios colocados à subordinação das mulheres, nomeadamente através da luta pelo acesso à educação, hajam servido para impactar algumas dessas tradições, a dicotomia público-privado manteve-se, ainda neste período, intacta. Em outras palavras, muitas vezes, as justificativas para uma maior autonomia das mulheres, principalmente através da educação, foram ligadas aos papéis atribuídos às mulheres na esfera privada. A educação era vista como um caminho para aprimorar o papel de socialização das mulheres na família.

A efervescência das transformações sociais, econômicas e culturais da década de 1920, que leva à Era Vargas e até aos “anos de chumbo”, apresenta uma continuação deste cenário patriarcal, com suas particularidades através da nova relação estabelecida entre Estado e sociedade. No entanto, o que vamos encontrar para o período é que, apesar dessas mudanças, não houve, em última instância, um rompimento com a dicotomia público e privado no que diz respeito às relações de gênero. As tradições normativas que ganham impulso a partir dos anos 1930 e que analisaremos neste capítulo incluem o autoritarismo, o

¹ Do original: “I know that some men imagine that the great day of the good-for-everyone universal has dawned. But what universal? What new imperialism is hiding behind us? And who pays the price for it? There is no universal valid for all women and all men [...]. Any other universal is a partial construct and, therefore, authoritarian and unjust. The first universal to be established would be that of legislation valid for both sexes as a basic element in human culture”.

catolicismo e o pensamento de esquerda. Essas tradições normativas continuam a informar a gênese da subordinação das mulheres enraizada na Primeira República, cobrindo um espectro das tendências ideológicas da direita para a esquerda. Precisamente neste contexto, evidenciamos como o nacionalismo antiliberal e corporativo de Oliveira Viana, o catolicismo e seu projeto conservador de cristianização e o marxismo “stalinizado” do PCB convergem no sentido de defenderem ideias autoritárias. Além disso, oferecem-nos um panorama mais complexo de alguns dos avanços e desafios que as mulheres e os movimentos feministas da segunda e terceira ondas feministas teriam que enfrentar.

Entre o passado e o futuro, o projeto de “modernização patriarcal”² articulado concentrou seus esforços na centralização do poder, culminando na figura de Getúlio Vargas, bem como na busca por uma identidade nacional, pautada na organicidade. Essa busca, por sua vez, envolveria uma série de dimensões do imaginário sociopolítico já discutidas no primeiro capítulo. A análise dos discursos nesse capítulo está particularmente interessada em duas dimensões do imaginário: a articulação entre os atores/autores dessas tradições normativas e sua relação com o Estado e instituições (sejam elas do Estado ou não) no que tange às questões pertinentes à igualdade de gênero.

Este capítulo não prioriza uma cobertura dos diversos temas políticos, das diversas vertentes das tradições normativas que compunham essa distinta fase histórica e tampouco dos problemas e realizações de cada governo do período que se estende até 1964³. Seguindo o recorte que orientou o capítulo anterior, a discussão aqui será baseada (1) nas lutas por reconhecimento a maior inserção das mulheres na esfera pública, como articulado pelas feministas no Brasil, e (2) pela interface entre as tradições normativas em disputa e a sua influência direta ou indireta no Estado a partir de questões referentes aos papéis de gênero, à família e aos direitos das mulheres. Com esse enfoque em mente, recorreremos mais uma vez a uma análise de como tais tradições operaram com distinções referidas ao público e ao privado

2 Utilizamos esse conceito para designar um processo que visava modernizar o país, mas, que por outro lado, se via frente às forças conservadoras, articuladas pelo Estado, o forte moralismo religioso da Igreja católica brasileira e demais instituições culturais, como as escolas. Nesse sentido, acompanhar algumas fases da modernização patriarcal, à luz das tradições normativas elencadas nesse estudo, nos permite entender os avanços estabelecidos em termos das (des)igualdades de gênero no Brasil. Ou seja, nos oferece um terreno mais amplo para fazer comparações acerca de quais desafios, aos papéis de gênero, no público e no privado, foram colocados e de que maneira e extensão.

³ Entre esse período histórico que se estende de 1930 a 1964, a era Vargas e o Estado Novo têm sido o foco de diversos estudos, incluindo os que se concentraram na origem e fortalecimento do pensamento e ideologia autoritária (SCHWARTZMAN, 2007; FAUSTO, 2001; SILVA, 2001; SANTOS, 1987); o papel dos intelectuais e a ideologia do Estado (VELLOSO, 1982; REIS, 1988); o surgimento da questão social e trabalhista (GOMES, 1982b); as raízes do pensamento e ação de Getúlio Vargas (FONSECA, 2001); o estabelecimento de uma *cidadania* regulada através das políticas econômicas e sociais estabelecidas (SANTOS, 1979), entre outros renomados estudos das ciências sociais.

como forma de sustentar a ideia de que a esfera doméstica é o âmbito central da atuação das mulheres brasileiras. Ou seja, as tradições normativas informaram as ações do Estado e a legislação brasileira e vice-versa, através de um projeto que delineia a “família enquanto parte de um discurso ideológico, a família como elemento de uma política demográfica, a família enquanto elemento construtor da unidade política nacionalista” (ALVES; BARSTED, 1987; SCHWARTZMAN, 1981).

Essa visão de mundo, tanto valorativa quanto normativa, serve para cristalizar ainda mais as relações assimétricas de gênero no Brasil, mas agora na esfera pública com a inserção inicial das mulheres no mercado de trabalho, cujas consequências desencadearam a permanência da desigual divisão do trabalho doméstico na esfera privada. Observaremos que a própria legislação trabalhista, na regulamentação do trabalho feminino, reforçou uma visão da fragilidade da mulher ao mesmo tempo em que enfatizou a função principal da mulher com o cuidado da família (ALVES; BARSTED, 1987). Trata-se, diga-se uma vez mais, de enfatizar como há uma linha de continuidade reforçando um lugar reservado e subordinado para a atuação feminina na esfera pública, apesar das reivindicações feministas oriundas da primeira onda feminista no Brasil. Essa continuidade evidencia-se pelo fato de que o espaço público será despolitizado através da ideologia autoritária, onde o Estado busca educar as massas para sua obediência e passividade (SILVA, 2001; GOMES, 1982a).

Duas hipóteses centrais guiam boa parte das discussões neste capítulo. Primeiro, acreditamos que a valorização conferida ao tradicionalismo serve como o elemento central informando o pano de fundo das três tradições normativas analisadas nesse período – o autoritarismo, o catolicismo e o pensamento de esquerda. Em muitas instâncias essa ênfase da importância da tradição, particularmente ligada ao papel da mulher, reforçou a dicotomia público-privado. Em relação às vozes feministas de dissenso nesse período, também vamos encontrar dificuldades de rompimento com certas noções e práticas vinculadas aos papéis femininos estereotipados. As tensões oriundas da extensão dessa valorização ao tradicionalismo na sociedade brasileira, já no século XX, comprovam que a ação pública é muitas vezes um reflexo dos papéis estabelecidos na esfera privada, e que o caminho para disseminar a igualdade de gênero teria (e ainda terá) que enfrentar o enraizamento do patriarcalismo em diversas dimensões, esferas e degraus. No tocante à segunda hipótese a orientar a discussão aqui proposta, buscaremos verificar se o papel do patriarcado familiar e privado da Primeira República não acaba sendo moldado e reconfigurado, em certa medida, nas relações oriundas do novo papel do Estado.

Nesse sentido, o capítulo será dividido em três seções que visam contribuir com a construção da narrativa das relações de gênero, dando continuidade à discussão acerca do enraizamento da subordinação de gênero iniciada no capítulo anterior. Como se verá ao longo do capítulo, as ideias e os discursos referentes às relações de gênero na sociedade brasileira não necessariamente representarão alguma ruptura com aquelas apresentadas na Primeira República, apesar da conquista do direito de voto. Nossa intenção é precisamente focar na perpetuação e/ou rupturas de/com formas de dominação, diante das lutas feministas. Além disso, buscamos ressaltar como o período em questão manteve os fundamentos não apenas para a separação das esferas pública e privada, mas para as justificações privadas da inserção das mulheres brasileiras na esfera pública.

Terão relevância, então, as diferentes vozes que surgiram da direita à esquerda para compor nossa análise do imaginário sociopolítico a partir da década de 30. Sendo assim, a primeira seção destacará alguns elementos centrais que configuraram o contexto histórico-político que serviram como base para a expressão das vozes feministas e das tradições normativas⁴ em disputa por poder e legitimidade frente ao Estado. Por um lado, esse breve panorama da complexa dinâmica entre Estado e sociedade da década de 30 em diante é importante na medida em que nos dá pistas sobre o contexto que a primeira onda feminista no Brasil teria que enfrentar para avançar as suas reivindicações. Por outro lado, os temas que surgiram como centrais para a nova organização social culminariam, por sua vez, na recuperação de alguns valores tradicionais ligados à doutrina cristã e em uma estrutura de integração social que limitaria a criação de uma esfera pública forte capaz de mobilizar-se.

Na segunda seção, apresentaremos a luta por reconhecimento articulada pela primeira onda de feminismo no Brasil. Importante lembrar que a primeira onda no Brasil teve que atuar e buscar espaço em um cenário marcado pela hostilidade contra as ideias e agendas feministas. A luta pelos direitos políticos, dirigida, em grande medida, por Bertha Lutz, estrategicamente enquadrou o movimento em um estilo “comportado” para alcançar as suas metas. A fim de ilustrar o escopo das suas reivindicações para além do sufrágio feminino, consideraremos seus escritos e discursos referentes ao lugar das mulheres brasileiras no país, lançando luz sobre a maneira como essas lutas são historicamente contingentes. Com isso, observaremos como as lutas por reconhecimento eram limitadas pela necessidade de justificar que a presença das mulheres no mercado de trabalho, na educação e na política não

⁴ Certamente cabe salientar que o Brasil não possuiu uma tradição marxista neste período. O nosso intuito é resgatar elementos centrais da formação do PCB e do pensamento de Nelson Werneck Sodré para compor nossa trajetória de como tradições normativas tratavam (ou não) da questão das mulheres.

desagregaria a fábrica moral da família, mas fortaleceria as suas habilidades e capacidades domésticas.

Na terceira seção, mapearemos alguns discursos das referidas tradições normativas representando a dupla face da subordinação das mulheres, ou como relegadas à esfera privada ou, minimamente, como atrizes coadjuvantes na esfera pública. A seleção de um ator/autor aliado a essas tradições normativas facilita nosso olhar para as interconexões e disputas entre as próprias tradições no que tange seu relacionamento com o programa de modernização e desenvolvimento do país a partir de 1930. Diante do escopo da produção dos atores/autores escolhidos, elegeremos alguns textos e/ou discursos que remetem a questão da mulher brasileira na sociedade e na família. No mínimo isso significa que estamos postergando outras questões relevantes para as ciências sociais e a ciência política, mais particularmente. Porém, nosso foco aqui pode iluminar as estruturas de poder que edificaram as desigualdades de gênero e trouxeram à tona elementos e identidades antes invisíveis ou marginalizados nesses dois campos. Portanto, a análise dos sentidos conferidos aos papéis de gênero pelos atores/autores tem como objetivo ampliar o campo do conhecimento sobre o processo de enraizamento de subordinação de gênero no Brasil.

Para o pensamento autoritário, trabalharemos com algumas obras de Oliveira Viana (1942; 1999; 2005) a fim de investigar o papel que a tradição, baseada no sistema patriarcal, tem sobre suas ideias a respeito do Estado. O resgate desse elemento na obra de Oliveira Viana nos permite mapear como o autor pensava sobre o nosso passado tanto de forma positiva quanto negativa. Em relação à forma positiva de Oliveira Viana encarar alguns elementos do passado e dada a influência da doutrina católica em alguns de seus escritos, buscamos mostrar como a figura patriarcal do senhor, atuando na esfera privada, transfere-se para o estado autoritário. A sua concepção de Estado era baseada no objetivo de integrar as massas sem educação e espírito cívico, que precisavam, sobretudo, de proteção e direção. Em relação a sua segunda forma de olhar para o passado, buscamos mostrar a crítica de Oliveira Viana em relação ao modelo liberal oligárquico e as suas consequências para a criação de uma esfera pública desmobilizada no Brasil. Por fim, esperamos ilustrar como esses pensamentos serviram como importante moldura para a legislação trabalhista que buscava proteger as mulheres trabalhadoras, ao mesmo tempo em que sustentou um discurso pautado em papéis tradicionais de gênero, restringindo a atuação das mulheres.

Nossa discussão sobre o pensamento católico traça como essa tradição se consolidou e organizou como um ator social e político, particularmente em relação a sua incapacidade de articular, de forma mais organizacional, a doutrina no século XIX. A partir da visão de Alceu

Amoroso Lima (1953; 1967; 2003) considerado um dos maiores intelectuais leigos do pensamento católico, buscamos entender a influência da Igreja em relação à manutenção de relações hierárquicas na sociedade e a forma como o Estado trataria questões ligadas à família e direitos das mulheres.

Nesse sentido, mais uma seção desse capítulo alinhará as relações e tensões imbricadas das dimensões do imaginário sociopolítico: tradições normativas-práticas-Estado-instituições-atores/autores. Além disso, traçaremos as mudanças no pensamento de Alceu Amoroso Lima, passando de uma visão conservadora para uma mais progressiva em relação à missão da Igreja já na década de 1940. Essa passagem, contudo, evidenciará como Alceu Amoroso Lima mantém a sua visão a respeito do papel tradicional da mulher.

Por fim, na última subseção, concentramo-nos a buscar compreender como o pensamento de esquerda no Brasil articulou a questão feminina. Para conduzir tal debate, focaremos na história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), levando em conta dois aspectos. Primeiro, buscamos apontar o caminho de conexão entre a doutrina oriunda do pensamento de Lenin e Stalin a respeito das mulheres e a possibilidade de se vislumbrar a igualdade social através do projeto socialista. Logo, ressaltaremos as lutas internas e externas no PCB a fim de esclarecer as dificuldades de se consolidar o pensamento e prática de esquerda no Brasil, com implicações diretas na construção de uma agenda feminista dentro do partido. Esses dois elementos visam também evitar uma leitura anacrônica. Verificamos também nessa seção algumas obras de Nelson Werneck Sodré, intelectual marxista ligado ao PCB, no intuito de analisar se e como a questão das desigualdades de gênero aparecem em relação à discussão sobre a formação da sociedade brasileira e o desenvolvimento capitalista. Esse quadro deixa claro como a “questão feminina” foi conduzida a um plano secundário de análise e visibilidade, ofuscada por uma preocupação com as temáticas do sistema de classes e da transição de uma sociedade escravocrata. Nessas obras é também possível perceber certos pontos de diálogo e até mesmo críticas a certos temas presentes nas obras de Oliveira Viana.

Esse processo histórico e político, que abordamos brevemente a partir destas três tradições normativas, serve para enriquecer a narrativa da subordinação de gênero iniciada no capítulo anterior. No caso do nosso recorte, uma interpretação de todas as interfaces do imaginário sociopolítico não seria plausível. A partir do cruzamento entre a luta por reconhecimento estabelecida pela primeira onda do feminismo brasileiro e as três tradições normativas referidas anteriormente, acreditamos que ampliamos o nosso conhecimento a respeito de como premissas largamente aceitas para a atuação das mulheres na esfera pública

estavam inextricavelmente ligadas aos papéis tradicionais e socialmente construídos e atribuídos às mulheres na esfera privada.

3.1 A CAMINHO DA MODERNIZAÇÃO PATRIARCAL: REPENSANDO A PERMANÊNCIA DO CONSERVADORISMO E DAS DESIGUALDADES

O contexto político desse capítulo percorre a ascensão de Getúlio Dorneles Vargas⁵ (1882-1954) ao poder com a Revolução de 30 e o estabelecimento do Governo Provisório até o golpe de estado que derrubaria João Goulart, dando fim à era democrática de 1945 a 1964, e, por sua vez, iniciando a ditadura militar. Esse período representa momentos de rupturas no que tange à história das instituições políticas, ao mesmo tempo em que estabeleceu um legado que continuaria excluindo a maioria da população da participação política (BORGES, 1999). Os impedimentos a uma consolidação de maior participação da sociedade civil decorrem do fortalecimento do pensamento e projeto autoritário que acabaria “introduzindo formas impessoais de ação” e impedindo a emergência “de formas de cidadania” capazes de interferir na organização da vida cotidiana (AVRITZER, 1995).

Como afirmamos anteriormente, o capítulo não trará uma detalhada e sistemática análise dos governos que percorrem esse período. O fenômeno histórico que nos interessa aqui são as continuidades e transformações, os avanços e os impasses referentes às (des)igualdades de gênero durante o projeto modernizador do Brasil nesse período. De encontro com a perspectiva de Vavy Pacheco Borges (1999), adotaremos um percurso que não trata da história meramente como um processo, mas como um campo de possibilidades, ilustrando os caminhos e descaminhos na construção dessa igualdade.

É possível assumir aqui, então, que existem duas tarefas subjacentes da nossa interpretação aqui. Primeiro, buscamos trazer um olhar diferente sobre as interseções entre variados temas como educação, saúde, Estado, mercado de trabalho, família, direitos, entre

⁵ Segundo Fonseca (2001, p. 5), a influência positivista pode ser detectada nos discursos de Vargas, mais particularmente durante a Primeira República, representados pelo vocabulário utilizado (evolução, etapas, progresso, ordem, ciência), a citação de autores ligados ao pensamento (Comte, Spencer) e na defesa de aspectos essenciais deste ideário, como o antiliberalismo. Contudo, Fonseca ressalta que a adesão de Vargas às ideias positivistas nunca se deu de forma ortodoxa e foi diminuindo ao longo dos anos.

outros, que indubitavelmente também refletem as interconexões entre as dimensões do imaginário delineadas no primeiro capítulo. E, segundo, buscamos ressaltar que lutas por reconhecimento não significam um fim em si mesmas, mas um processo contínuo e sinuoso capaz de revelar novas formas de falso reconhecimento. Conquanto a conquista do sufrágio feminino representou um êxito ao garantir uma forma de reconhecimento público para as mulheres, bem como acesso a novas esferas no público, ela não desmantelou as estruturas ou práticas que mantinham a subordinação de gênero, muitas vezes cristalizadas pelas tradições normativas que iremos analisar.

A ascensão do poder de Vargas em 30 deu fim à Primeira República, cujo período compreendido entre 1889 e 1930 acompanhou o desenvolvimento das economias regionais, o aumento da urbanização e, conseqüentemente, o aumento das classes médias, a expansão do setor agroexportador e as críticas direcionadas ao modelo político formulado pelo liberalismo (FAUSTO, 1997, p. 20). A Revolução de 30 ganhou legitimidade ao passo que buscou estabelecer uma noção que daria origem a uma “ruptura⁶” com a Primeira República, bem como seria capaz de melhor enfrentar os problemas sociais e enraizar uma nova visão de mundo. Argumentaremos ao longo desse capítulo que não houve e nem haveria grandes mudanças relativas à essência naturalizada das mulheres e a sua delimitada autonomia nas esferas pública e privada.

Em outras palavras, a nova visão para o país buscava explicar o Brasil a partir de uma interpretação do passado. O novo regime⁷, reforçado pelo pensamento autoritário que se estenderia para o aparato estatal, entendia como sua responsabilidade a proposição de novas “normas jurídicas e instituições políticas adaptadas à realidade nacional” (FONSECA, 2001, p. 8). A nova atuação estatal seria um regime com maior centralização e concentração de poder para efetivamente construir um novo país, distinto do “marasmo” e das “oligarquias da Primeira República” (VARGAS *apud* FONSECA, 2001, p. 7). Um dos primeiros atos do novo regime foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930. O Ministério refletiu o projeto do Estado no que tange à disseminação político-ideológico de um novo Estado intervencionista, bem como de propor ações desenvolvimentistas (VELLOSO, 1982; FONSECA, 2001).

⁶ A história política de 1930 a 1937 tem sido frequentemente retratada com uma visão dualista, uma oposição entre a ideia de ruptura e continuidade, explicada pela luta entre as oligarquias e o tenentismo (BORGES, 1999; FAUSTO, 1997; SCHWARTZMAN, 2007). Para uma síntese dos argumentos, veja Fausto (1997).

⁷ Cabe lembrar que no plano internacional, mudanças a diretrizes ideologicamente de direita ganharam forças nesse período também.

As mudanças sociais em curso também afetariam os valores advindos da herança tradicional e patriarcal e, portanto, causariam – particularmente, mas não exclusivamente –, preocupação aos conservadores e aos católicos. Como Susan Besse (1999) nota, o crescente receio com o aumento da libertação das mulheres dos seus pais e maridos na década de 20 estava expresso nos jornais, em romances e na mídia em geral. Esse retrato das mulheres concentrou-se na disseminação do alerta de que os novos papéis de gênero gerariam uma “tragédia” para a santidade da família. As ideias sobre separação do casal através do divórcio ou do desquite legalizado circulavam na sociedade. Além disso, encontramos diversas novas formas de lazer, que conduziram a inovações até mesmo no vestuário e costumes das mulheres. Tanto homens e mulheres afirmavam que essas mulheres “depravadas e imorais” eram responsáveis pela corrupção moral e pela ameaça à instituição da família e do casamento. Assim, sugeriam várias formas e frentes para “controlar” as mulheres.

Nesse sentido, esforços foram tomados para fortalecer as normas morais com o intuito de preservar a família (BESSE, 1999). A tentativa de reestabelecer essas normas morais no seio da sociedade veio através da literatura, das políticas de Estado, da doutrina da Igreja e de diversos outros setores na sociedade, estabelecendo certo controle público no âmbito das relações de gênero (BESSE, 1999). Além disso, percebemos um apelo aos discursos essencialistas sobre os papéis específicos que homens e mulheres deveriam cumprir na sociedade.

Procuraremos demonstrar que o objetivo de recuperar papéis tradicionais de gênero ocorreria dentro e através do próprio imaginário. Em última instância, as próximas seções visam exprimir a complexa e frequentemente contraditória dinâmica surgido das tentativas para se proteger a família e sustentar o lugar tradicional das mulheres na esfera privada. O percurso escolhido se dará através de uma releitura feminista de como as vozes e os discursos feministas, bem como das tradições normativas diferentes, atuaram frente a esse cenário.

3.2 NOVOS RUMOS E ESTRATÉGIAS PARA O FEMINISMO BRASILEIRO: BERTHA LUTZ E A CONQUISTA DE DIREITOS POLÍTICOS

Se o acesso à educação foi a luta essencial por reconhecimento desde o século XIX até o início do século XX no Brasil, o restante do século XX foi marcado por maior pressão para a inserção das mulheres na esfera pública, seja pelo acesso ao mercado de trabalho, seja pelo direito ao voto. Foi na década de 30 que se configurou o que muitos têm definido como a primeira onda do feminismo no Brasil, orientado, em grande medida, pelas lutas por direitos políticos. A voz feminista em que nos concentraremos aqui é de uma outra mulher: Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), cuja experiência tem inúmeros traços do percurso feito por Nísia Floresta. Altamente escolarizada, Bertha Lutz viajou pela Europa e se dedicou a elevar a consciência social em relação à igualdade das mulheres em várias frentes, não se restringindo à questão do direito ao voto. E, de modo semelhante ao imaginário sociopolítico que estabeleceu o cenário para as reivindicações de Nísia Floresta, as reivindicações feministas nesse momento também teriam que confrontar a crença onipresente de que a mulher desempenhava um papel fundamental na esfera privada.

O papel de Bertha Lutz nessa luta nos fornece evidências de como o estreante movimento feminista brasileiro alcançou direitos e maior acesso à esfera pública sem ao mesmo tempo romper com a dicotomia público e privado. O “feminismo tático”, termo cunhado por Rachel Soihet (2006), primordialmente sob a forte liderança de Bertha Lutz, trabalhou dentro e com um imaginário sociopolítico constituído por uma lógica que enfatizava e valorizava as mulheres como as guardiãs do lar. Em alguns aspectos e de acordo com a nossa leitura dessa luta por reconhecimento, ao demarcar o paradigma da diferença das mulheres e de suas capacidades na esfera privada, essas feministas do início da primeira onda foram capazes de fazer reivindicações por direitos iguais na esfera pública em um ambiente em que crenças autoritárias dominavam o aparato do Estado e a vida intelectual do país, especialmente durante o Estado Novo. Ademais, estereótipos negativos de gênero circulavam no jornalismo. As feministas se viam atacadas por essa frente ao mesmo tempo em que também enfrentavam a permanência de uma ordem moral cada vez mais fortemente tradicional com a presença de uma Igreja católica mais organizada.

O movimento feminista da primeira onda tem sido caracterizado como “comportado, conservador, elitista”, liderado por um grupo de mulheres brancas distanciadas dos problemas da maioria das mulheres das classes média e trabalhadora (ALVES, 1980; PINTO, 2003;

BESSE, 1999; HAHNER, 1981).⁸ A intenção de nossa leitura dos discursos de Bertha Lutz e da agenda feminista em questão não consiste em provar a falsidade ou a veracidade de tal tese. Os dois principais argumentos que compõem a moldura da análise da primeira onda no Brasil vêm de Branca Moreira Alves (1980) e Rachel Soihet (2006). Por um lado, Alves é mais crítica das limitações do movimento feminista que ela considera elitista por não desafiar as estruturas patriarcais e capitalistas. A autora se concentra especialmente na falta do movimento de incorporar os interesses das mulheres trabalhadoras. Por outro lado, Soihet (2006) afirma que as feministas estavam trabalhando dentro de um campo restrito e que elas usaram as conexões políticas e *status* possíveis para fazer avançar suas reivindicações. Nesse sentido, o movimento feminista tentava propagar a ideia de que não desestabilizaria a base moral da sociedade, a família, e nem traria obstáculos ao papel das mulheres na esfera doméstica. Essa foi uma forma que essas feministas encontraram de estrategicamente ganhar maior apoio para a defesa dos direitos das mulheres. O que é interessante notar, contudo, é que essas duas perspectivas, em última análise, convergem ao reconhecer que as feministas da primeira onda no Brasil continuaram a dar valor aos papéis tradicionais e socialmente construídos das mulheres como mães e esposas. Embora ambas as autoras utilizem diferentes referenciais teóricos e conceitos normativos para a análise do movimento, as suas conclusões se alinham com a nossa hipótese de que mesmo com direito ao voto, a dicotomia já existente entre as esferas pública e privada permaneceu inalterada.

Por isso nós acreditamos que, assim como muitos outros movimentos da primeira onda e até mesmo movimentos da segunda onda feminista no mundo, suas lideranças vieram de uma elite, de uma classe branca de mulheres. Além disso, as limitações com as quais essas feministas se confrontaram foram bastante semelhantes às que as feministas europeias e americanas enfrentaram. De modo geral, as primeiras ondas do feminismo, particularmente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, não se pautavam por um ideal de transformação social, mas apenas por conquistas de igualdade na diferença.

Contudo, o que nos interessa aqui é uma investigação mais profunda de pelo menos dois aspectos dessa luta por reconhecimento iniciada nos anos 20, que buscou mudar ou pelo menos impactar o imaginário sociopolítico da sociedade brasileira da década de 1930 adiante. Primeiro, vamos mostrar como Bertha Lutz iniciou suas reivindicações pelos direitos das mulheres dentro de um cenário que não rompeu com crenças patriarcais particulares acerca da

⁸ Todas essas autoras retratam muito mais minuciosamente a rica história da primeira onda feminista no Brasil. Nosso intento aqui será o de apresentar as ideias e a agenda feminista de Bertha Lutz, figura feminista proeminente nessa luta.

natureza essencializada da mulher, nem estabeleceu um tom revolucionário ao movimento. Este é, em si, um reflexo dos muitos paradoxos inerentes ao feminismo, quando considerado como um movimento político com uma história complexa e longa (SCOTT, 1997). Isso não enfraquece, no entanto, as reivindicações e a liderança de Bertha Lutz, uma vez que nossa leitura requer olhar para as “repetições e conflitos do feminismo como sintomas das contradições nos discursos políticos que produziram o feminismo e que o feminismo apelou para e desafiou, ao mesmo tempo”⁹ (SCOTT, 1997, p. 3, tradução nossa). Em segundo lugar, esperamos mostrar como as reivindicações de Bertha Lutz pela melhoria na posição de igualdade das mulheres na sociedade abrangeram não somente a conquista do sufrágio feminino, incluindo também a demanda de melhoraria nos campos da educação, direitos trabalhistas e reformas dos direitos civis. Vale salientar que estaremos considerando as ideias de Bertha Lutz tanto em seus escritos como naquilo que constituiu a sua ação política. Ou seja: vamos considerar a luta pelo reconhecimento estabelecida por Bertha Lutz de acordo com seus pensamentos e ações.

O pano de fundo para a compreensão desta luta específica por reconhecimento irá aproximar-se da mesma lógica que norteou as práticas, discursos, símbolos, instituições e ação do Estado no século XIX, em relação aos papéis de gênero. Assumimos, então, que as crenças sobre os papéis de gênero foram basicamente reforçadas entre os anos 1930 e 1964, mas com novas configurações. É interessante notar, no entanto, que os elementos comparativos da discussão não servem para colocar essas lutas feministas (ou até mesmo o imaginário sociopolítico) em um continuum evolutivo com relação a esse tema. A intenção é apenas mostrar como, primeiro, as dimensões complexas que constituem o imaginário podem persistir ao longo do tempo em novas variações, ocasionando outras contradições nos discursos que buscamos analisar, isto é, os discursos feminista e hegemônico, respectivamente. Em segundo lugar, isto serve ao propósito de mostrar como as lutas pelo reconhecimento são formadas pelo contexto histórico e político do momento. Dessa forma, duas hipóteses iniciais orientam também a leitura: a divisão público e privado é mantida e a relevância de alcançar a ordem e a estabilidade juntamente com o desenvolvimento parece ser o mesmo projeto intelectual pelo qual são guiadas as ações do Estado.

⁹ Do original: “[...] the answer requires reading the repetitions and conflicts of feminism as symptoms of contradictions in the political discourses that produced feminism and that it appealed to and challenged at the same time”.

3.2.1 As Justificações Públicas e Privadas Pela Igualdade das Mulheres: Bertha Lutz e a Luta por Reconhecimento no Século XX

A luta por reconhecimento que configura o período em que se dá a primeira onda do movimento feminista no Brasil foi definida na luta pelo voto, por direitos políticos. Essa fase foi composta pela luta de mulheres das classes média e alta e, frequentemente, por filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance não somente de estudar em outros países, mas também de estabelecer contato com o feminismo europeu. Esse foi o caso de Bertha Lutz¹⁰, uma das figuras¹¹ mais ilustres associadas à primeira onda feminista brasileira. O interesse da Bertha Lutz pela igualdade de direitos para as mulheres na sociedade brasileira começou antes mesmo de ela assumir a sua posição de liderança no movimento no país, culminando na sua eleição para Deputada Federal em 28 de julho de 1936. Ela exerceu seu mandato defendendo os direitos das mulheres até Getúlio Vargas fechar o Congresso, em 10 de novembro de 1937.

Foram precisamente as suas viagens e, conseqüentemente, os estudos na Europa que despertaram sua curiosidade acerca das movimentações feministas na Inglaterra e na França. Bertha Lutz estudou e formou-se em biologia na Sorbonne, em 1918, e, mais tarde, graduou-se em direito no Rio de Janeiro, em 1933. Trabalhou no Museu Nacional, sendo a segunda mulher¹² a entrar para o serviço público no Brasil, causando constrangimento para um dos candidatos masculinos que não aceitava a participação de uma mulher em tal concurso e cargo (ALVES, 1980; SOIHET, 2006). Observa-se que Bertha Lutz já reconhecia a dificuldade que enfrentaria por ser uma feminista no Brasil no início do século XX, mas claramente demarcava a sua posição¹³ em entrevistas para jornais depois da sua nomeação para o cargo no Museu Nacional: “Eu respondi que não precisava [trabalhar], que trabalhava porque era feminista e achava que a mulher deve trabalhar como os homens, tem a mesma capacidade e os mesmos direitos” (ALVES, 1980, p. 104).

¹⁰ Bertha Lutz foi filha de uma enfermeira britânica e do famoso cientista brasileiro Adolfo Lutz.

¹¹ Leolinda de Figueiredo Daltro também foi uma figura proeminente, presidente do Partido Feminino Republicano em 1910.

¹² No concurso, Bertha foi classificada em primeiro lugar. Segundo Alves (1980) e Soihet (2006), a primeira mulher servidora pública foi Maria José de Castro Rebello Mendes para o cargo administrativo no Ministério do Exterior. Maria José recebeu um parecer favorável para tomar posse do seu cargo pelo Ministro Rui Barbosa (ALVES, 1980, p. 104; SOIHET, 2006, p. 18).

¹³ Parte de uma entrevista concedida a Branca Moreira Alves.

A vivência das lutas feministas na Inglaterra e na França enriqueceu a sua crítica acerca do “atraso” em que se encontrava a situação desigual das mulheres no Brasil. Durante as suas viagens, Bertha Lutz conheceu diversas “sufragetes”, com quem buscava apoio e sugestões para fundamentar o movimento brasileiro, referindo-nos aqui particularmente às feministas norte-americanas, como Carrie Chapman Catt. Bertha Lutz criticava a forma como as mulheres eram relegadas a uma posição inferior, como uma “criança mimada”.

Um mapeamento das ideias que Bertha Lutz mantinha sobre o ideal de *status* para as mulheres na sociedade brasileira certamente revela uma pauta baseada no que ela acreditava ser justiça e progresso. Cabe, no entanto, ressaltar que evidenciamos um traço subjacente à argumentação de Bertha Lutz em muitos dos seus escritos e/ou discursos. Ao mesmo tempo em que ela pressionava para as mulheres se emanciparem na sociedade, ela não deixava de expressar como essa emancipação deveria se dar de modo a não romper com as responsabilidades das mulheres no lar. As demandas feministas, lideradas por Bertha Lutz, estavam voltadas, ao mesmo tempo, para melhores condições para as mulheres exercerem suas tarefas domésticas e melhores condições para participarem como iguais na vida social da esfera pública, seja no sistema educacional, no trabalho ou mesmo na política. Tentaremos ilustrar esses dois lados do “papel ideal” da mulher pela visão de Bertha Lutz expressa em seus diversos artigos de 1918, 1919, 1924, 1929 e manifestos sobre a mulher na política, incluindo o *Manifesto da Candidata da Mulher Brasileira* (1936) e *Seis Pontos do Programa de Bertha Lutz para Deputada* (sem data).

Antes de fundar as associações que organizariam o movimento, Bertha Lutz já tinha em mente o perfil do movimento e da atuação das feministas, definindo o projeto de ambos em artigos de jornais. Observa-se que Bertha Lutz entendia que a emancipação também era uma pauta que a mulher precisava abraçar como uma causa. Na sua visão, as mulheres deveriam se emancipar desse lugar subordinado, mascarado por certo respeito, mas que na realidade limitava a autonomia das mulheres. De fato isso levava às mulheres a serem tratadas como “crianças mimadas” ou as sujeitava a “viver parasitariamente do seu sexo” (LUTZ, 1918 *apud* SOIHET, 2006, p. 174, 176). As mulheres deveriam buscar, através de um projeto de emancipação, ser “útil, instruir-se a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela” (LUTZ, 1918 *apud* SOIHET, 2006, p. 176).

Existem pelo menos dois momentos em que ela deixa isso claro. Na primeira instância é quando Bertha Lutz discute a “lamentável” situação que impede maior progresso no país devido ao fato de a legislação, a política e todas as instituições públicas estarem nas

mãos dos homens. Aqui, sua contestação nitidamente confronta diversas dimensões do imaginário sociopolítico. No mesmo artigo de 1918, publicado na *Revista da Semana*, ela adverte que a culpa dessa situação também cabe às mulheres. Por isso elas precisam lutar “em um esforço coletivo e individual” para elevarem o seu *status* e conseguirem viver com dignidade e liberdade (LUTZ, 1918 *apud* SOIHET, 2006, p. 176). A partir da sua visão, Bertha Lutz reforça a importância da educação como mola propulsora do progresso e da igualdade feminina:

[...] uma das maiores forças de emancipação e de progresso está em nosso poder: a educação da mulher e do homem. Dela, para que seja intelectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Dele, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para o distrair; para que olhando a sua esposa, suas irmãs, e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da mulher (LUTZ, 1918 *apud* SOIHET, 2006, p. 175).

Um dos traços mais notáveis dessa passagem é que ela se insere nos discursos do imaginário que se baseavam em dicotomias como mulher-homem, racionalidade-emoção, impulso-controle, entre outros.

É interessante perceber que a educação é a forma escolhida por Bertha Lutz, no início do século XX, para pautar suas reivindicações, que visavam uma socialização capaz de conceder mais igualdade às mulheres. Verificamos também que a demanda por maior acesso à educação para as mulheres como uma das lutas essenciais de reconhecimento nesse período está ligada aos avanços, mesmo que limitados, feitos no século XIX¹⁴ com relação à igualdade de gênero. Novamente observamos que o caminho escolhido para pautar as reivindicações feministas não é o de uma mudança radical, mas que a agenda opera dentro do sistema já posto, utilizando-se da linguagem, das práticas e dos discursos que compunham o imaginário.

Podemos detectar dois elementos recorrentes no discurso da Bertha Lutz, que refletia o imaginário. Primeiro os argumentos justificando a importância da família e do lar. Segundo, os argumentos baseados “em metáforas claramente naturalistas” devido tanto ao seu interesse nas ciências diante da sua própria formação quanto às teorias higienistas e sanitaristas que fortemente circulavam na época (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005).

Já que anunciamos a ênfase no papel ‘natural’ das mulheres dentro da esfera doméstica, dado que isso não desafiaria crenças e estruturas estabelecidas na sociedade, é coerente encontrarmos um movimento, liderado por Bertha Lutz, não radical e não

¹⁴ Refletindo sobre as tradições normativas que configuraram o imaginário sociopolítico e político do século XIX, buscamos mostrar, no capítulo 2, como as ideias de certos autores e atores ligados ao positivismo e ao liberalismo convergiam com os pensamentos de Nísia Floresta talvez, unicamente, no tema sobre a garantia de acesso à educação para mulheres. Percebemos as convergências relativas ao acesso ao ensino primário e, em algumas instâncias, secundário.

revolucionário¹⁵. Partindo dessa premissa, Bertha Lutz sempre reforçará o tom moderado que o movimento deveria incorporar, distanciando-se dos movimentos feministas mais radicais em que as “sufragetes quebraram as vidraças da Avenida” (LUTZ, 1918 *apud* Soihet, 2006, p. 176). O argumento geral em torno do movimento era o de ampliar os direitos das mulheres levando sempre em consideração o interesse nacional.

Depois da publicação do artigo na Revista da Semana, o *Rio Jornal* incorporou a discussão sobre o feminismo a partir da colaboração de duas mulheres capazes de representar as ideias feministas europeias e americanas: Selda Potocka e Bertha Lutz (ALVES, 1980). Em um artigo publicado em 1919, o jornal esclarece para os leitores o papel que as feministas têm na sociedade, certamente se alinhando com os propósitos que Bertha Lutz tinha em mente para a agenda do movimento feminista no Brasil. Um dos trechos do artigo exemplifica como o feminismo não funcionaria como uma ameaça à ordem familiar, mas como uma forma de ajudar as mulheres nas suas responsabilidades:

[...] garantem que mulheres vão ser nobremente encaminhadas para generosos e elevados objetivos, sem perigo de que a causa feminina se desvie de uma missão educadora e associativa, tendente a intensificar a colaboração altruísta da mulher na nossa vida social, a filantropia, a assistência às operárias, às mulheres pobres, e às crianças abandonadas e enfermas, a organização de associações de classe, a instituição de creches e dispensários... (RIO JORNAL, 1919 *apud* ALVES, p. 101).

Como já apontamos, o trecho acima é relevante, pois destaca uma característica que o movimento feminista e a luta pelo sufrágio teria: ligação com os temas relativos ao cuidado. Ou seja, de acordo com nossa leitura, o feminismo desse período evitava ser visto como uma oposição à ordem familiar. O feminismo, vinculado à primeira onda, buscou valorizar alguns traços femininos ligados à esfera privada. Essa mesma valorização do espaço privado e da natureza feminina se encontrava presente já no imaginário do século XIX. Cabe ressaltar como a linguagem e os símbolos positivistas, tais como altruísmo, cuidado, ordem e progresso, continuam presentes no século XX, mesmo que a tradição normativa tenha perdido sua feição. O objetivo disso foi reforçar o lugar da família como base moral da sociedade e cristalizar o lugar socialmente construído para as mulheres brasileiras. Porém, deixamos claro que Bertha Lutz mantinha sua crítica às limitações impostas às mulheres na esfera doméstica. O nosso intento aqui é apenas argumentar que a luta por reconhecimento do século XX estava

¹⁵ Outro ponto que vai ao encontro desse aspecto não revolucionário é o fato de que muitas feministas militantes nesse momento buscavam soluções “assistencialistas” para lidar com as mulheres operárias ou de classes baixas (ALVES, 1980, p. 101, 103). Para Alves (1980), essa postura se alinhou com o ideário liberal burguês que influenciou essas feministas e teve o objetivo de “humanizar o capitalismo”.

circunscrita ao imaginário que continuava valorizando certos papéis para as mulheres em detrimento de outros.

Não podemos deixar de considerar também que parte da tática de criar um movimento “bem comportado” se devia à existência de uma mídia e uma elite política e intelectual bastante hostis ao movimento feminista. No tocante àquela temos a obstinada propagação dos estereótipos sexistas, se não misóginos, representando as feministas como feias, masculinas, amorais, etc. em diversas peças teatrais, na literatura e na imprensa (SOIHET, 2000), representações essas presentes também nos discursos da Igreja Católica no Brasil. Com isso, há esforços nas publicações do *Rio Jornal* para dissipar essa visão. Em outro artigo de 1919, Bertha Lutz, mais uma vez, ressalta que as feministas não são mulheres de “cabelos curtos, trajes semimasculinis, andar pesado, gestos desprovidos de graça alguma”, mas mulheres preocupadas com “o bem-estar da criança e de sua mãe, a legislação do trabalho, a instituição de horas mais curtas, de salários mais adequados para as operárias” (ALVES, 1980, p. 102). Esse ponto é importante na medida em que sinaliza e inaugura uma aproximação com ideias articuladas por uma linha do pensamento feminista que, apenas mais tarde, será teorizada como “ética de cuidado”¹⁶.

Além disso, as elites políticas, compostas por autoridades, políticos e juristas, na sua maioria refutavam a necessidade do voto feminino, alegando que o lugar da mulher era restrito à esfera privada e que o voto seria uma ameaça às atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar (SOIHET, 2000)¹⁷. Não menos problemático foi o fato de que muitas mulheres também se opuseram à luta pelo voto feminino. As críticas dessas mulheres se relacionavam com o fato de que a luta não era nem prática e nem de acordo com a natureza feminina. Exemplificativas são as palavras da escritora Francisca de Bastos Cordeiro, em artigo publicado no jornal *Correio da Manhã*, quando ela afirma que a política militante deveria ser praticada apenas por mulheres de “certa idade, a que não constitui lar, ou a viúva, sem preocupações de filhos a criar quando já passou a idade trágica dos 35 anos”

¹⁶ A ética do cuidado se configurou como uma vertente no feminismo acadêmico norte-americano na década de 80, representado pelas obras de Gilligan (1982), Chodorow (1978), Elshtain (1981) entre outras. Em linhas gerais, a ética do cuidado busca valorizar as diferenças entre homens e mulheres ao reforçar o argumento que mulheres têm uma voz ou perspectiva diferenciada, marcada por uma atenção ao cuidado. Essa voz diferenciada (GILLIGAN, 1982) é melhor exemplificada na atuação da mulher na esfera privada, onde a mulher exercita mais sua perspectiva maternal. A menção da ética do cuidado é simplesmente uma forma de perceber como certos discursos presentes no imaginário sociopolítico e político podem se tornar teorias (TAYLOR, 2004). Ou simplesmente mostrar como certas tradições normativas se aproximam de elementos do discurso da ética do cuidado, inclusive, como aqui apontamos, algumas agendas feministas.

¹⁷ Na próxima seção, teremos claros exemplos de como a tradição normativa do catolicismo, de fato, se opunha às ideias e vindicações feministas justamente por temer que tais lutas desestabilizassem ou fragilizassem a estrutura familiar.

(CORDEIRO, 1927 *apud* SOIHET, 2006, p. 117). A autora ainda ressalta que a incompatibilidade da política com a natureza feminina acabaria prejudicando as mulheres, quando ela afirma que na política “[a mulher] se sentirá sempre deslocada ou acabará por perder toda sua delicadeza que é a sua melhor arma” (CORDEIRO, 1927 *apud* SOIHET, 2006, p. 117).

Com isso, verificamos como as forças de oposição convergem para naturalizar ainda mais o papel privado da mulher, particularmente na educação dos filhos. Soihet (2006) também relata como muitas mulheres que se opunham ao voto feminino através do argumento da necessidade de educar a prole, enfatizavam sempre os filhos, e não necessariamente as filhas. Afinal, o que está por trás dessas crenças é o imaginário capaz de se sustentar como legítimo, dado que diversas das suas dimensões estavam alinhadas com um ponto de referência único: a subordinação das mulheres na esfera privada. Mesmo assim, com essa agenda de luta, Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, conhecida como a Liga pela Emancipação da Mulher, em 1919, que seria logo substituída pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922.

Nesse mesmo ano, Bertha Lutz participou da Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, realizada nos Estados Unidos. Foi durante essa conferência que ela estreitou laços com uma das proeminentes líderes do movimento feminista norte-americano, Carrie Chapmann Catt. Nesse encontro, Bertha Lutz pediu a Carrie Chapmann Catt para ajudá-la a formular os estatutos da nova associação no Brasil. Segundo Soihet, os objetivos gerais da organização se concentravam em “despertar as mulheres para novas atividades, elevando a sua cultura, tanto no nível da vida doméstica quanto na vida pública, intelectual e política” (SOIHET, 2000, p. 101). As militantes delinearam como alcançar tais objetivos no Artigo 3º:

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.
2. Proteger as mães e a infância.
3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.
5. Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.
7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental. (SOIHET, 2000, p. 101-102 *apud* SOIHET, 1974, p. 13).

A análise do trecho acima deixa claro que a promoção da igualdade das mulheres concentrava-se em duas agendas, a educação e a profissionalização (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005; SOIHET, 2000, 2006). Conquanto esse projeto de emancipação buscava

inserção na esfera pública, os objetivos também buscavam melhorar condições para as mulheres na esfera privada.

Além de estabelecer esses objetivos, o projeto de disseminar as ideias feministas foi outro importante passo que a FBPF tomou. Com isso, surgiram diversas filiais da FBPF nos estados, assim como associações assistenciais e profissionais (SOIHET, 2000). A campanha pelo voto das mulheres se deu em diversas frentes. Mas as feministas sabiam que, para ter o apoio necessário para alcançarem os seus objetivos, elas precisariam reverter a opinião pública em seu favor e, com isso, fizeram diversos pronunciamentos públicos e se utilizaram da imprensa, como vimos acima, para divulgar as suas agendas (SOIHET, 2000). Cabe fazer uma distinção entre os artigos publicados na grande imprensa por Bertha Lutz e as feministas que defendiam as suas agendas, muitas vezes com opiniões mais radicais, nos jornais artesanais (PINTO, 2003, p. 30). Disseminando ideias feministas na imprensa e se aproveitando dos contatos que muitas militantes tinham nos círculos políticos, as feministas também buscavam apoio entre os membros do Congresso e aguardavam o momento mais propício para pressionar em favor das suas demandas.

Nos anos entre a fundação da FBPF e a vitória pelo direito do sufrágio feminino¹⁸, diversos projetos foram apresentados no Congresso. O primeiro data de antes da fundação da FBPF, em 1919, quando o Senador Justo Chermont encaminhou ao Senado um projeto em favor do sufrágio feminino. Apesar de ter sido aprovado pela Comissão da Constituição, foi posteriormente engavetado pela Comissão de Justiça, que na sua maioria se opunha ao voto feminino (SOIHET, 2006). Em 1924, outro projeto foi apresentado na Câmara, mas que incluía uma cláusula restritiva na qual mulheres casadas precisariam da autorização do marido para votar. Nesse caso, as feministas que acompanhavam de perto a tramitação e as discussões no Congresso protestaram contra tal restrição. Para elas, o voto era um dever que não deveria depender da permissão de um homem.

Em 24 de fevereiro de 1932, o movimento feminista no Brasil alcançou a sua primeira vitória com a grande ajuda das militantes da FBPF. Bertha Lutz, junto com as outras feministas, pressionou Getúlio Vargas para que se estabelecesse um novo código eleitoral, estendendo o direito de voto a todas as mulheres brasileiras. Como resultado dessa conquista, na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 contamos com duas mulheres entre seus 254 constituintes: Dra. Carlota de Queirós e Almerinda da Gama (PINTO, 2003).

¹⁸ Um ponto relevante deve ser lembrado em relação à luta pelo voto no Brasil. Primeiro, as militantes da FBPF encontraram um aliado no senador e depois governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine. Foi inclusive no Rio Grande do Norte que encontramos o primeiro projeto que legaliza o voto das mulheres em 1927 (PINTO, 2003, p. 24-25).

O elemento decisivo que organiza a argumentação da luta feminista pelo voto, se levamos em conta o pano de fundo do imaginário sociopolítico, é o fato de que o lar continua protegido como a base moral da sociedade. A grande oposição ao sufrágio feminino estava ligada a noção de que a mulher não teria tempo para cuidar mais das suas tarefas domésticas ou da família. Bertha Lutz contradiz essa oposição através de dois argumentos reiterados nos seus discursos e manifestos. O primeiro argumento ressalta que o que mais prejudica o lar é a questão econômica¹⁹. No trecho a seguir percebemos como Bertha Lutz não somente reforça a perspectiva diferenciada que as mulheres podem trazer para a política, mas também, de modo interessante, direciona as reivindicações posteriores aos movimentos feministas no Brasil, que tomarão um viés mais econômico:

O que prejudica o exercício do papel natural da mulher no lar não é o direito do voto; é a pressão econômica, cada vez mais crescente, que obriga as mães de família a se ausentarem durante longas horas para ganhar a subsistência dos seus filhinhos. A participação nas eleições não exige essas longas e continuadas ausências, mas apenas o acompanhamento das questões públicas, o que pode ser feito no próprio lar, e o comparecimento uma vez ou outra às urnas para votar. Pode a Vanguarda dizer aos homens que não se preocupem com este aspecto da questão. As mulheres sabem resolvê-lo [...] Sabe como resolveu a Liga de Mulheres eleitoras nos Estados Unidos? Muito simplesmente. Organizou creches e salas nos dias das eleições, onde as mães podem deixar seus filhos pequenos sob guarda de senhoras de responsabilidade, enquanto iam às urnas. (LUTZ, 1924 *apud* SOIHET, 2006, p. 184).

Em 1923, Bertha Lutz já havia mapeado estratégias para tratar da situação econômica da mulher no país em uma entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, em 1923. Nessa entrevista, Bertha Lutz se refere a diversos aspectos que deveriam ser objetos de estudos para garantir e “estabelecer condições economicamente satisfatórias” às mulheres (LUTZ, 1923 *apud* SOIHET, 2006, p. 196). Esses aspectos incluiriam: um estudo sobre a situação econômica atual da mulher; uma legislação do trabalho com vencimentos equiparados aos do sexo masculino; higiene do trabalho, proteção à mulher grávida, meios de subsistência da mulher que têm filhos menores; e um estudo das indústrias domiciliares, agrícolas e regionais femininas.

O segundo argumento busca enfatizar as qualidades que as mulheres poderiam trazer para a esfera da política antes e depois da conquista do sufrágio feminino. Em 1924, Bertha Lutz reitera sua posição no jornal *A Vanguarda*. No artigo de julho de 1924, intitulado “A Mulher na comunhão política do Brasil”, Bertha Lutz busca mais uma vez justificar a reivindicação pelo voto a partir de oito argumentos, baseados na premissa de que a democracia estabelecida no Brasil estava excluindo metade do seu povo e de que as mulheres

¹⁹ Um interessante argumento paralelo surgirá nos escritos de Alceu Amoroso Lima, já na década de 60.

e homens eram igualmente capazes. A condição de inferioridade e subordinação das mulheres era “ilógica” para a feminista. Aqui, Bertha Lutz tenta justificar a necessidade do voto e a presença das mulheres na política através de uma afirmação da diferença:

A mulher, sendo equivalente ao homem, possui, contudo, uma orientação diferente, interessando-se no domínio de questões públicas, principalmente pelos problemas sociais, cogitando, com muito maior interesse que os homens, da assistência à infância, do combate ao alcoolismo, da pacificação do mundo e das boas relações internacionais. Estas questões são importantíssimas na fase atual da civilização. É, pois, de toda a conveniência que as mulheres possam contribuir com sua parte para a solução das mesmas. (LUTZ, 1924 *apud* SOIHET, 2006, p. 183).

Dentro desse quadro de argumentos, que se sustenta até os dias de hoje, as mulheres são consideradas importantes para a política em razão de sua perspectiva social, voz e experiência diferenciada, pautada, sobretudo, em sua capacidade de cuidar do outro²⁰. Já em outro artigo publicado em 1929, no *Jornal do Brasil*, intitulado “A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar”, Bertha Lutz traz para o público a essência do privado, uma certa “essência” feminina. A porta de entrada para o público e, conseqüentemente, a vida política, se daria por justificativas sobre a atuação da mulher na esfera privada:

O lar não cabe mais no espaço de quatro muros. Na concepção ampla da palavra, lar não é mais apenas a casa, mas também a escola, as creches, as fábricas, as clínicas e consultórios para as crianças, as dependências do poder judiciário, os conselhos e assembléias legislativas onde se cogita ou deve cogitar da proteção, da assistência, do bem-estar e do desenvolvimento da população infantil. E em todas essas instituições é preciso, é indispensável, a colaboração das mulheres nos interesses do próprio lar. (LUTZ, 1929 *apud* SOIHET, 2006, p. 226).

Essa mesma argumentação não é abandonada mesmo após a conquista do direito ao voto, tais são as tensões que persistiam através dos discursos predominantes no imaginário sociopolítico brasileiro, que valorizavam, sobretudo, o lugar da mulher no espaço doméstico. Em 1936, Bertha Lutz escreve o “Manifesto da candidata da mulher brasileira” enumerando as diretrizes do que ela chama “programa permanente do movimento feminista nacional”. Dentre as reivindicações, o programa político é baseado em questões de cunho “econômico-social” para focar nos problemas principais do Brasil. Essa agenda inclui, então, instrução gratuita; saúde do povo, com um enfoque na higiene e saneamento; justiça rápida e gratuita para todos; um sistema amplo de previdência contra acidentes, desemprego, doenças, velhice, invalidez, etc.; a defesa do lar e, por isso, a necessidade do voto feminino; a proteção da

²⁰ Como nos demais feminismos do mundo, a primeira onda no Brasil acabou relacionado as mulheres com essa característica feminina do cuidado. Essa linha de argumentação, por sua vez, acaba por tratar as mulheres como um grupo homogêneo, na qual as suas diferenças internas de classe, raça, geração e até mesmo orientação sexual são ignoradas ou invisibilizadas. As questões referentes às diferenças e desigualdades intragênero certamente começam a emergir a partir da segunda onda do feminismo, apesar de receber críticas menos contundentes já nessa mesma época, principalmente ligado as diferenças de classe.

infância, incluindo assistência à maternidade; e a equiparação dos sexos no que se refere à igualdade jurídica, política e econômica (LUTZ, 1936 *apud* SOIHET, 2006, p. 166-167). Por último, e não menos importante para reforçar a argumentação anterior sobre a presença de um discurso do cuidado, Bertha Lutz termina seu programa enfatizando o papel da mulher na política:

A paz, sendo princípio feminista que a mulher não ingressa na política para rivalizar com o homem na ambição, nem para estimular ódios e discórdia, mas para tornar mais sereno o ambiente político da nossa terra e para promover a paz e fraternidade entre as nações (LUTZ, 1936 *apud* SOIHET, 2006, p. 166-167).

Em outra instância, quando teve que defender o voto feminino sem a exigência do serviço militar, Bertha Lutz afirma que ao participar da formação das leis as mulheres estariam protegendo os seus lares. A inserção da mulher na arena política não deve ser considerada como uma forma de “fomentar a luta, mas de amainar as paixões, de suavizar as relações humanas e de promover a concórdia entre os homens e nações” (LUTZ, [193-] *apud* SOIHET, 2006, p. 212).

Contudo, esses discursos servem para mistificar uma “essência” feminina, que se expressa na sua mais pura forma na esfera privada por meio dos papéis das mulheres como mães e esposas. Como verificamos nos trechos acima e em outros, Bertha Lutz reitera a necessidade de levar em consideração o ponto de vista da mulher, dona de casa, por essa possuir uma experiência e conhecimento relevantes. A estratégia de Bertha Lutz novamente é mostrar como a mulher é relevante para questões sociais, bem como para avançar o projeto de progresso. Diante da impossibilidade de romper com a divisão das esferas pública e privada como lugares distintos de atuação de homens e mulheres, respectivamente, apresenta-se um incipiente argumento baseado na conclusão de que as mulheres oferecem uma perspectiva e voz diferenciadas na sociedade. Segundo Carol Gilligan, essa voz marcada por uma atenção ao cuidado cria um forte elo entre a maneira como as mulheres percebem relacionamentos e responsabilidades, seja na esfera privada, seja na esfera pública (GILLIGAN, 1986, p. 186). Tal noção terá relevância não somente para justificar a inserção das mulheres em diversas arenas da esfera pública, mas também norteará uma perspectiva teórica no próprio campo do feminismo. Por outro lado, não podemos deixar de enfatizar como as propostas de Bertha Lutz iniciam pressões sobre o Estado, buscando legislações que visam amenizar as desigualdades de gênero e, portanto, proteger as mulheres.

É notória a contribuição de Bertha Lutz para o avanço da luta por reconhecimento em diversas frentes além da conquista dos direitos políticos. Observou-se que, subjacente a

essas demandas, Bertha Lutz sempre buscou se distanciar dos discursos que viam a inserção da mulher na esfera pública, mais particularmente no mercado de trabalho, como um potencial problema para a estrutura familiar. A sua tática, nesse sentido, foi justificar o direito do voto, bem como outros direitos para as mulheres, através da associação com os traços femininos valorizados na esfera privada, a fim de ilustrar que a atuação da mulher na esfera pública tinha uma intrínseca ligação com as raízes da sua atuação no espaço doméstico.

Tanto que no “Seis pontos do Programa de Bertha Lutz para Deputada” conseguimos perceber a relevância, uma vez mais, que o privado tem na sua agenda política. Nesse documento, Bertha Lutz faz referência ao lar como “a célula *mater* da nação” sendo que o Estado deve cumprir sua função de assegurar “segurança, conforto e tranquilidade” (LUTZ, [193-] *apud* SOIHET, 2006, p. 169). Mas são nos pontos II - Defesa do trabalho e III - Justiça para com as mulheres, que notamos mais claramente a sua preocupação com condições melhores para as mulheres na sua função como mães. Na seção defesa do trabalho, Bertha Lutz já busca melhores condições para mães trabalhadoras pedindo o estabelecimento de “creches, refeitórios, cozinhas e escolas infantis contíguas às fábricas” (LUTZ [19-] *apud* SOIHET, 2006, p. 170). Aqui Bertha Lutz já antecipa diversas demandas das próprias segunda e terceira onda do feminismo brasileiro. Já na terceira seção referente à questão da justiça para as mulheres, Bertha Lutz contempla (1) a questão do trabalho feminino, pedindo fiscalização; (2) a participação das mulheres nos órgãos legislativos consultivos e administrativos de associações e sindicatos; (3) a criação de um seguro maternal para fins da maternidade; (4) garantias para profissões “essencialmente femininas”, como as de enfermagem técnica, visitadoras sanitárias e sociais e magistério primário, trabalhadoras comerciais e industriais; (5) trabalho e salário equivalentes entre mulheres e homens; (6) a reforma do Código Civil para abolir a incapacidade da mulher casada e para estender o pátrio poder para as mães (LUTZ, [193-] *apud* SOIHET, 2006, p. 170-171).

Apesar de focar em certas questões ligadas aos papéis desempenhados pelas mulheres na esfera privada, não podemos perder de vista como a articulação dessas demandas buscava alterar as distintas formas de subordinação que as mulheres encontrariam na esfera pública. Em outras palavras, parece que podemos assumir que Bertha Lutz reconhecia que a inserção das mulheres nos espaços públicos se daria de forma desigual, acompanhando, assim, as recomposições do patriarcado público.

Cabe destacar que Bertha Lutz atuou em diversas frentes ao assumir o cargo de deputada. Em 1934, ela se candidatou pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a “Liga Eleitoral Independente”, fundada pela FBPF. Bertha Lutz consegue a

suplência, mas com a morte do deputado Cândido Pessoa ela assume o cargo. Em sua atuação, se faz relevante considerarmos ao menos dois pontos. Primeiro que há uma clara demanda de maior interferência do Estado no bem-estar da sociedade. Em segundo lugar, sua atuação se pauta novamente por interesses feministas e outros que remetem à sua história profissional e educacional. Além da sua agenda feminista, Bertha Lutz discutiu no Congresso assuntos ligados à transmissão da lepra e ao combate à malária.

Pensar na agenda proposta por Bertha Lutz como uma atriz política é relevante pois nos oferece um panorama de como as mulheres eram capazes de trânsito dentro da esfera masculina do mundo político. Rachel Soihet (2006) alude a isso quando diz que Bertha Lutz e a primeira onda de feministas no Brasil são muitas vezes demasiada e duramente criticadas por serem um grupo elitista preocupado menos com problemas da trabalhadora do que com avanços como o voto, que teria pouco efeito na vida das mulheres em geral. Ela afirma que a tática empregada por Bertha Lutz, a de ser menos revolucionária e talvez até se acomodando às estruturas existentes, é o que lhe permitiu exercer tanta pressão e influência nos círculos políticos das quais fazia parte. Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que esta estratégia de constantemente trazer o privado para o mundo político pode estar baseada nas manifestações iniciais das crenças feministas de que o pessoal é político, mas também pode refletir a aceitação de Bertha Lutz de certos aspectos dos discursos dominantes do imaginário sociopolítico, que sempre reforçaram o papel das mulheres na esfera doméstica. Como ela disse em certa ocasião, “a mão feminina que põe um voto na urna deve ser a mão que embala o berço e renova eternamente a esperança humana da paz” (LUTZ, 1932 *apud* SOIHET, 2006, p. 205).

3.3 AS CONVERGÊNCIAS DO TRADICIONALISMO À LUZ DE GÊNERO: AUTORITARISMO, CATOLICISMO E ESQUERDA (1930-1964)

3.3.1 A Construção da Ideologia Autoritária

Os pensadores autoritários que influenciaram a doutrina e ação política de 1930 adiante, incluindo – mas não se limitando a este – o período estadonovista, moldaram o imaginário sociopolítico brasileiro. Isso porque as ideias e os discursos ligados ao projeto autoritário formataram a imagem que a sociedade tinha sobre si, bem como as regras sociais que estabeleceriam novas dinâmicas entre o Estado e a sociedade. A função de integração, pautada no projeto de uma identidade nacional, fortaleceu a ideologia autoritária além de legitimá-la diante do contexto social, político e econômico do país. Interessante perceber que os intelectuais que formavam esse projeto vinham de diferentes matrizes e convergiam na busca por identidade capaz de remeter, ao mesmo tempo, à tradição e à modernização (OLIVEIRA, 1982a).

Adotaremos a escolha do termo *ideologia* no lugar de *pensamento* utilizando-nos do argumento elaborado por Ricardo Silva. O autor entende a ideologia do Estado Autoritário do pós-30 como um sistema simbólico e hegemônico, servindo tanto para estabelecer relações de dominação quanto para reproduzir a ordem social (SILVA, 2001, p. 3). Silva utiliza o termo ideologia para ilustrar como esse sistema legitima as estruturas de dominação através da sua característica “estatista, tecnocrática e desmobilizadora” (SILVA, 2001, p. 2).

Desde os anos 20, os intelectuais ou atores/autores brasileiros já começavam a se debruçar sobre os problemas enfrentados no Brasil, particularmente voltando-se para o estudo do passado. A Revolução de 30 abriu espaço para que esses mesmos autores pudessem apresentar novos projetos políticos que acabaram, por sua vez, refletindo três grandes temas presentes na doutrina do Estado Novo: o elitismo, o conservadorismo²¹ e o autoritarismo (OLIVEIRA, 1982a, p. 15). Para evitar uma simplificação dos temas constitutivos dessa

²¹ O conservadorismo não necessariamente representa, aqui uma manutenção do *status quo*, mas refere-se muito mais a uma visão que valoriza a ordem, hierarquia e a tradição (OLIVEIRA, 1982a, p. 16). Aí residem então os desdobramentos das concepções do próprio positivismo.

doutrina, convém lembrar que esses três eixos buscaram, ao mesmo tempo, retratar a realidade brasileira e apontar caminhos para consolidar a identidade nacional. Sendo assim, elas não representaram, por sua vez, uma única doutrina oficial.

Partindo dessas primeiras características, apontamos algumas frentes gerais ressaltadas pela maioria dos atores/autores em menor e maior grau: (1) os atores/autores defendiam uma centralização do poder e rejeitavam o ideário liberal por esse haver sido incapaz de modernizar o país; (2) ao fazer as leituras distintas do passado, esses atores/autores apontavam a questão racial como uma problemática para o crescimento e construção nacional (FAUSTO, 2001); (3) os atores/autores vislumbravam um lugar particular para a emergência de uma elite esclarecida, capaz de orientar as diretrizes políticas do país. Deteremo-nos mais particularmente no primeiro e terceiro eixo do pensamento autoritário.

O projeto nacionalista autoritário se enraizou na década de 30 e se materializou mais especificamente no Estado Novo, junto com a oposição aos princípios relacionados à soberania popular, à representação parlamentar, ao voto universal e ao abolicionismo (FAUSTO, 2001; GOMES, 1982a,b; SILVA, 2001). Em geral, os atores/autores, ligados ao autoritarismo, buscaram ressaltar como o modelo liberal, moldado a partir das experiências anglo-saxônicas, não resultou na “ordem e no progresso” desejado justamente porque essas matrizes exógenas não foram adequadas para as singularidades do Brasil. A experiência do liberalismo não foi capaz de extinguir as desigualdades através do ideário de igualdade e liberdade.

No que tange ao princípio federativo, os atores/autores acreditavam que a autonomia concedida aos estados na Primeira República inviabilizou a capacidade de implementar uma política orgânica (SILVA, 2001). Com isso, o Estado, através de um Executivo central e forte, passou a incorporar a responsabilidade abrangente de coordenar e organizar a vida social e política. No lugar do ideário da igualdade e da liberdade, Velloso (1982) afirma que o discurso do Estado Novo se pautou por um ideário definido por uma específica visão da justiça social. Sendo assim, a implementação de justiça social se daria através do intervencionismo do Estado, que articularia as suas forças em duas frentes: a econômica e a social. Na frente econômica, o Estado reconheceria o capital, a propriedade privada e a iniciativa empresarial, inovando ao “usar” do capital para o desenvolvimento do país. Já na frente social, o Estado atuaria na promoção do trabalho e na proteção das classes trabalhadoras (GOMES, 1982a, p. 135). Com isso, a política é relegada a um segundo plano, e não diretamente vinculada às questões de cidadania e democracia.

Diante do ceticismo com a incapacidade e irracionalidade política do povo, os atores/autores também rejeitavam a expansão da cidadania através do sufrágio (SILVA, 2001, p. 6). Sendo assim, a organização política deveria substituir a representação política com um sistema corporativo que tinha um papel duplo: primeiro, legitimaria as ações do Estado, e, segundo, conteria e incluiria as classes trabalhadoras com um discurso de proteção (SILVA, 2001). Formulando o elo entre Estado e nação, os ideólogos do autoritarismo eliminaram a necessidade de intermediários entre o povo e o governo, ou os partidos políticos, dado que as corporações seriam capazes de estabelecer uma unidade e igualdade na ordem social hierarquizada (GOMES, 1982a, p. 139). Essas novas dinâmicas serviram para fundamentar uma passividade entre os grupos sociais, que acabaria os desmobilizando:

As formas de integração social, implementadas a partir do Estado, têm metas variadas: podem visar a obtenção do consenso ativo entre os atores sociais, assim também como o seu consenso passivo. No projeto político, a ênfase à legitimidade e à participação não exclui necessariamente a coerção e a marginalidade. (VELLOSO, 1982, p. 71).

O terceiro aspecto sobre a ideologia autoritária que nos interessa está diretamente associado às possíveis transformações no imaginário sociopolítico. Isso porque esses atores/autores, ou os intelectuais, desempenharam um papel importante ao interpretar o passado. Eles passaram a valorizar certas questões referentes à tradição e os trouxeram para o cerne dos seus argumentos, legitimando crenças particulares. Em outros termos, as suas análises afetam tanto a dimensão das práticas quanto da política no esquema do imaginário. Essa perspectiva é endossada pelo próprio Vargas no discurso feito para a Academia Brasileira de Letras, em 1943, quando ressalta a importância da relação entre o Estado e os intelectuais:

Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. [...] Cabe-lhes, no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador. (VARGAS, 1943 *apud* OLIVEIRA, 1982b, p. 34).

Entre os pensadores mais representativos da ideologia nacionalista autoritária podemos nomear Antônio José de Azevedo Amaral (1881-1942), Francisco Luis da Silva Campos (1891-1968), Almir Bonfim de Andrade (1911-1991) e Francisco José Oliveira Viana (1883-1951) (FAUSTO, 2001; OLIVEIRA, 1982a,b; SILVA, 2001). Cada autor teve uma vasta obra que refletia, em linhas gerais, as preocupações delineadas acima, ao mesmo tempo em que sua contribuição para a ideologia autoritária se deu de forma distinta.

Azevedo Amaral, formado em Medicina e atuando como jornalista, é mais conhecido por suas obras doutrinárias: *A Crise do Brasil atual* (1934), *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938) e *Getúlio Vargas Estadista* (1941). Além disso, colaborou na revista *Cultura Política*, que fazia parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Como Oliveira Viana, Azevedo Amaral percorria ao passado em busca de novas formas para elaborar uma forma orgânica da sociedade, adaptadas à realidade e ao contexto nacional. Com isso, valorizava fatores geográficos, psicossociais e étnicos nas suas leituras (FAUSTO, 2001). Um dos temas recorrentes em sua obra é sua interpretação evolucionista de racismo e de elitismo (OLIVEIRA, 1982c, p. 49).

Francisco Campos é conhecido como consultor jurídico do pensamento autoritário, exercendo funções de Ministro da Educação e Saúde, Ministro da Justiça e autor da Constituição de 1937. Além de articular sua visão de um Estado autoritário e antiliberal, Campos exerceu influência nas mudanças educacionais apoiando a reintrodução do ensino religioso nas escolas e as reformas nas universidades. Considerava a educação como forma de recuperar os valores tradicionais e religiosos. Campos tinha ligações com os setores mais militantes da direita católica e do integralismo, exercendo papel fundamental no golpe de estado de 1937 (SCHWARTZMAN, 1985). Importante ressaltar os caminhos pelos quais a tradição católica se cruza com a ideologia autoritária e nacionalista. Segundo Fausto, embora os atores/autores autoritários não fossem espiritualistas, eles se preocupavam com temas fundamentais para o pensamento católico, como a estabilidade da família, a crítica ao divórcio, ao aborto e ao planejamento familiar, o reconhecimento de efeitos civis do casamento religioso e a luta pela adoção do ensino religioso nas escolas públicas (2001, p. 18-19). A relação com articuladores do pensamento católico, incluindo Campos, e o governo Vargas será discutida na próxima seção, com o enfoque nos eixos relacionados às relações de gênero.

Almir de Andrade teve papel fundamental na disseminação da ideologia autoritária por meio do seu trabalho como diretor da revista *Cultura Política* (1941-1945). O seu esforço se fundamentava na tentativa de “relacionar a ação política do governo às tradições culturais brasileiras” (OLIVEIRA, 1982b, p. 31). Almir de Andrade busca compreender os traços particulares que definem a sociedade brasileira através do estudo da cultura em suas obras para formular seu entendimento das funções do Estado, da política e da cultura. O fio condutor que une essas três dimensões para Almir de Andrade é a proposta de integrar a tradição com a proposta política na valorização da figura de Vargas (OLIVEIRA, 1982b, p.

43). As tradições do passado legitimariam a política do governo de acordo com o autor, ilustrando como a ideologia autoritária estendeu suas bases para a cultura.

Por fim, Oliveira Viana, formado em direito, é conhecido não somente por sua extensa obra, mas por sua participação na elaboração da legislação trabalhista e sindical e como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, onde trabalhou até 1940. Já na década de 40, foi menos presente na política quando saiu do Ministério do Trabalho e passou a trabalhar no Tribunal de Contas. Apesar de não haver tido uma participação política mais ostensiva (FAUSTO, 2001), é inegável a sua influência na própria moldura do pensamento e legislação autoritária. A sua ampla obra inclui os seguintes títulos: *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920; *O idealismo da Constituição*, de 1920; *Evolução do Povo Brasileiro*, de 1923; *Problemas do Direito Corporativo*, de 1938; *Pequenos Estudos de Psychologia Social*, de 1942; *Instituições Políticas Brasileiras*, de 1949; *Direito do trabalho e Democracia Social*, de 1951. Das fontes doutrinárias que influenciaram as obras de Oliveira Viana, podemos destacar os trabalhos de Silvio Romero e Alberto Torres (PAIM, 2005), bem como a doutrina católica, no que se refere às ideias sobre os problemas sociais, e as suas raízes ruralistas, no que concerne aos valores paternalistas, familistas e pessoalistas (CARVALHO, 1991). Como Azevedo Amaral, Oliveira Viana também compartilhava de uma visão pessimista ao modelo liberal, valorizando mudanças evolutivas, censurando o radicalismo na ação política e criticando as ideias estrangeiras que moldaram grande parte do modelo liberal da Primeira República (FAUSTO, 2001, p. 31; CARVALHO, 1991).

O discurso autoritário reflete uma dialética entre passado e presente, entre a tradição e modernização que levaria a contradições na atuação do Estado na frente econômica e política (FONSECA, 2001). Como Fonseca afirma, a dupla face do discurso autoritário “sobrepunha o velho ao novo, apregoava a mudança com continuidades e apelava à tradição e enaltecia um futuro a construir” (FONSECA, 2001, p. 8). Diante da síntese de interpretações sobre a tradição autoritária e seus principais articuladores, e para tornar nossa tarefa mais viável, nos concentraremos agora nas ideias oriundas do autoritarismo em relação às concepções gerais sobre o resgate de elementos da tradição e sobre o papel do Estado no que se refere às questões de gênero. Esse recorte permitirá focar na nossa preocupação com as implicações para as mudanças ou continuidades a respeito das (des)igualdades de gênero na sociedade brasileira pós-30.

3.3.1.1 Entre a tradição e a modernização: a família e o Estado nas concepções autoritárias de Oliveira Viana

Ao longo deste estudo, temos afirmado a relevância do papel dos atores/autores ou intelectuais e sua relação com o Estado, devido à capacidade que essa relação tem de produzir interpretações sobre a vida social. Como se verá ao longo desta seção, esse debate novamente assume centralidade, dado o fato de que, além de os intelectuais serem “especialistas na dimensão simbólica da vida”, eles também desempenham um papel vital na “formulação das interpretações sobre o passado” (OLIVEIRA, 1982b, p. 34). Ao recuperar dimensões do passado na busca de construir uma nova ordem pautada nas particularidades e realidade brasileiras, os atores/autores cumpriram o papel de conferir legitimidade a certo tipo de poder e autoridade. Esses atores/autores exercem um papel relevante ao influenciar a própria formatação do Estado. Ao mesmo tempo, sua influência se estende ao imaginário sociopolítico, que incluirá traços de um ideário específico, pautados por suas agendas e unindo passado-presente-futuro²². O intuito aqui é compreender as formas como certas tradições do passado foram recuperadas e resignificadas pelo pensamento autoritário, levando a novas estratégias de se exercer o patriarcalismo no espaço público. Em outros termos, a questão que guia esta seção é como os atores/autores ligados à ideologia autoritária influenciaram o processo de transformação ou reconfigurações do patriarcado privado ao público.

Nos limites da nossa análise, selecionamos algumas obras de Oliveira Viana (1942, 1999, 2005) a fim de examinar a presença do tema do resgate à tradição e como esse tema está associado a sua concepção de Estado. Em um segundo momento, olhamos para o impacto que a legislação trabalhista, influenciada pela visão de Viana, teve na manutenção do *status* subordinado das mulheres no país, a partir de uma referência a sua fragilidade e relevância na esfera privada. Como Walby (1990) assinalou, o patriarcado público se manifesta em diferentes graus e formas, que necessitam ser distinguidos, inclusive no Estado e nas questões

²² Avritzer (1996, p. 128) assinala a importância que atores políticos têm na configuração de um sistema democrático quando formula sua crítica às teorias de transição para a democracia. Reconhecendo que o sistema político é composto pela interligação do sistema de normas, valores, crenças e tradições culturais, Avritzer chama a atenção para o papel que alguns autores políticos exercem sobre a construção de um sistema político, incluindo certos constrangimentos ao exercício da democracia, a partir de suas convicções não-democráticas ou semidemocráticas.

referentes ao trabalho assalariado. Com isso, acreditamos que o enfoque dado aqui será capaz de ilustrar a organização e experiência específica de como o patriarcado público se configurou²³ durante o período em questão.

Existem as mais diversas interpretações²⁴ sobre o pensamento autoritário no Brasil, entre as quais está a extensa obra e contribuição de Oliveira Viana no seio dessa tradição normativa. Para o propósito deste estudo, faremos uma releitura de três obras – *Populações Meridionais do Brasil*, publicada em 1920 (2005), *Pequenos Estudos de Psychologia Social*, publicada em 1942 (1942) e *Instituições Políticas Brasileiras*, datada de 1949 (1999) – a fim de captar a sua influência na manutenção das hierarquias já estabelecidas nas relações de gênero. O foco incidirá sobre as formas como Oliveira Viana valorizava certas tradições rurais, com fortes traços patriarcais, e como ele, ao mesmo tempo, criticava a formação social incapaz de constituir um sentimento de coletividade, nacionalismo ou cultura nacional. Além da questão geográfica, da “terra vasta”, que estabeleceu uma “desintegração” e “uma instabilidade inorgânica” com a ausência de “laços e coesão”, Viana (1999; 2005) também é crítico do espírito desse “povo-massa”, que privilegiou o interesse privado em detrimento de um “sentimento” ou “consciência de um interesse de finalidade nacional”. A ausência dessa cultura no povo desencadeou um enfraquecimento das próprias bases preliminares das estruturas democráticas.

Cabe ressaltar como a doutrina católica acabou se tornando referência para alguns conceitos utilizados por Viana no seu projeto de modernização. A orientação católica, em grande medida, serviu como fundamentação para sua crítica, bem como para a valorização de certos traços do passado. Por um lado e com base no catolicismo, Oliveira Viana valorizava a visão de comunidade, integração, harmonia e até mesmo a hierarquia (CARVALHO, 1991, p. 91). Por outro, o autor era um crítico do individualismo que desencadeou não somente uma falta de proteção aos indivíduos, mas também o conflito. Portanto, as doutrinas sociais do

²³ Durante todo o curso do nosso estudo, temos mantido a distinção entre as esferas pública e privada a fim de ilustrar como os papéis de gêneros hierárquicos foram fundados e legitimados por várias tradições normativas decorrentes do século XIX até meados do século XX no Brasil. A distinção é importante para traçar não apenas a construção social e histórica do gênero em si, mas também as raízes de como a tradição tem sido naturalmente entendida como um dado. Dito isso, a divisão entre as esferas pública e privada, durante a década de 1930 no Brasil, não era de forma alguma claramente distinta. Nem podemos dizer que havia uma esfera pública representativa da participação política ativa dos cidadãos. A característica paternalista do Estado corporativista combina a distinção público-privado, levando à desmobilização e despolitização (SILVA, 2001; GOMES, 1982a). Cumpre destacar ainda que a nossa utilização dessa dicotomia é baseada em uma crítica feminista. Assim buscamos mostrar como a dicotomia serviu para excluir e/ou marginalizar as mulheres tanto no público quanto no privado.

²⁴ Piva (2000) e Silva (2008) apresentam uma síntese das diversas interpretações da obra de Oliveira Viana ao proporem uma discussão sobre a sustentação do argumento do modelo de autoritarismo instrumental presente em sua obra.

catolicismo serviram como guia para seu ideal de sociedade orgânica e do ser humano integrado à sociedade pela direção do Estado. Oliveira Viana não cita ou menciona grandes autores do catolicismo, talvez por separar a sua visão religiosa da sociedade e política, conforme a tese de Carvalho (1991). Contudo, vale mencionar que o desenvolvimento da legislação trabalhista, particularmente em *Direito do Trabalho e democracia social*, de 1951, foi inspirado nas encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891, que traziam a preocupação com a classe trabalhadora e o papel do Estado na proteção tanto dos trabalhadores quanto do direito privado, e no *Quadregismo Anno*, de 1931, que reiterava os princípios e críticas ao comunismo, socialismo e capitalismo (CARVALHO, 1991).

Diante dessa influência, para Oliveira Viana, a transformação social só se daria através de uma imposição do Estado, a partir da técnica autoritária e de um conhecimento dos costumes e tradições do povo-massa. Caso contrário, qualquer projeto de mudança fracassaria, como se deu com a incorporação da anglicanização ou americanização, precisamente porque essas tradições foram incapazes de se adaptarem às “atitudes consagradas nos costumes” do povo (VIANA, 1999, p. 144). Sendo assim, as investigações do autor se pautam pela busca das raízes do caráter nacional através da história da colonização portuguesa. Em contraposição ao liberalismo formal e oligárquico da Primeira República, Oliveira Viana encontra no privatismo civil a singularidade da formação brasileira incapaz de construir um Estado forte (CAMPANTE, 2009, p. 311).

Quando olhamos para o resgate de certas tradições e valores, especialmente em *Populações Meridionais* (2005) e em *Pequenos Estudos de Psychologia Social* (1942), defrontamo-nos com a valorização, em particular, do meio rural²⁵. Segundo Viana, o meio rural é um “admirável conformador de almas”, onde encontramos os “genuínos patriarcas” com toda “pureza dos seus costumes, pela sua modéstia, pela sua hospedeira bonomia, pela sua imaculada honradez” (VIANA, 2005, p. 98; 108). Ao distinguir três tipos característicos na formação do país, a saber, o sertanejo, o matuto e o gaúcho (PAIM, 2005), Oliveira Viana encontrará no mineiro a organicidade advinda da família patriarcal, bem como os valores tradicionais que devem ser honrados. No trecho a seguir conferimos a valorização do autor em relação à persistência da tradição quando afirma:

A grandeza de um povo está na forma de persistência dessas tradições familiares e domesticas, que são a expressão mais typica do seu caráter nacional. [...] O Brasil

²⁵ Um dos traços que diferenciam a investigação do passado entre Oliveira Viana e Sergio Buarque de Holanda é precisamente a questão da tradição. Enquanto o primeiro encontrava aspectos positivos no meio rural, Holanda o rejeitava firmemente. (CARVALHO, 1991; PIVA, 2000).

patriarchal, de que falavam os nossos avós, conservando, ainda quasi intactos, esses antigos costumes. (VIANA, 1942, p. 52-53).

O olhar favorável ao sistema patriarcal pode ser entendido através da sua capacidade de transmitir um senso de ordem e estabilidade que foi perdendo sua feição com o advento da urbanização. Cabe, contudo, ressaltar que essa ordem, pautada na moralidade e estabilidade, não se expressa entre o “baixo povo dos campos”, e, portanto, é capaz apenas de ser assegurada na figura do *pater famílias* da alta classe rural.

É possível perceber, mesmo diante das críticas de Oliveira Viana em relação ao apoliticismo e à concentração em interesses particulares dos clãs brasileiros, uma valorização ao *pater famílias* por este conseguir estabelecer uma ordem e domínio sobre o povo-massa, ao comandar “uma legião de trabalhadores, empregados, crias, mucamas, pardos, oficiais de ofícios manuais, negros de eito, negros de engenho, feitores, administradores, caixeiros” (VIANA, 2005, p. 105). A força moral e admirável desses costumes reside na capacidade de educarem novas gerações “no culto da honradez, da dignidade, da probidade, do respeito à velhice, nesse precioso zelo pela moralidade do lar, tão característico das nossas gentes rurais” (VIANA, 2005, p. 101). A extensão da ação educadora do *pater famílias* é o que instala um senso de disciplina e respeito entre aqueles sob sua “absoluta ascendência patriarcal”.

Esse componente está ligado a um segundo fenômeno histórico que nos interessa aqui: a relação entre esses costumes e o lugar da mulher. Entre as pouquíssimas referências²⁶ às mulheres nas três referidas obras, encontramos uma na qual Oliveira Viana estabelece uma relação entre os traços positivos da tradição patriarcal e o papel da mulher:

O respeito pela mulher, pela sua honra, pelo seu pudor, pela sua dignidade, pelo seu bom nome, por exemplo. [...] Quatro qualidades possui o nosso homem rural, cuja influência na nossa história política é imensa: quatro qualidades que constituem o mais genuíno florão da nossa nobreza territorial. Uma é a fidelidade à palavra dada. Outra, a probidade. Outra, a respeitabilidade. Outra, a independência moral.. (VIANA, 2005, p. 101).

²⁶ Não é desconhecido o racismo presente nas obras de Oliveira Viana, mais pronunciado em *Evolução da Raça Brasileira* e *Populações Meridionais*, onde o autor utiliza-se de termos como “mamelucos”, “mestiços repulantes”, “ralé”, defendendo que esses complicam ainda mais a ordem social. Por enquanto não nos deteremos a esse aspecto nas obras de Oliveira Viana, cabendo salientar como ele está ligado a questão de gênero. O imaginário aqui associa a subjetividade negra à exacerbada sexualidade, muitas vezes como formas de justificar tanto a violência exercida contra as mulheres quanto as próprias raízes de uma “democracia racial”. De todos os modos, tais argumentos servem para fundamentar noções patriarcais e racistas de inferioridade, exemplificadas ao longo da obra de Oliveira Viana. Aqui citamos apenas uma: “Mergulhado no esplendor da natureza tropical, com os nervos hiperestesiados pela ardência dos nossos sóis, ele é atraído, na procura do desafoço sexual, para esses vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas fazendeiras. Estas regurgitam de um fêmeaço sadio e forte, onde, ao par da índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, figura a negra, ardente, amorosa, prolífica, seduzindo, pelas suas capacidades de caseira excelente, a salacidade frascária do luso” (VIANA, 2005, p. 128).

Essa obediência decorre da ausência de uma proteção advinda de alternativas políticas (AGUIAR, 1997, p. 182), já que o *pater familias* é quem escolhe o noivo das filhas, quem consente no casamento do filho, quem determina a profissão ou função na fazenda, quem instala na vizinhança os domínios dos filhos, quem disciplina os menores (VIANA, 2005, p. 100). Como ressalta Campante (2009, p. 315), Oliveira Viana critica a falta de um espírito coletivo, bem como o individualismo exacerbado que é reflexo da nossa herança. Mas, na visão de Oliveira Viana, isso pode ser sanado pela ação centralizadora e civilizatória do Estado, que não deixa de ser guiada, em parte, por uma lógica patriarcal tradicional e elitista (CAMPANTE, 2009).

Existem dois pontos importantes aqui referentes à forma como o sistema patriarcal estabelece uma hierarquia e relações de dominação tanto no espaço privado quanto no espaço público. Em primeiro lugar, o sistema patriarcal, decorrente de um poder tradicional, está baseado em presunções de algum tipo de processo histórico e natural. Uma das dificuldades em dismantelar ou mesmo desafiar o sistema patriarcal é que ele gerou (e gera) discursos pautados na suposta diferença biológica e essencialista entre homens e mulheres. Daí surge, dentro desse sistema, pouco espaço para o exercício de poder por parte das mulheres, além de ser reafirmado seu papel tradicional como mães e esposas. A autoridade exercida pela figura do pai nesse sistema é dada também à relação de dependência daqueles subordinados a essa figura masculina e autoritária. Essa dependência também é justificada por meio de um atributo natural, baseado na suposta superioridade física e intelectual dos homens em relação às mulheres (AGUIAR, 1997). Nesse sentido, encontramos claras convergências com a doutrina católica, também aliada à herança patriarcal.

Em segundo lugar, o patriarcalismo como sistema de poder também pode se viabilizar no público através do seu relacionamento com o capitalismo. O patrimonialismo surge como uma “forma sucedânea ao patriarcado” ou como um caso específico de dominação patriarcal, onde o soberano tem mais recursos para ampliar a sua autoridade, particularmente com um aparato administrativo e força militar (AGUIAR, 1997; SYDIE, 1994). Surgindo do pensamento de Max Weber para explicar a gênese do moderno Estado burocrático racional e uma forma de dominação política, o soberano patrimonial está personificado no Estado. Esse referencial patriarcal não é perdido na formulação de Oliveira Viana sobre o Estado Corporativo.

O paralelo entre as funções patriarcais do *pater familias* e o Estado corporativo está baseado no complexo quadro social que encontramos no país:

[...] sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, um arcabouço, incompleto, insólito. (VIANA, 2005, p. 206).

Diante do fato de que as instituições políticas nunca apararam “os cidadãos, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e ilegalidade”, o autor afirma a necessidade de uma função tutelar ao Estado (VIANA, 2005, p. 221). E como as mudanças efetivas e transformadoras precisam entender e trabalhar dentro do enquadramento dos nossos costumes, tradições e realidade, Oliveira Viana entende que estamos, ao mesmo tempo, condenados e salvos pelas oligarquias:

Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: - e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxo; mas, numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias; é transformá-las - fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição - de oligarquias esclarecidas. (VIANA, 1999, p. 479).

Trata-se aqui de perceber que, enquanto permanecia um crítico à tradição privatista brasileira, Oliveira Viana, embasado no patriarcado, não buscava a eliminação da tradição hierárquica/autoritária (CAMPANTE, 2009, p. 318).

Com isso, o poder central do Estado se fundaria no intuito de proteger os cidadãos e de falar em nome do povo, que, por sua vez, são incapazes de articular os seus interesses por falta de uma consciência política. O Estado corporativo, na visão de Oliveira Viana, geraria uma série de mecanismos que atuam com o fim de organizar e educar as massas, modernizar a economia capitalista e anular os efeitos desagregadores dos particularismos (VIEIRA, 2010, p. 110-11; 129). Oliveira Viana encontrou no corporativismo uma forma de estabelecer um Estado nacional forte, baseado na técnica autoritária. Esse Estado modernizaria o país sem abrir mão de certos traços patriarcais (CAMPANTE, 2009), considerados relevantes para a manutenção da ordem e integração, mesmo que através da coerção.

Tendo sua base na crítica ao liberalismo político que não soube redistribuir o poder entre o povo-massa e nem protegê-lo, o modelo corporativo foi elaborado com o intuito de integrar os cidadãos de uma forma “moderna” e “democrática”. Os problemas oriundos do modelo liberal seriam substituídos pelo modelo corporativo, com uma imposição de cima para baixo, capaz de neutralizar “a ação nociva das toxinas do espírito de clã” (VIANA, 1999, p. 466). Para Oliveira Viana, esse modelo seria capaz, ao mesmo tempo, de eliminar o espírito de faccionismo e fomentar a “liberdade, a democracia, a paz, a tranquilidade pública [e] o progresso” (VIANA, 1999, p. 466). Com isso, o padrão de desenvolvimento se daria com a

substituição do sufrágio universal pelo sufrágio corporativo, dos partidos políticos pelos grupos profissionais, além de aumentar o escopo do poder Executivo face ao poder Legislativo (CAMPANTE, 2009, p. 317). Buscando sempre condicionar as mudanças ao temperamento e realidade social, Oliveira Viana não estabelece uma ruptura completa com o passado, ou, em outros termos, com a tradição patriarcal autoritária. O projeto de modernização caminha ao lado de uma sensibilidade com esse passado.

As implicações políticas desse modelo se refletem na despolitização, em certa medida, das massas. Como Gomes (1982a, p. 141) afirma, a finalidade do projeto modernizador independe da ideia de participação, a felicidade do bem-estar é garantida “paternalmente” pela intervenção do Estado, na figura personalizada do presidente. O novo sujeito social é o trabalhador, e, nesse sentido, a nossa democracia não é política, mas social (GOMES, 1982a, p. 143). As transformações do patriarcado privado ao público estão delineadas aqui de acordo com a proteção oferecida pelo Estado, ao mesmo tempo em que a noção de participação política é esvaziada da cena. A intervenção do Estado é melhor expressa no trecho abaixo:

A intervenção do Estado consiste no estabelecimento de um justo equilíbrio entre os poderes públicos e os poderes familiares, no sentido de evitar nestes os possíveis abusos e malversações, o afrouxamento ou rompimento dos laços morais e de sangue que devem prender indissolivelmente os pais e os filhos e que são os liames capazes de manter a família coesa, indestrutível e unida, à altura de seus destinos humanos. (MELLO, 1940 *apud* BESSE, 1999, p. 88).

É importante, neste ponto, assinalar como as reconfigurações do patriarcado privado ao público levanta a questão da permanência de estruturas de dominação no que tange à questão de gênero. Feministas têm se voltado mais especificamente para os particularismos dessa transição no âmbito do trabalho, onde as desigualdades de gênero vêm à tona com a exclusão das mulheres de certos trabalhos e contratações, as diferenças salariais, bem como a manutenção da dicotomia público/privado. Mais especificamente, feministas pós-marxistas, explicam que a dominação masculina é de fato uma forma de impor um caráter “autoritário” nas estruturas que sustentam o sistema capitalista com o intuito de disciplinar as classes trabalhadoras (MITCHELL, 1975 *apud* JAGGAR, 1983, p. 71). Esse caráter acaba por legitimar as desigualdades salariais apontadas acima, bem como a ideologia de que as mulheres deveriam ser relegadas à esfera privada, ilustrando a conexão entre os sistemas capitalista e patriarcal.

Olhando mais de perto como a legislação do Estado corporativista reforçou tais padrões de exclusão, vemos que, no tocante aos pontos relativos às restrições de trabalho e

remuneração desigual, as transformações que ocorrem sob o corporativismo imaginado por Oliveira Viana estavam impregnadas por outras desigualdades as quais convém examinar. Como Walby (1990) enfatiza em sua discussão sobre a transformação do caráter do patriarcado, de privado para público, as análises feministas desses padrões e graus diferentes de patriarcado só têm a ganhar força conceitual se entendermos que as referidas mudanças estão envolvidas em mais de uma arena, interligadas. Um foco feminista sobre as restrições impostas pelo patriarcado, através do trabalho, sexualidade ou mesmo da política do Estado, em um determinado período, não significa que devemos perder de vista o fato de que as outras dimensões persistem em menor ou maior grau. Nesse sentido, embora nós estejamos priorizando as forças patriarcais agindo em termos de restrições de trabalho, as outras formas do patriarcado continuam a ser influentes umas sobre as outras, tanto no público como no privado. Em outras palavras, a eliminação de uma não leva à extinção do sistema (WALBY, 1990), servindo apenas para ilustrar os processos de mudança histórica dependente das especificidades culturais, políticas e econômicas.

No mínimo, a concepção de Oliveira Viana do Estado corporativista revela dois problemas que persistem até hoje. Primeiro, com a separação da esfera econômica da esfera doméstica, podemos delinear a maior institucionalização das mulheres como “cuidadoras” e atrizes principais envolvidas na execução dos processos de socialização e reprodução simbólica na esfera privada através do trabalho doméstico não remunerado (FRASER, 1986). Com sua entrada no mercado de trabalho, suas crescentes responsabilidades pavimentaram o caminho para as pesadas duplas e triplas jornadas de trabalho. Isto, por sua vez, deslocou a atenção do fato de que a família é um local de trabalho – embora historicamente não reconhecido e não remunerado –, bem como o local da dominação masculina e da dinâmica de poder desigual (FRASER, 1986, p. 37).

Em segundo lugar, o estado corporativista instituiu restrições aos mecanismos de participação política, marginalizando ainda mais as mulheres da arena política. Embora as mulheres tivessem acabado de conquistar o direito de voto, o Estado Novo dissiparia este recém-alcançado direito. Agora o Estado tinha que forçar a organização das classes e categorias sociais, pois essa era a única forma de exercer a cidadania (CARVALHO, 1991, p. 94). De acordo com Santos (1987), o que estava implícito nas políticas econômicas e sociais pós-30 era a criação de uma *cidadania regulada*, onde essa era concedida aos membros trabalhadores da sociedade. Nesse caso, a cidadania estava ligada à profissão e o acesso aos direitos acabava por restringir-se ao lugar que um indivíduo ocupa no processo produtivo (SANTOS, 1987, p. 69). A interferência do Estado através da regulamentação das profissões,

da carteira profissional e do sindicato público acaba por definir a cidadania brasileira desse período (SANTOS, 1987, p. 69).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho reflete uma redução nas práticas patriarcais privadas para uma intensificação dessas mesmas práticas na esfera pública, de modo a segregar as mulheres nesse contexto (WALBY, 1990). A primeira onda do feminismo brasileiro teve um papel fundamental na busca por maior inserção das mulheres na esfera pública, inclusive no mercado de trabalho. Como vimos na primeira seção desse capítulo, as feministas pautaram suas reivindicações no desmantelamento das noções acerca da inferioridade das mulheres. Mas mesmo assim, diante das formas intrínsecas do patriarcado privado e público por trás dessa agenda feminista, as mulheres eram vistas, no mínimo, como coadjuvantes. De maneira correlata, encontramos as mulheres buscando trabalho em áreas estereotipicamente designadas como femininas. Procuraremos agora demonstrar como a legislação trabalhista serviu para reforçar a ideologia dominante sobre o lugar das mulheres na sociedade brasileira. Entendemos que essa análise ilustrará as conexões entre a força das tradições normativas no que tange à formatação do imaginário, bem como às políticas do Estado. Além disso, servirá para evidenciar como as práticas, evoluídas dessas teias de crenças no trabalho não podem ser dissociadas das questões ligadas tanto ao controle do corpo feminino quanto aos direitos políticos.

Desde o início do século XX, a experiência brasileira de proletarização de homens, mulheres e crianças pode ser caracterizada por uma ordem privada do trabalho. Essa ordem hierárquica foi estabelecida pelo poder patronal, que ditava as regras do trabalho e justificava arbitrariamente as longas jornadas de trabalho, salários desiguais, penalizações distintas para transgressões, etc. (PAOLI, 1989, p.44). Mesmo com o decreto de 1891, que visava proteger os menores na situação de trabalho, a relação estabelecida entre trabalhador, empregador e a legislação seria uma que buscava proteger esse povo-massa²⁷ e também conter qualquer tipo de protesto ou conflito. Essas ideias certamente nortearam o pensamento autoritário de pós-30.

Como Paoli (1989) demonstra, essa imposição de uma “democracia social” começou a ser veiculada nas notícias dos jornais, nos escritos dos ensaístas, nos projetos políticos, nas revoltas militares, no cálculo dos empresários e nas lutas operárias, configurando um cenário onde diferentes visões e ideologias acabaram reforçando o projeto autoritário de pós 30..

²⁷ Na pesquisa feita por Paoli (1989), esse povo-massa é caracterizado ao longo do século XX de forma pejorativa, na qual as ações grevistas são vistas como casos de grave delinquência por parte dos trabalhadores com “os cérebros doentes da multidão ignorante”. A desqualificação dos trabalhadores e qualquer tipo de militância refletem as maneiras como as formas de dominação caminham ao lado da violência.

Trata-se de ilustrar, então, como as mudanças referentes ao trabalho feminino refletem novas modalidades do patriarcalismo público. Ressaltando o argumento de Pena (1981), a partir dos anos 30, a legislação brasileira, no tocante ao trabalho feminino, defendia uma visão específica de família, isto é, a patriarcal, com o homem encarregado de exercer a função de chefe de família e a mulher como trabalhadora doméstica e mãe. Diante desse modelo, Pena (1981) ainda salienta que a legislação baseada nessa defesa da família, bem como o discurso político e religioso da época, operou com outras formas de opressão através da dessexualização das mulheres no papel de mães.

Como discutido previamente, os anos 30, levando ao Estado Novo, representaram um novo tipo de Estado interventor. As implicações políticas dessa intervenção incluíram, por sua vez, o estabelecimento de mecanismos que aos poucos dissolveriam práticas de participação política em nome da ordem nacional com a dissolução dos partidos, a censura da imprensa, a desmobilização dos movimentos sociais e sindicatos e o fechamento do Parlamento. A legislação serviria tanto à ideologia do Estado autoritário quanto à função de manter as mulheres em um lugar subordinado, já que buscava influenciar as camadas populares nas áreas de instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, salário e proteção às mulheres, crianças, inválidos e idosos (PENA, 1981).

A legislação trabalhista e o discurso do Estado convergem em dois pontos. Primeiro, ao conceder alguns direitos às mulheres, elas estavam circunscritas a limitações impostas através das concepções acerca da sua natureza dita mais frágil. Segundo, e mais especificamente em relação aos discursos do Estado encontrados nos Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a defesa da família e, portanto, a crítica ao trabalho feminino fora do espaço doméstico refletia o discurso moral em voga no tempo em relação à família, às relações de gênero e ao projeto de ordem. O discurso moral aqui está representando a tradição autoritária, mas, como veremos na próxima seção, ele esteve (e está) intrinsecamente embutido na tradição e doutrina social católica e até mesmo no pensamento da esquerda veiculado pelo PCB.

O Decreto nº 21.417 de 1932, que regulamenta as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, representou essa forma de subordinação ao manter as mulheres em uma condição similar à imposta pelo Código de 1916, isto é, na condição de incapazes que precisariam da proteção do Estado. A legislação, segundo Pena (1981), acabava usando a ordem privada no domínio público para restringir os direitos trabalhistas das mulheres ao vetar-lhes o trabalho noturno – excetuando-se atividades exercidas com outros membros da família e em serviços como telefonia, radiofonia, hospitais,

etc. –, e impedir-lhes de trabalhar em atividades consideradas insalubres (PENA, 1981, p. 80). Ao mesmo tempo, a licença-maternidade foi estendida para oito semanas, podendo ser ainda estendida em casos excepcionais. Interessante perceber que o decreto nº 21.417 de 1932, no primeiro artigo, estabelecia uma norma de pagamento igual entre os sexos, sendo esse artigo reforçado pela Constituição de 1937. Não obstante, quando o salário mínimo foi decretado pela lei nº 2.548 de 1940, esse poderia ser reduzido em 10% para as trabalhadoras do sexo feminino. Talvez a concepção por trás dessa lei protetiva era que, ao oferecer condições especiais para o trabalho das mulheres, a mão de obra se tornaria mais cara e esses 10% seria uma forma de “compensar” o empregador. Essas diferenças no trabalho assalariado coincidem com afirmações de Carole Pateman: “Não é que as mulheres estejam ausentes do mercado de trabalho; mas que elas estão presentes de maneira diferente”²⁸ (PATEMAN, 1985 *apud* FRASER, 1986, p. 42). Em última instância, essas diferenças, no que se refere às questões envolvendo o trabalho assalariado, remetem à dissonância conceitual entre feminidade e o papel do trabalhador no sistema capitalista, claramente designado como masculino (FRASER, 1986, p. 43).

Na Consolidação das Leis Trabalhistas, decreto-lei nº 5.452 de 1943, encontramos novamente dispositivos estabelecidos para proteger as mulheres. Entre eles: igual valor salarial sem distinção de sexo; permissão do trabalho noturno para as mulheres a partir de 18 anos de idade; um aumento salarial para o trabalho noturno; estabelecimento de pesos específicos que as mulheres poderiam carregar, bem como materiais para protegê-las na execução de certos trabalhos/circunstâncias; o aumento da licença-maternidade de oito para doze semanas, podendo ser estendido em casos excepcionais, entre outros. Contudo, existem barreiras que acabaram restringindo as atividades assalariadas para as mulheres, já que elas eram consideradas mais caras, e as enquadravam em certas ocupações que exigiam menos treinamento e qualificação (PENA, 1981, p. 80). Além disso, o trabalho doméstico continuou não sendo contemplado, sendo que o artigo 7º o decreto-lei nº 5.452 de 1943 afirmava que o salário mínimo não se aplicava às trabalhadoras domésticas.

Esses dispositivos legais ganham um reforço dos discursos encontrados nos Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em relação ao ideal lugar da mulher na sociedade: o lar. Esses boletins, conforme Pena (1981) nos mostra, buscavam argumentar sobre as vantagens que o trabalho da mulher no contexto do lar trazia para a manutenção da ordem e da estrutura familiar. Remetendo-se ao mesmo ideal expresso pela doutrina católica,

²⁸ Do original: “[...] it is not that women are absent from the paid workplace; it's rather that they are present differently”.

um boletim de 1934 deixava claras as desvantagens do trabalho feminino no espaço público quando afirmava: “o trabalho feminino diminui o apego familiar e destrói a unidade moral da família” e, diante desse trabalho, “os filhos adolescentes não conhecem a influência da unidade familiar e, sem vigilância, são as mais das vezes lançados às ruas que lhes abrem a vida do deboche” (O TRABALHO..., 1934, p. 177 *apud* PENA, 1981, p. 81). No mesmo boletim, está expressa a ligação entre mulher-espaço privado e homem-espaço público: “nem é desejável, sob o aspecto social, correspondente ao aumento da população, que a mulher procure trabalho fora de casa; seria mais útil, social e economicamente, que ela continuasse a administrar o lar” (PENA, 1981, p. 81). Ainda em outro Boletim de 1942, o discurso retomava a ideia de uma missão natural ou de uma função natural para os homens e mulheres, sendo fundamental às mulheres o cumprimento dos seus papéis dentro do lar.

Em geral, os boletins, como articuladores da ideologia do Estado Novo, utilizam-se de um discurso essencializante para justificar o lugar da mulher na família. Por trás dessa ideologia, que também podemos associar às barreiras impostas na legislação, está uma clara demarcação do lugar da mulher na esfera privada, enquanto o papel fundamental do homem é na esfera pública. O seguinte trecho exemplifica essa noção: “A mulher ativa não se satisfaz com a profissão. Ela sente a necessidade do lar. A fim de evitar o conflito entre a mulher que trabalha e a sociedade, deve-se conduzi-la à família, que ela abandonou por condições econômicas” (O TRABALHO..., 1934, p. 119 *apud* PENA, 1981, p. 81). Os fundamentos do que se convencionou chamar de tradição autoritária, representados no pensamento de Oliveira Viana e na legislação trabalhista aqui discutidos, mostram como o sentido conferido à família tradicional e, por sua vez, patriarcal, representa toda uma ideologia que tem capacidade de impactar a organização social e a construção das identidades.

Como vimos ao longo desta seção, o sistema patriarcal, permeando a ordem jurídica, cristalizou relações assimétricas de gênero no público e privado com o reforço das tradições normativas. Essa relação entre tradições normativas e Estado, incluindo normas, leis e instituições, nos revela mais uma forma como essas dimensões do imaginário sociopolítico de 1930 em diante trabalharam e reformularam crenças já enraizadas no século XIX. Como veremos na próxima seção, a tradição católica converge com a ideologia conservadora e autoritária no que diz respeito às relações de gênero no Brasil, servindo para ampliar a base das desigualdades de gênero e reforçar divisão do público e privado.

3.3.2 Doutrinação Católica para Além da Esfera Privada: Família, Igreja e Estado no Pensamento de Alceu Amoroso Lima

O catolicismo permanece no imaginário já no século XX como uma tradição normativa que estabelece normas sociais e morais para a atuação dos homens e mulheres na sociedade. O eixo central escolhido para sustentar sua doutrina é, por excelência, a família. O catolicismo tem sido uma força histórica, cultural e política capaz de impactar as leis e políticas, particularmente no tocante à igualdade das mulheres e às restrições no que tange ao casamento e o aborto (HTUN, 2003, p. 31). Um dos nossos interesses aqui é desvelar as formas como essa tradição normativa influenciou as leis e políticas que refletem, ou não, o ideário de igualdade de gênero. A hipótese que guia nossa leitura é a de que essa tradição teve impacto na formação de identidades através de crenças baseadas em assimétricas relações de gênero nos espaços público e privado no Brasil. O período em questão é também capaz de ilustrar as mudanças internas, bem como as novas relações estabelecidas pela Igreja com a sociedade e o Estado²⁹. O enfoque primordial será na forma como essas transformações afetaram as relações de gênero no Brasil.

Para compreender esse relacionamento entre a Igreja e o Estado, cabe ressaltar que nesse período histórico a Igreja já se encontrava com uma estrutura mais organizada, inclusive independente do Estado. Como já mencionamos, a partir do final do século XIX, a Igreja concentrou seus esforços na consolidação de reformas internas, ilustradas pelos argumentos de Dom Sebastião Leme³⁰ na sua Carta Pastoral a Olinda, em 1916. Nessa carta, Dom Leme reforçou a necessidade da Igreja “cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos” (MAINWARING, 1989, p. 41). Esse processo ocorreria através do que Dom Sebastião Leme acreditava ser a inauguração de uma “consciência nova do catolicismo brasileiro” e “programa de luta” (LEME, 1916 *apud* COSTA, 2008, p. 186). Com isso, a Igreja fortaleceu seus vínculos com o Vaticano, implicando em uma série de

²⁹ A Igreja Católica permaneceu impermeável às mudanças relacionadas aos conflitos de classe por boa parte do século XX. Contudo, quanto mais ela se abriu às questões sociais e aos emergentes conflitos políticos, mais a sua missão e seu ideal conservador foram questionados por alguns dos seus setores e líderes.

³⁰ Dom Sebastião Leme foi uma figura central na Igreja Católica no Brasil no período de implementação do modelo da neocrisandade, particularmente por manter boas relações não somente com o Vaticano, mas com Getúlio Vargas. Foi arcebispo de Recife e Olinda em 1916, e entre 1921 até 1942 foi arcebispo do Rio de Janeiro.

mudanças na configuração da Igreja no Brasil, todas pautadas agora pelo modelo da neocristandade (MAINWARING, 1989; LIMA, 1979).

Perante esse modelo, que viria florescer entre 1930 e 1945, a Igreja Católica no Brasil seguiu rigorosamente a doutrina conservadora articulada pelo Vaticano no intento de revitalizar sua influência na sociedade. Essas mudanças acompanharam as transformações sociais e econômicas em curso e incluíram a desnacionalização do clero, uma organização centrada nas zonas urbanas e classes médias, uma dependência financeira em relação às organizações católicas e Igrejas estrangeiras e, por fim, uma orientação ideológica européia, particularmente quanto ao combate ao comunismo, ao socialismo e ao secularismo (LIMA, 1979, p. 19-20). O projeto para difundir o catolicismo, então, envolveria diversas ações, tais como a criação de escolas, hospitais, partidos políticos, círculos operários, associações de profissionais liberais católicos, além de um vínculo mais forte com os intelectuais, particularmente homens leigos (COSTA, 2008, p. 187). O objetivo geral da Igreja nesse período foi o de preservar a sua ideologia conservadora, ao mesmo tempo em que fortalecia a sua base na sociedade, mantendo a ordem tradicional da família e atuando no sistema educacional. Será mais precisamente através desses dois eixos que analisaremos o papel da Igreja na manutenção das relações assimétricas de gênero no Brasil.

O período que analisaremos aqui é particularmente interessante, dado que é rico em detalhes que revelam as convergências e tensões entre Estado e Igreja especificamente durante a era Vargas, bem como as ideias em mudança no pensamento da mais proeminente figura leiga intelectual da Igreja, Alceu Amoroso Lima. Enquanto algumas das primeiras doutrinas da Igreja repousavam sobre discursos misóginos – como brevemente discutido no segundo capítulo –, a partir do século XX, o catolicismo vai defender a igualdade com base na diferença para as mulheres, rejeitando, porém, a noção de inferioridade das mulheres. A doutrina católica baseia-se, no entanto, em uma ideia de uma diferença inerente, natural e essencialista entre homens e mulheres. Assim, a defesa do direito das mulheres será baseada na noção de que as mulheres "merecem direitos especiais de proteção em virtude de suas funções e aptidões" (HTUN, 2003, p. 31). Mais uma vez, veremos que, apesar de alguns traços progressistas no discurso da doutrina da igreja, há um vínculo durável com o valor atribuído aos deveres e aos papéis da mulher na esfera privada. Grande parte da relação da Igreja com o Estado, então, será guiada por formas de intervenção em quaisquer tentativas de políticas que possam desestabilizar a instituição da família. Procuramos, portanto, identificar a presença dessas ideias nas diversas fases, na passagem do conservadorismo para ideias mais

progressistas, que abrangem os escritos de Alceu Amoroso Lima sobre a família, bem como em seu relacionamento com as principais figuras políticas do governo Vargas.

Ao mesmo tempo em que continuaremos concentrando nossos esforços na leitura de um autor/ator capaz de representar alguns eixos estruturantes de uma dada tradição em relação à questão de gênero, sabemos que diversas figuras contribuíram para disseminar a moral católica na sociedade brasileira. Certamente o trabalho de Alceu Amoroso Lima é um reflexo das relações com indivíduos importantes da Igreja Católica brasileira que também articularam as suas posições sobre o lugar da mulher na sociedade e a relevância da família, como Jackson Figueiredo, Padre Leonel Franca, Padre Júlio Maria, Dom Leme, Dom Helder³¹, entre outros. Ao enfatizar a questão de gênero para a doutrina católica, precisamos entender pelo menos duas dimensões básicas da Igreja: a de os seus fundamentos substanciando essa tradição normativa e as mudanças sociais, econômicas e políticas que permearam o período.

No que tange ao primeiro aspecto, é importante deixar clara a relação entre os objetivos da Igreja e a concepção de fé que motivava a sua atuação (MAINWARING, 1989). Até os anos 50, essa noção de fé estava baseada em práticas que conduziriam a um contato íntimo com Jesus Cristo, buscando fortalecer as formas de se proteger contra o mundo moderno e os valores corruptos (MAINWARING, 1989; AZZI, 1993; COSTA, 2006). Essa concepção de fé não estava acompanhada, portanto, de uma perspectiva alinhada com transformações sociais, vistas ainda pela Igreja nesse momento como outra fonte de ameaças à integridade da ordem cristã. Um dos traços mais notáveis desse processo está ligado ao fato de que essa fé é exemplar de como tradições normativas são forças que contribuem para a construção de um dado imaginário sociopolítico. Como Mainwaring ressalta, “a nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade, conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (MAINWARING, 1989, p. 45). O efeito disso foi trazer a moralidade católica para o centro das práticas e costumes da sociedade, das leis e políticas envolvendo questões importantes para a manutenção da ordem e da família, e até mesmo para os debates forjados com outras tradições.

No tocante ao segundo aspecto, que se associa mais particularmente com a questão de gênero, a Igreja estava atuando em um cenário de mudanças na esfera pública que colocavam a “santidade” da esfera doméstica em risco, como já ressaltamos anteriormente. Essas mudanças serviram como molas propulsoras para a Igreja expandir seus esforços de

³¹ Como Alceu Amoroso Lima, Dom Hélder também seguiu uma linha mais progressista a partir dos anos 40.

doutrinação para além das paróquias e associações religiosas, e atuar, também, na grande mídia, particularmente através das editoras e das rádios católicas. O cenário em questão reforçou, então, a defesa da Igreja de papéis distintos para homens e mulheres, particularmente no lar.

A fim de ilustrar os argumentos católicos em relação aos papéis assimétricos de gênero na esfera pública e privada, trabalharemos com textos de Alceu Amoroso Lima que exemplificam a doutrina moral e social da Igreja. Para isso, nos concentraremos em escritos que refletem tanto a sua posição mais conservadora e reacionária quanto a sua virada progressista e crítica a partir de 1940. O nosso intuito é também mostrar a extensão da influência da Igreja Católica na sociedade e política não somente através da voz de Alceu Amoroso Lima, mas também lançando luz sobre eventos, organizações e outras vozes católicas que tinham a mesma missão de difundir referido ideário religioso.

3.3.2.1 Padrões de reação no pensamento e ação católica

Alceu Amoroso Lima³² (1893-1983), conhecido também pelo seu pseudônimo literário Tristão de Athayde, é considerado uma dos grandes intelectuais ligados ao laicato católico brasileiro, cuja trajetória pessoal, espiritual e política nos oferece um entendimento mais profundo e um panorama mais complexo das mudanças que ocorreram paralelamente na sociedade brasileira. A escolha do autor/ator se deu em função da presença de uma clara transição nos seus pensamentos, o que nos proporciona pelo menos dois ganhos analíticos. Vejamos: podemos traçar se a sua visão para a missão da Igreja Católica muda em relação às questões de gênero e, mais importante, para a igualdade de gênero. Além disso, o percurso reflexivo da figura em questão nos fornece *insights* sobre as forças progressistas ganhando mais espaço dentro da Igreja o que, por sua vez, estabelecerá uma rica história da Igreja Católica de esquerda no Brasil pós 1964.

³² Alceu Amoroso Lima, de origem burguesa, foi educado no Brasil e na Europa, sendo inclusive alfabetizado em francês. Formou-se em direito no Rio de Janeiro e após sua graduação viajou pela Europa. Ao retornar ao Brasil, trabalhou com advogado, diplomata e até na fábrica de tecidos do pai. Em 1919 foi convidado para contribuir com críticas literárias em *O Jornal*, na coluna “Bibliografia”, adotando seu pseudônimo Tristão de Athayde.

A sua conversão ao catolicismo ocorreu em 1928, por influência das discussões políticas, filosóficas e espirituais com Jackson Figueiredo que iniciaram em 1918³³. Sua conversão foi bem recebida entre outros líderes católicos, como Padre Leonel Franca e Dom Sebastião Leme, sendo logo promovido a líder do laicato nacional (COSTA, 2008). Após o falecimento de Jackson Figueiredo, em 1928, Alceu Amoroso Lima assume a liderança do Centro Dom Vital. Nesse momento, Alceu Amoroso Lima também começa a editar a revista *A Ordem* e retoma sua coluna em *O Jornal* com artigos voltados para questões religiosas, entre outras. Além disso, e como parte da sua atuação como representante leigo do catolicismo, Alceu Amoroso Lima ajudou a criar o Instituto Católico de Estudos Superiores (futura PUC-Rio); fundou e presidiu a Liga Eleitoral Católica (LEC), com o intuito de garantir interesses católicos na Constituição de 1934; liderou a Ação Católica Brasileira (ACB); e foi reitor interino da Universidade do Brasil.

Da extensiva obra de Alceu Amoroso Lima, tomaremos duas delas (1953; 1967) para o presente estudo, sendo as que retratam mais especificamente as questões de gênero e da família nas duas fases do pensamento amorosiano. O elemento decisivo que organiza as ideias amorosianas sobre gênero gira, primordialmente, em torno de concepções essencialistas sobre a natureza humana. A sua visão sobre o lugar do homem e da mulher na sociedade remete a uma divisão do público e do privado, novamente revelando a importância dessa fundamentação teórica³⁴ para as nossas discussões. Esse enquadramento está claro e firmemente vinculado à doutrina católica, historicamente capaz de enraizar, no nível simbólico e prático, a imagem de ordem e fé através da resignação e responsabilidade feminina ao lar. Entre os temas retratados em *Idade, sexo e tempo: Três Aspectos da Psicologia Humana* publicado em 1938 (1953)³⁵ focaremos na forma como Alceu Amoroso Lima define a natureza humana masculina e feminina e demarca uma noção de igualdade de gênero, mas por uma afirmação da diferença. Essa demarcação acaba estabelecendo, ou reafirmando, posições e/ou habilidades específicas para homens e mulheres na sociedade. Por fim, a discussão sobre os traços psicológicos femininos e masculinos acabam por servir de

³³ Jackson Figueiredo foi um importante líder católico que fundou o Centro Dom Vital. As ideias de Alceu Amoroso Lima se opunham às de Jackson Figueiredo no que tange à crítica ao governo e à adoção de noções liberais do primeiro. Com o tempo, há uma aproximação maior entre as ideias desses atores católicos.

³⁴ Além de revelar como a divisão do público e privado sustentou a doutrina católica, tentaremos resgatar como questões sobre o corpo, sexualidade e direitos políticos também aparecem nas discussões de Alceu Amoroso Lima.

³⁵ De acordo com Marcelo Timotheo da Costa, este livro foi o que Alceu Amoroso Lima considerava mais importante e autobiográfico, sendo também o seu maior sucesso editorial (COSTA, 2008, p. 189-190).

base para justificar a necessidade de uma sociedade pautada por uma retórica heteronormativa³⁶.

O estereótipo da oposição entre razão e emoção, força e fragilidade, autoridade e carinho se configura como a base para a descrição da natureza masculina e feminina na obra amorosiana em questão. Nessa relação dicotômica, o domínio masculino (razão, força, autoridade) deve complementar o domínio feminino (emoção, fragilidade, carinho). A argumentação de Alceu Amoroso Lima se sustenta a partir de um pensamento binário que traz à tona uma clara divisão entre o público, sendo o espaço para o exercício da masculinidade, e o privado, sendo o espaço reivindicado para o feminino. Alceu Amoroso Lima pretende estudar as diferenças entre homens e mulheres para além de um enfoque no aspecto corporal, que, segundo o autor, deixa de “apreender o que tem de psíquico” (LIMA, 1953, p. 133). Com um enfoque sobre as particularidades que tornam os sexos masculino e feminino diferentes, Alceu Amoroso Lima detalhará então o que ele chama dos “acessórios”, “temperamentos”, “o modo de ser” ou o “caráter peculiar a cada sexo” (LIMA, 1953, p. 135).

Os traços da psicologia masculina, ao ser comparada com os traços femininos, revelam que o homem é “naturalmente egocêntrico”, “impaciente”, mais “revolucionário”, “autoritário”, “criativo” e “naturalmente racionalista” (LIMA, 1953, p. 143). Se, de um lado, os homens têm essa natureza pautada pela força, por outro lado, as mulheres são as criaturas “obedientes”, “modestas” e “delicadas”, capazes de superar situações dolorosas devido à “coragem da luta cotidiana” e ao seu “espírito de aceitação” (LIMA, 1953, p. 144). Subjacente a essa descrição está o fato de que as virtudes das mulheres são um reflexo do seu entendimento de que “é preciso servir com amor e obedecer com humildade e paciência” (LIMA, 1953, p. 144).

Em diversos trechos, Alceu Amoroso Lima faz menção ao fato de que os homens não são superiores às mulheres, apenas possuem um “complexo de superioridade”. O autor deixa claro que esse complexo é o que justifica, muitas vezes, os abusos, inclusive morais, dos homens, facilitados pela civilização burguesa que os isenta de seguirem a moral católica. O interessante é perceber que toda a argumentação para mostrar que os homens não são superiores recai sobre exemplos de como os homens atuam a partir de um papel de liderança. Ao tentar reforçar, mesmo que sutilmente, a necessidade de equilibrar ambos os traços, a argumentação inegavelmente reserva um lugar secundário, se não subordinado, para as

³⁶ A heteronormatividade (*heteronormativity*) foi um termo cunhado em 1991 por Michael Warner, com ideias similares às expressas nas obras da Gayle Rubin e Adrienne Rich. O termo demarca como comportamentos e normas se alinham com papéis biológicos e naturalizados de gênero. Sendo assim, a homossexualidade é considerada a orientação sexual “normal” e a homossexualidade como “anormal”.

mulheres, levando em conta, particularmente, as habilidades historicamente valorizadas nas sociedades. Para Alceu Amoroso Lima, são os homens que fazem a revolução, dado que as mulheres são “naturalmente conformista[s] e conservadora[s]” (LIMA, 1953, p. 138). Partindo dessa explicação das diferenças entre a natureza masculina e feminina, Alceu Amoroso Lima estabelece uma associação entre o papel exercido pelos homens e a política:

O homem tem um temperamento autoritário. O sentido da vida é afirmativo e criador. Só se sente bem quando domina [...] E daí o gosto natural dos homens pelos governos dos seus semelhantes. Não há nada que apaixone mais os homens do que a política. Quando se discute política, deixamos os homens até mesmo de falar nas mulheres. [...] E assim sucede, é que a política é uma atividade de caráter eminentemente varonil, em que as mulheres pouco se têm distinguido. (LIMA, 1953, p. 144).

Para reforçar ainda mais sua argumentação, Alceu Amoroso Lima demonstra como os homens têm mais facilidade para serem “criadores” ou “inventores”, fazendo uso da sua natureza para dominar. Na nossa leitura, Alceu Amoroso Lima equilibra a discussão sobre a força masculina ao defender a tese de que as mulheres são, no entanto, o verdadeiro sexo forte porque sabem transmitir o amor da vida e têm a capacidade de tolerar a dor. É na “dedicação à humanidade” e “no espírito de renúncia” que percebemos a singular essência feminina (LIMA, 1953). A força reside na natureza moral da mulher que sempre ensina os homens, discurso que se aproxima das ideias positivistas do século XIX sobre a mulher altruísta, pura e moral.

Por fim, as distinções feitas entre os traços masculinos e femininos funcionam como base de sustentação de uma visão heteronormativa, repudiando o homem ou a mulher que renega a sua natureza. A ideia que Alceu Amoroso Lima reitera é da necessidade do homem e da mulher se complementarem, na ordem orgânica e moral. A partir do momento em que os traços femininos invadem a alma de homens, verifica-se um “espetáculo triste”:

E vemos então esses homens desfibrados, sem caráter, sem pouso certo, gozadores da vida fácil, fúteis e estereis, que perderam o que há de bom no temperamento varonil, sem nada adquirirem do que já de ótimo na natureza feminina. (LIMA, 1953, p. 150).

Piores ainda, na visão de Alceu Amoroso Lima, são as mulheres de alma varonil ou masculinizadas. As condições do mundo moderno e do “falso feminismo” são consideradas o terreno propício para essa inversão psicológica, com consequências “desastrosas” para o “equilíbrio social”. Certamente, há homens com espírito mais feminino, exemplificados nos grandes artistas, enquanto há mulheres de alma varonil, capazes de “enfrentar a vida, governar a família, uma escola ou serviço” (LIMA, 1953, p. 150). O perigo reside, para Alceu Amoroso

Lima, naqueles que invertem seus papéis naturais, pois “só há paz social, só há progresso moral, só há verdadeira civilização, quando homens e mulheres sabem ser fiéis à psicologia de seu sexo e distribuem, entre si, as tarefas e posições de acordo com os elementos específicos de sua natureza” (LIMA, 1953, p. 155).

As discussões aqui sobre a natureza humana – masculina e feminina – têm um papel subjacente, além de simplesmente reforçar e legitimar papéis estereotipados de gênero. Por trás dessas explicações, existe toda uma lógica que estabelece práticas heteronormativas como moralmente corretas. Os discursos católicos, evidenciados aqui pela visão amorosiana, reproduzem normas heteronormativas que guiam e organizam o pertencimento na vida social (BERLANT; WARNER, 1998 *apud* VAGGIONE, 2002, p. 2).

Serão essas crenças que nortearão os esforços da doutrina católica em marcar a sua presença em vários setores, especialmente entre a intelectualidade leiga católica. Desse modo, a Igreja conseguiu fortalecer seu processo de doutrinação, que tinha o objetivo fundamental de alcançar a esfera política. O modelo de neocristandade organizou, assim, movimentos leigos, buscando o apoio das mulheres, dos trabalhadores, da juventude e da classe média (MAINWARING, 1989; COSTA, 2006). Entre essas organizações, podemos citar A União Popular (1909), a Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910), a Aliança Feminina (1919), a Congregação Mariana (1924), os Círculos Operários (1930), a Juventude Universitária Católica (1930) e a Ação Católica (1935).

Como no século XIX, a Igreja Católica continuava buscando a sua maior base de apoio entre as mulheres. Dadas as mudanças no século XX, que afetaram não somente a estrutura familiar, mas a vida da mulher, a Igreja encontrou novos meios para assumir centralidade na vida das mulheres com a difusão das associações religiosas. Um dos importantes instrumentos utilizados foi assumir posturas mais firmes e conservadoras pensando em sua própria sobrevivência (VILHENA, 1992). Com isso, a Igreja buscou atrair jovens e senhoras para as associações das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração, presentes na maioria das paróquias. A doutrinação propagada se voltava para a restrição da sexualidade, valorizando o exemplo da pureza feminina. Nesse período, houve uma maior devoção à Santa Inês, apresentada como modelo de virgindade para as moças (AZZI, 1993, p. 116). Muitas das meninas que participavam particularmente das associações das Filhas de Maria acabavam se destinando à vida religiosa.

Além dessas associações, a conservação dos valores morais femininos tão caros à missão católica foi implementada por outros meios. Um deles, escolhido pela hierarquia eclesiástica para disseminar seu projeto de doutrinação, foram publicações e programas de

rádio. Interessante perceber que a base das mensagens encontradas nas pregações em missas e retiros e em publicações católicas era um enfoque no controle corporal. Frequentemente, as missas dedicavam momentos para a discussão do comportamento das mulheres, criticando a moda, bailes e outras diversões consideradas fontes de desvirtuação. Em muitas igrejas, mantinha-se um rígido código em relação ao vestuário das mulheres (AZZI, 1993). A Igreja também precisava combater o acesso à informação sobre sexualidade – referida muitas vezes como propaganda pornográfica –, as novas medidas para evitar a gravidez e os diversos locais de divertimento que as mulheres frequentavam, contrariando a moral católica que as relegava à esfera doméstica.

A repressão do corpo não era uma dimensão doutrinária nova na Igreja, mantendo discursos que vinculavam as questões relativas à sexualidade como “inferiores”, “vergonhosas” e “sujas” (AZZI, 1993, p. 125). A elevada preocupação com a decadência moral da sociedade recaía, na sua expressão mais severa, sobre o corpo da mulher. A perda da virtude feminina causava revolta entre a hierarquia, sempre condenando a conduta dos jovens e das mulheres. Um exemplo da crítica do clero quanto aos novos métodos anticoncepcionais fica patente na obra de 1936 do Padre Júlio Maria de Lombaerde, que equaliza aborto e planejamento familiar:

É o crime de milhares de mães ... milhares de vezes por dia repetido, neste mundo afora. Dize-me, ó mãe desnaturada: que diferença há entre matar uma criança depois de nascer, e matá-la antes de nascer, ou impedir seu nascimento? É o mesmo crime horrível!

Ninguém é obrigado a casar-se; mas, casando-se, tem a obrigação de cumprir os deveres do casamento. O casamento tem por fim a criação e educação dos filhos.

Querer o prazer sem encargos é sacrilégio e abuso do sacramento do matrimônio. Impedir, por infernal invento de corrupção, que os filhos nasçam é assassiná-los, pois deviam existir e não existirão. Mães assassinas!

É o crime horripilante que excita a cólera de Deus. É o cancro da sociedade atual... É gravíssimo pecado contra a vida, contra a moral, contra a honestidade, contra a sociedade, contra o matrimônio, contra a lei de Deus!

Oh! Mães desgraçadas, quando compreendereis a atrocidade de vosso crime? (LOMBAERDE, 1936 *apud* AZZI, 1993, p. 131).

Temos no trecho acima um argumento ilustrativo das diretrizes da Igreja em relação à sexualidade, à reprodução e à família. Trata-se também de perceber um segundo fenômeno histórico: a Igreja responsabiliza, em grande medida, as mulheres pelas possíveis causas da perda da virtude feminina. Ainda que se trate de apenas uma voz, que certamente realça a visão mais reacionária da Igreja Católica brasileira, cremos que ela é capaz de mostrar a força da Igreja em influenciar posteriores discussões e políticas sobre saúde pública e, mais importante para a agenda feminista, sobre os direitos das mulheres sobre o próprio corpo. Esse ponto é relevante na medida em que nos declara o grande desafio que persiste em

ultrapassarmos o enfoque da saúde e chegarmos ao enfoque dos direitos. De fato, esse impasse não é particular ao contexto brasileiro³⁷, mas um desafio e frente de ação dos movimentos feministas na América Latina contra os valores patriarcais e heteronormativos da Igreja Católica.

O campo da influência cristã é amplo o suficiente para alcançar a política. Encarregada da responsabilidade de ser uma figura central do laicato católico, a função doutrinária foi a base de toda reação da Igreja, como forma de ligar a “crença interior à intensa atuação pública” (COSTA, 2008, p. 190). É nesse sentido que Alceu Amoroso Lima define a política em 1938:

Para restituirmos, portanto, à política um pouco ao menos de todo o prestígio que perdeu, precisamos voltar a considerá-la não apenas como um jogo de posições ou como um aproveitamento geitoso de oportunidades, como que o ecletismo que nos domina, - mas como uma actividade ao mesmo tempo doutrinária e prática, que precisa conhecer os seus princípios antes de passar às aplicações. (LIMA, 1953, p. 14).

Para Alceu Amoroso Lima, bem como para a hierarquia da Igreja Católica brasileira, o processo de doutrinação tinha que ser incorporado na família, na escola e no Estado. Os dois primeiros atuam com a responsabilidade pela formação intelectual e moral do homem, “enquanto o Estado é uma instituição formadora do senso social dos homens” (LIMA, 1953, p. 40). Além disso, a doutrina católica é a única capaz de guiar a política para a sua própria sustentabilidade e funcionalidade frente a “dois erros opostos” presentes na sociedade moderna: o individualismo e o socialismo (LIMA, 1953, p. 14, 38). Interessante perceber que os laços entre a Igreja e o Estado, nesse momento, se baseavam na ênfase conferida pela Igreja Católica às questões de ordem, de nacionalismo, de patriotismo e de anticomunismo, coincidentes com a orientação do governo Vargas (MAINWARING, 1989). Uma leitura do que a política deveria embasar, bem como das forças capazes de desestruturá-las, serve, em menor ou maior grau, para entender o vínculo entre a Igreja e a política.

Nesse sentido, voltemos, então, para o relacionamento entre o Igreja e Estado, com o enfoque particular na Liga Eleitoral Católica (LEC) e sua influência na Constituição de 1934, bem como o relacionamento íntimo do laicato com Gustavo Capanema, Ministro de Educação durante o governo Vargas. Fundada por Dom Leme, a LEC tinha um objetivo duplo: ajudar os católicos a votarem e estabelecer um vínculo entre os valores católicos e a missão da política.

³⁷ A tênue linha entre questões morais, oriundas de doutrinas e valores religiosos, e a política se cruza novamente no tenso campo de debate sobre o aborto, mais especificamente a descriminalização do aborto, no Brasil. Percebemos como a permanência da doutrina cristã nas últimas eleições presidenciais de 2010 se tornou pauta central para vencer.

A LEC não estava filiada a nenhum partido, mas era “avidamente anticomunista” (MAINWARING, 1989). De modo geral, a LEC encorajava os eleitores católicos a votarem em candidatos conservadores ou alinhados com questões apoiadas pela Igreja. A capacidade da LEC exercer sua influência foi notavelmente grande, tendo a maioria dos candidatos³⁸ que ela apoiava sido eleita para a Assembléia Constituinte de 1933. Além disso, conseguiu-se incorporar importantes propostas e interesses católicos na Constituição de 1934.

Dentre as mudanças na Constituição que refletem esses interesses católicos, destacaremos pelo menos oito: (1) o prefácio da Constituição contém a frase “pondo a nossa confiança em Deus”, (2) os religiosos obtêm direitos civis, (3) a personalidade jurídica das ordens religiosas não sofre entraves, (4) o estabelecimento de assistência espiritual às organizações militares e oficiais, (5) o casamento religioso é reconhecido pela lei, (6) o divórcio é proibido, (7) o Estado financia a Igreja, através do estabelecimento de um interesse coletivo e (8) o estabelecimento do ensino religioso nas escolas (ALVES, 1979; HTUN, 2003).

Detemo-nos sobre o debate em torno do divórcio que, permeado por um discurso religioso e moralista, acabou com a adoção de uma cláusula de indissolubilidade do casamento. Houve grande oposição a essa regra, a partir do argumento de que a Constituição havia sido elaborada para cidadãos livres e não apenas para católicos e, portanto, a referida cláusula restringiria a liberdade de outros cidadãos não católicos.

Apesar disso, o divórcio seguiu sendo proibido por mais de três décadas. O debate em torno do divórcio ganhou uma nova face com a figura de Nelson Carneiro, em 1946, que propôs diversos projetos de lei que visavam alterar a legislação regulando o casamento, com o intuito de expandir os direitos da mulher e das crianças. Não obstante, sua figura foi duramente rejeitada por parte da Igreja Católica e dos políticos mais conservadores. A preocupação de Carneiro foi fundamental para a compreensão de como a possibilidade do divórcio expandiria os direitos das mulheres e como sua proibição estabelecia um peso duplo para elas. Em primeiro lugar, a impossibilidade do divórcio as forçava a conviver em uma união instável. Em segundo lugar, as mulheres que se separavam tinham que viver com o estigma social de tal separação. As propostas de Carneiro foram derrubadas novamente em 1951 e em 1964 devido à forte pressão e oposição da Igreja, que as taxava de criminosas (HTUN, 2003).

³⁸ Um dos notáveis militantes conversadores da Igreja eleito para a Assembleia foi Plínio Correa de Oliveira, que em 1960 fundou a Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma organização da extrema-direita católica (ALVES, 1979, p. 37).

É importante notar que não foi apenas Carneiro quem advogou pelo fim da proibição do divórcio. Diversos advogados, juízes, sociólogos e políticos entendiam que uma reforma da legislação sobre o divórcio era necessária para acompanhar as mudanças sociais e suas consequentes influências na estrutura familiar. Durante esse período, diferentes formas extralegais foram encontradas para a obtenção do divórcio: pessoas da classe média e alta viajavam para o Uruguai ou México para obter o divórcio, mesmo que não fosse reconhecido no Brasil; encontravam-se padres que aceitavam abençoar segundos casamentos, mesmo diante da condenação pela Igreja Católica.

Novamente, as pressões de movimentos sociais – tais como o “Movimento contra o Desquite e a Favor do Divórcio”, liderado por Zizi Leon em 1942, e o “Movimento Pró-Divórcio”, liderado por Maria Lucia D’Avila já na década de 1970 – e as mudanças, em todo o mundo, nas leis de casamento, ajudaram a reforçar a proposta de Carneiro. Ironicamente, foram as estremecidas relações entre o General Geisel e a Igreja Católica que colocaram as bases para que o governo apoiasse a campanha pelo divórcio. A legislação³⁹ permitindo o divórcio foi aprovada em 1977. No entanto, continha a rígida regra que tornava o divórcio possível depois de cinco anos de separação ou após três anos de uma separação judicial (HTUN, 2003, p. 95). A força e o enraizamento das ideologias religiosas devem, portanto, ser compreendidas tanto na sua articulação no espaço privado quanto no espaço público, para não se correr o risco de subestimar o seu potencial de legitimação de estruturas patriarcais e desiguais no que tange às questões de igualdade de gênero.

Nesta análise das relações entre Igreja e Estado que afetam políticas capazes de influenciar as relações de gênero no Brasil, é importante também considerar a relação ou o “pacto político” entre o governo Vargas, de origem castilhistas e positivista, e figuras proeminentes da Igreja, como Dom Leme, Padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima. Segundo Simon Schwartzman (1985), essa relação levou a mudanças significativas na Constituição de 1934, como discutimos acima, mas também sinalizou uma presença da Igreja mais ativa na educação, já que o pacto levou o Ministério da Educação a ser entregue a uma pessoa de confiança da Igreja (SCHWARTZMAN, 1985, p. 165). O que a discussão sobre

³⁹ Htun (2003) relata como as tensões aumentaram nos dias precedendo a votação, com uma intensa ameaça por parte dos militantes católicos mais conservadores. Segundo Htun (2003, p. 95), esses esforços incluíram: envio de cartas ameaçando senadores, um padre em Porto Alegre enviou panfletos antidivórcio para os deputados, diversas manifestações no Rio de Janeiro e Belo Horizonte contra o divórcio também ocorreram, bispos ameaçaram excomungar os deputados em favor da legislação e formularam listas desses deputados para estabelecer campanhas contra eles nas próximas eleições. Interessante perceber que, nas últimas eleições presidenciais, também presenciemos atos semelhantes, oriundos de certos setores da Igreja Católica e Evangélica, que buscavam desestabilizar a campanha da Dilma Rousseff a partir da polemização do tema do aborto.

essa relação evidencia é como a doutrinação católica conseguiu interferir diretamente na política e na formulação de leis relativas à questão de gênero, em duas instâncias: em geral, na área da educação e, especificamente, na elaboração do Estatuto da Família, formulado por Gustavo Capanema.

Neste contexto, Schwartzman (1985) aponta que o debate entre educação pública vs. educação privada, iniciado na Europa, foi marcado, de um lado, por aqueles em favor do ensino público e universal, e, por outro lado, pela presença da Igreja como defensora do ensino privado. Diante do pacto⁴⁰ estabelecido, a Igreja trabalhou para que os conteúdos da educação se alinhassem a sua doutrina. Diferentemente do debate forjado no Brasil, Schwartzman ressalta que na Europa a polêmica envolvia a separação estrita entre a Igreja e o Estado. No Brasil, a Igreja continuou o processo de expandir a sua atuação a partir da criação da rede de escolas religiosas de nível secundário e também do projeto de criação de universidades independentes (SCHWARTZMAN, 1985, p. 165). Cabe ressaltar que as duas frentes de defesa, do ensino público e leigo, representadas por Anísio Teixeira, e da incorporação do ensino religioso, representada por Alceu Amoroso Lima, visavam uma maior interferência e responsabilidade do Estado no ensino.

Os principais resultados desse pacto ocorreram na área do ensino secundário⁴¹, com o argumento em torno da necessidade do ensino humanista nas escolas, havendo uma concentração em matérias consideradas fundamentais para a formação do indivíduo. Essas mudanças não somente refletem a realidade do país, mais capaz de formar professores nas áreas humanas, mas também eram uma expressão da ideia de que o ensino secundário era o caminho para formar as elites nacionais (SCHWARTZMAN, 1981). Segundo Margarita Rodriguez⁴² ([2010?]), Alceu Amoroso Lima, em *Debates Pedagógicos* (1931), já criticava o rumo que a educação tinha tomado, principalmente por ter deixado de lado o sentido humanista da educação. Lima entendia que era preciso retomar um modelo de educação capaz de formar indivíduos para sua atuação na vida social, que fosse pautado no humanismo e com bases na doutrina cristã.

⁴⁰ Importante lembrar que esse pacto se firmou devido à atuação do Francisco Campos, primeiro-ministro da Educação, que acaba não ocupando o posto de Ministro no Estado Novo. Campos buscava “transformar a Igreja em grande instrumento de mobilização popular para a sustentação de um regime autoritário” (SCHWARTZMAN, 1985). Campos mantinha relações com os setores mais conservadores da direita católica e até mesmo do integralismo, voltando a ser uma figura importante no golpe de estado de 1937.

⁴¹ Na área do ensino primário, a principal atuação do Estado Novo foi, de fato, repressiva, ao impedir filhos de imigrantes japoneses, italianos e alemães de serem alfabetizados em suas línguas maternas (SCHWARTZMAN, 1985).

⁴² Para reflexões distintas da visão de Alceu Amoroso Lima sobre a educação em *Debates Pedagógicos* (1931) e *Humanismo Pedagógico* (1944), bem como sua aproximação com as ideias de Jaques Maritain e São Tomas de Aquino, veja Rodriguez ([2010?]).

Uma segunda mudança que demonstra a relação entre a Igreja e as políticas educacionais foi a colaboração da Igreja com o ideal corporativo. Esse ideal se processa com a tentativa de estabelecer uma relação entre o ensino e o mercado de trabalho, na qual o ensino cívico e os trabalhos manuais passaram a ser obrigatórios nas escolas (RODRIGUEZ, [2010?], p. 1210; SCHWARTZMAN, 1981). Por fim, a Igreja também influenciou as mudanças no sistema educacional ao contribuir com a seleção ideológica de funcionários ministeriais e professores da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro). De modo geral, as diretrizes ideológicas na área da educação iam de encontro à moral cristã, sobretudo na valorização das ideias nacionalistas, que, na prática, se voltavam ao ensino cívico e moral. O efeito disso foi transpor a doutrina católica para a área educacional⁴³, ganhando melhor controle e visibilidade para “assegurar a organização nacional, mediante a organização cultural” (RODRIGUEZ, [2010?], p. 1211).

A formação da nacionalidade brasileira estava presente como um dos temas centrais na obra amorosiana, *Debates Pedagógicos* (1931), particularmente quando o autor ressalta o apoio à única revolução necessária: a revolução espiritual (RODRIGUEZ, [2010?]). Tanto em *Debates Pedagógicos* (1931), quanto em *Humanismo Pedagógico* (1944), Alceu Amoroso Lima retrata a sua preocupação com o individualismo crescente nas sociedades e com uma formação espiritual na América Latina. Alceu Amoroso Lima enfatizará nessas obras a necessidade de enraizar uma tradição capaz de formar o caráter nacional e dos homens com a fundamentação única nas tradições e valores cristãos. É possível assumir que, com o relacionamento próximo entre figuras ligadas à Igreja Católica e ao governo Vargas, essas mesmas ideias e preocupações ocuparam espaço na política.

No que se refere à continuada interferência da Igreja na agenda política do Ministério da Educação, passaremos agora à questão que está mais diretamente ligada às relações de gênero. Apesar da relação estreita estabelecida entre Gustavo Capanema no Ministério da Educação e a hierarquia católica, veremos que muitos dos interesses acabaram não sendo incorporados na legislação diante da orientação secular do governo que acabou prevalecendo (SCHWARTZMAN, 1981). A relação com os setores católicos militantes está documentada, inclusive, no arquivo Capanema, que inclui artigos e cartas trocadas com Tristão de Athayde. Nessas cartas Tristão de Athayde cumprimentava tanto o ministro Capanema quanto o

⁴³ Um dos traços notáveis desse processo é que ele vai de encontro com a ideia de “modernização conservadora,” onde, por um lado, existem esforços para criar um forte sistema educacional, mas por outro existem traços conservadores se manifestando pela concentração do poder. O debate entre a Igreja e o Estado no ensino público e privado se estende ao longo dos anos 50 e 60, quando finalmente é aprovada, no início dos anos 60, a Lei de Diretrizes e Bases que contempla novamente alguns desejos da Igreja (SCHWARTZMAN, 1985).

presidente Vargas por zelarem pela proteção da família no Estatuto (SCHWARTZMAN, 1980). Além disso, o arquivo oferece evidências de estudos e documentos elaborados pelos católicos para ajudar na formulação do Estatuto.

O intuito de ressaltar os elementos que compunham o projeto de lei elaborado por Capanema é duplo. Isso porque ilustra claramente como Capanema tinha como sua base uma ideologia doutrinária e como esta se casa com um lugar específico reservado para as mulheres brasileiras na sociedade. O objetivo geral do seu projeto, formulado em 1939, era tanto aumentar a população do país quanto proteger a família em sua função tradicional (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72). Para Capanema, a família precisava ser protegida das constantes ameaças de corrupção e degradação, já que ela “é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulos morais” (PREÂMBULO DO ESTATUTO DA FAMÍLIA, 1939 *apud* SCHWARTZMAN, 1981, p. 72). Entre as medidas que certamente restringiriam a autonomia das mulheres, destacaremos algumas dimensões do projeto de Capanema que trazem à tona a clara presença da doutrina moral e social católica. Primeiro, o estatuto buscava facilitar o casamento e, para tanto, estabeleceu uma série de providências, como o reconhecimento civil do casamento religioso. Também incluiu incentivos tais como empréstimos matrimônios; impostos propostos para solteiros, casados ou viúvos sem filhos; abono para recompensar financeiramente famílias com muitos filhos, etc. O Estatuto, portanto, enfocava a ampliação da família através do amparo à maternidade.

Além dessas medidas, o estatuto ainda incluiu outras com repercussões para além do núcleo familiar no que concerne ao mercado de trabalho, à educação e até mesmo à censura. Observa-se que todas elas acabavam reforçando a dicotomia público e privado, bem como estabelecendo distintas responsabilidades para homens e mulheres, alinhadas à doutrina católica. No que se refere ao mercado de trabalho, o Estatuto previa que os pais de família tivessem preferência em cargos e funções públicas, na competição com solteiros ou casados sem filhos (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72). O artigo 14 é ainda mais explícito no que tange ao papel da mulher na sociedade brasileira, afirmando que “o Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão das mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da conveniência familiar” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72). Subjacente a essas medidas está a exemplificação de como a esfera privada não é mais a estrutura primária de práticas e normas patriarcais. Ao estender papéis específicos e assimétricos de gênero para a esfera pública percebemos reconfigurações do patriarcado

privado no público (WALBY, 1990). Cabe salientar que mesmo que essas medidas não hajam sido incorporadas no projeto final, assinado por Vargas em 1941, elas demarcam toda influência da doutrina católica no Estado e em instituições.

Conquanto a área da educação não se configura como uma das dimensões específicas do patriarcado público definido por Sylvia Walby (1990), o Estatuto inegavelmente reproduz um discurso patriarcal. Isso porque dispõe que o Estado tem a responsabilidade de educar a família, devendo os homens ser educados para se tornarem plenamente aptos para serem chefes de famílias, enquanto as mulheres precisam de uma educação que “as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para criação dos filhos e capazes da administração da casa” (ESTATUTO DA FAMÍLIA, 1941 *apud* SCHWARTZMAN, 1981, p. 72). Por fim, o Estatuto⁴⁴ abarca toda a proteção da família com uma medida ainda mais autoritária, impondo uma censura generalizada. O artigo 15 prevê a censura do Estado na cátedra, no livro, na imprensa periódica, no cinema, no teatro e na rádio, ou qualquer meio que faça propaganda contra a família.

Como já mencionamos, apesar do fato de que Vargas preferiu um Estatuto mais pragmático e menos doutrinário, rejeitando as medidas citadas acima, há claras evidências da influência da Igreja na elaboração do Estatuto de Capanema. A linguagem patriarcal demarca o esforço dos militantes e intelectuais católicos em manter os seus interesses vivos até mesmo no escopo da legislação. Porém, o golpe de 1937 acabou mudando as relações estabelecidas pelo “pacto” entre Igreja e o governo Vargas. O Estatuto, que resulta no Decreto-lei no 3.200 de abril de 1941, optou por vincular a questão demográfica à legislação social e trabalhista e entendeu que a inserção da mulher no mercado de trabalho não era um fator economicamente ruim para o país. Vale lembrar que, ao mesmo tempo em que essas tradições exerceram influência sobre tais políticas, o Estado deteve certa autonomia, já que se organizava a partir da sua própria lógica e, por sua vez, não era totalmente dominado seja pela religião ou pela economia. Todavia, interessa-nos apontar para possíveis tensões e rupturas entre a doutrina católica e os papéis rígidos estabelecidos por ela para os homens e mulheres, lembrando que a capacidade de distanciar-se dessas tradições é um possível caminho para conduzir a processos de reformas legais com o objetivo de se promover a igualdade de gênero.

⁴⁴ Cabe ressaltar, contudo, que vozes feministas discordaram do Estatuto e ajudaram a derrubá-lo. Entre essas vozes está Rosalina Coelho Lisboa, jornalista e diplomata, que exerceu importante papel em sua crítica ao Estatuto. Lisboa argumentava que o mesmo estava embebido em preconceitos dos homens contra as mulheres (SCHWARTZMAN, 1981).

3.3.2.2 A prova dos tempos: gênero e família na fase progressista do pensamento amorosiano

A partir dos anos 40, Alceu Amoroso Lima começa a se afastar do pensamento conservador e reacionário do catolicismo direitista que, por sua vez, tinha marcado a sua escrita nos primeiros anos após sua conversão. Já é possível detectar a mudança de Alceu Amoroso Lima quando o mesmo critica o governo Vargas no artigo “Definição”, publicado na revista *A Ordem* em 1945, criticando a censura e pedindo o retorno ao regime democrático (RODRIGUES, 2009; COSTA, 2008). Sua crítica buscava apoio entre os intelectuais e católicos no que se refere a uma denúncia contra o regime advinda de diversos setores. Alinhando suas reivindicações à doutrina cristã, Alceu Amoroso Lima afirma seu posicionamento no artigo nos seguintes termos:

Estamos, além disso, convencidos de que a atual Ditadura não tem prestígio moral para realizar a transição delicadíssima entre o regime do Arbítrio e o regime da Lei. Há quinze anos governo o Brasil – ora sob a forma provisória (1930-1934): ora sob forma legal (1934-1937): ora sob forma arbitrária (1937-1945) – sem ter conseguido até hoje resolver nenhum dos problemas políticos fundamentais de nossa terra. Durante quinze anos não conseguiu criar, entre nós, um regime de liberdade, de respeito e de ordem legal, capaz de permitir o verdadeiro Apostolado da Palavra de Deus e da ação fecundante do fermento evangélico, por meio da Ação Católica, da Ordenação Intelectual e da vida Litúrgica, condições essenciais para a recristianização do século XX e para a evangelização da Idade Nova em que estamos ingressando com a vitória iminente das Nações Unidas contra o Eixo Totalitário e seus apêndices. (LIMA, 1945, p. 267-277 *apud* RODRIGUES, 2009, p. 46).

Declarações parecidas surgem em diversos escritos e discursos de Alceu Amoroso Lima, incluindo o discurso para os membros da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo em 1945 e artigos publicados em *A Ordem*, entre 1945 e 1947. Ao transitar do campo conservador para o campo das ideias mais progressistas, Alceu Amoroso Lima acreditava que uma nova ordem democrática deveria ser aquela que “garantia um número progressivamente de cidadãos a participação efetiva no governo da nação, nos bens materiais da comunidade e nas conquistas culturais e espirituais da humanidade” (LIMA, 1945⁴⁵ *apud* RODRIGUES, 2009, p. 47-48).

Além disso, há um distanciamento com o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Percebemos aqui como Alceu Amoroso Lima volta a revisitar as ideias políticas e

⁴⁵ Refere-se ao artigo “Uma entrevista de Tristão de Athayde” encontrada na *A Ordem*.

filosóficas que foram fundamentais antes da sua conversão ao catolicismo. Nessa virada, Alceu Amoroso Lima se aproxima do pensamento social cristão de Jaques Maritain⁴⁶, incorporando uma visão orientada por uma perspectiva de justiça social e antevendo o papel da Igreja nessa missão democratizante. O pensamento renovado na França inspirou Alceu Amoroso Lima a abandonar certas convicções e a se reposicionar mais criticamente dentro e fora da Igreja Católica. Tanto que na carta escrita para sua filha, Madre Maria Teresa, em outubro de 1958, enquanto residia em Nova Iorque, Alceu Amoroso Lima insinua que, dependendo das divergências com a Igreja e as suas “próprias inclinações (em matéria política, social, econômica, etc.)”, ele terá que reconsiderar se está realmente “em desacordo com a *doutrina*” e se deveria silenciar como “intérprete da doutrina social” e “falar cada vez mais em [seu] próprio nome” (ATHAYDE, 2003, p. 56).

De certa forma, as transformações que ocorrem na vida pessoal de Alceu Amoroso Lima, desde as inquietações que levaram a sua conversão até a sua mudança de visão de um modelo mais progressista para a Igreja Católica brasileira, também podem ser pensadas como mudanças de um escopo privado (íntimo) que atravessaram para o público (intervenções na sociedade e política) (COSTA, 2008). Importante deixar claro, desde já, que essa seção não busca recuperar todos os elementos que contribuíram para essa transformação no que tange às ideias de Alceu Amoroso Lima nesta nova fase. O intuito é revelar possíveis mudanças em relação ao papel da família e da mulher nessa nova perspectiva progressista.

Assim, pretende-se trabalhar com algumas ideias encontradas em *A Família no Mundo Moderno* (1967) a fim de entender como o autor percebe a família e as dinâmicas das relações de gênero frente ao seu pensamento mais progressista católico. A escolha dessa obra se justifica pela possibilidade de se fazer comparações com *Idade, Sexo e Tempo* (1953), já que ambas, de certa forma, buscam retratar uma concepção psicológica e sociológica da sociedade e dos seus membros. Interessante perceber, logo no início da obra, tons e temáticas semelhantes aos escritos anteriores de Alceu Amoroso Lima que ilustram sua preocupação com a forma em que as mudanças na sociedade têm impactado a estrutura familiar. O tema subjacente a essa preocupação, o de pensar nos “mais puros princípios de ortodoxia católica” para restaurar a família e a felicidade dos homens, demarca o texto como claramente católico. Coerente com sua perspectiva anterior sobre a família, Alceu Amoroso Lima reforça que “o

⁴⁶ Como Costa (2006) nos lembra, Jaques Maritain não era bem visto entre a hierarquia católica e os militantes da direita devido à sua aproximação com ideias socialistas. Com isso, Alceu Amoroso Lima foi não somente criticado, mas também censurado por diversos clérigos da Igreja brasileira. Nesse período, Alceu Amoroso Lima já não contava com uma base amigável de apoio ou até mesmo de interlocução na hierarquia da Igreja Católica Brasileira, particularmente após a morte de Dom Leme e Padre Leonel Franca na década de 40.

único tipo de família capaz de salvar a sociedade e o homem moderno dos males que os ameaçam pelas novas escravidões onde se arriscam a perder toda a sua dignidade e toda sua liberdade” é a base da família cristã (LIMA, 1967, p. 21).

Do ponto de vista sociológico, o autor ressalta quatro grandes fenômenos presentes no mundo moderno: a ascensão das massas, a emancipação feminina, a divulgação da cultura e a instabilidade das estruturas (LIMA, 1967, p. 15). Enquanto nos textos anteriores havia uma clara oposição às ideias socialistas presentes na sociedade, aqui Alceu Amoroso Lima opta por apenas reconhecer que as massas são atingidas por diversas ideias, sejam socialistas, capitalistas, cristãs, budistas, etc. Além disso, o que importa para o autor é proteger contra ameaças a estrutura fundamental da sociedade e da realidade humana, a família.

Porém, é o segundo fenômeno histórico delineado pelo autor que nos interessa mais aqui. Segundo Alceu Amoroso Lima, a emancipação feminina, seja na vida doméstica, política ou econômica, é talvez a mudança mais generalizada no mundo. Tal fenômeno trouxe conquistas para as mulheres, particularmente devido a sua maior presença em atividades econômicas e na vida política. Contudo, o autor é rápido em afirmar que se por um lado essas conquistas são importantes, por outro elas abrem espaço para a vulnerabilidade do espaço doméstico:

Mas o papel das mulheres, em todos os setores da vida social, é hoje maior do que jamais foi, em qualquer momento da história da humanidade. É o menos que se poderá dizer dessa participação cada vez mais importante da mulher na vida social moderna, nem sempre em benefício da instituição onde o seu papel tem de ser primacial, sob pena de corrupção e desaparecimento: a família. (LIMA, 1967, p. 18).

Não menos problemático para a família são dois males ou “desagregadores da constituição natural e sobrenatural da família”: o divórcio e a contracepção. Indo de encontro às ideias disseminadas na fase reacionária de doutrinação católica de Alceu Amoroso Lima, bem como de outros militantes da hierarquia eclesiástica, encontramos, aqui, uma argumentação similar. Desta vez, Alceu Amoroso Lima percebe a problemática por dois lados, exercendo influência sobre as massas e as elites:

Ora, os planos sociais em que êsses dois males mais atuam são precisamente as elites e as massas. É onde reinam o luxo e a miséria em que a família, como sistema natural de constituição da sociedade, mais se vê atacada em suas fontes biológicas e em sua estabilidade conjugal. É nas favelas que prolifera o “companheirismo”, em substituição do casamento civil ou religioso, como consequência quase inevitável da promiscuidade trazida pelas trágicas condições de insatisfação das necessidades materiais mais elementares, como sejam a da habitação ou do vestuário. Como é nas classes mais abastadas que prolifera a família de filho único ou sem filhos, raramente consequência da constituição biológica dos cônjuges mas, ao contrário, produto do egoísmo patrimonial ou puramente mundano. (LIMA, 1967, p. 25).

Trata-se de perceber a crítica à estabilidade familiar precisamente no que concerne ao casamento e à criação dos filhos em todas as classes. O autor acredita que uma possível solução poderia se dar evitando o luxo e implementando uma série de provisões capazes de redistribuir melhor os recursos econômicos e priorizar a educação.

Diante desse cenário, a mulher deveria concentrar seus esforços no cumprimento dos seus deveres domésticos. No plano ideal, com condições salariais perfeitas, Alceu Amoroso Lima delineia as responsabilidades do homem e da mulher baseando-se na clássica divisão do público e privado quando afirma: “[...] os recursos econômicos provêm do trabalho manual ou intelectual do pai; a mãe provê e dirige os trabalhos domésticos” (LIMA, 1967, p. 26). Os problemas oriundos da insuficiência dos recursos foram em grande medida responsáveis pela necessidade da mulher se inserir no mercado de trabalho. Com isso, a ordem familiar torna-se cada vez mais vulnerável e se põe à mercê do “enfraquecimento da autoridade paterna; a esterilidade maternal, natural ou procurada; a impossibilidade ou a inferioridade da educação doméstica, com a prematura dispersa dos filhos” (LIMA, 1967, p. 27). Ou seja, as duplas e triplas jornadas das mulheres não é um motivo para rever, por exemplo, a divisão dos trabalhos domésticos.

Na lógica amorosiana, nas fases conservadora e progressista, encontramos um mesmo discurso sobre os papéis de gênero. Cada indivíduo tem um dever específico capaz de manter a integridade de sua família: “O pai tem a sua autoridade baseada nos deveres que tem para com a mulher e os filhos. A mulher tem seus direitos intangíveis, como esposa ou como mãe, enquanto fiel aos seus deveres conjugais e maternos” (LIMA, 1967, p. 47). A vida familiar estável depende, portanto, da reciprocidade desses deveres. Assim, a mulher continua sendo valorizada, sobretudo, na sua capacidade de se manter como o “centro da família”, na função de mãe e esposa. Porém, essa valorização não vem sem um custo; ela opera em um nível simbólico e prático nas esferas privada e pública, nas relações da vida social e na política propriamente. Se o pensamento amorosiano abraça ideias mais sociais e democráticas na busca de uma idade nova, essa perspectiva não cruza o eixo da igualdade de gênero.

Até o momento encontramos convergências no pensamento autoritário e católico no que concerne às relações de gênero na sociedade brasileira. Esses apontamentos evidenciam que essas tradições normativas e seus respectivos atores/autores foram capazes de influenciar o imaginário sociopolítico do século XX. Defendemos que as lutas por reconhecimento dirigidas pelas feministas também tiveram um impacto no Estado, nas práticas sociais e diversas instituições. Contudo, verificamos como o enraizamento de práticas e crenças patriarcais agora se estendeu para a esfera pública, mantendo um lugar subordinado reservado

para as mulheres. Na próxima e última seção deste capítulo, buscamos investigar se o pensamento de esquerda foi capaz de romper com esses discursos patriarcais e estabelecer novas diretrizes emancipatórias no campo das relações de gênero e no imaginário.

3.3.3 Esquerda no Brasil: Contradições Históricas entre o Marxismo e Feminismo

O pensamento marxista abriu caminho para se pensar sobre a construção social das desigualdades que se operavam mais profundamente através e dentro do sistema capitalista e suas estruturas subsequentes. Nesse sentido, o que o pensamento marxista trouxe à mesa de debates com as feministas foi a possibilidade da teorização sobre o processo de subordinação das mulheres em relação a determinados contextos socioeconômicos, o processo e a relação entre trabalho capitalista e o trabalho doméstico e a forma como a análise da ideologia revelou outras dimensões relacionadas aos conflitos sociais (ARAUJO, 2000, p. 65). No entanto, apesar das confrontações do marxismo e da dura crítica da natureza opressora do sistema capitalista, as feministas têm apontado para a sua incapacidade de conceituar a opressão das mulheres para além da noção de classe. Em termos muito gerais, as feministas têm tentado mostrar que as estruturas implicadas na subordinação das mulheres já estavam presentes antes dos modos de opressão decorrentes das sociedades capitalistas. Assim, visto nesta perspectiva, o marxismo deixou de considerar o impacto que certas construções sociais tiveram sobre a formação de subjetividades. Acreditando que a raiz da opressão das mulheres foi o sistema de classes, o pensamento marxista acabou contando com uma concepção específica da natureza da mulher (JAGGAR, 1983), que é primordialmente o que nos interessa aqui nesta seção.

Dada a preocupação do marxismo com o sistema capitalista, a compreensão da opressão das mulheres é explicada como consequência da opressão dentro do sistema. Embora Marx e Engels tenham tentado enfatizar que a subordinação das mulheres decorre do sistema de classes, ambos não conseguiram problematizar ou capturar as dimensões variadas da opressão das mulheres, especialmente na esfera privada, dada a dinâmica de poder desigual incorporado também lá. Como Jaggar (1983) observa, o próprio Marx não investigou minuciosamente a questão da mulher. É Fredrick Engels, em *A Origem da Família, da*

Propriedade Privada e do Estado, que discute, mais particularmente, embora brevemente, a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo, que, por sua vez, oprime as mulheres a fim de servir aos interesses do capital. Apesar da oposição do marxismo ao modelo liberal, racional, ele também se torna vítima da compreensão da natureza humana ligada às diferenças biológicas entre homens e mulheres (JAGGAR, 1983). Essa visão reforça a concepção de que o trabalho está associado à natureza masculina (JAGGAR, 1983). Não há um distanciamento com outras concepções e teorias que se baseiam em uma lógica androcêntrica para compreender a natureza humana.

Os desafios feministas ao marxismo têm sido frutíferos para ambas as vertentes de pensamento, ampliando as considerações das interseções de estruturas opressoras nas sociedades capitalistas e rompendo com a absorção do feminismo no marxismo. Como Heidi Hartmann (1996) afirma em seu artigo seminal, ambos os pensamentos podem contribuir um para o outro, informando os pontos fracos em cada um. Por um lado, o marxismo é útil para se analisar as leis do desenvolvimento histórico, mas suas categorias são cegas ao sexo. Por outro lado, o feminismo apresenta uma análise mais aprofundada das estruturas opressoras nas relações de gênero, muitas vezes informadas pelo patriarcado. O que falta ao feminismo seria uma perspectiva mais histórica e material, que poderia ser reforçada pelas categorias marxistas.

Tendo isso em mente, vale a pena chamar a atenção para o fato de que tanto o feminismo quanto o marxismo são termos politicamente carregados aos quais não foram apenas atribuídas conotações pejorativas ao longo da história, mas que também envolvem vários pontos de vista e interesses controversos (JAGGAR, 1983). Além disso, as avaliações e críticas do marxismo aqui serão lidas de acordo com o contexto histórico e políticos específicos que evoluíram como uma tradição no Brasil. Nossa leitura pretende testar como o pensamento marxista influenciou o pensamento de esquerda do Brasil em relação às mulheres, embora evitando ao mesmo tempo uma leitura anacrônica de seus avanços e limitações. Com esse objetivo em mente, procuramos mostrar as implicações de como, da direita à esquerda, as tradições normativas no Brasil convergiram em relação à ênfase colocada sobre o papel tradicional das mulheres e, conseqüentemente, para a manutenção da divisão entre público e privado no esquema das relações de gênero.

Por isso, a seção será dividida em três subseções. Primeiro, antes de discutir a formação do PCB no Brasil, ressaltaremos como o marxismo pensou a "questão da mulher" com o início da revolução russa a partir da contribuição de Lenin até o regime de Stalin. Essa discussão servirá como pano de fundo para fazermos a transição entre a história do PCB e sua

relação com o lugar das mulheres no partido e na sociedade brasileira. O impacto da incorporação de algumas questões referentes às relações de gênero em última análise levou a várias contradições em relação à emancipação das mulheres, refletindo o fato de que a "questão da mulher" para o marxismo não era o mesmo que a agenda ou "questão feminista" (HARTMANN, 1996). Este breve panorama histórico é importante para, em seguida, considerarmos como o PCB formatou a sua própria relação com a "questão da mulher", dado que a sua referência principal foi a versão russa. Como Tavares (2003) argumenta, o padrão adotado no Brasil, envolvendo ritos, símbolos e tradições que remetem à ordem das relações de gênero, pertencia ao modelo soviético apesar de manter as particularidades oriundas da própria sociedade e herança patriarcal brasileira. Em segundo lugar, vamos olhar para a dinâmica que envolve a história turbulenta e muitas vezes fragmentada do PCB. A consideração da relação entre os principais atores do PCB e o Estado nos ajuda a entender o papel secundário que as mulheres desempenharam na história do partido. Esta análise irá fornecer uma melhor compreensão das dificuldades na definição de certas agendas, dados os contextos político e econômico em que a esquerda no Brasil se encontrava. Em nossa subseção final, vamos considerar brevemente como Nelson Werneck Sodré, considerado um dos principais pensadores marxistas da época e membro do PCB, articulou (ou não) as questões da exploração material, desigualdades e gênero.

3.3.3.1 O modelo soviético e as promessas da igualdade de gênero

A revolução bolchevique trouxe uma promessa de igualdade de gênero ao propor o projeto de dismantelar o sistema capitalista que seria a raiz de todas as opressões e, mais especificamente, da subordinação de gênero. As mudanças econômicas e políticas que estavam sendo implementadas alteraram de fato os papéis de gênero, libertando as mulheres do peso da sua atuação restrita, até então, à esfera privada. Antes da revolução a maioria das mulheres vivia enclausurada na família, no regime patriarcal, ou eram vítimas da exploração nas empresas capitalistas (ALAMBERT, 1986, p. 57). A sua inserção na esfera pública, contudo, não ocorreu ao lado de uma significativa mudança ou redefinição do papel das mulheres na sociedade russa. Os bolcheviques acabaram usando o “novo” *status* da mulher

trabalhadora para comprovar e legitimar a sua modernidade e visão progressista em relação aos outros países na Europa (CHATERJEE, 1999). É nesse sentido que Lenin proclamou, em 1919, que “a posição das mulheres fornece uma elucidação particularmente clara da diferença entre a democracia burguesa e a socialista. [...] em nenhuma república burguesa [...] em nenhum lugar do mundo, nem no país mais avançado, as mulheres têm adquirido uma posição de completa igualdade”⁴⁷ (LENIN *apud* CHATERJEE, 1999, p. 22, tradução nossa). Apesar de não ter um plano oficial para programar essa utopia de igualdade de gênero, o discurso de Lenin fazia uso de uma simbologia que associava a nova imagem da mulher na sociedade russa com a ideia de progresso.

Contudo, esse novo *status* não significou um rompimento com o papel tradicional da mulher dentro da família, mas restabeleceu algumas funções para as famílias e a sociedade. Em outras palavras, havia uma mudança de uma perspectiva concentrada na responsabilidade individual para a coletiva, na qual a identidade da mulher não estava mais restritamente ligada ao seu relacionamento com a família, mas com a comunidade e o estado (LAPIDUS, 1978; CHATERJEE, 1999). Além disso, é importante ressaltar que a série de mudanças nas relações de gênero nesse período não significa que a igualdade era, de fato, a prioridade do partido comunista. Dentro do próprio partido os poucos que estavam envolvidos com a questão da emancipação das mulheres também enfrentaram resistência.

Apesar de tais dificuldades estruturais, Lenin pavimentou o caminho para discutir mais detalhadamente a opressão sofrida pelas mulheres, tanto na esfera privada quanto na pública. Lenin, ele mesmo, foi bastante crítico à opressão e exploração relacionadas ao trabalho doméstico, afirmando que esse trabalho deixou as mulheres na condição de escravos. Lenin também procurou fazer alterações na legislação civil e penal, bem como defendeu o direito do sufrágio das mulheres como uma medida importante para estabelecer a igualdade de gênero (ALAMBERT, 1986, p. 60). Tais ideias levariam a mudanças na legislação, marcando uma posição bastante progressista em relação à igualdade de gênero no século XX. Estas mudanças viriam a ser a base efetiva e concreta para o discurso de Lenin sobre a igualdade e o estabelecimento de um projeto socialista capaz de disseminar a igualdade de gênero.

Entre as mudanças mais significativas e reconhecidas que foram adotadas por Lenin⁴⁸ nos primeiros anos da revolução, estão: um decreto que facilitava o divórcio e

⁴⁷ Do original: “*The position of women furnishes a particularly graphic elucidation of the difference between bourgeois and socialist democracy ... in no bourgeois republic ... nowhere in the world, not even in the most advanced country, have women gained a position of complete equality*”.

⁴⁸ Lenin dedicou-se ao estudo sobre a questão feminina em suas obras e diálogos com outros marxistas e feministas, como Clara Zétkin, Rosa Luxemburgo e Inês Armand (ALAMBERT, 1986). Entre as obras que

suprimia o casamento religioso (1917); um novo Código da Família⁴⁹ que garantia a condição de igualdade para as mulheres em relação aos homens (1918); um Decreto da Terra que garantiu à mulher o direito à terra, tal como era garantido ao homem (1918); a criação do *Zhenotdel*, departamento feminino no partido, com o objetivo de mobilizar as mulheres (1919); e a legalização do aborto⁵⁰ (1920) (TAVARES, 2003; ALAMBERT, 1986).

Em geral, essas mudanças buscaram compatibilizar a produtividade das mulheres tanto no lar quanto no trabalho. Porém, essas medidas, consideradas progressistas, não foram suficientes para confrontar os costumes patriarcais enraizados na sociedade russa, bem como superar as dificuldades econômicas que o país enfrentava. Focando na dimensão capitalista dessa opressão, as noções de Lenin acerca da equidade de gênero não incluíram outras estruturas que levam à subordinação de gênero e que operavam na cultura da sociedade russa. Alambert (1986) reforça ainda que o problema da questão feminina nas ideias de Lenin se circunscreve ao fato de o assunto se limitar “à natureza, às funções, à realidade do Partido, à específica mediação político-organizativa criada como instrumento para derrota do inimigo burguês” (1986, p. 64-65). Em última análise, a instrumentalização da “questão da mulher”, de “cima para baixo”, serviu para fortalecer a revolução proletária e não necessariamente para incorporar uma consciência feminista entre as mulheres na sociedade russa. Nesse sentido, as mudanças em relação à família e aos papéis das mulheres na sociedade russa não foram capazes de erradicar uma visão moralista e tradicional. Esta é uma questão relevante, uma vez que dá origem à parte do discurso de Stalin durante seu regime. A associação entre os valores tradicionais e morais e o papel da mulher na sociedade serviria de base para o simbolismo por trás da “nova heroína” ou “mãe heróica” do regime de Stalin.

Conquanto Lenin era mais crítico ao trabalho doméstico como forma de oprimir as mulheres, o regime de Stalin trabalharia com todo um discurso e simbologia que buscava fundir o eixo do conservadorismo, pautado por valores tradicionais com um projeto de maior transformação social. O esforço de Stalin foi de promover a estabilidade da família, ligando a maternidade com a feminilidade. Se antes havia certa ruptura com os papéis historicamente

discutem mais detalhadamente a questão da mulher, estão *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), o artigo *Projeto de Programa do Partido Operário Social Democrata* e um folheto intitulado *A Emancipação da Mulher*, que reunia as suas publicações e discursos sobre a mulher.

⁴⁹ O Código russo estabeleceu diversas novidades referentes à igualdade de gênero. Entre essas, destacamos três: (1) as mulheres não precisavam adotar o sobrenome dos maridos; (2) tornou-se ilegal restringir os direitos de propriedade; (3) filhas adquiriram os mesmos direitos de herança que os filhos já tinham (RACIOPPI; O’SULLIVAN, 1995, p. 822).

⁵⁰ A legalização do aborto não foi consequência de uma discussão acerca da autonomia das mulheres sobre seu corpo, mas uma resposta dada pelo Estado para buscar diminuir as taxas de mortalidade infantil diante dos abortos ilegais praticados (RACIOPPI; O’SULLIVAN, 1995).

delegados às mulheres na esfera privada, agora Stalin resgataria a imagem da mulher-mãe, que cuida, para recompor a sociedade. Assim os papéis das mulheres no público e no privado se reforçariam mutuamente, convergindo para sobrecarregar as mulheres. As mulheres tinham a responsabilidade de serem mães e trabalhadoras para o próprio progresso do país. E Stalin precisava da força de trabalho feminino para construir seu projeto de uma economia centralizada com um aumento na industrialização. O resultado disso foi uma adulteração da teoria marxista que levaria ao esvaziamento da questão da igualdade de gênero advogado por Lenin, bem como uma conversão da teoria em propaganda.

Visando articular seu projeto, a partir de 1930, o Estado Soviético começou a mudar a legislação, antes considerada progressista no que tange às questões de gênero, e adotou um discurso moralista e conservador revalorizando a família nuclear. Além disso, o regime seguiu uma postura autoritária, refletida nas diversas perseguições políticas, condenadas posteriormente por Krushev no seu relatório de 1956. As mudanças na legislação buscavam manter a família nuclear protegida através das dificuldades para obter um divórcio, da ilegalidade do aborto e até mesmo da extinção do *Zhenotdel* (RACIOPPI; O’SULLIVAN, 1995; TAVARES, 2003; ALAMBERT, 1986). Nesse período, há também um esforço para recriminar qualquer tipo de ação que refletia algum desvio moral. Sendo assim, o regime então aprovou diversas medidas para punir o que considerava formas de degeneração sexual, como o caso da prostituição e da homossexualidade. Na década de 1940, Stalin ainda criou dois títulos para as mulheres que tinham muitos filhos: o título de Mãe Heróica (para as mulheres com mais de dez filhos) e ordem da Glória Materna (de sete a nove filhos) (NAVILAH, 1995 *apud* TAVARES, 2003, p. 53). Durante o regime stalinista⁵¹, a valorização do papel das mulheres como mães e trabalhadoras fixou o valor político e social da condição biológica da reprodução (TAVARES, 2003), ao passo que diluiu as mudanças estabelecidas na época em que Lenin priorizava mais a questão da igualdade de gênero. Além disso, o discurso do regime soviético nesse período tornou a jornada dupla das mulheres uma regra, já que as mulheres tinham um compromisso tanto com a sociedade/nação quanto com a família.

Em ultima instância, com a morte de Stalin em 1953, as medidas conservadoras adotadas na legislação russa foram suspensas, levando à autorização do aborto em 1955, à

⁵¹ Choi Chatterjee (1999) mostra como o debate em torno dos limites e alcances do regime stalinista em relação à questão de gênero tem sido polarizado em termos morais a partir dos eixos emancipação e conservadorismo. Ela atribui essa polarização a dois fatores. O primeiro seria a visão das feministas liberais que mapeiam a emancipação feminina como apenas a aquisição de direitos. Inclusive já ressaltamos o fato de que, ao retratar os avanços das lutas por reconhecimento no Brasil, deveríamos sempre evitar um reducionismo do escopo das suas demandas e não buscar uma comparação ou avaliação evolutiva. A segunda crítica que Chatterjee aponta nessas visões sobre a agenda feminista nesse momento é que a atribuição de um fracasso do regime stalinista também se remete à própria retórica e crítica ocidental em relação à história da revolução russa como um todo.

simplificação do processo e dos custos no tocante ao divórcio em 1965 e a um novo código da família, que não era tão progressista quanto ao criado sob Lenin e nem tão rígido quanto àquele de Stalin (TAVARES, 2003). No entanto, os impactos de tais tensões tiveram suas implicações para o futuro da agenda feminista na Rússia.

A intenção de brevemente considerar alguns dos acontecimentos mais marcantes decorrentes da Revolução Russa até a morte de Stalin visa criar uma ponte entre esta ideologia e aquela que é a adotada pelo PCB em relação ao papel da mulher no partido, na sociedade brasileira e no pensamento marxista brasileiro em geral. Sem uma forte tradição marxista, por motivos que consideraremos ao longo desta seção, o modelo russo foi adotado no Brasil. Durante o início dos anos 1930, muitos militantes comunistas foram enviados para a URSS com a esperança de fortalecer suas perspectivas teóricas (PANDOLFI, 1995). Dadas as circunstâncias e os eventuais laços mais fortes e estreitos com os soviets, as ideias e discursos relacionados à igualdade entre os sexos foram bastante semelhantes ao defendido pelo regime de Stalin. Assim, não só foi a “questão da mulher” incorporada ao discurso do PCB sobre a subordinação de gênero como uma forma de opressão capitalista e imperialista da classe trabalhadora e das mulheres trabalhadoras, como a questão da igualdade em si foi relegada a um segundo plano. A ausência de um maior enfoque na igualdade de gênero deve ser considerada à luz das dificuldades e fragmentação que o partido enfrentou durante a maior parte de sua história. As discussões a seguir irão lidar com a forma que o PCB escolheu para articular as discussões sobre gênero paralelas à valorização de Stalin do papel da mulher-trabalhadora, mulher-mãe.

3.3.3.2 O PCB: sua trajetória e o papel ambíguo das mulheres no partido

Considerando as outras tradições já enraizadas no imaginário sociopolítico nacional, a tradição marxista não tinha uma longa história no Brasil. Após a proclamação da República, o Brasil viu o surgimento de alguns partidos operários e socialistas, que tinham mais uma agenda reformista do que revolucionária, levando, em parte, ao confronto ideológico entre os socialistas e os anarquistas e anarcossindicalistas (MORAES FILHO, 1991, p. 34). A luta de classes nesse período foi moldada pelas reivindicações dos operários que enfrentaram

dificuldades para disseminar as suas ideias e seus programas políticos nacionalmente diante da hostilidade e repressão contra os mesmos.

Durante a Primeira República, os socialistas⁵² tinham como principal estratégia a formação de um partido-político com base no apoio da classe operária. Como Oliveira (2009) aponta, além da repressão articulada por diversos setores, os socialistas também enfrentaram dificuldades estruturais e conjunturais em pelo menos duas frentes. Primeiro, muitos imigrantes que eram simpáticos à causa não tinham direitos políticos. Segundo, a grande maioria era analfabeta. Mesmo assim, as crescentes mobilizações e greves no início do século pareciam dar força às demandas articuladas pelos operários.

Cabe ressaltar, contudo, que existiam diferentes perspectivas entre os operários no que tange às ideias de como estabelecer a reforma. Com isso, verificamos também as múltiplas correntes do anarquismo no Brasil, que, além de se diferenciar de alguns pressupostos da agenda socialista, particularmente nas questões de sua atuação, também mantinham conflitos entre si. Em termos gerais, podemos destacar pelo menos três elementos que caracterizam o anarquismo: a aversão ao Estado, a ênfase na ação direta e a primazia do indivíduo e das liberdades individuais (OLIVEIRA, 2009, p. 58). O marco do surgimento do anarquismo no Brasil é apontado como a fundação da Colônia Cecília, em 1890, e tinha como objetivo transformar o movimento operário num movimento revolucionário através da sua influência nos sindicatos. Os sindicatos tornaram-se o âmbito estratégico para articular a pedagogia revolucionária bem como para desafiar a lógica do sistema capitalista. Interessante ressaltar que o anarquismo foi a única corrente capaz de incorporar em sua agenda questões relevantes para as mulheres, a partir, inclusive, da atuação de militantes feministas com uma trajetória distinta, como foi o caso de Maria Lacerda de Moura⁵³.

Como os socialistas, os anarquistas e anarcossindicalistas tiveram não somente dificuldades para definir alternativas adequadas à realidade brasileira (CHILCOTE, 1982), mas também sofreram repressão crescente, advinda não somente do Estado, mas de outros setores, como a Igreja e movimentos políticos da direita, nos anos que sucederam as ondas

⁵² O referencial teórico dos socialistas no Brasil viria de Benoît Malon. A principal característica desse socialismo é a de que defendia o reformismo com a influência do positivismo e da tradição humanista francesa (MORAES, 1995, *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 40).

⁵³ Maria Lacerda de Moura (1887-1945) entrou em contato com o anarquismo por volta de 1919 em Minas Gerais. Lacerda de Moura defendeu em sua atuação e em suas obras literárias uma pedagogia libertária. Foi uma feminista precursora de diversos temas e pautas da agenda feminista brasileira que surgiram apenas a partir de 1970. Sua indignação com o nacionalismo, a Igreja e os Estados ou regimes totalitários foi, em grande parte, o foco de suas obras. Mas, mais interessante foi a sua ousadia em privilegiar as discussões sobre o lugar da mulher na sociedade, trazendo esse debate para o cerne do anarquismo. Lacerda de Moura problematizou a questão do corpo, da violência doméstica, da sexualidade, da educação sexual para jovens, além das diversas formas de opressão que atingiam mulheres ricas, pobres, novas e velhas (RAGO, [19--], p. 6).

grevistas de 1917-1921. As próprias correntes políticas que se articularam já nos anos 20 convergiam no que se refere à ideia da necessidade de um Estado forte. Com isso, o anarquismo foi enfraquecendo e cedendo espaço para a movimentação estabelecida a partir da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB passa então a ter maior influência como agente mobilizador das massas, ocupando o espaço da radicalidade política disseminada pelo anarquismo (OLIVEIRA, 2009, p. 156). Contando com o apoio do movimento internacional, o PCB buscou disseminar as suas ideias e seu programa no país, algo que nem os socialistas e nem os anarquistas conseguiram fazer.

Conquanto esses movimentos operários dialogaram certamente com alguns conceitos do marxismo, foi só a partir da fundação do PCB em 1922 que a obra de Marx começa a circular no país, culminando na sua maior divulgação a partir dos anos 30. Portanto, no campo intelectual, a falta de uma discussão sobre o marxismo é, em grande medida, atribuído a essa falta de circulação das obras de Marx no Brasil. Como Moraes Filho⁵⁴ (1991) ressalta, Marx era um nome conhecido, mas nem sempre lido ou compreendido no Brasil. Octavio Brandão, considerado um dos intelectuais marxistas ligados ao partido que tinham acesso à literatura socialista publicada em línguas estrangeiras, foi quem traduziu o *Manifesto Comunista* no Brasil em 1923. Mas mesmo assim, ainda levaria quase meio século para *O Capital* ser publicado no Brasil (REIS, 1981, p. 25).

A mais forte expressão do comunismo viria com a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Embora existam vários estudos e perspectivas para tentar analisar a fundação, história, atores e conflitos dentro do PCB, o nosso foco aqui será apenas o de articular as ligações entre as crenças do PCB sobre as mulheres, com base no modelo de Stalin, e o estabelecimento das questões de gênero e uma agenda feminista dentro do partido. No entanto, antes de discutir mais minuciosamente sobre como o PCB acabou divulgando um papel tradicional das mulheres na sociedade e no partido, é importante considerar alguns aspectos da trajetória do partido e seus impasses, o que acabaria influenciado a sua capacidade de dar prioridade a uma agenda mais feminista.

O PCB foi formado por intelectuais e operários que haviam rompido com os anarquistas em 1922 (MORAES FILHO, 1991; RODRIGUES, 1986). A fundação e consolidação do PCB ocorreram ao mesmo tempo em que o Brasil passava por diversas

⁵⁴ Vale lembrar que no final do século XIX algumas obras já veiculavam ideias baseadas na doutrina marxista. Mas é nos anos 20 que surgem algumas tentativas de aplicar o marxismo ao contexto nacional. Entre essas tentativas, Moraes Filho (1991) destaca duas obras. A primeira de Octavio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, publicada em 1926 trazia uma análise marxista da realidade brasileira. O segundo livro, publicado também no mesmo ano de Antônio dos Santos Figueiredo, *A Evolução do Estado no Brasil*, se concentrava nas condições de vida do proletariado no Brasil.

mudanças, entre essas a própria revolução de 30 que derrubaria várias oligarquias estaduais e federais (CHILCOTE, 1982). Essas mudanças no contexto nacional resultariam também nas diversas fases na qual o governo colocaria o partido na condição de ilegalidade. Mesmo atuando em clandestinidade, o Partido organizou congressos e continuou veiculando a sua ideologia na imprensa comunista.

Enquanto o PCB foi muito influenciado pelo modelo soviético, tendo dois de seus principais líderes e intelectuais, Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, como expoentes do leninismo-stalinismo, as ideias comunistas seriam moldadas de acordo com o contexto político do país. No concernente àqueles que fundaram o partido, é interessante notar que não havia mulheres presentes neste momento historicamente significativo (TAVARES, 2003). Entre os mais diversos estudos e análises sobre a trajetória do PCB, a maioria ressalta como as próprias mudanças internas, além das pressões externas nacionais, levaram a uma fragmentação do partido ao longo dos anos. Segundo Pandolfi, os comunistas foram tratados como “desordeiros” e marginalizados não só pelas elites políticas, mas também pela sociedade (PANDOLFI, 1995, p. 78). Deter-nos-emos aqui nas mudanças na programática política do PCB⁵⁵ em diversas instâncias a fim de elucidar como a questão da mulher não somente foi, em grande medida, invisibilizada, mas também relegada a um plano secundário como um reflexo dessas disputas internas e repressões externas.

Durante o que pode ser considerado a fase inicial do partido em 1922, incluindo o III Congresso do PCB, as suas diretrizes focavam nos seguintes temas: a posição nacional do PCB, a luta contra o imperialismo e o perigo da guerra, o papel do partido nos sindicatos, a luta contra o fascismo e a questão dos camponeses (CHILCOTE, 1982, p. 66). Em termos mais específicos, o programa do partido se concentrava na nacionalização da terra e na divisão dos latifúndios, a nacionalização das empresas industriais, a abolição da dívida externa, a liberdade de organização e de imprensa, o direito à greve, a legalidade para o PCB, a jornada de trabalho de oito horas, além de outros benefícios para os trabalhadores (CHILCOTE, 1982, p. 70). Nesse mesmo período o partido se viu frente a diversas disputas internas ideológicas. A Coluna Prestes⁵⁶ – constituída por militares e sob o comando de Luis Carlos Prestes –, e outras mudanças sociais e econômicas dificultaram o processo do partido

⁵⁵ Podemos dividir a história do partido em cinco distintas fases, na qual priorizaremos apenas as três primeiras: (1) de seu início em 1922 até o III Congresso e a divisão interna em 1929; (2) de 1930 a 1937 e o Estado Novo; (3) da legalização e os êxitos eleitorais do partido entre 1945 e 1947 até as divisões internas que iniciaram em 1956; (4) de 1956 a 1972; e (5) o VI Congresso do PCM em 1967 (CHILCOTE, 1982, p. 59).

⁵⁶ Segundo Reis (1981), a tentativa de Astrojildo Pereira, secretário da Comissão Executiva Central do Partido, inserir o partido na luta dos tenentes pode ser atribuída ao fato de que o movimento refletia uma perspectiva progressista com expressivo apoio das massas (REIS, 1981, p. 26-27). Essa aliança era vista como uma possibilidade de levar à frente a revolução (CHILCOTE, 1982).

de fazer um balanço político mais profundo sobre a relevância desses eventos para a sua própria trajetória (REIS, 1981). Segundo Astrojildo Pereira, o PCB ainda se encontrava enfraquecido em termos organizacionais e ideológicos, sem capacidade de entender, sob uma perspectiva marxista, a realidade brasileira e o papel do partido em ligar a teoria com a prática (PEREIRA, 1962 *apud* CHILCOTE, 1982, p. 67).

Já na década de 30, o Partido ainda poderia ser caracterizado por instabilidade no que tange a sua organização e agenda política, particularmente frente à revolução de 30 e às críticas direcionadas a Luís Carlos Prestes. As divergências no partido levaram ao afastamento de diversos intelectuais que faziam parte da direção nacional do partido, substituindo-os por operários. Durante esse mesmo período, o partido funcionou como um articulador da identidade e propaganda comunista, ganhando bases mais populares com a presença de Luís Carlos Prestes, que se tornaria o líder carismático do partido muitas vezes tornando sua presença maior do que o próprio partido (PANDOLFI, 1995). Já nos anos 1932-1934, o partido foi aumentando a influência e participação da classe média com a adesão dos jovens militares ou tenentes (RODRIGUES, 1986; SEGATTO, 1989). A presença dos tenentes no partido seria determinante na mudança ideológica. Entre essas frentes, o PCB aumenta sua atuação entre as classes operárias, reivindicando melhores condições de trabalho e lutando contra a subordinação dos sindicatos ao Ministério de Trabalho; desenvolve campanhas antimilitaristas; luta contra o nazi-fascismo e amplia seu escopo de disseminação ideológica através de publicações em jornais, revistas, livros e panfletos (SEGATTO, 1989, p. 42-43). Cabe lembrar que essa atuação ocorre diante da repressão do Estado Novo, com a criação de polícias especiais e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

O PCB se viu novamente enfraquecido não somente por ocasião da repressão do Estado Novo, mas também com o fato de que quase todos os seus dirigentes foram presos em 1940. Os anos de 1938 até 1942 representaram uma ação bastante limitada do partido, com ações apenas em alguns estados (SEGATTO, 1989; CHILCOTE, 1982). Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a repressão diminuiu levemente, induzindo à reorganização do partido a partir de 1943. As divergências cessam em parte com uma carta de Prestes sinalizando a necessidade de apoiar a política de União Nacional para defender o país, ao mesmo tempo em que deveria manter-se a crítica para que houvesse a abertura de liberdades democráticas (SEGATTO, 1989; CHILCOTE, 1982). Mesmo com Prestes preso, a Conferência da Mantiqueira o elege Secretário-geral, o que geraria posteriormente uma adesão maior ao PCB diante da atual conjuntura política nacional.

Sendo assim, o PCB começa a ressurgir no cenário nacional, particularmente com a sinalização do fim da ditadura de Vargas e com o aumento das críticas direcionadas ao Estado Novo. Diante da ampliação da base de apoio, o PCB passa de alguns poucos milhares de membros para quase duzentos mil (SEGATTO, 1989). Como Prestes assinalou em 1945:

“[...] em vez de um pequeno partido ilegal que fazia agitação e propagava a idéia geral do comunismo e do marxismo, precisamos agora de um grande Partido realmente ligado à classe operária e às forças decisivas de nosso povo, um Partido a que se unam os intelectuais mais avançados, [...] um Partido que se agregue a parte melhor da maioria camponesa do nosso campo, um Partido enfim que pela sua ampla composição social tenha de fato força e capacidade necessárias para dirigir o nosso povo na luta pelo progresso e independência, na luta pela liberdade e justiça social, na luta por um governo democrático, popular [...] Precisamos enfim de um Partido bem diferente daquele nosso velho e glorioso Partido [...]” (SEGATTO, 1989, p. 60).

Foi precisamente no período de nova legalidade que o PCB, durante as eleições de 1945, expressou maior êxito no cenário político. Nessas eleições o PCB obteve 9% dos votos e elegeu 14 deputados federais e 1 senador, enquanto, nas eleições de 1947, o PCB foi o 4º partido em número de votos (RODRIGUES, 1986, p. 410-411). Mesmo assim, em 1947 seu registro é cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral e em 1948 os seus parlamentares são cassados no governo de Eurico Gaspar Dutra, com o intuito de barrar o crescimento do partido. O PCB viu-se em face de um cenário repressivo novamente com uma violenta perseguição dos comunistas.

Já em 1949, o Comitê Central adota uma nova linha de programa político, procurando fazer uma autocrítica voltada para as estratégias políticas adotadas pelo partido. Em 1950, o PCB apresenta suas propostas e táticas políticas, levando em consideração que precisaria se adaptar à nova conjuntura política. Entre as mudanças ratificadas pelo PCB em 1950, podemos destacar as seguintes: a proposição da nacionalização dos bancos, indústrias e serviços públicos; a crítica ao governo Dutra por esse estar a serviço do imperialismo norte-americano; confiscação das grandes propriedades latifundiárias; entrega de terras aos camponeses; direito do voto aos analfabetos e soldados; abolição de toda discriminação⁵⁷ de raça, cor, religião e nacionalidade; aumento de salários e o estabelecimento de educação gratuita.

Na composição do IV Congresso, o PCB acabou adotando uma política que reiterava muitos dos pontos do último programa. Porém um dos processos mais notáveis desse congresso, o qual nos interessa aqui, foi em relação a sua composição. Entre os delegados,

⁵⁷ Interessante perceber como nem mesmo neste momento de maior articulação política o PCB se manifesta contra as desigualdades e discriminações de gênero.

apenas 16% estavam ligados aos sindicatos e às organizações que representava os camponeses e as mulheres (RODRIGUES, 1986, p. 420). A representação feminina era também bastante reduzida, sendo que apenas 9,3% dos delegados eram mulheres (RODRIGUES, 1986, p. 420). Apesar do fato de que o partido incluirá como um dos seus objetivos nesse congresso uma atenção mais específica às mulheres trabalhadoras, uma discussão sobre questões relevantes para as mulheres aconteceria mais pronunciadamente a partir de 1960, quando o partido se esforça para ampliar as suas bases entre os jovens e mulheres.

A partir de 1956, o PCB passará por mais um processo de mudanças na sua orientação política devido a mais divergências internas e aos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Com o relatório secreto de Nikita Khrushchev denunciando o “culto à personalidade” de Stalin, muitos militantes do PCB negaram a credibilidade do relatório, achando que poderia ser uma falsificação do serviço secreto norte-americano (SEGATTO, 1989; RODRIGUES, 1986). Esses militantes do PCB, sendo jornalistas a maioria deles, já haviam começado um debate sobre a questão do regime stalinista, buscando democratizar o partido e romper com o dogmatismo do PCUS. Enquanto o debate e autocrítica levou a uma democratização do partido já em 1958, o PCB também sofreu com o abandono de vários militantes. Os desdobramentos desse debate culminaram na *Declaração de março* de 1958, que seria reafirmada no V Congresso do PCB. O programa político defendido pelo PCB neste momento se resume em basicamente quatro frentes: a luta contra o domínio imperialista, a eliminação da estrutura agrária atrasada, a extensão de direitos políticos e a melhoria das condições das massas (SEGATTO, 1989; RODRIGUES, 1986).

Apesar da crescente participação e mobilização da sociedade nos primeiros anos da década de 1960, influenciado em parte por novas reformas sociais e econômicas preconizadas pelo PCB, a ascensão das forças conservadoras poderia pôr fim aos avanços feitos pelo PCB. O golpe de Estado em abril de 1964 significou uma derrota não somente para o PCB, mas também para diversas forças populares nacionais (SEGATTO, 1989). E com isso, a agenda feminista dentro da esquerda encontraria vida surpreendentemente, com a atuação das mulheres e feministas na luta contra a ditadura militar, que receberia também apoio das mulheres militantes então retornando do exílio.

Essa breve narrativa da história do PCB, que, sem dúvida, deixou de lado inúmeros eventos e atores relevantes, serviu a dois propósitos principais. A discussão acerca das diferentes rupturas no partido dadas as pressões internas e externas lança luz sobre a dificuldade de manter um programa político coeso que fosse capaz de, mais especificamente,

endereçar a luta de classes e outras desigualdades sociais e econômicas no país. Em segundo lugar, a síntese apresentada serve como uma ponte para a nossa próxima discussão, que se debruçará sobre a forma como a “questão da mulher” surgiu durante a história conflitante e dinâmica do PCB.

A análise de como figuras femininas apareceram e o simbolismo associado à imagem das mulheres refletirá o modelo estabelecido pela União Soviética, bem como os valores patriarcais e as práticas culturais que atribuíram valor quase exclusivamente para o papel das mulheres como mães. Como temos tentado mostrar nas seções anteriores, as tradições normativas que ganham terreno a partir dos anos 1930 em diante arraigaram ainda mais a divisão público/privado de acordo com as funções específicas que homens e mulheres devem cumprir. Sustentaremos aqui que, apesar de um discurso pautado em uma transformação da sociedade, a esquerda no Brasil acabou estabelecendo um mesmo papel para as mulheres brasileiras, concedido por outras tradições normativas. Mas, não se deve perder de vista que diante das dificuldades da conjuntura política que o PCB enfrentava, outras temáticas foram relegadas a um segundo plano, como as questões de gênero. Além disso, as ideias da esquerda estavam inseridas em um imaginário regido por inúmeras forças patriarcais e autoritárias.

A abrangência dos discursos e valores que vigoravam na sociedade em relação ao papel social feminino acabou configurando o discurso comunista brasileiro sobre a mulher. Dessa forma, a mulher, embora representada como trabalhadora e ativista política, não era desvinculada do seu papel fundamental como mãe e esposa fiel (TAVARES, 2003). Um dos sinais do papel secundário e, portanto, subordinado das mulheres no partido é o fato de que entre os vários estudos sobre a história do PCB, muito pouco, quando nada, é discutido sobre a presença e ativismo das mulheres. Isso não pode ser atribuído, no entanto, ao fato de que as mulheres não participavam ou aderiam às propostas políticas do partido ou à ideologia de esquerda. O que esta exclusão ou silêncio faz é simplesmente reiterar o fato de que quando as mulheres participaram, a elas era relegado um *status* subordinado, se não subalterno, com elas sendo excluídas de quaisquer processos ou tomadas de decisões políticas relevantes (SOIHET, 2010, p. 2).

Diante do fato de a questão da mulher ter sido diluída na preocupação com as lutas de classes, ressaltaremos agora a trajetória de algumas mulheres militantes no partido e também as ideias que estiveram circulando na imprensa comunista sobre o lugar das mulheres nessa luta. Esse enfoque constitui uma tentativa de mostrar as contradições que permeavam o pensamento e a prática da esquerda no Brasil, particularmente o fato de que o comunismo era pautado por uma ideologia de igualdade social, inclusive para as mulheres. Essa crítica,

contudo, leva em conta o contexto fragilizado em que o PCB teve que atuar. Mas, por outro lado, a crítica deixa evidente como o PCB acabou reproduzindo dinâmicas hierárquicas e assimétricas no que tange às relações de gênero. Ou seja, difundiu a dicotomia do público e privado ao reforçar um discurso essencialista e um papel de coadjuvante para as mulheres.

Como já afirmamos, a exclusão das vozes e histórias femininas que militavam no PCB apontam o caminho de conexão entre o pensamento de esquerda e a subordinação das mulheres na tradição e na prática. A invisibilidade das mulheres na própria história do PCB, escrita também por diretores do partido, como Astrojildo Pereira, reflete como a militância e os esforços das mulheres não foram considerados politicamente relevantes (BERNARDES, 2007; SOIHET, 2010). Fatores importantes, como as primeiras filiações de mulheres ao partido, não raro são suprimidos de tais histórias, a despeito de sua ocorrência ser um fato. Um exemplo é o fato de que apenas na pesquisa sobre a vida e militância da Laura Brandão, esposa do dirigente e intelectual Octavio Brandão, a autora Maria Elena Bernardes (2007) descobriu que logo no início da fundação do PCB já havia uma mulher – Rosa de Bittencourt – afiliada ao partido.

O papel reservado para a militância feminina nos proporciona, pelo menos, duas dimensões significativas das relações desiguais de gênero presentes no PCB. Primeiro, as militantes muitas vezes estavam relacionadas com outros militantes dentro do partido, possivelmente criando uma relação em que os homens não gostariam de competir com as mulheres, fosse no partido ou em casa (BERNARDES, 2007). Em segundo lugar, as características atribuídas às mulheres, como a sua fragilidade e docilidade, reproduziram padrões de relações de gênero socialmente dominantes. A valorização de tais papéis de gênero estereotipados parece justificar a exclusão das mais proeminentes responsabilidades e posições políticas dentro do partido. Portanto, o foco na trajetória de duas militantes do partido objetiva trazer à luz tais dimensões, bem como reiterar as formas pelas quais tradições normativas influenciam as práticas e vice-versa. Além disso, revela como estas tradições e práticas nunca podem ser completamente separadas da influência do imaginário.

Certamente a atuação das mulheres no partido não está restrita apenas às figuras de Laura Brandão ou Zuleika Alambert.⁵⁸ Escolhemos destacar como o partido se relacionou

⁵⁸Não podemos de referenciar a atuação e relevância da Patricia Galvão (1910-1962), Pagu, como feminista e militante comunista nessa época. Na sua tentativa de unir o feminismo e comunismo, foi uma feminista a frente do seu tempo ao denunciar as opressões sofridas pelas mulheres proletárias e pela dupla moral sexual que impregnava a sociedade brasileira. Suas ideias e atitudes foram causa de escândalos na sociedade. Militante que atuava no PCB, particularmente na imprensa comunista, acabou sendo a primeira prisioneira política do Brasil por quase cinco anos no Estado Novo. Para discussões sobre a relevância da vida e obra de Pagu, veja Moraes (2007) e Furlani (1999).

com essas duas mulheres no intuito de evidenciar a forma como a questão das mulheres se configurava de maneira ambígua no partido. Laura Brandão (1891-1942), uma escritora e militante do PCB, foi esposa de Octavio Brandão. Iniciou sua militância nos anos 20, participando mais detidamente das “atividades de agitação e propagando do partido” ao se interessar pela luta operária (BERNARDES, 2007, p. 99). De acordo com Bernardes (2007), tudo indica que Laura Brandão mantinha uma postura que se aproximava das posições anarquistas, até mesmo por sua amizade com Maria Lacerda de Moura, particularmente referente à crítica da moral sexual que permeava a sociedade na época.

Laura Brandão foi a única mulher a participar da fundação do BOC (Bloco Operário Camponês) e teve uma participação importante junto ao Comitê das Mulheres Trabalhadoras, órgão ligado ao BOC (TAVARES, 2003, p. 63). O objetivo desses órgãos era a divulgação das ideias do partido, sendo que não existia nenhuma problematização sobre a condição das mulheres nem mesmo no comitê (TAVARES, 2003).

Apesar de não filiar-se ao PCB, era militante ativa e dedicada à causa. Segundo Maria Elena Bernardes (2007), sua biógrafa, Laura Brandão sempre buscou militar de uma forma livre, talvez porque entendeu que o partido guardava uma posição secundária para a participação das mulheres. Laura Brandão participava frequentemente de manifestações e era sempre vista distribuindo panfletos do partido, sendo que no final da década de 1920 ajudou a organizar as mulheres nos sindicatos e fábricas em torno da política do PCB (BERNARDES, 2007). Quando o PCB lançou o jornal *A Classe Operária*, em 1925, Laura Brandão tornou-se uma redatora informal, contribuindo também para a sua disseminação. Octávio Brandão era o diretor do jornal e Astrojildo Pereira era o redator. Apesar da curta vida do jornal, Laura Brandão era quem cuidava da editar as cartas dos correspondentes. Anos depois, quando o jornal voltou a circular, os créditos desse trabalho foram atribuídos ao marido de Laura Brandão, Octávio Brandão, e não a ela. Mesmo que Octávio Brandão admitisse haver sido Laura Brandão quem editava as cartas, isso nos revela como o partido buscou ocultar o trabalho militante das mulheres (BERNARDES, 2007).

Muitas das tarefas exercidas por Laura Brandão ocorriam fora da estrutura partidária, e, talvez, a mais importante delas para o PCB haja sido o apoio, inclusive econômico, que ela deu para seu marido, que viveu na ilegalidade por dois anos e enfrentaria instabilidades ao longo dos anos de sua vida. Em 1931 foi deportada junto com Octávio Brandão para a Alemanha e depois para a URSS, onde morreu vítima do câncer em 1942. A breve imagem de Laura Brandão exemplifica como as mulheres deveriam ser mães, esposas e militantes leais. Como Tavares nos lembra, quando a mulher recebe algum destaque do partido, é quase

sempre em “função de sua posição de auxiliar do homem, seja ele marido, filho ou irmão” (TAVARES, 2003, p. 65). O elemento decisivo que concede às mulheres qualquer visibilidade, portanto, é a sua capacidade de mostrar resignação e lealdade. Em outras palavras, as mulheres devem estar de acordo com seus papéis subordinados em ambos os mundos, isto é, no público e no privado.

O próprio retrato que Zuleika Alambert pinta sobre a sua atuação no partido é mais uma ilustração da dificuldade que as mulheres militantes encontravam para se destacar dentro do partido. Zuleika Alambert foi a primeira mulher a se tornar membro do Comitê Central, uma posição que ela mesma afirma como sendo inacessível para a maioria das mulheres militantes devido ao machismo que regia as estruturas do PCB. Também foi eleita representante da Câmara de Deputados em São Paulo em 1945, com apenas 23 anos (SOIHET, 2010). Segundo Zuleika Alambert:

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante (ALAMBERT, 2008 *apud* SOIHET, 2010, p. 1).

A imagem que temos a partir desse relato é a de que ao mesmo tempo em que o Partido precisou do apoio das mulheres para sustentar as suas bases, o trabalho das militantes femininas nunca foi considerado uma tarefa política. Zuleika Alambert ainda deixa claro que o PCB não deixou explícito o seu compromisso com os direitos das mulheres ou com a “questão feminina”, já que não teve “quadros femininos” na direção e nem se preocupou com a participação feminina nos eventos internacionais (SOIHET, 2010).

O PCB mudaria a sua postura e agenda referente à igualdade de gênero apenas em 1979⁵⁹, com o lançamento de um documento que trataria especificamente da condição da mulher no Brasil e a visão do partido sobre tal. Como Zuleika Alambert ressalta, essa mudança no discurso do partido sinalizaria a primeira vez em que dentro do PCB a mulher foi considerada “não como um simples instrumento de fácil mobilização para suas atividades políticas gerais e sim como um sujeito, apto a lutar por sua emancipação e libertação” (ALAMBERT, 1982 *apud* TAVARES, 2003, p. 92). A reprodução dos papéis estereotipados de gênero até então permaneceu, em grande medida, no imaginário ideológico dos comunistas

⁵⁹ Nesse documento e em outros lançados no início dos anos 80 o PCB reconheceu a necessidade de estabelecer uma batalha tanto interna quanto externa para desafiar as formas de opressão contra as mulheres. Buscou então uma pauta ligada à “questão feminina” para desafiar as tendências patriarcais e machistas, inclusive dentro do partido, propondo a criação de seções femininas, a promoção de quadros femininos de forma paritária com os homens e um estudo acerca da condição das mulheres (SOIHET, 2010).

brasileiros. A ambiguidade constante na relação do PCB com as mulheres se dava no fato de que, embora o mesmo necessitasse e muitas vezes se utilizasse da militância feminina para fazer avançar seus ideais (seja para a luta de classes ou para a paz), o partido foi muito claro acerca da reserva de um papel secundário para elas.

O breve relato de algumas imagens e os discursos na imprensa comunista confirmam essa postura patriarcal, com raízes no próprio modelo soviético, adotada pela esquerda. A imagem do modelo exemplar feminino – como trabalhadora, humilde e corajosa – era veiculada na imprensa comunista ao referir-se às mulheres ligadas ao partido. Interessante perceber que a ligação dessas mulheres se dá precisamente através de um membro masculino ou de sua função como protetora da família ou nação. Esse é o caso das seguintes mulheres: Leocádia Prestes, frequentemente destacada como a “mãe heróica” do Cavaleiro da Esperança, que luta pela liberdade do filho e de sua neta, Anita Prestes; Elisa Branco, que, embora não tenha sua imagem vinculada à de nenhum militante masculino, foi lembrada como a “heroína da paz” que lutou contra a guerra; Olga Benário, que acabou não tendo muito destaque nos periódicos do PCB, sendo, porém, um símbolo da mulher que lutava pela democracia; Zélia Magalhães, que foi assassinada em um comício, sendo descrita como uma heroína exemplar além de boa filha e esposa; Angelina Gonçalves, também assassinada em uma passeata, foi lembrada como uma heroína que lutava pelo seu país (TAVARES, 2003; TORRES; GAWRYSZEWSKI, 2009). O que parece unir essas imagens é a crença subjacente de que as mulheres possuem valores elevados e que são fundamentais para a luta de classes, desde que elas sempre sejam vistas como boas mães e esposas.

Além da ênfase na utilização de discursos e símbolos ressaltados acima, a análise feita por Tavares (2003) da inserção da questão feminina nos jornais da imprensa comunista evidencia outras contradições no pensamento de esquerda no Brasil. Enquanto o marxismo na vertente de Lenin criticava o trabalho doméstico, os comunistas brasileiros valorizaram o papel tradicional da mulher, particularmente as suas responsabilidades na esfera privada. Em 1947, no *Jornal do Povo*, órgão oficial do PCB em Belo Horizonte, encontramos o seguinte trecho que busca conciliar o papel da mulher como militante e mãe/esposa:

(...) Precisamos ter em cada organismo do Partido, desde as células até o Secretariado Nacional, encarregados especiais do movimento feminino. Além disso, precisamos procurar as causas verdadeiras do número ainda pequeno de mulheres nas fileiras de nosso Partido a fim de conseguir removê-las definitivamente. É indispensável fazer em cada organismo acurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas à possibilidade de qualquer atividade nas fileiras do Partido de maneira que possa reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso Partido

sem prejuízo de suas tarefas domésticas. (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1947 *apud* TAVARES, 2003, p. 67).

Além do trabalho doméstico não ser questionado como forma de oprimir as mulheres e nem mesmo abrir o debate para a divisão sexual do trabalho, o trecho acima vai de encontro com as outras tradições normativas analisadas até então no sentido de conferir valor, mais especificamente, ao papel das mulheres na esfera privada. Em outros termos, as ideias disseminadas pelo PCB nesse jornal reforçaram o papel das mulheres, tradicional e socialmente construído, na esfera doméstica. A participação das mulheres em atividades políticas não deveria romper a integridade da família ou prejudicar as responsabilidades que as mulheres tinham para cumprir no lar. Portanto a divisão do público e privado é nítida aqui como uma forma de separar o mundo público e político do privado e pessoal.

Tal contradição tem sua origem nas diversas tradições que configuraram o imaginário desse período, bem como a herança patriarcal, da qual percebemos que a esquerda não se desvinculou. A divisão do público e privado também é reproduzida nas seções dos jornais comunistas voltadas especificamente para as mulheres (TAVARES, 2003). Aqui novamente observamos como as justificativas para a atuação das mulheres na esfera pública estavam ligadas a sua atuação na esfera privada como as protetoras e guardiãs do lar. Conforme Tavares (2003) ressalta, em uma entrevista concedida por Prestes em 1949, a atuação das mulheres era vista como uma extensão de suas responsabilidades domésticas:

O fundamental agora é unir todos os homens que queiram lutar pela paz, é despertar, mobilizar e organizar todos os homens dignos, velhos e jovens, operários e intelectuais, estudantes, camponeses, políticos democratas que não queiram se prestar ao miserável papel de escravos do imperialismo; a todas as mulheres que não estejam dispostas ao sacrifício de seus filhos, pais, noivos e maridos, na infâmia de uma carnificina imperialista; a todos os patriotas, enfim, que desejam a independência da pátria e não a colonização ainda maior que trará uma nova guerra. (QUE TODOS..., 1949, p. 3 *apud* TAVARES, 2003, p. 72) (grifo nosso)⁶⁰.

É possível identificar uma extensão dessas crenças em outras revistas, onde as mulheres continuam a ser caracterizadas como figuras importantes no apoio tanto aos seus maridos quanto aos interesses do partido comunista. Dadas as pressões decorrentes da Guerra Fria, o PCUS chamou todos os partidos comunistas em todo o mundo à luta pela paz. Bem como a agenda durante a Segunda Guerra Mundial, a ideologia comunista e do PCUS, incitaram as mulheres a defender a luta pela paz, contra a ameaça da bomba atômica, como um meio de proteger os interesses de suas próprias famílias (TAVARES, 2003). Em outro apelo feito por Prestes em *Voz Operária*, num artigo intitulado "Prestes vos Chama à União e

⁶⁰ O trecho é encontrado em "Que todo se unam pela paz", publicado pela *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, abril/maio, 1949, nº 18, p. 3 (TAVARES, 2003, p. 72).

à Ação" em 1950, o líder comunista apela à preocupação das mulheres acerca do bem-estar de sua família:

5 – Às mulheres brasileiras

Sois as primeiras e maiores vítimas da guerra e do terror fascista. Operárias e camponesas, donas-de-casa, mães e esposas! Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares. Com vossa tradicional coragem e decisão, impedi o crime de mais uma guerra imperialista! (PRESTES, 1950 *apud* TAVARES, 2003, p. 73-74).

Mais uma vez o discurso sobre o papel da mulher na sociedade está intrinsecamente ligado à família. Pensando no discurso do positivismo no século XIX e mesmo do catolicismo e do autoritarismo no século XX, a ideia de que as mulheres são capazes de exibir renúncia está presente aqui também. Parece que esses discursos dependem do pressuposto de que as mulheres tenham estado, naturalmente, interessadas apenas em questões relacionadas à esfera privada. Segundo a análise de Tavares (2003), é interessante notar que em praticamente todas as questões de *Voz Operária*, até 1956, havia artigos direcionados ou referentes às mulheres. No entanto, as questões relativas à igualdade de gênero ou mesmo à condição da mulher na sociedade não estavam presentes, refletindo a incapacidade do PCB em articular uma crítica da desigualdade que se estendesse além da classe. O projeto utópico da igualdade e do progresso, nascido com a Revolução Russa, não foi suficiente para dismantelar o peso da ideologia conservadora e autoritária no Brasil. As agendas feministas brasileiras, capazes de atender a várias formas de opressão na sociedade, teriam que esperar um pouco mais para florescer, mas também para encontrar espaço de maior diálogo e aliança com as tradições normativas que formam os imaginários futuros. Na subseção seguinte, vamos considerar como o intelectual marxista Nelson Werneck Sodré aproximou-se das questões acerca da desigualdade, inclusive a de gênero.

3.3.3.3 Pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré e a questão feminina

Conforme já mencionado, o pensamento marxista no Brasil não somente remete a diversas influências e correntes teóricas como também não resultou em um debate teórico consolidado e coeso. Um tema tão difícil como esse requer certos recortes com o intuito de evitar um truncamento das questões, contradições e tensões do próprio terreno teórico. Com

isso, a seleção de um ator/autor da esquerda mantém, no mínimo, a linha metodológica adotada até então e ressalta os elementos do imaginário sociopolítico dentro do qual estamos trabalhando. Ou seja, ao escolher um ator/autor ligado ao pensamento de esquerda, pretendemos estabelecer uma interlocução com algumas redes de crenças estabelecidas pelas demais tradições normativas referentes às questões de gênero que delineiam o imaginário brasileiro.

A escolha da inclusão de Nelson Werneck Sodré (1911-1999) em nossa análise de como as tradições normativas configuraram as raízes da subordinação de gênero se deve a três razões. A primeira está associada à trajetória pessoal e intelectual de Nelson Werneck Sodré. Sodré afirmou que a percepção da realidade brasileira nunca deve ser dissociada do fato de que um intelectual como ele tem uma responsabilidade como crítico. Como Cunha destaca em seu estudo sobre o autor marxista, Sodré acredita que os argumentos expostos por um intelectual devem refletir a própria relação com a política, no sentido de elevar a condição humana através de uma crítica da sociedade (2002, p. 19). Essa perspectiva mantém-se em linha com a forma como seu próprio passado no exército moldou a sua transição para a esquerda, assim como seu crescente sentimento de militância e crítica como um historiador. A segunda razão é que, como para muitos dos atores/autores referenciados ao longo do capítulo, um dos objetivos de Sodré era o de repensar a questão nacional. A sua postura crítica serve tanto como um contraponto às ideias articuladas por Oliveira Viana, particularmente referentes à raça e ao povo, quanto como uma extensão de algumas teses advogadas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). E, por fim, e de acordo com a escolha de atores/autores que desempenharam um papel ou mantiveram uma relação com o Estado e/ou instituições, como Oliveira Viana e Alceu Amoroso Lima, Sodré nos oferece uma perspectiva de como o pensamento de esquerda passou a ser articulado não só com o ISEB, mas também com o PCB.

Apesar da abrangência e magnitude de sua obra, incluindo mais de cinquenta livros e três mil artigos jornalísticos, Sodré foi em geral excluído da categoria de intelectual ou intérprete do Brasil, deixando o espaço para autores mais conhecidos e estudados na academia, como Caio Prado Jr. e Hélio Jaguaribe (CONTE, 2010). O golpe de 1964 acabaria implicando, em certa medida, na derrota e esquecimento das teses de Sodré e no estabelecimento das teses de Caio Prado Jr, como a concepção analítica hegemônica no meio acadêmico de esquerda (DEL ROIO, 2006).

Ainda de acordo com Cunha (2002), sua trajetória pode ser dividida em duas fases. Na primeira fase, ainda no início do século XX, Sodré se dedica à crítica literária na qual

podemos traçar “tímidas posturas políticas” e uma incipiente “crítica social” (CUNHA, 2002, p. 18). Nessa fase, há também uma ênfase em certas temáticas como a educação, o Estado, o negro, a saúde pública, tornando-se Sodré cada vez mais crítico diante da conjuntura política do Estado Novo.

Já na segunda fase, a partir de 1944, Sodré assume um posicionamento político mais demarcado e de esquerda, estabelecendo sua linha de argumentação orientada por uma visão crítica como historiador. Importante entender que não há uma precisão de quando Sodré se aproximou do pensamento marxista, havendo apenas indícios de que isso ocorria mais nitidamente já no final da década de 40 e início da década de 50. Segundo Cunha, nessa época o autor já haveria lido diversas obras marxistas e aprofundado no estudo de Lukács (CUNHA, 2002). Além disso, podemos destacar pelo menos dois pontos de inflexão para Sodré durante seu período militar. A primeira foi quando ele foi contratado para trabalhar em Mato Grosso em 1938 e testemunhou a instabilidade social, econômica e política da região, estando cara a cara com questões acerca da terra. O segundo foi o período na Bahia, considerado um dos maiores e mais organizados centros comunistas no país durante a década de 40, onde Sodré entraria em contato com associados ao PCB, tais como Jorge Amado (CUNHA, 2002). Durante essas viagens, Sodré registrou as desigualdades que assolavam a sociedade, influenciando diretamente a construção de seus escritos políticos (CUNHA, 2002; CONTE, 2010).

Antes de considerar as suas obras, passaremos por breve relato da relação do autor com o PCB e o ISEB. Interessa-nos entender como essas duas arenas, que abrigavam diferentes pensadores e correntes, serviram como espaços para articular o seu pensamento. Vale ressaltar, então, que a ligação com o PCB não foi necessariamente dada por uma militância no partido. De acordo ainda com Cunha, esse período de identificação com o PCB pode ser muito mais um reflexo de uma “convergência pontual” ou “aproximação mais teórica e política do que militante” (CUNHA, 2002, p. 212). O que podemos dizer é que muitas das idéias articuladas pelo PCB, que saía da clandestinidade no final da Segunda Guerra Mundial, eram próximas àquelas propostas por diversos autores ligados à esquerda, inclusive Sodré (CUNHA, 2002). Isto pode ser atribuído ao fato de que grande parte da nova direção do PCB no momento era formada por outros ex-militares, alguns dos quais eram amigos de Sodré, e de que muitas das teses defendidas pelo autor também foram aquelas defendidas pelo PCB, após as resoluções estabelecidas na Conferência da Mantiqueira em 1943. Algumas dessas incluíam a tese da união nacional e a questão de desenvolvimento.

Já na década de 50, o pensamento de Sodré incorpora novos elementos, refletindo a sua inserção no ISEB. Fundado em 1955, o ISEB reuniu diversos intelectuais brasileiros com perspectivas ideológicas distintas, sob a liderança de Hélio Jaguaribe. O instituto era um órgão do Ministério da Educação, uma organização de pesquisa com o objetivo de difusão cultural e o estudo e ensino das ciências sociais (SILVA, 2006; CONTE, 2010). De fato, o que unia os intelectuais era o estudo do Brasil e do processo de industrialização e desenvolvimento, fundados nos conceitos de revolução capitalista e revolução nacional (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 49).

Dedicando-se mais à história e ao estudo da sociedade brasileira, o autor foca mais particularmente em como a herança colonial estabeleceu uma produção nacional voltada para o mercado externo e enraizou desigualdades econômicas no país inteiro. As questões do nacionalismo, os vestígios do *rationale* colonial e o feudalismo, além do desenvolvimento, tornam-se eixos centrais nas suas obras. O tema da dualidade também estava presente na obra de Sodré e incidiu sobre como o Brasil teve de lidar com as contradições internas e externas decorrentes dos problemas emergentes da urbanização, da constituição de um mercado interno e as pressões de ser subordinado ao mercado externo (OLIVEIRA FILHO, 2006). Tais discussões ganham um relevo no seu trabalho diante até mesmo da expansão mundial do capitalismo. Elas não podem ser desassociadas, mesmo que não diretamente, do sentimento anti-imperialista expresso também pelo PCB.

Muito tem sido os objetos de críticas e controvérsias na obra de Sodré, em particular a sua concentração na existência do feudalismo no Brasil. As diversas influências em seu trabalho intelectual, bem como as alterações e aproximação com ambas as ideias defendidas pelo PCB e pelo ISEB também têm sido bem documentadas (CUNHA; CABRAL, 2006). Dessa forma, entre os temas que abordaremos na nossa releitura de Nelson Werneck Sodré, a fim de compreender o seu elo com as questões de gênero, selecionamos duas que se apresentam no início da sua militância a partir da década de 40 e são trabalhadas até 1964, quando o autor apresenta uma concepção mais profunda do marxismo.

O primeiro tema concentra-se na sua discussão sobre a natureza violenta do sistema patriarcal, que está ligada à raça e subordinação de gênero. Paralelamente, associado à questão da herança colonial, o segundo tema apresenta a preocupação do autor com o processo de marginalização e exclusão do povo, levando a uma série de obstáculos ao exercício de sua cidadania. Ambos os temas elucidam as diferenças entre os projetos de investigação das raízes dos impasses da sociedade brasileira a partir das visões de Sodré e de Viana. Buscamos, então, analisar essas temáticas em quatro obras de Nelson Werneck Sodré:

A Formação da Sociedade Brasileira, publicada em 1944; o breve ensaio “As Classes Sociais no Brasil” (1957), publicado em 1957 e depois incluído na *Introdução à Revolução Brasileira*; *A Ideologia do Colonialismo*, publicada em 1961, e *Introdução à Revolução Brasileira*, publicada em 1958.

Como já nos referimos anteriormente, nossa análise da discussão do autor sobre o sistema patriarcal tal como explicado por ele, bem como os traços permanentes na sociedade brasileira na época em que escrevia, se concentrará mais especificamente na forma como Sodré reconhecia as dimensões opressivas operando no sistema. Em *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), Sodré inicia sua investigação do passado para compreender os atuais impasses do desenvolvimento brasileiro através de um enfoque nos fatores econômicos. Contudo, o autor não deixa de ressaltar também a relevância dos fatores culturais atuando por trás desse cenário. Sendo assim, priorizaremos aqui precisamente alguns desses fatores culturais que ilustram uma visão mais crítica do autor em relação às estruturas de dominação, exploração e opressão de gênero e raça da nossa herança colonial. Vale salientar que as referências às questões de gênero se apresentam de forma bastante pontual em todas as três obras, com exceção de *As Classes Sociais*, onde a temática de gênero não aparece.

Em linhas próximas à análise feita por Oliveira Viana sobre a administração política dependente do patriarca, Sodré também analisará as relações familiares, mas com um olhar distinto. Enquanto Oliveira Viana valorizava a autoridade do *pater familias*, Sodré crítica a forma como essa autoridade, não somente produziu e justificou o poder político nas mãos de poucos, mas também refletiu uma natureza violenta e machista. Segundo Sodré, a figura patriarcal tem “usurpação total dos poderes”, mantendo uma distância social entre a maioria do povo, que por sua vez se encontra em situação de escravidão. É esta posição que Sodré confere também às mulheres – “esposas, filhos, noras, [...] toda parentela” e “os escravos” que sofrem com o domínio absoluto do patriarca (SODRÉ, 1944). Ainda refere-se à situação grave dentro do lar ao referir-se à posição de submissão que as mulheres se encontram:

Mas o conjunto, a integridade, desse patriarcalismo, só na colônia brasileira existiram. Para dar um exemplo: o ciúme, tão ligado ao domínio absoluto sobre a mulher, esposa, filha, amante – embora consideravelmente mais grave quando exercida através do laço de família, nota-se bem – veio da mistura com o elemento árabe. Também as suas consequências mais próximas: o resguardo da mulher, a sua incapacidade decretada para qualquer coisa que não fosse o governo da casa. [...] Mas só na nossa organização patriarcal de família, consequente a um primado tão absoluto da propriedade, apareceram no ciúme os tons ásperos, violentos, criminosos mesmos, como os teve [...]. A mulher, sob o seu jugo, é quase como o escravo, - uma coisa, - sobre a qual o senhor exerce, como sobre o negro, todo o império dos seus poderes, desencadeados pelo sadismo inquieto, pela demonstração, pelo ostensivo desse exercício (SODRÉ, 1994, p. 103-104).

O trecho acima é revelador no sentido que Sodré reconhece como as mulheres, controladas pelas figuras patriarcais, não tinham autonomia sobre suas vidas. Além disso, o autor alude às condições violentas e repressivas do patriarcado que impactam a desigualdade de gênero e raça. De fato, a violência masculina é uma das facetas das estruturas patriarcais atuando na vida social incluindo estupro, assédio sexual e moral, violência doméstica e abuso sexual de menores (WALBY, 1990).

O retrato que Sodré pinta é muito mais crítico do sistema patriarcal do que aquele em que Oliveira Viana encontrava valores e morais a partir do autoritarismo do patriarca. Como veremos mais adiante, esses elementos culturais combinados com as questões econômicas, levariam a uma reduzida participação do povo. O que é interessante perceber é como Sodré já aponta para o fato de que um espaço era reservado para as mulheres: a casa. Talvez aqui possamos vagamente inferir algumas relações entre o pensamento de Sodré, o feminismo e o marxismo. Como já discutimos brevemente no início desta seção, algumas correntes do pensamento marxista foram direcionadas para as opressões experimentadas pelas mulheres na esfera doméstica. Sodré parece concordar que há, de fato, um espaço demarcado para a ação das mulheres, do qual as mulheres não são totalmente emancipadas tampouco. Segundo, uma crítica ainda mais avançada acerca de como as mulheres eram tratadas neste sistema patriarcal é o fato de Sodré referir-se à objetificação das mulheres, comparando-as aos escravos.

Isso nos leva à segunda menção sobre a condição das mulheres em *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), mas dessa vez quando o autor refere à questão racial. Toda discussão iniciada em *Formação da Sociedade Brasileira* também está presente em *Ideologia do Colonialismo* (1961) na veemente crítica feita por Sodré ao discurso biológico sobre a inferioridade dos negros. Nessa última obra, o autor revela a sua objeção ao que ele chama de uma falsa “ciência” e um “delírio ariano”, como veremos logo à frente (1961, p. 197). Discordando dos ilustres estudiosos⁶¹ da época que tentaram afirmar que a inferioridade do negro, mestiço e mulato é atribuída à genética, Sodré insistirá que, de fato, esse racismo tem uma origem cultural. Portanto, o autor rebate as ideias circulando não somente sobre “a inferioridade mental, [a] tendência para a criminalidade e a amoralidade” dos negros e das negras (SODRÉ, 1944, p. 111), mas também faz uma ligação com a maneira como esses fatores culturais impactam o *status* social e econômico dos negros e das negras, “exprimindo oportunidades desiguais de classe e de casta” (SODRÉ, 1944, p. 111).

⁶¹ Segundo Cunha (2006), Oliveira Viana foi uma influência marcante na vida de Sodré, inclusive pelo fato dos dois serem amigos. Mas a partir dos anos 50, Sodré rompe tanto com Oliveira Viana quanto com Azevedo Amaral.

Para o autor, a miscigenação foi um dos elementos que caracterizou a sociedade colonial como heterogênea. Mas também foi através da miscigenação que uma dinâmica “da superioridade social dos machos” se concretizará em relação às mulheres (SODRÉ, 1944, p. 115). O autor ainda faz uma distinção entre as formas como o racismo teve diferentes níveis no que se refere à miscigenação com as índias e as negras. Sodré discute como a miscigenação dos brancos com as índias era considerada com certa naturalidade, mesmo que em distintas circunstâncias tenha sido considerada espantosa. Por outro lado, a miscigenação com as mulheres negras já era vista como um reflexo da imoralidade das negras e caracterizado como “vulgar” ou uma “aberração”. Além disso, o autor lembra criticamente como “as ligações do negro com a branca ou do índio com branca” faziam parte de uma história que “deveria” ser esquecida (SODRÉ, 1944, p. 121-122). Essa crítica é relevante ao passo que busca retratar a miscigenação como uma dinâmica cultural que acabou difundindo um fenômeno de classes. Mas, por outro lado, ao subordinar a questão da miscigenação à de classe, Sodré cai na mesma armadilha de não reconhecer como existiriam outras formas, além da econômica de estabelecer como ele mesmo assinalou, uma subordinação de *status*.

Em *Introdução à Revolução Brasileira*, datada de 1958 (1967), Sodré continua refutando os estereótipos raciais mostrando como as relações raciais na época colonial também serviram para determinar um lugar de “submissão da mulher, de seu papel secundário, do plano inferior em que foi sempre colocada” (SODRÉ, 1967, p. 150). Isso decorre do fato de que as mulheres não tinham direitos e tanto a miscigenação quanto a autoridade do *pater familias* sobre as mulheres era vista com certo “conformismo” (SODRÉ, 1967, p. 150). Portanto, o negro, a escrava, a liberta, a mucama, a mulata eram todos relegados a uma mesma classe, sem direitos.

Com isso dito, vale conferir que o próprio Sodré acabou difundindo papéis naturalizados de gênero já no final do livro quando o autor discute a sua noção de povo. Novamente em uma breve menção sobre as mulheres, o autor afirma que “a divisão do trabalho [se] assenta em condições naturais e não em condições sociais; [se] assenta nas condições de sexo e idade: o homem realiza determinado trabalho; a mulher outro; o velho outro. É uma divisão natural.” (SODRÉ, 1967, p. 190). Tal afirmação é atrelada à questão de como surgiu a divisão social do trabalho de forma a naturalizar os papéis de gênero. Com esse argumento, o autor diminui o peso de sua crítica sobre a opressão dentro da esfera privada por reforçar um discurso que vincula o surgimento de classes sociais com o da divisão social e sexual do trabalho.

De forma semelhante e para grande parte da argumentação de Sodré, as relações raciais serão intrinsecamente ligadas à exploração da terra e do desenvolvimento inicial de um sistema de classes rígido e desigual. O que Sodré traz para a discussão sobre raça é uma refutação clara de argumentos que circulavam entre os intelectuais no Brasil, que alegavam que esta era, na verdade, uma das razões para o atraso do país. Sodré vai lembrar-nos em *Introdução à Revolução Brasileira* (1967) que a miscigenação ocorreu em vários países ao longo da história como um meio de criticar a crença no conceito de raças puras (SODRÉ, 1967, p. 148). Nas quatro obras que estamos analisando, Sodré defende sempre o seu raciocínio de que as relações raciais no Brasil eram socialmente construídas de forma a favorecer os proprietários de terra e estabelecer um sistema de classes composto por uma classe dominante (os brancos) e uma classe dominada (os negros). Em sua tentativa de ligar o passado com o presente e, conseqüentemente, com sua preocupação com as desigualdades crescentes das massas urbanas em *Introdução à Revolução Brasileira* (1967), Sodré já tinha se referido a isso como a complexidade da escravidão no Brasil, em *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), quando afirmou:

A tragédia da escravidão, inseparável e conseqüente da própria posição econômica do negro, na colônia, entretanto, foi aquela que correspondeu a destruição cultural operada e ligada a isso, a ausência de possibilidades em qualquer sentido para uma massa tão numerosa (SODRÉ, 1944, p. 221).

A crítica mais contundente às discussões raciais ocorre em *A Ideologia do Colonialismo* (1961) justamente por ser elaborada para justificar uma expansão colonialista. A partir dessa ideologia, vários estudiosos como Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana sucumbiram à reprodução de obras repletas de estereótipos raciais, mitos e preconceitos. O autor a quem Sodré mais critica é Oliveira Viana, por este apresentar o que a ideologia tem de mais “vulgar” e falso (SODRÉ, 1961, p. 10). A ligação que Sodré tenta realizar ao longo de todo o capítulo é a de que, quando Oliveira Viana afirma que o homem branco é nobre, ele está realmente se referindo à classe dominante, aquele que possui terras e poder (SODRÉ, 1961, p. 190). De acordo ainda com Sodré as discussões encontradas nas obras de Oliveira Viana acabam por refletir “uma desordenada apologética de uma classe, a dos proprietários” (SODRÉ, 1961, p. 197).

Há uma clara tradição marxista aqui de ligar estruturas opressivas e elementos da sociedade com o sistema de classes. Enquanto Sodré apresenta uma ruptura com considerações racistas acerca da miscigenação do Brasil, as pouquíssimas discussões sobre as condições das mulheres e as mais numerosas, acerca de raça, são basicamente compreendidas

através do prisma do sistema de classes. Antes de considerar o foco do autor sobre os processos de exclusão e marginalização evoluindo com o sistema de classes, vale à pena mencionar que uma característica essencial da leitura de Sodré da nossa “herança colonial” é que o passado foi diretamente associado a uma idéia de um processo evolutivo. A análise deste processo evolutivo foi, portanto, fundada sobre o uso do conceito de *heterocronia*⁶². De acordo com esse conceito, a evolução histórica não se daria de forma homogênea, mas através da coexistência de fases distintas que ora, pode representar um estágio mais avançado de desenvolvimento e ora, pode apresentar impasses. Sodré entende que a *heterocronia*   um elemento chave para entender a formação social e política do Brasil, pois produziu características particulares nas quais o desenvolvimento de ideias acompanharia a evolução e revoluções processadas no campo econômico (MADUREIRA, 2006).   possível assumir, então, que esse uso do conceito foi a forma com que o autor entendeu a própria evolução da luta de classes no Brasil.

A segunda forma em que gênero aparece no seu trabalho está ligada a uma discussão mais ampla sobre a forma como o “povo” tem sido marginalizado e excluído de exercer seus direitos, inclusive os políticos. O argumento central que Sodré articula em *As Classes Sociais* (1957) e *Introdução a Revolução Brasileira* (1967), mas podem ser traçadas em alguns argumentos desenvolvidos já em *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), é que o desenvolvimento da sociedade ao lado dos processos de industrialização e urbanização dificultou a capacidade das instituições políticas representarem a sociedade como um todo.

Isso é um claro reflexo da herança colonial em que os proprietários e oligarquia detinham o poder. Sodré afirma que o liberalismo político e todo seu discurso sobre direitos seriam uma mera “fachada” na qual haveria “uma aparente liberdade para manifestar tendências e igualdade nos direitos. No fundo, uma ausência total de possibilidade de manifestação e uma desigualdade evidente” (SODRÉ, 1957, p. 38).

O que Sodré chama de uma “construção política de pretensa representação” acabou evidenciando as desigualdades de gênero, raça e classe que aumentavam na sociedade. Esta serve como a base da crítica que Sodré faz ao período em que o sistema eleitoral foi fundado, mas aplicável apenas para os homens que soubessem ler e escrever, excluindo tanto as mulheres, que ele designa como “grande vítima da sociedade burguesa”, quanto os

⁶² A origem do conceito tem sido atribuída tanto ao estudo acerca de biologia de Sodré, onde o termo aparece, ou   concepção particular de Comte das etapas do desenvolvimento da sociedade e do espírito humano, que difere da forma como Sodré utiliza para analisar a evolução da sociedade e do processo de produção (CUNHA, 2006; MADUREIRA, 2006). É interessante notar que ele atribui essa perspectiva ao que é encontrado nas discussões de Oliveira Viana, em *Populações Meridionais*, acerca das particularidades regionais para explicar fatos históricos, movimentos políticos e mudanças sociais (MADUREIRA, 2006).

analfabetos (SODRÉ, 1967, p. 217). Diante dos temas mais urgentes surgidos dentro do ISEB, Sodré acabou relegando a questão de gênero à de classe e raça. Ao mesmo tempo em que sua visão se apresenta com uma forma mais lúcida e crítica para pensar a subordinação de gênero e raça, que tiverem suas origens na herança colonial, ela não é suficiente para pautar uma agenda que detalhasse outros impedimentos culturais, políticos e econômicos à igualdade de gênero.

Se o Brasil quisesse sair da sua condição de subdesenvolvimento, seria necessário eliminar alguns resquícios dessa herança colonial que acabou marginalizando a grande maioria do povo, além de manter uma posição dependente no capital estrangeiro (SILVA, 2006). O estudo do passado para Sodré abria os caminhos para se reavaliar como o nosso “atraso” poderia ser mais bem explicado pelo papel dos proprietários e do capitalismo mercantil, responsáveis, em grande medida, pela falta de uma integração nacional (CUNHA, 2006). Portanto, o projeto de nacionalismo⁶³ se daria processualmente, com uma burguesia ou classe média, capaz de difundir a ideologia nacional e da classe trabalhadora (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 253). Com isto em mente, podemos concluir que o pensamento de esquerda no Brasil ainda teria que pavimentar uma base teórica mais forte e consolidada, onde iria encontrar um terreno fértil para novas discussões sobre a desigualdade para além do sistema de classes. Para o período em análise, tanto o PCB quanto o trabalho Sodré caíram vítimas do contexto político e das pressões que conduziram à ditadura militar.

Escolhemos aqui navegar através de um passado marcado pela dinâmica complexa entre o Estado e a sociedade durante o período que cobre 1930-1964. A apropriação do passado sempre envolve uma reflexão que é guiada por conflitos e perspectivas atuais. Na tentativa de evitar uma leitura imprecisa ou anacrônica do passado, priorizamos a maneira pela qual as reivindicações feministas e as tradições normativas se cruzaram e moldaram o imaginário sociopolítico, dado o contexto histórico e político do período. Neste sentido, destacamos as particularidades dos eventos, discursos e conflitos envolvendo reivindicações feministas e os pensamentos autoritário, católico e de esquerda acerca das relações de gênero. Embora não tenhamos prosseguido com uma análise que abranja estes 30-40 anos de forma linear, ou até mesmo de uma análise dos temas mais comumente estudados nesses atores/autores, foram selecionados episódios capazes de contar a história de como crenças

⁶³ Entre os elementos centrais que o programa nacionalista visionado por Sodré incluía e que, por sua vez, levaria à fundação da revolução brasileira, podemos destacar: (1) a integração do latifundiário na econômica de mercado; (2) a ampliação das relações capitalistas; (3) a manutenção das liberdades democráticas; (4) a nacionalização das empresas estrangeiras; e (5) a implementação de uma ampla reforma agrária (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 254).

sobre papéis de gênero acabaram enraizando diversas formas de subordinar às mulheres. Apesar das lutas por reconhecimento trazidas pela primeira onda do feminismo no Brasil, verificamos a complexa teia de estruturas e práticas patriarcais permeando os espaços público e privado. Essa escolha nos conduziu a um único caminho: a difusão das culturas patriarcais, oriundas de diferentes tradições normativas em nosso país.

Estas conjecturas críticas foram (e são) fundamentais para a compreensão dos impedimentos à igualdade dos gêneros de hoje. Portanto, essa narrativa ilustra como diversas perspectivas e tradições no campo intelectual, da direita à esquerda, estabeleceram impedimentos à participação paritária das mulheres brasileiras na esfera pública diante da permanente associação com o papel essencialista da “mulher-mãe”.

A presença dessas culturas e tradições patriarcais é relevante para consubstanciar as relações assimétricas de gênero com as quais temos de conviver até no imaginário sociopolítico contemporâneo. O autoritarismo estruturaria muito da cultura política e de relacionamento entre Estado e sociedade no Brasil até a redemocratização. Aqui vimos como suas concepções expandiram, se não transferiram os costumes patriarcais para o próprio aparelho do Estado, através da tentativa de controlar as ações das mulheres tanto na esfera pública quanto na privada. O catolicismo estruturou tal ideologia, penetrando a dimensão moral da vida social e cristalizando a divisão entre público e privado. Verificamos ainda como os discursos católicos e sua capacidade de influenciar as dimensões do imaginário estabeleceram normas que regulariam questões acerca de sexualidade e autonomia das mulheres sobre seus corpos. A tradição de esquerda, salvo poucas exceções com personagens feministas ligadas a certas correntes da esquerda, também foi incapaz de romper tanto com o sexismo dentro do PCB como estabelecer uma base teórica consolidada que, por sua vez, tematizasse questões relacionadas à igualdade de gênero. Ou seja, foi incapaz de romper com o machismo e moralismo incorporada pela própria esquerda (MORAES, 2007).

Observado por estas lentes, as raízes da subordinação das mulheres, informadas, em grande medida, pelas tradições normativas dificultou a construção de uma agenda feminista emancipatória que abarcaria temas essenciais para maior autonomia das mulheres brasileiras. Isso refletiu, até mesmo, na agenda estabelecida pela primeira onda feminista no Brasil que atuou estrategicamente diante das limitações culturais e políticas impostas. Mesmo assim e diante dessa breve síntese de como as tradições impactaram o conhecimento e as práticas acerca das relações de gênero, acreditamos que as lutas por reconhecimento, guiadas pelas primeiras feministas brasileiras, conseguiram grandes avanços. Suas conquistas ajudaram construir os argumentos e agendas feministas posteriores, que não deixariam de enfrentar

complexos impedimentos dado a extensão do enraizamento de crenças e práticas associadas a subordinação de gênero nos imaginários aqui estudados.

No próximo e último capítulo buscamos resgatar os conceitos normativos trabalhados no primeiro capítulo, a fim de ilustrar a relevância de ter estudado, mesmo que a partir de uma análise ainda incipiente, essas tradições normativas e atores/autores à luz de gênero. Portanto, visamos mostrar como o passado ainda reverbera no imaginário contemporâneo, valendo-nos, para tanto, de um mapeamento de algumas permanências e impasses referentes aos discursos analisados no passado, levando em consideração como as duas principais lutas pelo reconhecimento protagonizadas pelas feministas nos séculos XIX e XX quebraram barreiras e abriram o caminho para a igualdade de gênero em seus atuais moldes, particularmente na educação e nas frentes de trabalho.

4 ELOS ENTRE PASSADO E PRESENTE: PERMANÊNCIAS, AVANÇOS E IMPASSES DO IMAGINÁRIO SOCIOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Além de considerar os discursos sobre as noções de masculinidade e feminilidade, e mais particularmente os papéis que as mulheres exercem nas esferas pública e privada, uma investigação mais aprofundada acerca das disputas de poder entre as dimensões do imaginário sociopolítico historicamente construídos no Brasil pode trazer outras informações para a nossa compreensão dos avanços e impasses do movimento feminista atual no Brasil. Ou seja: a narrativa histórica das relações de gênero que vimos através do prisma das racionalizações normativas do pensamento social e político patriarcal, do século XIX até meados do século XX, tem inquestionável importância para a emancipação feminista e feminina hoje. Neste capítulo ilustramos alguns dos pontos que podem ser atribuídos a esta narrativa e que também nos permite vislumbrar uma conexão entre passado e presente.

Sylvia Walby lembra-nos que as ideias sobre a masculinidade e a feminilidade encontradas em todas as áreas das relações sociais também são aquelas que influenciam as próprias ações que compõem as estruturas patriarcais (WALBY, 1990, p. 91). Teorias da socialização não raro focam aspectos que fornecem uma explicação sobre como os indivíduos tornam-se masculinos ou femininos, mas não conseguem explicar de onde exatamente vêm essas noções (WALBY, 1990, p. 93). Explorar, então, essas origens é uma forma de compreender como institucionalizamos limitações ou possibilidades de agir a partir de noções construídas sobre gênero (BUTLER, 1999).

Este capítulo está organizado em duas seções, as quais nos conduzem a algumas considerações finais sobre a narrativa proposta. O que pretendemos fazer neste capítulo é circunscreto ao esboço de alguns elementos que destacam a relevância de olhar para o passado, já que guarda elementos de continuidades com o presente. Posto isso, sabemos que as rotas escolhidas não oferecem uma história completa dos/das personagens em questão ou, até mesmo, de todas as mudanças que ocorreram no Brasil do período que encerrou a nossa análise à atualidade. É importante deixar claro que não estamos testando nenhuma hipótese, tampouco buscando estabelecer uma relação causal entre os discursos examinados ao longo deste estudo e elementos que compõem o imaginário contemporâneo.

Na primeira seção buscamos traçar um panorama geral e sucinto das mudanças efetivas acompanhando a segunda e terceira onda do feminismo a fim de reconhecer as diferenças no *status* atribuído às mulheres brasileiras. Cabe destacar que mesmo que esses períodos históricos não tenham sido objetos de análise da tese, explorar as principais características deles nos permite fazer uma ponte com algumas especificidades encontradas no imaginário sociopolítico investigado. Ou seja, é uma forma de mostrar como os imaginários passados pavimentaram certos caminhos e agendas, que levaram, por sua vez, à superação, bem como a ocorrência, de confrontos com algumas desigualdades e injustiças.

Na segunda seção, trataremos de estabelecer um elo mais próximo entre alguns dos discursos e crenças arraigados em imaginários decorridos a partir de uma leitura do que permanece, do que foi superado e daquilo que se apresenta como um impasse no imaginário contemporâneo. Certamente não olharemos para todas as dimensões do imaginário, elencadas nos capítulos anteriores, quando nos referirmos ao imaginário contemporâneo. A fim de compreender melhor os três eixos de movimento do que cunhamos como parte do imaginário contemporâneo – as permanências, os avanços e os impasses – olhamos para as respostas das mulheres e homens brasileiros na recente pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo, em 2010, e para outros dados referentes à igualdade de gênero no país. Com essas informações, priorizamos, então, os temas que consideramos essenciais na configuração dos imaginários e das relações de gênero estudados nos capítulos anteriores. Tais temas incluem as características do público e do privado atualmente, as questões relacionadas à autonomia do corpo da mulher, as condições atuais no mercado de trabalho e educação no concernente às (des)igualdades de gênero e as opiniões acerca do cenário político e da presença das mulheres na política. Essas discussões, mesmo que pontuais, levam-nos às considerações finais.

Partimos, fundamentalmente, da premissa de que ao ligar passado e presente somos capazes de analisar mais profundamente “os processos reais e [as] forças que podem levar à transformação ou à conservação do estado das coisas” (BRANDÃO, 2007, p. 197). Esses engajamentos se desdobram em uma perspectiva mais nítida sobre algumas singularidades do feminismo no Brasil e as diversas dimensões das desigualdades de gênero que cruzaram os imaginários em questão diante das múltiplas culturas e estruturas patriarcais experimentadas. Vale a ressalva de que não pretendemos avaliar ou mapear a consciência feminista contemporânea, tampouco oferecer uma análise completa e abrangente do imaginário contemporâneo, mas apenas identificar algumas permanências e também mudanças nos discursos acerca das relações de gênero fortemente estabelecidas e promovidas pelos distintos imaginários aqui já percorridos.

4.1 TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E ESTRUTURAIS: A SEGUNDA E TERCEIRA ONDAS DO FEMINISMO NO BRASIL

Reconhecemos que o lugar e o *status* concedidos à mulher brasileira são hoje muito diferentes daqueles encontrados em 1964. Nos imaginários investigados, revelamos distintas formas de subordinação das mulheres brasileiras, seja na esfera privada, seja na esfera pública. A partir da década de 1960, no Brasil e em outras partes do mundo, a agenda feminista, em inúmeros aspectos, conquistou maior espaço, confrontando os velhos e os novos padrões de subordinação de gênero. As lutas feministas no Brasil certamente deram concretude às reivindicações e à atenção aos direitos das mulheres brasileiras, sendo fortemente incisivas no enfrentamento dessas injustiças. A ditadura militar e o processo de redemocratização englobaram períodos de fértil mobilização e articulação desses movimentos de mulheres e feministas, resultando na segunda e na terceira ondas do feminismo brasileiro (PINTO, 2003). Não há como não reconhecer que, durante esses anos, o Brasil passou por grandes transformações culturais, políticas e econômicas com impactos decisivos no *status* concedido às mulheres nos domínios privado e público.

Esse notável crescimento em relação à ampliação dos diversos e heterogêneos interesses dentro do movimento de segunda onda no Brasil emergiu ao lado de outros conflitos internacionais, mas também se viu aberto às ideias oriundas de obras feministas que revolucionariam os conceitos de gênero e do feminismo, como as publicações de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949) e Betty Friedan (*A Mística Feminina*, 1963). Outros fatos históricos globais assinalaram um crescimento na atenção a ser dada à situação das mulheres, com a proclamação do Ano Internacional da Mulher, em 1975, pela Organização das Nações Unidas. O ato acabou sendo estratégico para a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, no mesmo ano, exercendo assim um papel relevante na própria etapa inicial de institucionalização do movimento de mulheres no Brasil. O Centro, de certa forma, abarcou as divergentes e as diversas perspectivas dos movimentos de mulheres e feministas (PINTO, 2003) da segunda onda, que pautavam, por um lado, reformas por direitos e

liberdades das e para as mulheres e, por outro, também focavam o movimento de resistência à ditadura militar.

O cenário internacional certamente serviu para impulsionar o movimento feminista nacional, bem como para se continuar a desafiar o lugar tradicional designado às mulheres. A revolução sexual e a efervescência cultural de 1968, os novos comportamentos sexuais e afetivos relacionados ao acesso aos métodos anticoncepcionais e o recurso às terapias psicológicas também impactaram as relações de gênero particularmente no que tange ao mundo privado aqui no Brasil (SARTI, 1998, p. 4). A declaração do Ano Internacional da Mulher, em 1975, e essas mudanças sociais e culturais não somente colocaram em cheque as normas e as práticas tradicionais e patriarcais que ditavam as regras das relações de gênero aqui estabelecidas, mas abriram espaço para todo um questionamento acerca do lugar subordinado que as mulheres haviam também ocupado por séculos. As expansões no mercado de trabalho e no sistema educacional refletiram, com certeza, os primeiros passos seguros na direção da construção de uma marcada presença das mulheres na esfera pública, mesmo que de forma segregada (WALBY, 1990; SARTI, 1998).

Embora o nosso foco não esteja em mapear todos avanços promovidos pelas agendas feministas de segunda e terceira ondas do movimento feminista no Brasil, vamos discutir brevemente alguns elementos e eventos associados a elas, a fim de contextualizar determinadas mudanças estruturais que tiveram forte impacto tanto nos imaginários com os quais estivemos trabalhando ao longo de nossa narrativa quanto no *status* que as mulheres brasileiras foram, aos poucos, adquirindo no escopo da sociedade brasileira.

A segunda onda do feminismo no país organizou-se sob várias bandeiras e pode ser identificada em vários centros urbanos, nos quais as mulheres se organizaram com o objetivo de aumentar os benefícios trabalhistas; melhorar a qualidade de vida em seus bairros ligada, sobretudo, às questões de moradia, saúde e educação (que se expressaram em organizações femininas tais como a Associação das Donas de Casa em São Paulo, juntamente com a Ação Católica Operária); diminuir os preços dos alimentos e dos serviços públicos como a energia (no que podemos exemplificar o Movimento contra a Carestia); mobilizar reivindicações por mais creches públicas, entre outras demandas (tais como o Movimento de Luta por Creches) (OGANDO, 2006). Nas décadas de 60 e 70, o movimento feminista brasileiro viveu permanentemente em conflito entre dois polos. Primeiro, podemos destacar a incipiente articulação de demandas particulares por reconhecimento, tendo como foco temas relacionados à sexualidade, ao corpo, ao aborto, à contracepção e à violência doméstica, que redundaram na formação de pequenos grupos de reflexão feminista (PINTO, 2003;

ALVAREZ, 1990). Ao mesmo tempo, verificamos as tentativas de enfrentar a ditadura militar onipresente e também participar das forças de resistência de esquerda no país. Cabe mencionar que muitos grupos de esquerda e de combate ao regime autoritário vigente acreditavam que as demandas do feminismo poderiam ter o efeito de enfraquecer a resistência à ditadura militar.

De fato, essa experiência conflituosa entre o feminismo brasileiro com a esquerda não foi uma experiência particular somente do Brasil, mas pertenceu aos próprios feminismos latino-americanos (COSTA, 2005). Mas, de uma forma interessante e paradoxal, foi nos segmentos mais progressistas¹ da Igreja Católica que os movimentos de mulheres e feministas encontraram alguns discursos que encorajava as mulheres a se mobilizarem e a se organizarem. De tais mobilizações nasceram organizações, junto às Comunidades Eclesiásticas de Base, que também se propuseram a consolidar os interesses das mulheres para maior articulação nas arenas públicas. Vale a ressalva de que a agenda feminista sempre teve dificuldade de se inserir nesta tradição, com exceção dos discursos advindos da Teologia da Libertação que surgiria a partir da década de 1970. Dessa forma, alguns setores mais progressistas da Igreja Católica contribuíram para a ampliação dos espaços de atuação das mulheres.

Nesse mesmo sentido, a linguagem da oposição ao regime abriu ainda mais o acesso à esfera política, mesmo em um contexto de forte repressão. Por meio de seus esforços, juntamente com os de suprir as distintas e urgentes necessidades de suas comunidades, as mulheres terminaram por revelar a negligência dos governos para com o crescimento e desenvolvimento sociais e seu descaso na superação efetiva das desigualdades econômicas vividas pelo país (OGANDO, 2006).

É verdade que a esquerda e a Igreja não nos serviram completamente para desmontar as hierarquias que organizaram as nossas relações de gênero, muito menos para desafiar a nossa sociedade patriarcal, mas foram úteis em mediar o acesso feminino a arenas públicas e políticas onde as mulheres mobilizadas organizaram suas demandas (ALVAREZ, 1990). E isso foi, certamente, um aprendizado significativo. No entanto, refletindo a permanência de tendências patriarcais verificadas nos discursos da esquerda e no discurso católico que vimos

¹ O Segundo Conselho do Vaticano (1962-1965) e a Segunda Conferência Geral dos Bispos Latino-americanos (CELAM), sediada em Medellín, Colômbia, marcaram uma forte mudança na Igreja em 1968, contrastando com os discursos que analisamos ao longo da tese. Certamente há ainda uma grande concentração e tensão com discursos conservadores e patriarcais em conflito com essas novas direções. Contudo, esses dois conselhos refletiram “grande integração de valores religiosos e seculares e afastou o peso moral da igreja para longe da legitimação do *status quo* com vistas à uma crescente promoção da equidade e da liberdade” (ALVAREZ, 1990, p. 60).

claramente no terceiro capítulo, Alvarez (1990, p. 82) nos lembra que, mesmo nessas mobilizações, as mulheres eram relegadas a posições subordinadas que acabariam por fornecer o contexto para elas começarem a se mobilizar conscientemente acerca de questões centrais no tocante às desigualdades de gênero.

Cabe lembrar a influência que o feminismo militante e acadêmico da Europa e dos Estados Unidos teria para as mulheres exiladas que retornariam ao país para ajudar a mobilizar a terceira onda do feminismo no Brasil. O feminismo dos anos 60 e 70, nesses países centrais, foi capaz de construir novos campos de discussão acerca das relações de poder entre homens e mulheres, ressaltando diversas e múltiplas formas de subordinação de gênero (PINTO, 2003) e, ao mesmo tempo, investindo em reivindicações de caráter mais identitário. A repressão militar no Brasil, contudo, limitaria as condições do movimento e as possibilidades de vinculá-lo a uma agenda mais emancipatória nesse sentido. No entanto, os esforços dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas já pavimentaram um caminho importante para a atuação das mulheres na esfera pública por, pelo menos, duas razões. Primeiro, os esforços revelam como a articulação dos interesses privados ajudaram as mulheres a se sentirem mais autônomas, solidárias e independentes. É possível assumir que, apesar da repressão, uma perspectiva compartilhada entre as mulheres foi minimamente estabelecida. Em segundo lugar, podemos ressaltar o fato de que houve um incipiente reconhecimento de que as desigualdades de gênero intersectam as desigualdades de raça, sexualidade, geração e classe. Ambas questões servem para entender o “feminismo difuso” que caracterizou a terceira onda no Brasil, segundo Celi Pinto (2003).

A terceira onda do feminismo no Brasil pode ser mais bem compreendida à luz dos processos de redemocratização no país, em que novas questões e novas formas de se organizar coletivamente surgiram para as mulheres brasileiras (OGANDO, 2006). O movimento feminista modifica sua forma de articular demandas, desta vez por meio de redes ou ONGs, refletindo o caráter multidimensional dos seus interesses, em que os temas de violência contra a mulher, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, etc. começam a ganhar mais enfoque (MATOS, 2005).

Mas anteriormente a essas próprias articulações, o movimento já havia efetuado uma grande atuação no processo de redemocratização ao demandar por mais direitos para as mulheres com a adoção da Carta das Mulheres, na Constituinte de 1988. A Carta, dividida em duas partes, referia-se ao trabalho, à saúde, aos direitos de propriedade e sociedade conjugal, e colocava em pauta questões relevantes e polêmicas, como a violência contra a mulher e o

aborto. Através das pressões feministas, podemos considerar a nova Constituição como um marco histórico de grande relevância:

Além de contemplar a igualdade em direitos e obrigações de homens e mulheres, em seu artigo 5º, inciso I, reconheceu a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença maternidade, criou o direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica. Não houve, entretanto, muitos avanços no que diz respeito ao tema do aborto. (MATOS; CORTÊS, 2010, p. 35).

Parece razoável considerar que as mudanças destacadas revelam como as lutas por reconhecimento iniciadas no passado foram sendo, aos poucos, incorporadas pelo Estado, com a exceção da questão do aborto que permanece como um “entrave” significativo para o próprio movimento. De forma mais geral, o que observamos aqui é a abertura de uma nova pressão e novos formatos de atuação da sociedade civil, já sinalizando para as mudanças que estariam por vir na nova cultura democrática do Brasil (ALVAREZ, DAGNINO; ESCOBAR, 2000; AVRITZER, 1995; 1996).

A presença ativa das mulheres no âmbito do Estado também emerge como elemento de tensão no seio do movimento. Por um lado, feministas viram essa atuação com o Estado como uma ameaça à autonomia do movimento. Enquanto, por outro lado, muitas feministas reconheciam no Estado um espaço fundamental no processo de aquisição de direitos e de busca por maior igualdade para as mulheres (MATOS, 2010; COSTA, 2005; PINTO, 2003). A expansão dos interesses implicou, no entanto, em grandes desafios não somente na luta pela igualdade das mulheres, mas pelo aumento da demanda por representação das mulheres nas instituições políticas. Nesse quadro, a questão política emerge com centralidade para as feministas a partir de três planos: a conquista de espaços no plano institucional, a presença de mulheres nos cargos eletivos e formas alternativas de participação política (PINTO, 2003, p. 68).

Os grandes avanços da terceira onda refletiram “a reconstrução de marcos da democracia liberal como a reorganização partidária, eleições para diversos níveis e a reelaboração da Constituição” (SOARES, 1998, p.42), estabelecendo uma relação mais direta entre os movimentos sociais, o Estado e as demandas por cidadania. Apesar de ser uma fase com objetivos bastante diversificados, percebemos uma nova direção em torno das relações que os movimentos feministas viriam a consolidar com as instituições políticas, particularmente com a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1985), a criação da primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher em São Paulo, na década de 1980,

expandindo para diversas cidades no país, e a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003). Seguindo o intuito da possibilidade de políticas públicas incorporarem a questão de gênero, a partir de 2004 também percebemos como as convocações das Conferências Nacionais² de políticas para as mulheres (2004, 2007 e 2011)³ vêm mobilizando mulheres e governos em todo o país.

Além da institucionalização do movimento, outra característica fundamental da terceira onda, particularmente a partir dos anos 90, é sua expansão ou difusão entre as mulheres. Ou seja, percebemos uma ampliação da agenda política feminista com a incorporação da perspectiva das “mulheres negras, trabalhadoras rurais, lésbicas, indígenas, acadêmicas, ecofeministas, católicas, sindicalistas, assessoras governamentais, profissionais das ONGs”, entre outras (ALVAREZ, 1994; 2001 *apud* COSTA, 2005, p. 19-21).

Esses dois períodos ou ondas tiveram a relevante influência e pressão dos movimentos feministas internacionais como aliados que ajudaram a forjar um novo relacionamento entre o Estado e movimentos sociais. Mesmo que não haja nenhuma novidade nessa breve caracterização da segunda e terceira onda do feminismo, ela certamente nos serve para situar esse imaginário, iluminando as variadas mudanças no tocante às mulheres brasileiras. Em outras palavras, essa discussão constitui uma tentativa de mostrar como as lutas por reconhecimento iniciadas nesse período de 1964 até a contemporaneidade tiveram um impacto no imaginário, através, mas não exclusivamente, do seu relacionamento com o Estado. Esse quadro deixa claro como que novas práticas e atores/atrizes têm um papel relevante nas tentativas de desmontar crenças e estruturas patriarcais e autoritárias.

Apesar de sua exclusão da nossa análise, o período estudado nos capítulos 2 e 3 e que antecede essa efervescente movimentação dos anos 70 em diante tornou-se importante para mapear como o pensamento ocidental, referente às questões de gênero, foi incorporado pelos atores/autores das tradições normativas no Brasil, refletindo as singularidades brasileiras e, ao mesmo tempo, mantendo as hierarquias das relações de gênero. Nosso enfoque no século XIX até meados do século XX foi relevante, pois estabeleceu uma base, mesmo que incipiente,

² Para um estudo que aborde o tema das conferências nacionais como um exemplo de instituição participativa e representativa, bem como seus efeitos positivos no Congresso, veja Pogrebinski e Santos (2010).

³ Os principais resultados do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) se encontram na área de enfrentamento à violência contra as mulheres com a ampliação de redes de atendimento e a sanção da Lei Maria da Penha em 2006 (BRASIL, 2011, p. 2-3). Já o II Plano Nacional de Política para as Mulheres (II PNPM) incluiu novas áreas de atuação estratégica ao I PNPM, tais como: participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; e enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas (BRASIL, 2011, p. 1-2.).

para compreender a fundamentação e o enraizamento de toda uma orientação sobre as normas e práticas que guiaram (e guiam) tais relações.

Revisitar ou de certa forma contar essa trajetória através da influência das primeiras reivindicações feministas e de algumas tradições normativas pode nos esclarecer sobre determinados entraves políticos de hoje. Acreditamos existirem desafios continuados nas lutas feministas contemporâneas por reconhecimento ligados às concepções e estruturas construídas e pensadas a partir de uma lógica anterior que ainda se faz fortemente presente no país. Nesse sentido, Ricardo Silva parece correto em afirmar que não é “exagerada a suposição de que a criação de conceitos e categorias capazes de iluminar nosso atual contexto político só pode efetuar-se a partir de tal revisitação” (2001, p. 3).

Com o intuito de reiterar a conexão entre o passado e o presente, buscamos ilustrar as permanências, os avanços e os impasses em relação à igualdade de gênero à luz dos discursos das tradições normativas investigadas. Entendemos que antes de propor qualquer transformação das estruturas que estabelecem e legitimam a subordinação das mulheres, precisamos apontar para os detalhes que fundamentaram as suas origens. Sendo assim, essa narrativa abre possibilidades de se desestabilizar algumas distinções normativas acerca dos papéis de gênero que foram enraizadas ao longo dos séculos em nossos imaginários.

4.2 ELEMENTOS REMANESCENTES PARA UMA REFLEXÃO A RESPEITO DO IMAGINÁRIO CONTEMPORÂNEO: PERMANÊNCIAS, AVANÇOS E IMPASSES À LUZ DA IGUALDADE DE GÊNERO

Objetivando ilustrar a construção dos papéis de gênero no público e no privado em nosso país, boa parte da nossa narrativa concentrou-se na relação e nas tensões estabelecidas entre algumas dimensões do imaginário. Identificamos dinâmicas particulares, distintas relações de poder e de influência, a construção de saberes e, eventualmente, a produção de tipos específicos de culturas políticas através das quais foi possível identificar o entrelaçamento entre Atores/Intelectuais-Práticas-Estado-Instituições-Tradições Normativas. Uma dimensão essencial e sempre implícita desses mesmos imaginários foi a da produção de

práticas e crenças que influenciaram (e influenciam) a vida social, seja no nível individual, seja no coletivo.

Com base nisso, essa seção busca acompanhar como certos traços desses imaginários, construídos ao longo da história política brasileira, ainda encontram espaço e legitimidade no imaginário contemporâneo. Desse modo, a intenção aqui é ilustrar a relevância de ter investigado as raízes da fundamentação de certos papéis e discursos de gênero e como ela perdura, em muitas instâncias, até o presente. A seleção de algumas opiniões de mulheres e homens brasileiros encontrados no *survey* da Fundação Perseu Abramo⁴ e a forma como elas/eles percebem atualmente os seus lugares e seus papéis nos espaços público e privado promete, no mínimo, uma interlocução com as análises dos imaginários estabelecidos nos capítulos anteriores.

4.2.1 Permanências do Passado no Presente: o Enraizamento da “Essência Feminina”

Examinamos, assim, algumas das questões da já referida pesquisa⁵, aplicada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, quando foram entrevistadas 2.365 mulheres e 1.181 homens. À luz das discussões que norteiam os capítulos anteriores, consideramos, então, as diferentes percepções das mulheres e dos homens brasileiros entrevistados com o intuito de ilustrar algumas das permanências ou traços dos discursos estabelecidos pelas tradições normativas desde o século XIX. Na impossibilidade de aprofundarmos aqui em todas as perguntas da extensa pesquisa, escolhemos temas que consideramos capazes de reforçar os argumentos que vimos construindo neste trabalho. Portanto, apresentaremos as opiniões acerca (1) das

⁴ A inclusão desses dados aqui não serve para romper ou mesmo destoar com a abordagem teórica e histórica adotada nos capítulos anteriores. A intenção é meramente iluminar porquê e como o passado (através do foco nas tradições normativas e dinâmicas dos imaginários sociopolíticos) pode oferecer luz acerca das estruturas e relações hierárquicas de gênero que permanecem não desafiadas e/ou são difíceis de desconstruir.

⁵ A pesquisa feita pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo é uma amostra probabilística, com controles de cotas de idade. A pesquisa foi conduzida em 25 estados nas cinco macrorregiões do País e cobriu as áreas urbana e rural. As margens de erro para as entrevistas com as mulheres são mais ou menos dois pontos percentuais para os resultados, com o total da amostra, e até mais ou menos quatro pontos, para os resultados das perguntas aplicadas apenas nas subamostras A, B ou C com intervalo de confiança de 95%. As margens de erro para as entrevistas com os homens são mais ou menos de três pontos percentuais para os resultados, com o total da amostra, e até mais ou menos quatro pontos, para os resultados das perguntas aplicadas apenas nas subamostras A ou B com intervalo de confiança de 95%. Os resultados da pesquisa estão divididos em seis capítulos abordando, os seguintes temas: Percepção sobre ser Mulher, Machismo e Feminismo; Divisão sexual do trabalho e tempo livre; Corpo, mídia e sexualidade; Saúde Reprodutiva e Aborto; Violência Doméstica; Democracia, Mulher e Política.

percepções dos sujeitos da pesquisa sobre serem mulheres e homens, (2) das questões sobre a divisão do trabalho doméstico e, por fim, (3) das questões sobre o corpo⁶, no que tange ao aborto e violência doméstica.

Acreditamos que essa escolha guarda elementos de continuidade com o passado, particularmente referente à divisão do público e privado. Dado também que o próprio patriarcalismo não é estático, essas percepções revelam sobreposições com relação aos discursos do século XIX, mas também inauguram novas posturas diante do machismo ainda incrustado na sociedade patriarcal brasileira. Um salto ao imaginário contemporâneo permite-nos perceber que apesar de uma maior difusão dos valores igualitários que dizem respeito a relações de gênero no imaginário contemporâneo, particularmente na esfera pública, há diversas ambivalências de um movimento de transformação que se encontra inacabado.

Mudanças nas relações de gênero têm, frequentemente, sido o resultado das tensões paradoxais relacionadas ao processo de “destradiconalização”⁷. Esse processo envolve mudanças no relacionamento com a autoridade, ou a perda de referência da tradição e seus valores e instituições como a religião, a família ou o sistema político. De acordo com Heelas (1996), devemos interpretar a destradiconalização como um processo que compete e, ao mesmo tempo, relaciona-se com o processo de manutenção das tradições. Essa disputa envolve processos complexos de manutenção, reinvenção e reconstrução das tradições, que, por sua vez, exerceram e exercem sua influência nas rotinas, regras, procedimentos, leis e costumes de dada sociedade (MATOS; PINHEIRO, 2012). Vale ressaltar que nessa relação não há uma ruptura ou eliminação completa das vozes tradicionais de autoridade (HEELAS, 1996), mas uma coexistência desses valores tradicionais com uma pluralidade de novos estilos de vida e de comportamentos.

Explorar essas tensões é uma forma de ressaltar os eixos de permanências ou mudanças referentes às relações de gênero de acordo com os imaginários que exploramos ao longo deste trabalho. Recorrendo a esses dados, ilustramos como o processo de destradiconalização está em andamento e, mais notavelmente, está repleto de paradoxos no que concerne às práticas e às percepções dos indivíduos. Essa conceituação teórica parece corroborar com nossos argumentos que é possível mudar e reconfigurar dado imaginário, ao mesmo tempo em que reconhecemos os impedimentos envolvidos em tal processo. Dois fatos parecem reforçar tal afirmação. Primeiro, a destradiconalização se configura como elemento

⁶ Vale ressaltar quando nos referirmos às questões sobre o corpo como uma permanência dos discursos enraizados nos imaginários do passado, argumentaremos que esse eixo também será tratado como um impasse do atual movimento feminista no Brasil.

⁷ Do inglês *detraditionalization*.

chave no desmantelamento de relações assimétricas e hierárquicas de gênero, pois ela desafia todo sistema de poder estabelecido e mantido por certo imaginário político. Isso porque a destradicionalização se opõe ao conservadorismo, que pode expressar-se de diversas maneiras, incluindo a apatia política, as atitudes e as percepções que rejeitam mudanças que alteram as configurações de poder e uma tendência à discriminação, à intolerância e ao preconceito em relação às diferenças (MATOS; PINHEIRO, 2012, p. 5). Segundo, a destradicionalização pode fomentar a criação de uma “nova sensibilidade sociocultural igualitária”, na qual atores e atrizes sociais, assim como instituições, aderem a um conjunto de novos valores, práticas e crenças pautadas em pressupostos modernizantes, “destradicionalizantes” (MATOS, PINHEIRO, 2012, p. 6).

Portanto, levamos em consideração que as percepções aqui destacadas são uma expressão das contradições inerentes ao processo de se “destradicionalizar” as crenças sobre relações de gênero no Brasil. As percepções das mulheres e dos homens brasileiros servem igualmente para nos apontar quais práticas e discursos são mais difíceis de serem eliminados desses imaginários que viemos reconstruindo e narrando, apesar de todos os esforços dos movimentos sociais e, até mesmo, em certas circunstâncias do próprio Estado para efetivar e garantir os direitos das mulheres no Brasil. Além disso, as respostas iluminam como as ações e as relações de poder na esfera privada precisam ainda ser fortemente consideradas, dado o seu entrelaçamento com a esfera pública. Isso se torna possível quando analisamos dados de percepção relacionados aos valores de gênero, tais como aqueles sobre os quais vamos nos debruçar agora.

Se durante o século XIX as mulheres eram excluídas da esfera pública de diversas formas, a sua tímida inserção até meados do século XX foi marcada por distintas mobilizações antifeministas, articuladas pela Igreja Católica e pela mídia, que abusavam dos estereótipos negativos para associá-los às feministas. Reconhecendo tais obstáculos, as lutas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil não somente conseguiram introduzir uma série de questões envolvendo a igualdade de gênero na agenda estatal, mas também, lenta e persistentemente, encontraram caminhos para desafiar uma cultura política profundamente arraigada – como vimos – em tendências patriarcais. Há certamente uma nova conscientização sobre o papel da mulher brasileira, particularmente no espaço público, que representa uma grande “ruptura com a ideologia da domesticidade” (RAGO, 2004, p. 33).

Ao longo desse processo, algumas mulheres brasileiras, mesmo aquelas não necessariamente engajadas no movimento feminista, aumentaram sua adesão aos valores do feminismo. De acordo com a pesquisa de 2010, 31% das brasileiras se consideram feministas,

sendo que, desse total, 14% se consideram totalmente feministas e 17% parcialmente feministas. Há um aumento nessa percepção quando a comparamos aos dados de 2001, quando 22% das brasileiras se consideravam feministas. Isso em si já nos revela que, lentamente, tem havido uma quebra com os estereótipos negativos associados ao feminismo e as suas lutas, bem como uma necessidade de se continuar lutando contra as diferentes formas e estruturas que oprimem as mulheres brasileiras.

Atualmente, segundo dados da pesquisa, entre as melhores coisas de ser uma mulher no espaço público⁸ estão o acesso ao mercado de trabalho (17%), a liberdade ou independência social (14%), a independência econômica (8%), o acesso aos direitos (6%), a educação/estudos (3%) e os direitos políticos (1%) (Anexo A)⁹.

Uma das primeiras observações que podemos fazer em relação a esse ordenamento diz respeito à permanência de uma percepção positiva e à relevância atribuída pelas brasileiras à sua inserção continuada no mercado de trabalho. Acreditamos que as duas respostas posteriores, a saber, independência social e econômica, estão diretamente associadas ao próprio acesso e posicionamento no mercado de trabalho. É possível apontar a existência de uma conexão entre essas respostas e as articulações do movimento feminista brasileiro que buscou ressaltar a redistribuição de renda entre e para as mulheres diante de uma conjuntura de fortes e perenes desigualdades econômica e social (OGANDO, 2006). A questão da educação, que se configura como uma das últimas prioridades pode ser pensada também como um reflexo também dessa agenda de conquistas, já que ela pode ser considerada uma luta por igualdade que se encontra relativamente superada pelas mulheres brasileiras. Vale aqui fazer a ressalva de que foi a educação a primeira bandeira da luta feminista no país. Vimos como ela veio a se configurar no imaginário sociopolítico brasileiro tal como mostrado no segundo capítulo. Atualmente, o enigma permanece em relação ao fato de que somente 1% das mulheres acredita que necessitamos de melhorias no acesso a direitos políticos para as mulheres. Isso indica a necessidade de enfatizar, ou até mesmo de articular no imaginário contemporâneo, como esses direitos têm implicações diretas no campo da autonomia e de uma efetiva liberdade das e para as mulheres.

Por outro lado, as piores coisas de ser uma mulher no espaço público, segundo a pesquisa, incluem a discriminação social/machismo (19%), a discriminação no mercado de trabalho (16%) e a falta de liberdade/independência social (2%) (Anexo A). Esse quadro nos permite entender alguns aspectos do paradoxo inerente ao processo de dismantlar nossas

⁸ A pergunta encontrada na pesquisa é: “Quais são as melhores coisas de ser mulher?”.

⁹ Em 2001, essa mesma ordem de importância aparecia, com meras diferenças percentuais apenas.

desigualdades. Ao mesmo tempo em que as mulheres assinalam que o mercado de trabalho é uma das melhores coisas existentes no nosso espaço público, elas também percebem que existem ainda muitas desigualdades salariais e hierarquias de gênero que valorizam mais o homem em várias instâncias.

A conscientização sobre a discriminação social/machismo também é um ponto que merece ser destacado, já que acreditamos que caminha com as tentativas dos feminismos revelarem as variadas facetas da subordinação de gênero no Brasil, seja entre as militantes, seja na academia. Nas respostas dadas pelas mulheres observamos como essa conscientização é válida para as formas de dominação na esfera privada e pública.

Isso nos leva diretamente às respostas das mulheres em relação às melhores e piores coisas percebidas por elas no âmbito da esfera privada. É nessas respostas que evidenciamos um encontro direto com os discursos oriundos das tradições normativas do imaginário construído a partir do século XIX. O papel primordial das mulheres, de acordo com os discursos do positivismo e do catolicismo do século XIX e, em menor grau, do liberalismo, é o de ser mãe e protetora da família. O mesmo princípio se mantém ao longo do século XX nos discursos do autoritarismo e do catolicismo, com o resgate da valorização da família patriarcal e nuclear. Até os discursos da esquerda promoveram a ideia da mulher como um apoio insubstituível na família, tal como discutido no terceiro capítulo. Portanto, não nos parece estranho encontrar 57% das mulheres respondendo, em 2010, que “a melhor coisa de ser mulher no espaço privado” é a maternidade. Vale ainda lembrar que a maioria das respostas está intrinsecamente ligada a aspectos dos cuidados com a família: 50% responderam que o que há de mais positivo em ser mulher no âmbito privado é a concepção/gravidez; 19% responderam que é a criação dos filhos; 16% responderam que é o casamento/marido/família; 7% responderam que é o trabalho doméstico e apenas 1% respondeu que é a sexualidade/relação amorosa (Anexo A).

Considerando agora o que as mulheres entendem como as piores coisas ligadas ao espaço privado, encontramos a questão da violência contra a mulher (14%); problemas com maternidade/filhos (12%), que inclui a responsabilidade de criar os filhos sozinha; problemas de saúde (12%); problemas no casamento ou com o marido (12%); o peso do trabalho doméstico (9%); o peso das duplas jornadas de trabalho (5%); e problemas com a sexualidade/vida amorosa (4%) (Anexo A). Essas percepções todas somadas indicam que as mulheres reconhecem como os mecanismos do machismo atuam na esfera privada. O curioso é que enquanto as mulheres parecem valorizar as ações relacionadas ao “cuidado” e à família, como detectamos em perguntas anteriores, as respostas aqui sinalizam como tais

responsabilidades sobrepesam a vida das mulheres. Enquanto as mulheres brasileiras parecem priorizar os relacionamentos na esfera privada, as respostas apontam para uma necessidade de negociar e/ou dividir as tarefas domésticas.

Um tema decisivo que aparece nas respostas das mulheres sobre as melhores coisas de ser uma mulher – mas não necessariamente com ligação ao espaço público ou privado, e ainda coincidente com os discursos organizadores das tradições normativas do imaginário sociopolítico –, diz respeito aos atributos femininos. Vinte e três por cento das mulheres brasileiras acreditam que os “atributos femininos” estão entre as melhores coisas de ser uma mulher. Entre as especificações sobre o que vêm a ser tais atributos, encontram-se respostas como: “ser vaidosa”, “sempre estar bem arrumada”, “a mulher é mais frágil, tolerante, calma, compreensiva, solidária”, “ser mais guerreira”, além de outras características que demarcam uma suposta “essência” feminina. Novamente, percebemos como o que foi valorizado pelos discursos das tradições normativas dos séculos XIX e XX, analisados anteriormente, mantém sua legitimidade e significância ao longo do tempo e espaço. De certa forma, os discursos sobre a “essência feminina” adquiriram novos significados, bem como novas estratégias de legitimidade através da perspectiva feminina que valoriza tais características. Em outras palavras, são as mulheres agora que estão atribuindo e mantendo determinado valor a esses atributos oriundos, em boa parte, do imaginário sociopolítico do século XXI.

É relevante também discutir as diferentes interpretações dos homens sobre as melhores e piores coisas de ser um homem na sociedade brasileira, particularmente no que concerne às práticas cotidianas nos espaços público e privado, sobretudo quando as colocamos diante das nossas análises a respeito da construção dos imaginários referenciados. Considerando que gênero é um conceito relacional, os papéis atribuídos aos homens e suas percepções desses papéis nos fornecem uma base melhor para comparar se, de fato, homens e mulheres internalizaram uma lógica dicotômica que ajudou a construir lugares e *status* distintos para eles/elas na sociedade. É possível argumentar que as interpretações masculinas nos ajudam a entender que a natureza violenta inerente ao sistema patriarcal afeta não apenas as mulheres, mas também, os homens. Não estamos dizendo que os homens são tão vítimas quanto as mulheres da dominação e da subordinação de gênero, e sim que o machismo, como um aspecto central da cultura patriarcal, estimula certos padrões de ação, seja individual, ou coletivamente, que parece prejudicar os homens também. Ao incluir as respostas dos homens

brasileiros em relação aos temas aqui delineados, revelaremos como a masculinidade¹⁰ também é uma construção social, servindo para reforçar dinâmicas de poder que operam através de uma lógica binária (BUTLER, 1999).

Da mesma forma que notamos como uma “essência” feminina foi utilizada para valorizar, muitas vezes, apenas o papel das mulheres como mães, verificamos também a construção de um discurso que valorizava homens a partir de sua virilidade, racionalidade e força física. Ou seja, uma “essência” ou “natureza” masculina foi igualmente construída a partir dessa lógica de diferenciação que veio a sustentar as relações assimétricas de gênero. Dentre algumas das respostas dadas sobre as piores coisas de ser um homem¹¹ hoje no Brasil, encontram-se: problemas ligados à família/filhos (26%); transtornos relacionados a algumas características masculinas (16%); questões ligadas ao trabalho (9%); problemas com violência (7%); desafios como o desemprego (6%) e financeiros (2%) e outros problemas diversos apontados pelos homens (8%) (Anexo B). Vemos aqui que os homens não necessariamente acreditam serem positivos atributos masculinos que se opõem claramente a atributos femininos.

Todavia os homens percebem que há uma lógica operando que subordina as mulheres no que se refere às melhores coisas de ser homem, tais como: “ser mais forte fisicamente” em relação à mulher, “ser mais respeitado do que a mulher” e “ter mais liberdade”, sem ser punido pela sociedade. Trinta e sete por cento dos homens responderam que a melhor coisa de ser homem estava ligada a características masculinas, tais como “não engravidar”, “não menstruar” e “ser mais forte”; seguidos de 33% que responderam que a liberdade era a melhor coisa; 31% que se referiram à facilidade de arrumar um emprego; 18% que responderam que era a relação com a família; e ainda 20% dos homens que responderam que a melhor coisa é não ter que cumprir as tarefas domésticas (Anexo B).

Com base nesses resultados, percebemos pelo menos duas coisas. Primeiro, há uma afirmação da diferença, na qual homens parecem reconhecer que a “essência feminina” ou que certas características femininas, sejam elas biológicas ou não, são claramente formas de subordinar ou mesmo de marginalizar as mulheres na sociedade brasileira. Todavia, suas respostas relativas à independência, às responsabilidades familiares e, em particular, à divisão

¹⁰ Entre os estudos sobre masculinidade, o autor Calvin Thomas (2002) lembra-nos da relevância de tais estudos para o próprio feminismo. Thomas argumenta que a investigação das formas como o masculino foi sendo construído é importante para desestabilizar normas e práticas assimétricas que guiam as relações de gênero.

¹¹ Importante ressaltar que enquanto as respostas das mulheres foram agrupadas em categorias ligadas ao espaço público e privado, as respostas dos homens foram configuradas em uma lista geral. Optamos, então, para discutir o que os homens acreditam ser as melhores e piores coisas na sua vida, verificando se tais respostas estão ligadas à esfera pública ou privada.

de trabalho doméstico revelam a ausência de um equilíbrio nas relações de gênero na esfera privada.

Em segundo lugar, parece haver uma nítida referência à esfera privada nas respostas das mulheres em comparação às respostas dos homens. Enquanto para as mulheres a maioria das respostas relacionadas às melhores e piores coisas de ser uma mulher tinha a ver com o relacionamento com a família, os homens já priorizam a sua liberdade ou justamente alguns daqueles traços que tradicionalmente os diferenciam biologicamente das mulheres. O imaginário, que no século XIX restringia firmemente as mulheres ao espaço privado, ainda mantém certa proeminência na percepção de homens, mas sobretudo das mulheres brasileiras no século XXI.

A transformação dos papéis de gênero, em ambas as esferas, poderá encontrar uma base nos processos de socialização que ocorrem em primeira instância dentro no âmbito familiar. Acreditamos que um grande empecilho às relações simétricas de gênero na esfera privada, com consequências relevantes para a esfera pública, é a manutenção da desigual e onerosa divisão do trabalho doméstico. De acordo com a pesquisa, 91% das mulheres responderam que elas próprias, ou que alguma outra mulher que reside no lar, são efetivamente as responsáveis pelo trabalho doméstico nas suas casas (Anexo C).

Se olharmos para a percepção a respeito do número de horas dedicadas aos serviços domésticos, fica ainda mais evidente a atuação quase exclusiva das mulheres, quando comparada à dos homens. Perguntadas sobre quantas horas semanais gastam em média fazendo atividades domésticas, as mulheres responderam que dedicam 17 horas e 44 minutos para serviços de limpeza, cozinhar, lavar e passar roupa e outros cuidados com a casa. Os homens responderam valerem-se de 4 horas e 19 minutos (Anexo C).

Se há um exemplo ressonante e claro de como as dinâmicas do imaginário impactam ainda hoje os sentidos compartilhados e significados das relações de gênero, acreditamos que este pode ser encontrado nessa questão da (não) divisão do trabalho doméstico. Ao longo da tese, visamos demonstrar como os discursos normativos, sejam eles das ideologias da direita ou da esquerda, de cunho religioso ou não, estabeleceram um elo permanente entre as mulheres e suas perenes responsabilidades com a família e o cuidado com a casa. Isso não somente adicionou um peso ainda maior para as mulheres, em especial quando elas ingressaram no mercado de trabalho, mas também legitimou a ausência dos homens desse tipo de trabalho. Ao nunca se discutir a presença dos homens na família para além de seu tradicional papel de provedor, o papel tradicional da mulher como cuidadora tornou-se

praticamente “natural” nesses discursos, além de subvalorizado, e isso não apenas em termos econômicos.

Para uma efetiva transformação no sentido mais amplo de um potencial emancipatório de gênero, parece-nos que é essencial lidarmos com, pelo menos, dois elementos: (1) a divisão sexual do trabalho doméstico e (2) a questão do reconhecimento e suas implicações para o papel exercido pela mulher nos espaços público e privado. Cabe ressaltar que estes dois elementos têm a capacidade de desvincular a mulher dos papéis tradicionalmente estereotipados que lhe foram historicamente atribuídos. Em primeiro lugar, a partir do momento em que existir uma verdadeira e recíproca troca de ideias e também a divisão das responsabilidades para com o espaço privado, as mulheres brasileiras poderão elevar seu *status*, conseguindo uma maior autonomia. Essa autonomia, entendida como um fator igualmente relevante para questões de poder, poderá ser exercida de diversas maneiras. Dentro da esfera privada, sua autonomia será importante para que as mulheres possam exercer funções que vão além daquelas histórica e culturalmente relegadas a elas: a de mãe, protetora, dona de casa e esposa. Sendo assim, os indivíduos que compartilham de uma interação no âmbito doméstico estariam rompendo com papéis estereotipados de gênero. De certa forma, isso significaria que tanto os homens quanto as mulheres estariam negociando seus papéis na esfera privada e não apenas reproduzindo e perpetuando certos padrões de interação que refletem o enraizamento do patriarcado nas dinâmicas experimentadas na vida privada.

Já na esfera pública, ao exercer sua autonomia no sentido de tomar decisões que refletem seus interesses, particularidades e desejos, as mulheres poderão buscar enfrentar esses mesmos padrões de subordinação. Além disso, se de fato houver uma verdadeira negociação dos papéis exercidos no espaço doméstico, a mulher poderá igualmente ter mais tempo para participar de outras atividades, até mesmo nos espaços da política.

O terceiro eixo que se revela como uma permanência dos discursos, crenças e práticas fundados no imaginário, desde o século XIX, é a história violenta do patriarcado e sua relação intrínseca de dominação específica sobre o corpo da mulher. Historicamente, o corpo e a sexualidade femininos foram considerados como um obstáculo para o efetivo progresso espiritual tanto dos homens quanto das mulheres. As ideias sobre corporalidade também ajudaram a sustentar uma lógica binária que opunha o homem à mulher, o público ao privado, a racionalidade à emoção, o puro ao impuro, etc. Considerar a sexualidade como um tabu permitiu que certas ações relacionadas ao corpo feminino culminassem em formas determinadas de objetificação, subordinação e violência. Sustentamos aqui que a ausência da discussão sobre o corpo feminino nos imaginários ou sua associação a uma natureza “impura”

e sexualmente “desviante” criaram obstáculos para uma visão mais emancipatória sobre o corpo feminino. Os padrões de interação social, cultural e econômica associaram, ao longo do tempo, a sexualidade feminina quase exclusivamente à reprodução, a uma necessidade biológica. Dessa forma, negaram às mulheres a autonomia de decidirem sobre o próprio corpo, tal como a decisão de descontinuar ou não uma gravidez. Com isso, as reivindicações de direitos sobre o corpo se formulam aqui no Brasil mais tardiamente e apenas começam a ser discutidas e adotadas na segunda e terceira ondas do feminismo brasileiro.

Escolhemos alguns temas e questões da pesquisa que revelam como o imaginário contemporâneo ainda se opõe a uma perspectiva emancipatória sobre o corpo feminino, apesar de certos avanços no que tange às discussões acerca da experiência da violência doméstica. Muitos dos discursos que analisamos nos capítulos anteriores, particularmente aqueles ligados ao catolicismo, reforçaram uma visão estreita da sexualidade. Isso porque elas representaram ameaças à condição “natural” das mulheres como esposas e mães subservientes, a partir da qual o sexo era considerado pelas mulheres, em muitas instâncias, mais como um dever do que como prazer. Portanto, ao focar em pelo menos dois eixos historicamente polêmicos sobre o corpo abordados na pesquisa, oferecemos um panorama das mudanças nas estruturas patriarcais que ainda oprimem o corpo das mulheres e as negam efetivo reconhecimento. Esses eixos incluem: as opiniões sobre o aborto, englobando questões referentes a mudanças na legislação, punição e interferência das igrejas, e, a percepção sobre a violência doméstica.

O primeiro eixo relevante para nossa discussão e encontrado na pesquisa da Fundação Perseu Abramo tem a ver com as opiniões sobre o aborto. Diante dos discursos conservadores e moralistas fortemente veiculados ao longo dos séculos nos imaginários e da difícil inserção de qualquer tema que articule o corpo feminino com direitos e autonomia, é interessante perceber como mulheres e homens se posicionam hoje frente a um dos temas mais polêmicos, se não o mais polêmico, para o movimento feminista contemporâneo: a descriminalização do aborto. Destacaremos aqui sete perguntas relacionadas ao tema e, naturalmente, a opinião das mulheres e dos homens.

Quando mulheres e homens foram perguntados sobre a possibilidade de mudanças na atual lei do aborto, conseguimos perceber que mais de 50% das mulheres e dos homens acreditam que devemos manter o *status quo*. Sessenta e um por cento das mulheres e 69% dos homens defendem que a lei deve ficar como está; 20% das mulheres e 16% dos homens pensam que o aborto deveria ser permitido em todos os casos ou em mais casos além de ocorrências como anencefalia, miséria, tenra idade da mãe, etc.; e 17% das mulheres e 12%

dos homens creem que o aborto deveria ser proibido em todos os casos (Anexo D). O quadro aqui deixa claro como a grande influência de doutrinas religiosas e dos valores tradicionais ainda se configuram como um obstáculo à conquista de maiores direitos para as mulheres, especialmente no âmbito da sua sexualidade e da reprodução.

Observamos que a Igreja Católica sempre enfatizou em seus discursos e doutrina a crença de que as mulheres são aquelas responsáveis pela reprodução da vida. De muitas formas, todas as tradições normativas que analisamos convergiram ao reforçar que essa é/deveria ser, “essencialmente”, a principal responsabilidade de uma mulher. Portanto, a possibilidade da realização de um aborto surge como uma ameaça direta, especialmente à doutrina da Igreja. Nesse sentido, o tema abre espaço para esforços que visem a distorcer eventuais discussões na esfera pública sobre os processos jurídicos da descriminalização desta prática. Por isso, a Igreja, a partir de seu simbolismo misógino, com a permanente colocação de culpa sobre a natureza desviante do sexo feminino, continua a encontrar as suas próprias maneiras de alinhar o pecado e, por via de consequência, a culpa sobre as escolhas das próprias mulheres a respeito de seus corpos.

Esse é um dos pontos que, como é possível constatar, entra em direto conflito com os processos de destradicionalização de valores conservadores ligados a uma rede de crenças alinhadas, por sua vez, às dinâmicas patriarcais. Lembramo-nos do fato de que a força do pensamento conservador aqui reside na sua capacidade de se contrapor às mudanças não somente no plano político e econômico, mas nos sistemas de crenças, valores e costumes de uma sociedade. Desse modo, quaisquer evoluções no pensamento arraigado no cerne social implicam uma diminuição ou alguma perda de domínio, de poder e/ou de autoridade (MATOS; PINHEIRO, 2012). Ao longo desse estudo, vimos como a própria Igreja Católica brasileira investiu em novos formatos e projetos para não perder seu poder e sua influência na sociedade. Essa postura, tudo leva a crer, estabeleceu obstáculos a discussões mais reflexivas e democráticas acerca da igualdade de gênero.

As duas últimas questões da pesquisa tocam precisamente na interferência dessa imposição moral da Igreja Católica, mas também, mais recentemente, na crescente influência das igrejas evangélicas no Brasil. Quando perguntados se uma mulher que fez um aborto deve ser punida, quase metade das mulheres e mais da metade dos homens responderam que sim. Quarenta e oito por cento das brasileiras acreditam que mulheres que fizeram um aborto devem ser punidas, sendo que 32% acham que essa punição deve ser com prisão ou outra penalidade drástica. Cinquenta e dois por cento dos homens, por sua vez, acham que as mulheres devem ser punidas, sendo que 37% deles defendem uma punição drástica. Oito por

cento das mulheres e 12% dos homens responderam que a punição depende da situação, ao passo que 30% das mulheres e 23% dos homens pensam que as mulheres que fizeram um aborto não devem ser punidas (Anexo D).

A última questão relativa ao aborto que incluiremos brevemente aqui se relaciona à interferência da Igreja Católica na legislação. Essa questão é particularmente pertinente, uma vez que argumentamos ao longo desta tese que o pensamento católico é um ator altamente relevante na construção do imaginário sociopolítico brasileiro, sendo capaz de informar outros atores, como o Estado e muitas (se não a maioria) das práticas sobre as relações familiares e de gênero. Uma evidência dessa influência está presente na opinião das mulheres e dos homens sobre a interferência da Igreja na legislação¹². Cinquenta e nove por cento das mulheres e dos homens julgam que as igrejas estão certas ao tentar controlar as leis; 26% das mulheres e 27% dos homens afirmam que as igrejas estão erradas ao tentar controlar as leis; 12% das mulheres e 10% dos homens acham que a interferência das igrejas depende da situação e 3% das mulheres e 4% dos homens não souberam responder à pergunta (Anexo D). As opiniões das mulheres e dos homens parecem, assim, corroborar nossa afirmação de que não devemos subestimar a articulação e enraizamento das ideologias religiosas nos espaços privado e público.

Por último, incluímos na nossa discussão sobre o corpo o tema da violência doméstica. Entre os assuntos destacados até aqui, acreditamos que esse seja o que estabeleceu melhor diálogo democrático entre os diferentes movimentos sociais e o Estado. A violência contra as mulheres não é um fenômeno particular do Brasil. Ao contrário, ela é uma prática presente em todo o mundo, como expressão mais agressiva do sistema patriarcal. Cumpre salientar que a violência contra as mulheres é, em si, um fenômeno que independe de classe social, origem, região, estado civil, escolaridade ou raça/etnia. Ou seja, as mulheres, malgrado características específicas, são igualmente vítimas dessa forma de opressão de gênero e, por isso, o enfrentamento a ela deve incluir ações conjuntas do Estado e da sociedade civil. Isso fica evidente a partir da análise dos resultados¹³ da pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo, que aponta para o fato de que 18% das mulheres brasileiras espontaneamente disseram ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem no ano de referência.

¹² Outras perguntas na pesquisa buscam cruzar os dados a partir das posturas concernentes à espiritualidade, havendo sido os sujeitos da pesquisa categorizados em católicos, evangélicos, pentecostais e não pentecostais, espíritas, outras e sem religião.

¹³ Cabe lembrar que ainda existem poucas estatísticas oficiais relativas à violência contra a mulher no Brasil, o que dificulta uma compreensão mais abrangente do problema.

Quando as mulheres foram estimuladas a responder a essa pergunta a partir da menção de diferentes tipos de violência, o percentual subiu para 40% (Anexo E).

Por outro lado, o engajamento entre o movimento feminista e a agenda de políticas públicas iniciada pelo Estado parece ter produzido alguns efeitos positivos, pelo menos no campo socioeducativo¹⁴. A violência sistêmica contra as mulheres representa a exclusão totalitária e a negação da mulher como sujeito, ou seja, se configura como uma forma de não reconhecimento. Portanto, as lutas contra a violência, como lutas por reconhecimento, devem sempre buscar uma transformação dos valores culturais que permeiam os modos de interpretação, comunicação e representação que subordinam as mulheres brasileiras, nos espaços público e privado.

Em última análise, esses três temas principais revelam que a dicotomia público-privado continua presente principalmente quando nos referimos a certas características essencialistas que ainda hoje cumprem o papel tradicional de distinguir as mulheres dos homens. Embora a ideia da “santidade” da maternidade pareça ter perdido força nos últimos anos, com a presença maciça das mulheres na esfera pública e menores taxas de natalidade, sinalizando até mesmo uma “crise do cuidado” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009)¹⁵, é inegável que ainda há uma maior pressão para que as mulheres respondam pelas tarefas domésticas ou mesmo para que elas perpetrem aspectos vinculados à dimensão simbólica da reprodução.

Além disso, podemos também verificar a dificuldade em se conseguir, de fato, dismantelar os estereótipos das mulheres. A própria objetificação da mulher está ligada à questão da violência. Perguntas muitas vezes relacionadas ao corpo são relegadas a um plano secundário ou até mesmo banalizadas e naturalizadas¹⁶. Isso reflete, em parte, como as

¹⁴ A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República (SPM/PR) também vem buscando o enfrentamento da violência contra mulheres através de ações culturais e educacionais, novamente em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais. Uma campanha ilustrativa desse esforço foi a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Esses esforços e projetos compreendem que a violência contra a mulher é um problema estrutural e diferenciado das demais formas de violência encontradas na sociedade, estando enraizado nos costumes, práticas e na cultura brasileira.

¹⁵ Ao discutir a crise do cuidado, o documento *Panorama social da América Latina* (2009) busca mostrar como ela ocorre em contextos em que há um envelhecimento da população, taxas relativamente altas de concepção e um aumento da quantidade de pessoas com doenças crônicas. Dado que o cuidado é uma tarefa quase que exclusivamente das mulheres, o estudo traz uma discussão crítica sobre o ônus que as mulheres na América Latina enfrentaram e enfrentam diante (1) do trabalho assalariado renumerado e do trabalho doméstico não remunerado, (2) da rígida divisão sexual do trabalho doméstico e (3) da segmentação de gênero no mercado de trabalho.

¹⁶ Recentemente a Secretaria de Políticas para as Mulheres criticou propagandas e programas veiculados na mídia a fim de desafiar uma lógica machista e sexista. A trivialização dessa crítica às propagandas e programas de televisão exemplificam a tensão, por um lado, de mostrar como a mídia é um veículo para perpetuar estereótipos de gênero que incitam a violência, e por outro lado, como a objetificação da mulher foi banalizada a ponto de ser considerada uma forma de entretenimento.

mulheres foram valorizadas nos discursos do passado por seus papéis tradicionais como mães e esposas, prontas para servir os outros como meros objetos de beleza, reprodução da espécie e/ou prazer. O reconhecimento distorcido aqui está ligado à forma como as mulheres são ainda segregadas, mesmo em espaços onde adquiriram direitos e emancipação na esfera pública. Em outras palavras, isso reflete a face muitas vezes contraditória e inacabada das transformações patriarcais em curso. O que percebemos é como certos códigos de conduta e determinados sistemas de crenças, desenhados pelos discursos que formataram os imaginários passados, ainda permanecem no imaginário contemporâneo através de um discurso fortemente essencialista.

4.2.2 Avanços na Igualdade de Gênero: Educação e Mercado de Trabalho

Contudo, a nossa narrativa também incluiu aquelas lutas por reconhecimento articuladas pelas feministas brasileiras como forma de se traçarem os caminhos dos avanços no que concerne a igualdade de gênero, mesmo que essas lutas estivessem decididamente circunscritas ao contexto político no qual elas atuavam. Além das culturas tradicionais e patriarcais, relevantes para a nossa compreensão das raízes da subordinação das mulheres brasileiras, as diferentes lutas por reconhecimento foram capazes de lançar luz sobre diferentes aspectos das desigualdades que atingiam e ainda atingem as mulheres. Com isso, nossa narrativa foi capaz também de evidenciar as vozes e as lutas feministas que pavimentaram o caminho para demandas posteriores. Se, por um lado, conseguimos detectar a permanência de certos discursos analisados, por outro lado, encontramos avanços e resultados concretos decorrentes dessas lutas, tais como o acesso maciço das mulheres aos processos educacionais e a inserção significativa das mulheres no mercado de trabalho.

Em relação à questão específica do acesso à educação, percebemos que no século XIX o positivismo, o catolicismo e o liberalismo, de forma menos intensa, articularam crenças sobre a inserção das mulheres no sistema educacional que deram relevo às diferenças de gênero. As interpretações dessas tradições normativas têm relevância a vez que a escola é uma instituição que (re)produz “diferenças, distinções e desigualdades” através de “múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento [e] hierarquização” (LOURO, 2003, p. 57). Ao

mesmo tempo, é importante assinalar que a escola era o único espaço, além das fronteiras do espaço privado e da Igreja, no qual a presença das mulheres era permitida, podendo ela, por essa razão, servir tanto como um espaço de reforço aos papéis estereotipados de gênero quanto como força propulsora de transformação social (LOURO, 1986). As intensas reivindicações por acesso à educação, como aquelas evidenciadas no século XIX, podem ser uma das razões pelas quais, hoje, vemos esse aumento da presença das mulheres brasileiras no ensino superior. Essa é uma das áreas da esfera pública com mais intensa presença das mulheres em nosso país, uma prova de como as lutas por reconhecimento podem, sim, de fato, transformar o imaginário sociopolítico através do tempo. Os dados da última década parecem indicar uma quase efetiva vitória da primeira luta feminista por reconhecimento.

Em 2010, 60,9% das mulheres brasileiras concluíram um curso superior (presencial ou à distância), ao passo que para os homens o percentual é de 39,1% (BRASIL, 2010). A atual presença das mulheres no ensino superior é ainda mais notável e considerável se comparada a sua tímida inserção nesse contexto em meados do século XX. De acordo ainda com Beltrão e Alves (2009), a reversão do hiato de gênero¹⁷ na educação deve ser atribuída aos esforços dos movimentos feministas, ao desenvolvimento econômico no país, aos desafios colocados à cultura sexista e patriarcal e à elaboração de políticas públicas universais. Os autores detectam essa reversão já na década de 1980 e 1990, começando no ensino fundamental até chegar ao ensino superior. Mas essas conquistas, por si só, não representam a totalidade de uma condição de igualdade alcançada, já que existe ainda uma miríade de facetas de desigualdades vinculadas à questão de gênero, como as desigualdades de raça, no que tange ao fator educacional.

Mesmo observando uma redução do analfabetismo e o aumento na média de anos de estudos, as desigualdades entre os grupos raciais ainda são significativas (PINHEIRO et al., 2008), o que nos remete à ausência de movimento rumo a uma problematização da cidadania, sobretudo a feminina e a negra, desde o século XIX. Verificamos essas desigualdades quando observamos a média de anos de estudos de nossa população que em 2007 era 8,8 para brancos e 6,8 para negros, 9,3 para as mulheres brancas, 8,4 para os homens brancos, 7,4 para as mulheres negras e 6,3 anos para os homens negros (PINHEIRO et al., 2008, p. 18-19).

Entretanto, também notamos que as estatísticas educacionais vêm sistematicamente melhorando no país ao longo do tempo. Segundo Rosemberg, temos um rico acervo de

¹⁷ A redução do hiato de gênero e o maior acesso das mulheres à educação são objetivos explícitos da IV Conferência da Mulher (1995), do Fórum Mundial de Educação (2000) e das Metas do Milênio (2000) (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 126).

indicadores positivos sobre alfabetização, instrução, frequência à escola, matrículas, conclusões de curso, tipos e qualidade de estabelecimentos, aprovação/reprovação, resultados em provas nacionais, função docente (formação), professores integrando a população economicamente ativa (ROSEMBERG, 2001, p. 158). O problema ainda consiste na necessidade de uma maior divulgação a respeito de tais dados e, o mais importante, desagregar essas estatísticas por sexo e cor/raça (ROSEMBERG, 2001).

Já mencionamos isto antes, mas cabe lembrar que não estamos buscando estabelecer um elo causal entre as tradições normativas analisadas nos nossos capítulos anteriores e os dados apresentados sobre a atualidade do cenário educacional até mesmo diante dos avanços das políticas educacionais, demais políticas públicas e novas demandas de diversos movimentos sociais nos anos mais recentes¹⁸. Estamos apenas buscando ilustrar a possibilidade de se vir a pensar que exista, sim, alguma conexão ou ainda alguns rastros de influência desses discursos e lutas por reconhecimento na forma como eles foram travados nos imaginários anteriores. Argumentamos que as lutas articuladas no passado ajudaram a avançar nas questões ligadas ao tema da educação feminina.

Um segundo avanço que percebemos em relação aos discursos estabelecidos no imaginário do século XIX até meados do século XX refere-se à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Enquanto priorizamos as estratégias das demandas de Bertha Lutz pelo sufrágio feminino, também buscamos mostrar o leque de suas demandas por igualdade feminina inclusive na questão fundamental do trabalho.

A estratégia adotada por Bertha Lutz, como ressaltamos ao longo do terceiro capítulo, foi a de reivindicar mudanças que alterariam o *status* da mulher brasileira na sociedade e poderiam abrir, ainda que em parte, a esfera pública para ela, de modo a não ameaçar as suas tradicionais responsabilidades domésticas. Ao combinar esses dois argumentos, as feministas da primeira onda no Brasil fortaleceram a pauta reivindicando um maior acesso à educação feminina como forma de profissionalizar as mulheres e de promover maiores proteções no que tange à legislação trabalhista, colocando na pauta principalmente a assistência social à maternidade.

¹⁸ Fúlvia Rosenberg ainda destaca os principais componentes das reformas da década de 1990: a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, aprovada em dezembro de 1996); a formulação de Parâmetros ou Referenciais Curriculares Nacionais para os diferentes níveis de ensino; a introdução de Sistemas Nacionais de Avaliação da educação básica (SAEB e ENEM) e superior (ENC); a política da avaliação e distribuição do livro didático; as regras de financiamento da educação, especialmente através da lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (ROSEMBERG, 2001, p. 153).

Porém, as reivindicações deixaram ainda intocadas questões centrais ligadas às negociações de poder e trabalho doméstico. Nesse sentido, elas acabaram não questionando de uma forma mais crítica e profunda o impacto que as mudanças de inserção na vida pública teriam para as mulheres no espaço privado, assim como não questionaram de modo significativo as desigualdades existentes também entre as mulheres. Como Suely Gomes Costa (2002) nos lembra, essa articulação de demandas acabou criando um ciclo onde mulheres com melhores condições financeiras delegam tarefas domésticas a outras mulheres mais pobres economicamente. Tais ações serviram (e servem) para manter e sustentar no tempo e no espaço os cuidados como quase exclusivamente vinculados à questão feminina, deixando de incluir na agenda questões ligadas ao regulamento das jornadas e ao salário doméstico (COSTA, 2002, p. 309).

Com o alargamento das demandas, a primeira onda foi capaz de denunciar publicamente diversas estruturas de desigualdades que subordinavam as mulheres. Mas podemos identificar igualmente que foi perdida certa capacidade de se transformar mais profundamente as leis devido à complexidade das reivindicações, às frágeis alianças políticas construídas e a uma conjuntura política e social que permanecia descrente, se não temerosa, frente às mudanças reivindicadas (MARQUES; MELO, 2008). De certa forma, a luta iniciada por Bertha Lutz e as feministas da primeira onda brasileira revela-nos algo além da dificuldade de se romper com argumentos que ligam as funções das mulheres na esfera privada à sua transferência para a esfera pública. Particularmente, essa luta ilumina pelo menos dois fatores sobre a dinâmica entre pressões por movimentos e as articulações do Estado e demais instituições políticas.

Primeiro, percebemos que por mais que as feministas hajam obtido êxito em influenciar a redação de vários artigos na nossa Constituição – como os referentes ao sufrágio de mulheres e a sua elegibilidade; à proibição da distinção salarial por sexo ou estado civil e o acesso às carreiras públicas (MARQUES; MELO, 2008, p. 472) –, as feministas reconheceram igualmente as dificuldades de se penetrar nos espaços predominantemente masculinos e ainda fortemente conservadores e tradicionais. O segundo fator é que os dispositivos legais que visam a melhorar as condições de trabalho das mulheres com a proposta de proteções parciais já na década de 40, mas iniciada pelas demandas das feministas na década de 30, não foram suficientes para elevar o *status* (e, sobretudo, os salários) da mulher de modo significativo. Novamente isso é um reflexo do fato de que o patriarcado público incluiu novos indivíduos e/ou grupos na esfera pública, mas de uma forma ainda parcial e segregante.

Mesmo assim, ter iniciado as pressões por melhores condições de participação feminina no mercado de trabalho teve um impacto positivo em relação a outras demandas que viriam mais tardiamente. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem havido crescente participação das mulheres no mercado de trabalho como consequência de inúmeros fatores entre os quais podemos destacar os padrões de aumento na escolaridade feminina, a redução no índice de gestações, as novas oportunidades no próprio mercado e as mudanças culturais referentes aos papéis de gênero experimentados na sociedade brasileira (PINHEIRO et al., 2008). Em 2006, o estudo revela que 52,6% da população feminina estava ocupada ou procurando um emprego, sendo que em 1996 esse percentual era de 46%. Apesar desse aumento, a presença das mulheres no mercado de trabalho continua inferior à dos homens, dos quais 72,9% faziam-se ativos no mercado de trabalho em 2006 (PINHEIRO et al., 2008).

As informações sobre a posição das mulheres no mercado de trabalho são também bastante reveladoras daquilo que ainda permanece em relação aos discursos do imaginário moldados no passado e, em especial, em relação à dicotomia público-privado. Enquanto as mulheres estão mais representadas no trabalho doméstico, na produção do consumo e trabalho não remunerado e informal, os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e como empregadores formais (PINHEIRO et al., 2008, p. 9). Quando consideramos o trabalho doméstico e as desigualdades de gênero e raça, ficam evidentes as heranças do passado, inclusive em função das menores taxas de escolarização para negros e negras. O estudo aqui citado destaca a alta proporção de jovens negras, entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas, chegando essa proporção a ser o dobro do referente às jovens brancas (PINHEIRO et al., 2008, p. 9). Esses dados sobre trabalho doméstico não somente corroboram a tese de Suely Gomes Costa (2002) sobre a efetiva transferência do cuidado das próprias mulheres para outras mulheres como também reforçam o fato de que avanços reais no que tange à igualdade das mulheres continuam, em certos eixos, presos às vicissitudes da dicotomia público-privado. Isto está claramente refletido no fato de as mulheres continuarem exercendo o trabalho doméstico remunerado e mesmo o não remunerado.

Esses dados revelam ainda como as mulheres têm conquistado seu espaço no mercado de trabalho e uma maior independência econômica apesar de circunstâncias que parecem agravar as desigualdades a partir da década de 90, tais como: o assalariamento sem carteira dos(as) trabalhadores(as) autônomos(as), a redução dos rendimentos e da contratação com carteira assinada e até mesmo o aumento de famílias com chefia feminina (SANCHES; GEBRIM, 2003, p. 99). Além disso, existem problemas que perpetuam as desigualdades de

gênero e raça devido aos baixos salários que as mulheres recebem em relação aos homens, à ocupação de postos precários e à discriminação na contratação e ascensão profissional (SANCHES; GEBRIM, 2003, p. 99).

Estas duas lutas – educação e melhores condições para as mulheres que trabalham – surgiram como uma das prioridades na e da agenda feminista, permitindo-nos uma possível associação entre a antecipação dos debates sobre tais condições desiguais nos imaginários estudados e a intensidade dos avanços e melhorias nas condições de vida das mulheres. Como consequência ainda, podemos perceber iniciais transformações nos valores tradicionais que faziam parte dos imaginários examinados no que concerne a essas duas áreas. Apesar de ainda existirem inúmeras desigualdades que atravessam esses dois pontos, especialmente quando consideramos as diferenças raciais, podemos afirmar que houve avanços consideráveis em relação à educação e ao mercado de trabalho femininos. Esses dois campos têm aberto mais portas no caminho da construção de discursos e práticas mais igualitárias e democratizadoras em nosso país.

O que pretendemos agora é, brevemente, discutir como a ausência de certos temas ou determinadas demandas nos imaginários passados podem refletir a capacidade do movimento feminista de lidar com dois impasses relevantes para o cenário contemporâneo: a participação das mulheres na política e maior controle sobre o corpo das mulheres através da conquista de mais direitos sexuais e direitos reprodutivos.

4.2.3 Impasses Atuais dos Movimentos Feministas no Brasil

Apesar dos esforços articulados pela primeira onda do feminismo brasileiro e das conquistas já apontadas neste estudo, a presença das mulheres nos espaços de poder continua sendo um grande impasse à igualdade de gênero, mesmo sendo elas 51,8% do eleitorado nos dias de hoje. O Brasil apresenta um dos piores desempenhos da América Latina e do mundo, aparecendo em 110º lugar no *ranking* do *Inter-Parliamentary Union*¹⁹, sendo que no Poder Legislativo as mulheres representam apenas 8,6% dos legisladores na Câmara e 16% no

¹⁹ O *ranking* – baseado em dados coletados até 30 de novembro de 2011 –, leva em conta a porcentagem de mulheres nas câmaras legislativas nacionais, quando o sistema é unicameral, e a porcentagem de legisladoras eleitas na câmara e no senado, quando o sistema é bicameral.

Senado. Percebemos a sub-representação feminina no Brasil quando estabelecemos comparação entre as taxas mundiais e da América Latina, o que, por outro lado, também não deixa de indicar que o problema não é um fenômeno restrito ao Brasil. Segundo dados de 2011, a média das mulheres nos Parlamentos em 188 países do mundo é de 19,8% para as duas câmaras, com 20% para a Câmara dos Deputados e 18,5% para o Senado. Tal cenário reforça o fato de que a política se mantém como um domínio cultural tradicional e distintamente masculino (SAPIRO, 1998), fechado à inserção de novas demandas e novos atores/atrizes.

Contudo, algumas questões da pesquisa da Fundação Perseu Abramo revelam que mulheres e homens acreditam que as mulheres devem fazer parte do cenário político. Há, de fato, algumas percepções que rompem com o estereótipo de que mulheres deveriam entrar na política apenas para suavizar o seu jogo agressivo.

Quando perguntados se “acham que uma mulher está preparada para governar o país, o estado e a cidade”, 78% das mulheres e 76% dos homens responderam que sim (Anexo F). Uma ilustração eficaz desses dados são as campanhas presidenciais de 2010, em que tivemos duas candidatas do sexo feminino, que não necessariamente jogavam as cartas de gênero ou satisfizeram especificamente um eleitorado feminino.

Quando perguntadas sobre as razões para haver menos mulheres na política, as respostas das mulheres convergem com as ideias que discutimos ao longo da tese sobre o machismo que estaria presente em diversas estruturas da vida pública, apesar da inserção das mulheres nela. Com isso, 44% das mulheres responderam que a maior razão para a situação de sub-representação das mulheres na política seria mesmo o machismo. Temos ainda: 14% acham que é falta de interesse das mulheres, 13% julgam ser pelo preconceito contra as mulheres na política, 11% atribuem à falta de confiança tanto do povo quanto das mulheres em sua atuação, 9% acham que é a falta de oportunidade, 7% acreditam que é devido à falta de coragem das mulheres, 6% ainda acham que é a falta de competência das mulheres, 5% acham que é falta de envolvimento, entre outras respostas (Anexo F). Parece-nos interessante comparar, ainda que brevemente, essas percepções com as formas como as teorias têm respondido à situação de menor presença das mulheres na política.

Entre os obstáculos que as mulheres enfrentam, o estudo de Matos (2010) aponta pelo menos três que refletem a cultura patriarcal, hierárquica e elitista que buscamos descrever na nossa narrativa. A primeira se refere à própria ambição política das mulheres. Essa barreira está relacionada, por sua vez, à percepção das mulheres acerca do âmbito político e à sua inserção no mesmo e à falta de recursos, sejam eles econômicos ou não

(MATOS, 2010). Aqui, vemos claramente como as mulheres têm sido historicamente dissociadas do mundo político até o ponto onde é muitas vezes difícil recriar mecanismos legítimos que motivem as mulheres a entrar em tais arenas ainda predominantemente masculinas.

A segunda barreira diz respeito às assimetrias na distribuição de poder que se estendem para além das instâncias políticas (MATOS, 2010). Nesse caso, a nossa narrativa ilustrou claramente as discriminações sofridas pelas mulheres desde o espaço privado até o público, focando particularmente nos estereótipos atribuídos às mulheres. Esses, por sua vez, serviram para deslegitimar a atuação das mulheres em diversas arenas, inclusive na política. O terceiro obstáculo se refere às regras e às práticas do próprio cenário institucional e do jogo político-partidário²⁰ (MATOS, 2010). Em última instância, a lógica que orienta as noções por trás da participação nesses espaços políticos é aquela que procura manter o poder nas mãos daqueles que já o conquistaram (PINTO, 1994).

Isso coincide com os nichos que são relegados às mulheres uma vez que elas entram nas arenas políticas. Contrariando a crença de que as mulheres reproduzem os seus papéis na esfera privada uma vez que entram na política, estudos recentes afirmam que a experiência das mulheres no poder revela que elas não necessariamente reproduzem uma política pautada por uma “ética do cuidado” (MIGUEL, 2001; MIGUEL; FEITOSA, 2009; MIGUEL; BIROLI, 2010). De fato, a dedicação aos assuntos considerados menos relevantes e com menos reconhecimento social é uma consequência dos espaços nos quais as mulheres conseguem se inserir diante da monopolização dos demais espaços pelos homens. Indo ao encontro dessa presunção, é interessante olhar para a presença de mulheres em comissões ligadas aos assuntos que podemos considerar como *low politics*²¹, tais como meio ambiente, Amazônia, família, direitos humanos, minorias, educação, cultura (NEIVA; OGANDO, 2010). Por outro lado, as mulheres estão muito menos presentes em comissões consideradas de temas *high politics*, tais como produção, energia, transportes, segurança e finanças (NEIVA; OGANDO, 2010). Embora esses dados corroborem, em certa medida, as crenças de que as mulheres tendem a ser mais interessadas em questões sociais, é importante reconhecer

²⁰ Para uma discussão crítica da necessidade de uma reforma política e da política de cotas, veja Alves e Cavenaghi (2008).

²¹ O conceito de *high politics* (ou *hard politics*), utilizado na área de relações internacionais, serve para indicar o seu “núcleo duro”, tais como: economia, produção, infraestrutura, assuntos fiscais. O termo *low politics* (ou *soft politics*) se refere às áreas menos prestigiadas na agenda política do país, quase sempre de caráter social, tais como saúde, educação, infância, velhice, meio ambiente, minorias. A hipótese é que os deputados se dedicam mais às *high politics* e as mulheres às *low politics* (NEIVA e OGANDO, 2010, p. 7).

que parte do problema não é a falta de interesse ou de habilidade das mulheres, mas um jogo político que as exclui (STOKES, 2005).

Considerando ainda outros elementos que limitam a incorporação de agendas feministas uma vez que mulheres entram na política, Pinto (1994) argumenta que devemos nos atentar para (1) o recrutamento das mulheres através da via tradicional seguindo uma família de políticos, (2) a dificuldade de construir novos sujeitos feministas entre os movimentos e (3) a incapacidade de se incluir na agenda feminista outros discursos exteriores ao seu ideário. Esses fatores revelam tendências históricas dos movimentos sociais avançando em suas causas, que focam mais exclusivamente nas pressões direcionadas ao Estado.

Mais recentemente, o movimento feminista no Brasil tem dado atenção crescente à sub-representação das mulheres na política entre os avanços que conquistou em outras áreas, excetuando-se a representação política. Dado que as mulheres eleitas representam uma variedade de interesses e que há poucas mulheres no Congresso, reforçamos a crença de que não basta intensificar, em termos numéricos, a presença das mulheres na política. Mais importante, acreditamos, é que essas mulheres eleitas venham a representar uma consciência e uma agenda mais feminista e que também sejam capazes de ampliar o seu discurso e base.

Reconhecendo que o imaginário é um espaço cheio de disputas em torno de poder e de legitimidade acerca de certos tipos de conhecimento, não é nenhuma surpresa que o que nós designamos como permanências nos discursos estabelecidos no século XIX tenham se tornado, de fato, impasses para a construção efetiva da igualdade de gênero hoje. Nesse sentido, o segundo eixo no qual identificamos um impasse para o movimento feminista atualmente está relacionado à questão do corpo feminino ou, mais especificamente, aos avanços referentes aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos. Talvez uma das articulações mais claras do passado no presente seja a forma como os discursos morais e as crenças sobre os papéis das mulheres na sociedade dificultam a discussão sobre a autonomia do corpo das mulheres nas esferas públicas. Como já apontamos, a reivindicação de direitos sobre o próprio corpo foi um esforço e conquista, mesmo que limitada, dos feminismos das segunda e terceira ondas no Brasil. Contudo, pode-se afirmar que, contemporaneamente, quando lidamos com questões sobre reprodução e sexualidade, há dificuldades de ressaltar que essas não se tratam apenas de uma questão de saúde pública, mas também do direito das mulheres sobre seus próprios corpos.

Ao longo da tese, buscamos levar em conta a autoridade moral que a Igreja exerceu e ainda exerce sobre o Estado brasileiro, bem como o processo de formulação de políticas públicas no Brasil. A partir da narrativa construída, é inegável que nos imaginários

sociopolíticos, permeados de doutrinas religiosas, as questões associadas ao gênero são e serão influenciadas pela posição moral da Igreja Católica. Diante dessa influência, não há como não confrontar a pequena capacidade do Estado de se distanciar dessas tradições enraizadas.

Os direitos reprodutivos “asseguram aos sujeitos o acesso às informações e a meios para deliberarem, livre e conscientemente, sobre sua reprodução e o poder de decidir, sem qualquer ingerência do Estado ou de terceiros, sobre o número de filhos e o momento de tê-los” (ASSIS; OGANDO, 2008, p. 2). Tais direitos garantem, portanto, a autodeterminação reprodutiva, permitindo o desacoplamento da figura da mulher da maternidade obrigatória estabelecida ao longo dos séculos também no nosso imaginário. Já os direitos sexuais “asseguram aos sujeitos a possibilidade de exercício livre de sua sexualidade e reprodução, desvinculado de qualquer tipo de dominação, violência, coerção e discriminação” (ASSIS; OGANDO, 2008, p.2-3). Tratar reprodução e sexualidade sob o enfoque de direitos representa uma mudança estrutural na condição de cidadania do coletivo de mulheres. Esse ponto é importante, pois demonstra que tais direitos só podem ser alcançados com a contínua pressão e mobilização organizada em torno dos direitos reprodutivos e direitos sexuais. Essas estratégias permitiriam enfrentar os impedimentos culturais e simbólicos colocados ao debate da questão, visando influenciar futuras legislações.

Como a pesquisa que discutimos anteriormente ilustra, mulheres e homens ainda estão muito ligados aos papéis de gênero e às noções de autonomia sobre seu corpo prescritos pelos imaginários aqui estudados. Romper com tais estereótipos e efetivamente estabelecer discussões democráticas e imparciais na esfera pública tem notoriamente sido uma tarefa complicada e tênue do movimento feminista. Entendemos que a subordinação das mulheres, além de ser um processo multifacetado e complexo, envolve diferentes dimensões. Assim, a narrativa que buscamos fundamentar nesse estudo entrelaçou várias tradições ou culturas patriarcais que, inevitavelmente, consolidaram, também no Brasil, lugares e papéis de gênero associados à dicotomia público-privado. Em última instância, as convergências dessas tradições ao longo das bordas do imaginário, refletindo os processos de “modernização da desigualdade” (BESSE, 1999) a partir das próprias transformações do patriarcado privado ao público, revelam as “raízes privadas da ação pública” (BURNS; SCHLOZMAN; VERBA, 2001). Acreditamos, então, que a nossa narrativa é/foi capaz de lançar luz sobre algumas instâncias nas quais o nosso passado não pode ser dissociado do nosso presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme enunciado já na introdução, o presente estudo se dedicou a fazer uma narrativa que apresentasse algumas das origens referentes aos processos de enraizamento da subordinação de gênero no Brasil através de um olhar para distintos elementos dos imaginários sociopolíticos configurados de meados do século XIX até meados do século XX. A narrativa que propusemos buscou descobrir fragmentos de uma história que, por motivos vários, ou foram esquecidos ou nunca estiveram sob o foco de uma lente analítica propriamente feminista, sobretudo no âmbito das discussões que têm seu acento teórico-temático na discussão das relações de gênero a partir da Ciência Política. Na verdade, uma das particularidades do estudo é que ele aspira a enfatizar como o silêncio ou ausência de certas questões ou temáticas evidenciadas nos imaginários sociopolíticos tiveram por objetivo revelar como e que tipo de conhecimento e poder tiveram um firme domínio sobre os mesmos.

Acreditamos que esses conhecimentos e essas formas de exercício do poder são reflexos da interação entre diferentes dimensões desse imaginário aqui narrado e que resultaram no estabelecimento de relações de gênero fortemente hierarquizadas em nosso país. Ou seja, os discursos, as crenças e as práticas produzidos pelos atores/autores vinculados a certas tradições normativas tiveram o estratégico papel de legitimar distintos papéis para mulheres e homens cumprirem na vida social. Nesse caso, as tradições normativas se nos apresentaram como ricas fontes a serem investigadas, não somente porque elas, de fato, produziram conhecimentos e significados que podemos associar às ideias estabilizadas e cristalizadas sobre as relações de gênero no Brasil, mas também porque essas tradições não têm sido uma fonte comum de análises que tenham em seu esforço se utilizarem das lentes de uma crítica feminista.

A leitura feminista dos atores/autores “clássicos” teve então a intenção de “abrir” os textos para uma compreensão mais profunda das nuances existentes no nosso passado que ainda permeiam e se mantêm em nosso imaginário contemporâneo. Convencidos de que esse percurso apresenta diversos riscos, particularmente por focar em “clássicas” vozes masculinas do pensamento social e político brasileiro, não deixamos de acreditar, entretanto, que a empreitada foi (e é) útil para registrar como aquelas perspectivas que se delinearam como androcêntricas influenciaram a prescrição e a manutenção dos rígidos papéis de gênero. Uma

leitura feminista desses atores/autores olhou assim para sentidos do subtexto desses pensadores a fim de revelar como eles definiram assimetricamente os espaços público e privado, que estiveram a todo tempo alinhados com as práticas, valores e estruturas patriarcais enraizadas na sociedade brasileira.

Explorar as principais características desses imaginários em questão numa perspectiva crítica feminista também nos ofereceu um espaço relevante para se pensar nas próprias vozes e demandas feministas que surgiram nesses contextos marcados pelo conservadorismo e patriarcalismo. Ao dar relevo às vozes e às forças feministas de cada período analisado, não estamos argumentando que essas reivindicações estavam no mesmo patamar que as tradições normativas hegemônicas, especificamente no que concerne a sua capacidade de se utilizar dos recursos políticos e simbólicos para disseminar as suas respectivas agendas. Estamos atentos para o fato de que existiam diferenças reais de poder e de influência entre as tradições aqui analisadas e as demandas propriamente feministas, mas buscamos colocá-las, pelo menos na análise teórica, num mesmo nível ou patamar.

A relevância dessa escolha se deve ao fato de que as vozes feministas não foram aqui analisadas apenas como um mero “objeto” da narrativa, relacionadas às raízes que fecundaram a subordinação de gênero no Brasil; pelo contrário, o que, de fato, objetivou-se fazer aqui foi estabelecer e estabilizar essas vozes efetivamente como “sujeitos” e/ou como “agentes” dessa história. Em outras palavras, as feministas brasileiras que articularam as primeiras demandas por igualdade no país devem ser consideradas como sujeitos políticos que ajudaram a configurar e/ou a desafiar os nossos imaginários, mesmo que em uma posição marginal e francamente subalternizada.

Iniciamos nosso percurso no primeiro capítulo com uma tentativa de conectar diversas categorias e discussões teóricas relevantes para uma análise feminista como esta. Recorrendo ao enquadramento do imaginário sociopolítico, conseguimos ilustrar a teia conceitual complexa e intrincada que está envolvida na produção de crenças e significados sobre a construção sócio-histórica dos papéis de gênero, inclusive as suas evidentes tensões e paradoxos. A escolha desse enquadramento justificou-se também por considerarmos que ele foi capaz de destacar relevantes atores/atrizes que impactaram esse imaginário e por ser esta uma alternativa interessante para se resgatar debates clássicos no feminismo como aquele que está estabelecido entre a dicotomia do público e do privado e suas relações complexas com o patriarcado brasileiro.

Uma importante implicação em se revisitar tais debates é que eles evidenciam como e porque (1) uma certa “essência” feminina foi criada em oposição a uma “natureza”

masculina; (2) determinados limites e constrangimentos foram impostos sobre a experiência da corporalidade feminina e como esses puderam emergir e se estabelecer entre nós; e (3) certas noções sobre cidadania foram baseadas em um modelo de exclusão e/ou segregação de gênero. Todavia, interessava-nos não apenas apontar para a constituição das desigualdades de gênero que foram institucionalizadas, mas também chamar atenção para os possíveis caminhos de alteração ou mudança nessas próprias práticas e estruturas. Escapando de uma rota que se concentrasse apenas sobre a dimensão opressiva de subordinação de gênero, procuramos destacar também aspectos vinculados à expressão das lutas e das contestações que existiram como formas de enfrentamento a esse imaginário. Isso foi ilustrado através das muitas lutas por reconhecimento articuladas pelas feministas.

No segundo capítulo utilizamos dessas chaves analíticas para estudarmos certas dimensões pertinentes ao imaginário sociopolítico do século XIX. Discutimos como as identidades das mulheres foram construídas a partir dos distintos papéis e responsabilidades atribuídos a elas na esfera privada. A sua exclusão da esfera pública foi justificada primordialmente pelo catolicismo, mas a valorização de certa “essência” feminina foi detectada também no positivismo e liberalismo. Grande parte da nossa análise no segundo capítulo esteve focada em como as formas do patriarcado privado foram, aos poucos, sendo reforçadas pelas vozes hegemônicas das diferentes tradições normativas aqui consultadas. Porém, a voz de dissenso de Nísia Floresta demonstrou a possibilidade de a reflexão crítica surgir em contextos inesperados ou ainda fortemente desfavoráveis. A pauta pelo acesso à educação veio então de encontro com as facetas do patriarcado brasileiro.

No terceiro capítulo procuramos mostrar como as mulheres, a partir de um contexto adverso, conquistaram direitos e também mais espaço na esfera pública. Esse ponto foi importante para assinalar que, apesar da inserção das mulheres nos espaços públicos, elas continuaram a ser relegadas a papéis secundários e subordinados, particularmente no mercado de trabalho. É nesse sentido que podemos atribuir esse enraizamento da opressão às recomposições experimentadas desde essa época no patriarcado nos espaços públicos. Foi possível também ilustrar a hostilidade que as feministas enfrentaram ao tentarem inserir as suas agendas no escopo desse imaginário, bem como foram convergentes na opressão feminina as diferentes tradições da direita à esquerda política em nosso país. Por fim, conseguimos elucidar a relação mais direta entre os atores/autores dessas tradições e algumas vicissitudes oriundas do próprio aparato do Estado.

No quarto capítulo, com as análises dos imaginários em questão, reforçamos a nossa argumentação de que o passado oferece provas de que a vida das mulheres e dos homens

brasileiros era (e em certa medida ainda é) pautada por padrões e normas claramente distintas (LERNER, 1979) e com efeitos bastante duradouros. Nos últimos cinquenta anos, englobando as segunda e terceira ondas do feminismo no Brasil, testemunhamos enormes processos no que tange ao acirramento das lutas vinculadas à busca da igualdade de gênero. Contudo, a batalha por igualdade continua um processo aberto e inconcluso em diversas frentes, dadas as permanências de tais crenças e discursos que embasaram os imaginários passados. Interpretando as opiniões das mulheres e dos homens brasileiros acerca das suas vidas em diferentes dimensões e aspectos dos espaços público e privado, bem como alguns dados sobre as conquistas e impasses relativos à igualdade de gênero nos dias de hoje, esperamos haver conseguido expressar a magnitude do enraizamento de determinados formatos de significação e de produção de conhecimento sobre as relações de gênero produzidos no passado.

A partir dessas sínteses, gostaríamos ainda de chamar atenção para três reflexões, mais sistematizadas após o trabalho realizado ao longo deste estudo. Essas reflexões incluem a configuração (1) do público e privado à luz das recomposições no âmbito do patriarcado, (2) das lutas por reconhecimento e (3) das singularidades das culturas patriarcais no e do Brasil.

Revisitando a dicotomia público/privado e o patriarcado

Um dos objetivos da tese foi tentar encontrar as formas pelas quais as tradições normativas dos imaginários sociopolíticos discutiam a estratégica separação das esferas pública e privada no Brasil. Ressaltamos que o fato de não podemos identificar uma forte e atuante esfera pública nos dois períodos analisados não anula a existência das distintas crenças acerca dos papéis das mulheres e dos homens em ambas as esferas nesses períodos. Essa afirmação nos levou a certas considerações sobre as formas através das quais as tradições normativas brasileiras estabeleceram uma conexão entre as opressões experimentadas pelas mulheres nos espaços público e privado. Diante das crenças dessas tradições detectamos o enraizamento de uma separação da esfera pública e privada que veio fortemente acompanhada das recomposições do patriarcado, mantendo o contexto da opressão feminina.

Contudo, tentamos ilustrar como as dinâmicas dentro da esfera privada são/foram importantes para definir e estabelecer o papel exercido pelas mulheres na esfera pública e vice-versa, ressaltando suas relações de mútua dependência. Defendemos que, muitas vezes, o papel das mulheres como “protetoras do lar e das crianças” veio, ao longo do tempo e espaço, reforçando um lugar e um *status* subordinado que, por sua vez, se estendeu à vida pública e

política. Nela, ainda hoje, as vozes das mulheres são relegadas a um segundo plano, impedindo que elas interajam paritariamente nos espaços de poder e restringindo seu exercício de cidadania. Cabe lembrar que os próprios conceitos-chaves da teoria feminista, como os de gênero e de patriarcalismo, sempre apontaram para o fato de não podermos deixar de compreender e de analisar as dimensões de dominação que estão vinculadas na esfera privada e pública. Esse quadro descrito nos capítulos 2 e 3 deixou claro que essa divisão das duas esferas (pública e privada) não pode ser entendida de maneira estanque, desconexa, pois só podemos entender uma em sua relação com a outra.

Em segundo lugar, a ênfase dada aos papéis das mulheres como primordialmente associadas à esfera privada ultrapassou essa fronteira, constituindo inúmeros impedimentos para a igualdade e emancipação feminina no país. Parte disso pode parecer óbvio hoje, mas o que consolidou tal distinção foi o peso que o próprio patriarcado exerceu sob essa dicotomização. Isso nos revela o compromisso, consciente ou não, de determinadas tradições normativas em manter um padrão de exclusão cidadã que, como procuramos demonstrar, afetou e ainda afeta, diretamente, a vida das mulheres brasileiras. Entendemos o patriarcado, de forma mais geral, como um sistema de relações sociais nas quais variadas formas de dominação surgem, influenciando diversas estruturas na sociedade. Em última instância, essas estruturas acabaram produzindo uma série de práticas que, por sua vez, reforçaram a lógica patriarcal alinhada com as próprias estruturas do capitalismo e do racismo (WALBY, 1990, p. 20).

As recomposições no patriarcado do privado ao público em moldes brasileiros, as quais detectamos e tentamos descrever particularmente no terceiro capítulo revelaram as enormes dificuldades em se romper com tais crenças e práticas que foram sendo estabelecidas como “o” lugar “natural” para as mulheres brasileiras na esfera privada e depois na pública. Como Walby (1990) nos adverte, a passagem de uma esfera para outra não implicou na eliminação de uma forma pela outra. Em vez disso, um foco sobre as formas como práticas patriarcais emergiram no público e privado veio estrategicamente ampliar a nossa compreensão a respeito dos diferentes graus e formas que também o patriarcado brasileiro veio a assumir. Também nos parece mais clara a compreensão de algumas das consequências que a luta por reconhecimento protagonizada pelas mulheres brasileiras de outrora tem na atualidade.

No segundo capítulo, evidenciamos como o patriarcado privado, como forma de organização da vida privada, consistiu no poder de um homem (pai ou marido) exercer a sua autoridade no âmbito da casa, desdobrando-se esta forma de dominação, por sua vez, na

exclusão posterior das mulheres da esfera pública (WALBY, 1990; PATEMAN, 1988). Como vimos as tradições do positivismo e do catolicismo em suas distintas maneiras, reforçaram essa visão tradicional e conservadora ao fundamentar suas ideias a partir da valorização do papel central a ser atribuído às mulheres na esfera privada. Mesmo que a tradição do liberalismo haja, em contrapartida, advogado algumas ideias mais emancipatórias para as mulheres, ele não deixou de enfatizar e de sustentar também a importância da mulher para a família e para a manutenção da esfera doméstica. A autoridade de um tipo específico de “indivíduo”, nesse caso dos homens (esse “indivíduo” tinha o sexo masculino, a cor branca, a classe burguesa etc.), difundiu ideias específicas acerca da natureza subserviente, resignada, dócil e frágil das mulheres.

No terceiro capítulo, como já afirmamos, tentamos mostrar como o patriarcado brasileiro veio a assumir novos formatos no espaço público ao mesmo tempo em que permaneceu exercendo sua influência opressora das mulheres no espaço privado. No decorrer do capítulo, buscamos identificar tais novos formatos voltados para a entrada das mulheres no mercado de trabalho e algumas ações e políticas implementadas pelo Estado e também rebatidas para diferentes instituições culturais. Mais precisamente, a aliança estabelecida entre o sistema educacional e a doutrina católica teve o importante papel de reproduzir e de perpetuar essa lógica patriarcal. Conforme Walby (1990) aponta, o patriarcado público não se baseia apenas na capacidade de um indivíduo subordinar as mulheres. Ele, por sua vez, envolve outras e muitas dimensões mais propriamente coletivas dessa subordinação, onde as mulheres já têm acesso (mas profundamente assimétrico e diferenciado) a ambas as esferas. Já no século XX, vimos como as mulheres brasileiras não estão mais excluídas dos principais domínios da esfera pública, passando a ser atribuído a elas, porém, um *status* no qual não podem ser consideradas iguais aos homens.

Nossa análise também chamou a atenção para a presença das seis estruturas patriarcais discutidas por Walby (1990). Esse achado corrobora nossa discussão a respeito das construções enviesadas de gênero explicitadas pelos nossos imaginários sociopolíticos, pois ilustra como determinadas práticas, discursos de atores/autores, assim como a atuação do Estado e de outras instituições, consolidaram tais estruturas patriarcais. Quando pensamos e debatemos o modo de produção patriarcal, elucidamos como o trabalho não remunerado das mulheres dentro da esfera privada não somente cristalizou essa “essência” feminina, mas também deixou as mulheres economicamente dependentes dos homens. E com isso registramos também que apesar desse papel dentro da esfera privada ser considerado claramente relevante, como se nota nos discursos das diferentes tradições aqui analisadas,

essas reflexões passaram a ser menos valorizadas, menos debatidas, e foram sendo aos poucos quase naturalizadas. Esse processo todo se expressa hoje nas intensas e arraigadas dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras para de fato estabelecer algum tipo possível de negociação na divisão sexual de tarefas domésticas.

Quando pensamos nas relações patriarcais no trabalho assalariado e nas relações patriarcais no Estado, destacamos algumas reformas políticas articuladas pelo Estado com o objetivo de estabelecer maior igualdade ou proteção para as mulheres, sobretudo no mercado de trabalho. De fato, as mudanças na legislação trabalhista que estudamos no terceiro capítulo facilitaram, sim, uma maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho, mas o fizeram sob a lógica de um forte corporativismo. Tal lógica teve, na atualidade, a capacidade de amortecer outras lutas por maior reconhecimento e mais justiça, já que buscava mudanças políticas através de uma visão de suposta neutralidade em relação às questões das desigualdades específicas. Os interesses de empregadores e trabalhadores que negociavam essas políticas deixaram disponíveis, de fato, poucos canais para se reconhecer as demandas de outros grupos por participação mais efetiva e como pares nesses e em outros âmbitos da esfera pública (AMARK, 1992 *apud* HOBSON, 2003, p. 9). Ou seja, as políticas que se dirigiam às desigualdades de gênero no mundo do trabalho, por exemplo, foram formuladas a partir da noção das mulheres como “trabalhadoras, mães ou até mesmo cidadãs, mas não como um grupo historicamente excluído ou discriminado” (HOBSON, 2003, p. 68).

Quando pensamos nos desdobramentos oriundos da violência doméstica/masculina, encontramos quase que uma ausência completa de discussões acerca dessa temática entre as diferentes tradições. Contudo, os discursos da maioria das tradições analisadas não deixaram de difundir uma lógica na qual as mulheres eram (ou deveriam forçosamente ser) “naturalmente seres obedientes”. A dicotomia estabelecida entre o público e o privado aqui reforçou a ideia de que determinados assuntos da esfera privada eram “íntimos” e deveriam, como consequência imediata, ser/estar excluídos da esfera pública.

Quando pensamos nas relações patriarcais na sexualidade, percebemos como a maioria dos discursos oriundos dessas tradições conseguiu fortemente dissociar assuntos ligados ao corpo de qualquer forma, possibilidade ou registro de autonomia e/ou prazer para as mulheres. A maioria dos discursos, de fato, o que fez foi legitimar um padrão tradicional de heteronormatividade para as questões ligadas à sexualidade, sobretudo a das mulheres.

Por último, quando pensamos as relações patriarcais nas instituições culturais, incluindo aquelas religiosas, as da mídia e as educacionais, verificamos como os discursos oriundos dessas tradições se incumbiram, mais uma vez, de reduzir as mulheres ao papel

tradicional de mãe ou então a objetificá-las. As consequências deste enraizamento estão explícitas nas nossas mais diversas instituições culturais até hoje.

Esses achados sobre o lugar que veio a ser aquele ocupado pelas mulheres no mundo público e privado, à luz das recomposições do patriarcado brasileiro, não expressam que as tendências patriarcais que permaneceram – embora transformadas no nosso imaginário – não tenham encontrado fortes resistências ou contestações. As lutas feministas por reconhecimento também tiveram impactos significativos em todas essas estruturas patriarcais nos espaços público e privado. É impossível, porém, não reconhecer que tais discursos também se incumbiram de desqualificar, deslegitimar e estigmatizar as lutas feministas por reconhecimento (RAGO, 2001).

Considerações sobre a relação entre lutas por reconhecimento e os imaginários sociopolíticos brasileiros

A primeira consideração a ser feita sobre as lutas por reconhecimento que estudamos nesta tese concerne ao fato de que elas eram limitadas e moldadas pelo próprio imaginário sociopolítico o qual elas buscaram desafiar. As dimensões desse imaginário que tanto destacamos neste texto ressaltaram um panorama complexo de como as feministas eram restringidas e marginalizadas.

Isso nos levou à nossa segunda consideração a respeito das lutas por reconhecimento articuladas pelas mulheres no Brasil. Quando refletimos sobre os estudos das mulheres aqui em nosso país ou sobre as relações de gênero na forma como essas foram sendo organizadas aqui, temos um leque variado de estudos que concentram seus esforços analíticos sobre um período histórico específico ou sobre uma chave de luta específica iniciada pelas mulheres, seja uma luta por direitos civis, por direitos políticos, por igualdade econômica, contra a ditadura, por direitos reprodutivos, estudos que recuperaram o protagonismo das mulheres em distintos momentos do cenário político e assim por diante. Todos esses estudos são inquestionavelmente relevantes por também resgatarem histórias e experiências feministas que tiveram a capacidade de desafiar a lógica de subordinação. Mas a segunda consideração que podemos fazer em relação à narrativa aqui reconstruída é que, ao olhar para a forma como as lutas por reconhecimento foram estabelecidas entre nós frente à composição desses imaginários sociopolíticos patriarcais, percebemos como essas feministas estavam, de fato, à frente do seu tempo diante da magnitude de força das crenças, valores e práticas

conservadoras, hierárquicas e patriarcais oriundas das distintas tradições normativas aqui analisadas.

Uma discussão mais longa a respeito dessas lutas revelaria também como a construção de certas agendas, e isto desde o século XIX, está claramente vinculada às possibilidades de conquistas e avanços na igualdade de gênero ainda inconclusas mesmo no imaginário contemporâneo. É possível então apontar um caminho de conexão entre aquelas lutas protagonizadas por acesso à educação (capítulo 1) e as lutas por maior inserção no mercado de trabalho (capítulo 2) e as diferentes conquistas realizadas pelas mulheres brasileiras hoje nesses dois âmbitos. Visto que a luta pelo sufrágio foi certamente uma grande conquista da primeira onda do feminismo brasileiro, que também resgatamos em nossa narrativa, é indispensável também reconhecer que o contexto político e os discursos desse imaginário à época (e mesmo hoje) limitaram a sua capacidade de estabelecer maiores avanços no que concerne à presença das mulheres na esfera política.

Ao mesmo tempo em que a inserção/penetração de certos temas da agenda feminista nesse imaginário produziram efeitos positivos, a nossa narrativa também aponta para como a ausência e os silêncios em torno de certas reivindicações pode sinalizar para futuros impasses. Na nossa análise a respeito das lutas por reconhecimento, verificamos, nos dois períodos, uma forte ausência de discussões ou de pautas ligadas mais precisamente a duas questões: a da autonomia da mulher em relação ao seu corpo e a da necessidade de se aumentar a presença efetiva das mulheres em arenas propriamente políticas. Vale a ressalva de que os imaginários que estudamos não deixaram espaço, seja teórico-analítico, seja político-social, para a articulação de tais discussões. De fato, essas temáticas surgem com mais força no nosso imaginário brasileiro contemporâneo. Portanto, a dificuldade de tanto articular certas temáticas no imaginário, bem como a de adquirir apoio da opinião pública, nos aponta questões relevantes para a igualdade e emancipação das mulheres que as lutas por reconhecimento terão ainda que enfrentar. Algumas discussões no quarto capítulo capturam bem esses impasses a partir do enquadramento dos discursos, tal como foi feito nos capítulos 2 e 3.

Em termos teóricos gostaríamos de salientar a maneira como tentamos ampliar nosso conhecimento acerca das diversas formas através das quais experiências de falso reconhecimento podem atuar na construção de um determinado imaginário. Tentamos mostrar que tais lutas por reconhecimento, frequentemente, esbarravam e ainda esbarram nas mais variadas formas de não reconhecimento e de falso reconhecimento. Buscamos, então, assinalar que, em meio às lutas das mulheres brasileiras, existem outras formas de falso

reconhecimento que vêm atuando nesse imaginário para além das formas que simplesmente desvalorizam as identidades ou grupos e/ou lhes negam espaço para participarem como pares na vida social.

Ao ampliarmos a definição de falso reconhecimento para incluir nela aquelas instâncias onde indivíduos são, em certa medida, “positivamente” valorizados por atributos segregadores e opressores específicos, mostramos como essa valorização é construída e pode resultar em uma limitação na formação de uma identidade e nas maneiras como a sociedade vai considerar certos indivíduos. Sabemos, contudo, que as questões referentes ao reconhecimento não estavam postas para esses imaginários da mesma forma pela qual aqui as estudamos. Mas podemos associar as lutas feministas a essas reivindicações por reconhecimento, uma vez que elas buscavam abrir outros espaços para a atuação das mulheres brasileiras, desta vez como pares na vida social. Nesse sentido, as atrizes que guiaram essas lutas visavam, sim, tanto “redirecionar discursos públicos” quanto “reconfigurar as políticas em torno de reconhecimento e redistribuição” (HOBSON, 2003, p. 8).

Identificamos como muitas das tradições, especialmente estas que foram aqui analisadas a partir de parcela de seus discursos, acabaram difundindo uma visão limitada acerca dos papéis das mulheres na sociedade brasileira. Entendemos que no esquema dessa construção imaginária, particularmente referente às questões relativas ao poder, a “valoração” desses papéis manteve uma específica construção social sobre as nossas relações de gênero e também sobre formas igualmente específicas de interação no que tange à divisão público/privado, mantendo as assimetrias de gênero praticamente intactas. Ou seja, as formas de falso reconhecimento detectadas ao longo deste estudo, mesmo que sutilmente, de fato cumpriram bem a função de legitimar certas práticas e consolidar determinados padrões nas nossas estruturas sociais e políticas, que, por sua vez, atribuíram um *status* diferenciado e subordinado para as mulheres nas esferas públicas. Essas formas de falso reconhecimento pareceram também e enfim acompanhar as recomposições do patriarcado público aqui problematizadas. Portanto, enquanto às mulheres foi concedido acesso a certas arenas da esfera pública, as manifestações mais legítimas associadas ao poder e ao prestígio social permaneceram nas mãos dos homens. Assim, as lutas por reconhecimento articularam agendas que vieram, sim, tentar desafiar certas práticas excludentes, mas também, num processo controverso de negociações permanentes, tiveram que deixar outras demandas mais críticas e emancipatórias para a experiência de outras conjunturas futuras mais propícias.

As singularidades das culturas patriarcais no Brasil

As nossas últimas considerações aqui constituem uma tentativa de ressaltar, pelo menos, quatro características gerais que poderíamos, nesse momento de síntese, destacar a respeito da permanência de culturas patriarcais no Brasil, da direita à esquerda, e que, como insistimos, configuraram os imaginários aqui estudados. Primeiro, através da narrativa desses imaginários tornou-se evidente que os atores/autores tiveram um papel fundamental e estratégico de influenciar as ações e políticas do Estado brasileiro no que diz respeito às questões afeitas a gênero. Suas ideias, concepções e sentidos sobre os papéis que as mulheres e os homens deveriam cumprir na sociedade brasileira, bem como as ideias que prevaleceram sobre os modelos de família, foram (e ainda são), em muitas instâncias, reproduzidas e readaptadas pelo Estado brasileiro.

Segundo e paralelamente associado à consideração anterior, podemos afirmar que a questão feminina ou a conquista da igualdade de gênero não surgiu como um tema ou eixo central para nenhuma das cinco tradições centrais do pensamento político brasileiro – o positivismo, o catolicismo, o liberalismo, o autoritarismo e a esquerda –, analisadas aqui nesses dois períodos. Contudo, é possível assumir que algumas dessas tradições refletiram um pouco mais sobre algumas questões que certamente tangenciaram a construção das nossas relações de gênero, mas nunca a partir de uma chave mais igualitária ou emancipatória para as mulheres. Em razão disso, podemos afirmar que uma consciência feminista emergirá mais fortemente e de uma forma realmente mais organizada somente a partir de 1964. Esse poderá ser um tema interessante para futuras investigações.

Outro traço notável nos imaginários aqui estudados, em contrapartida, é então a sua aproximação com traços de violência, autoritarismo e repressão, seja ela nos confinamentos da “casa grande”, seja ela experimentada nas medidas e aparatos repressivos empregados pelo Estado Novo, atingindo tais vivências o seu ápice na emergência da ditadura militar em 1964. Observando os imaginários por essas lentes, parece haver ficado mais fácil entender como as lutas por reconhecimento foram sendo restringidas pelas engrenagens dos próprios imaginários. Além disso, sabemos que tal violência e repressão atingiram grande parcela da sociedade brasileira (muito além das próprias mulheres) que permanecia excluída em diversas formas.

Por último, notamos a forte presença da moral religiosa permeando tais imaginários e as suas influências no que concerne à construção das nossas relações de gênero. Constatamos a força inequívoca da extensão da doutrina moral e social da Igreja Católica nesses

imaginários, bem como suas tentativas de aproximação e mesmo de interferência sobre o Estado. Foi possível observar que apenas nas instâncias em que as relações quase simbióticas entre Estado e igreja se enfraqueciam é que se tornava possível antever aberturas para mudanças. Sabemos também que as crenças religiosas se constituíram em outros países como forças que impediram a implementação de políticas mais diretamente ligadas à promoção da igualdade de gênero. Isso também ocorreu em diversos países da América Latina e de formas bastante distintas e até mesmo contraditórias (HTUN, 2003). Esse ponto também é importante para nós na medida em que ele nos dá algumas pistas sobre a força que as crenças religiosas vieram historicamente a exercer no Brasil se estabelecermos comparação com outros países, tais como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, onde a separação entre o Estado e a Igreja parece-nos estar mais fortemente delineada. O alcance das doutrinas católicas e mais recentemente outras designações de doutrinas religiosas parece-nos ainda coeso o suficiente no Brasil para continuar a influenciar a opinião pública contra questões especificamente relacionadas, por exemplo, aos direitos reprodutivos e aos direitos sexuais das mulheres brasileiras. Cremos que evidenciamos como tal doutrina religiosa se constituiu efetivamente num instrumento extensivo de práticas patriarcais no escopo dos dois imaginários aqui estudados.

Tendo-se em vista a natureza desta tese, que abrange tão longo e complexo período histórico, precisamos ainda reconhecer que, apesar das suas contribuições, foi impossível adentrar em algumas temáticas que poderiam vir a apoiar certos argumentos construídos, mas também difíceis de aprofundar em nossas análises a respeito de certos discursos e textos dos referidos atores/atores e feministas. No intuito de oferecer um panorama de caráter mais ampliado, perdemos o espaço riquíssimo para tratar das especificidades e detalhes.

Em relação às nossas escolhas das tradições, temos ciência de que a tese deixou de incluir outras que seriam relevantes para uma melhor configuração desses imaginários. Além disso, ao olhar para apenas um (ou dois atores, como no caso do positivismo no segundo capítulo) dos atores/atores representativos de uma dada tradição, não incorporamos na nossa análise discursos que poderiam reforçar as características principais atribuídas àquelas tradições ou até mesmo oferecer perspectivas diferentes em relação aos papéis de gênero. Escolhemos priorizar os discursos dos atores/atores centrais ou mais eminentes dessas tradições. Em relação a esse mesmo recorte, também admitimos que corremos o risco de haver sintetizado em demasia as ideias dos atores/atores, excluindo, por sua vez, eventos e textos relevantes e que não foram aqui efetivamente consultados para a própria composição da

narrativa. Acreditamos fortemente, porém, que o mapeamento inicial dessas tradições aqui delineado abre espaço para complementarmos essas análises em pesquisas futuras.

Nesse mesmo sentido, ao escolher apenas uma voz feminista representativa de reivindicações das mulheres daquele período deixamos de lado um conjunto igualmente extenso de outras figuras e vozes marcantes. Talvez tenhamos até mesmo deixado de capturar aquelas vozes mais críticas em relação aos imaginários estudados. O intuito que nos orientou por detrás da escolha de se estudar Nísia Floresta e Bertha Lutz se aproxima do mesmo referido acima. Ou seja, escolhemos aquelas feministas que, notoriamente, tiveram mais circulação e maior destaque nos imaginários passados.

Outra limitação da tese refere-se à interrupção do período histórico a ser analisado, expressa no fato de não termos incluído uma análise relativa aos imaginários brasileiros de 1964 até o período da nossa redemocratização. Não há nenhuma dúvida de que esse imaginário destacaria a força penetrante do autoritarismo e da repressão, bem como o surgimento de novas vozes feministas. Do ponto de vista aqui explorado, escolhemos dois momentos históricos capazes de revelar aspectos da fundação e/ou do enraizamento de algumas das ideias que consideramos fundamentais acerca do processo histórico de construção das relações assimétricas de gênero. Portanto, não buscamos capturar os aspectos dos imaginários subsequentes que revelariam, contrariamente aos períodos anteriores, grandes rupturas e reconfigurações entre o Estado e sociedade brasileiros.

Diante da tentativa de trabalhar com diferentes categorias analíticas, talvez tenhamos focado mais em uma discussão teórica específica em comparação a outras que também foram ressaltadas na tese. Ou seja, em certos momentos demos ênfase mais a uma chave analítica do que à outra. O intuito ao trabalhar diversas chaves analíticas interligadas, como já afirmamos, foi o de captar os graus e níveis de complexidade operando nas próprias estruturas e nas práticas que organizaram essas relações de gênero no Brasil.

Por fim, por mais que tenhamos ancorado todas as nossas discussões em uma perspectiva feminista e crítica, sabemos que focamos essencialmente no campo da construção e reforço das desigualdades de gênero no Brasil. Do ponto de vista das desigualdades de raça, classe, sexualidade e geração, a tese muito superficialmente abrange ou ilumina certos aspectos convergentes a esses demais eixos fundamentais das desigualdades sociopolíticas brasileiras. Isso, porém, não significa que não estávamos atentos aos engajamentos e às relações de mútua implicação entre os diferentes eixos. A própria dificuldade de virmos a encontrar discursos referentes à temática de gênero nos textos consultados foi o melhor

indicador de que essas outras questões exigiriam ainda mais esforço e talvez um outro recorte analítico.

Não obstante as ressalvas aqui assumidas, entendemos que a narrativa que compusemos pode, sim, vir a ser proveitosa para os estudos de gênero no Brasil, já que oferece um panorama mais ampliado para entendermos os papéis e as dinâmicas que foram aquelas vividas entre diferentes atores/autores e o Estado brasileiro, bem como nos revelou com clareza os efeitos das reivindicações feministas nas suas disputas por espaço e por mais poder no escopo dos referidos imaginários. Ao tornarmos visíveis, pela lente das distintas tradições normativas aqui consultadas, as vozes feministas e o *status* atribuído às mulheres brasileiras desde o século XIX até meados do século XX, acreditamos que contamos uma história relativamente diferente, que pode vir a fomentar a criação de uma nova e emancipatória crítica feminista à brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Kathryn. From Autonomy to Agency: Feminist Perspectives on Self-Direction. *William & Mary Law Review*, v. 40, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1558&context=wmlr&sei-redir=1#search=%22ABRAMS%2C%201999%20agency%22>>. Acesso em: 17 set. 2011.

AGUIAR, Neuma Figueiredo de. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: _____. (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafios desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 161-191.

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: O ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p.5-31, jun. 1998.

ALLEN, Amy. *The Politics of Ourselves: power, autonomy, and gender in contemporary critical theory*. New York: Columbia University, 2008.

ALLEN, Judith A.; KITCH, Sally L. Disciplined by disciplines? The need for an interdisciplinary research mission in women studies. *Feminist Studies*, v. 24, n. 2, p. 275-300, 1998. Disponível em: <<https://login.libproxy.newschool.edu/login?url=http://search.ebscohost.com.libproxy.newschool.edu/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=1132427&site=ehost-live&scope=site>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

ALONSO, Ângela. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 109-134, 1996.

ALVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University, 1990.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Permanência ou mudança: a legislação sobre Família no Brasil. In: RIBEIRO, Ivete. (Ed.) *Família e Valores*. São Paulo: Loyola, 1987. p. 165-188.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. O paradoxo entre a maior inserção das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: Refazendo a política de cotas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Paper).

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 65-70, 2000.

ARDAO, Arturo. Assimilation and Transformation of Positivism in Latin America. *Journal of the History of Ideas*, v. 24, n. 4, p. 515-522, 1963.

ASSIS, Mariana; OGANDO, Ana Carolina. Reconhecimento e direitos individuais: categorias em tensão e o caso das mulheres brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. (Paper).

_____. Distintas trajetórias na consolidação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos na América Latina: Os casos da Argentina, do Brasil e do Chile. In: CONGRESO URUGUAYO DE CIENCIA POLÍTICA, 2., 2008, Montevideu. *Anais...* Montevideu: Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 2008. (Paper).

ATHAYDE, Tristão de. *Cartas do pai*: de Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa, OSB. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Transition to Democracy and Political Culture: an Analysis of the Conflict Between Civil and Political Society In Post-Authoritarian Brazil. *Constellations*, n. 2, p. 242-267, 1995.

_____. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: _____. *A moralidade da democracia*, São Paulo; Belo Horizonte: Perspectiva; UFMG, 1996. p. 125-151.

AZZI, Riolando. *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1980.

_____. Igreja e Estado no Brasil: Um enfoque histórico. *Perspectiva Teológica*, n. 29 a 31, jan./dez., 1981, p. 7-171.

_____. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). In: RIBEIRO, Ivete. (Ed.) *Família e Valores*. São Paulo: Loyola, 1987. p. 85-120.

_____. Família, Mulher e Sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.

BACZKO, Bronislaw. Imaginación social, imaginarios sociales. In: _____. *Los Imaginarios Sociales Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999. p. 07-53.

BARBOSA, Rui. *O Papa e o Concílio*. vol. 4, t. 1 e 2, [S.l. : s.n.], 1877. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pasta=Vol.%20IV%20\(1877\)\Tomo%20I&pesq=O%20Papa%20e%20o%20Concilio%20](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pasta=Vol.%20IV%20(1877)\Tomo%20I&pesq=O%20Papa%20e%20o%20Concilio%20)>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *Discursos Parlamentares*. [S.l. : s.n.], 1880. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Discursos%20Parlamentares%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *Relatório do Ministro do Império*. tomo 2, [S.l. : s.n.], 1882a. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Relatorio%20do%20Ministro%20do%20Imperio%20>>. Acesso em 21 nov. 2010.

_____. *Reforma do Ensino Secundário*. v. IX, t.1, [S.l. : s.n.], 1882b. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Reforma%20do%20Ensino%20Secundario%20e%20Superior%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *O Desenho e a Arte Industrial*. v. IX, t. 2, [S.l. : s.n.], 1882c. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=O%20Desenho%20e%20a%20Arte%20Industrial%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *Reforma do Ensino Primário*. v. X, tomo I, II, III, IV, [S.l. : s.n.], 1883a. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Reforma%20do%20Ensino%20Primario%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *Reforma do Ensino Superior*. v. X, t. III, [S.l. : s.n.], 1883b. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Reforma%20do%20Ensino%20Primario%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *Por Onde Rebenta a Corda*. v. XXVII, tomo VI, [S.l. : s.n.], 1900. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Por%20Onde%20Rebenta%20a%20Corda%20%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. *Trabalho e Sexos*. v. XLVI, t. 1, [S.l. : s.n.], 1919. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=Trabalho%20e%20Sexos%20>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

BARTKY, Sandra Lee. Foucault, Femininity and the Modernization of Patriarchal Power. In: DIAMOND, Irene.; QUINBY, Lee. (Ed). *Feminism & Foucault: paths of resistance*. New England: Northeastern University, 1988. p. 93-111. Disponível em: <<http://weber.ucsd.edu/~pmichelb/Bartky.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. New York: Random House, 1989.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Estácio Diniz. A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BENHABIB, Seyla.; CORNELL, Drucilla. Introduction: Beyond the Politics of Gender. In: BENHABIB, Seyla.; CORNELL, Drucilla. *Feminism as Critique*. Minneapolis: University of Minnesota, 1986. p. 1-15.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. São Paulo: Centro de Memória Publicações; UNICAMP, 2007.

BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: USP, 1999.

BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

_____. Narrative as a form of explanation. *Disputatio* – International Journal of Philosophy. Lisboa, n. 9, nov. 2000. Disponível em: <<http://disputatio.com/articles/009-2.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BEVIR, Mark; RHODES, Rod. Interpretive Theory. In: MARSH, David; STOKER, Gerry. (Ed). *Theory and Methods in Political Science*. 2. ed. London: Macmillan, 2000. p. 131-152.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 34, p. 269-299, jan./jun. 2010.

BORDO, Susan. *Unbearable weight: feminism, Western culture, and the body*. California: The Regents of the University of California, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: Conceitos, imagens e temas. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 36, n. 2, p. 109-126, 1999.

BOSI, Alfredo. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). *Raymundo Faoro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 169-193.

BOURDIEU, Pierre. Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field. *Sociological Theory*, v. 12, n. 1, p. 1-18, 1994.

BOXER, Marilyn. 'First wave' feminism in nineteenth-century France: Class, family and religion. *Women's Studies International Forum*, v. 5, n. 6, p. 551-559, 1982.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothchild, 2007.

BRASIL. Decreto n. 21.417, de 17 de maio de 1932. Regula as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriaes e commerciaes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 9666, 1932. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Museu/Conteudo/Decreto21417_txt.asp>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.548, de 31 de agosto de 1940. Faculta a redução do salário mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*, Brasília, DF, v. 5, p. 282, 1940. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2548-31-agosto-1940-412576-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 15 set. 2011

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei n. 5.452, 1º de maio de 1943. *Lex – Coletânea de legislação: edição federal*, São Paulo, v. 7, 1943, suplemento. Disponível em:

<[http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-norma-atualizada-pe.pdf](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-norma-415500-norma-atualizada-pe.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Mulheres em Pauta*: Informativo da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011, ano V, n. 45. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/spmulheres/mulheres-em-pauta/boletins-do-anos-antiores/boletim-mulheres-em-pauta-ano-v-no-45>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do Iseb rediscutido. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, K.L.; VERBA, Sydney. *The Private Roots of Public Action*. Cambridge: Harvard University, 2001.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York: Routledge, 1999.

CAINE, Barbara. Feminism, suffrage and the nineteenth-century English women's movement. *Women's Studies International Forum*. v. 5, n. 6, p. 537-550, 1982.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

_____. *Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the Politics of Identity*. New Jersey: Rutgers University, 2007.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. *Patrimonialismo no Brasil: Leituras Críticas de Interpretações Weberianas e Suas Articulações Sócio-Culturais*. 2009. 505 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARNEIRO, Paulo (Org.). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. A Utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2310>>. Acesso em: 5 set. 2011.

_____. Entre a Liberdade dos Antigos e dos Modernos: A República no Brasil. In: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 83-106.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASARÃO da Duque de Caxias. *Museu Júlio De Castilhos*. Disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/site/index.php?inc=casarao>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

CASTILHOS, Júlio de. *A propaganda Republicana*. 1884a. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

_____. *Os nossos Governos*. 1884b. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

_____. *Crítica e Política*. 1884c. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

_____. *A Escravidão e o Exército*. 1887a. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

_____. *Contra a Escravidão*. 1887b. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

_____. *Organizamos a Vitória*. 1887c. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

_____. *A solução da crise*. 1889. In: CARNEIRO, Paulo (Org). Ideias políticas de Júlio de Castilhos, introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Ação e Pensamento da República).

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAKRABARTY, Dipesh. Minority Studies, Subaltern Pasts. *Postcolonial Studies*, v. 1, n. 1, p. 15-29, 1998.

CHATERJEE, Choi. Ideology, Gender and Propaganda in the Soviet Union: A Historical Survey. *Left History*, v. 6, n. 2, p. 11-28, 1999. Disponível em: <<https://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/lh/article/view/5380/4575>>. Acesso em: 26 set. 2011.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração 1922-1972* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. California: The Regents of the University of California, 1978.

_____. *Feminism and Psychoanalytic Theory*. [New Haven]: Yale University, 1989.

COLLINS, Patricia Hill. It's all in the family: Intersections of Gender, Race and Nation. *Hypatia*, v. 13, n. 3, p. 62-82, 1998.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positivista*. São Paulo: Victor Civita, 1978.

CONTE, Daniela. *Nelson Werneck Sodré e as Interpretações do Brasil Moderno (1958-1964)*: Análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CORNELL, Drucilla. Gender, Sex, and Equivalent Rights. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (Ed.). *Feminists Theorize the Political*. New York: Routledge, Chapman and Hall. 1992. p. 280-296.

COSTA, Ana Alice Alcantara Costa. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Labrys*, Niterói, v.5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

COSTA, Emilia Viotti. *The Brazilian Empire: myths & histories*. Chapel Hill: University of North Carolina, 2000.

COSTA, João Cruz. *A Construção à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Uma Curva no Rio: As Conversões de Alceu Amoroso Lima. *Escritos*, v. 2, p. 183-212, 2008. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_2/FCRB_Escritos_2_8_Marcelo_Timotheo_da_Costa.pdf>. Acesso em: 7 set. 2011.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda: A Utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. (Org.) *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP, 2006.

D'ENTREVES, Mauricio Passerin; VOGEL, Ursula. Public and private: a complex relation. In: _____. (Ed.). *Public and Private: Legal, political and philosophical perspectives*. London: Routledge, 2000. p. 1-14.

DALY, Mary. *The Church and the Second Sex*. Boston: Beacon, 1985.

DANTAS, San Tiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. (org.) *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 165-193.

DÉPÊCHE, Marie-France. A Tradução Feminista: Teorias e Práticas Subversivas Nísia Floresta e a Escola de Tradução Canadense. *Textos de História*, v. 8, n.1/2, 2000. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5908/4885>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

DIETZ, Mary G. Citizenship with a Feminist Face: The Problem with Maternal Thinking. *Political Theory*, v. 13, n. 1, p. 19-37, fev. 1985.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: Diálogo ou apropriação? *O eixo e a roda* – Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, 2001.

_____. *Cartas: Nísia Floresta & Augusto Comte*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2010.

_____. *Nísia Floresta: vida e obra*. 2. ed. Natal: UFRN, 2008.

_____. As viagens e o discurso autobiográfico de Nísia Floresta. *Matraga*, Instituto de Filosofia e Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 16, n. 25, jul./dez. 2009.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. Série 5 , Brasileira, v. 172. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ordemprivada.html>>. Acesso em: 7 set. 2011.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imag rio*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought*. Princeton: Princeton University, 1981.

ETCHEB        , Lincoln Júnior; MAZZALI, Leonel. Estado, igreja e movimento operário no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. *Caminhos da História* – Revista do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade de Montes Claros, Montes Claros, v. 13, n. 2, p. 41-57, 2008. Disponível em: <<http://2973923342429609089-a-1802744773732722657-s-sites.googlegroups.com/site/revistacaminhosdahistoria/numeros-antiores-nova/v-13-2-2o-semester-de-2008/ARTIGOScaminhosdahistoriav.13.2.2semester2008.pdf?attachauth=ANoY7crj1zrSdQKLNmMKKoLBVaT4yREUiD47o0T8xbiFv2rZKFzJ191Rh17sJvOFASCOu->

HNwZ_QomlAKpk17viP1Txr_JEpjhjAZBlnpMmxJu-Yw-DTjllSz_hEo26vISU4UIMBmwlqwTJoe4Ywa2lqu4WGCVPxfkEoKl2qqcq8cnXKMc8LqwEnqGolQ0MkKmbacFhye1EXTvNKaMPG529kEoslKmf3AyZz6yGiX3FKFmoTcpcmeg0RlX5z8sbqdZd-4c4QkfuOd8iH84lJ1LfNceOzI9M8bq73v8O1-rPAEi0MAHPHvKeZR8D5z-JPVK0_k45I7tQRlMg5-M-UJ9DfBZzXLGwbQ%3D%3D&attredirects=0>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Bernardo. Schmitt, representação e forma política. *Lua Nova*, n. 61, São Paulo, 2004.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. Introdução Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989a.

_____. *Opúsculo Humanitário*. Introdução Peggy Sharpe Valadares. São Paulo: Cortez, 1989b.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, Maria Thereza (Org.). *Intérpretes do Brasil: leituras do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001, p. 103-124.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Farnalhat. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <<http://redesocial.unifreire.org/pedagogia-noturno/arquivos/foucault-vigiar-e-punir.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.

FRASER, Nancy. What's Critical about Critical Theory: The Case of Habermas and Gender. In: BENHABIB, Seyla.; CORNELL, Drucilla. *Feminism as Critique*. Minneapolis: University of Minnesota, 1987. p. 31-56.

_____. Foucault on Modern Power: Empirical Insights and Normative Confusions. In: _____. *Unruly Practices, Discourses and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1989. p. 17-34.

_____. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a "postsocialist" age. In: _____. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge, 1997. p. 11-39.

_____. Recognition without ethics? *Theory, Culture & Society*, London, v. 18, n. 2-3, p. 21-42, 2001.

_____. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003. p. 7-109.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 dez. 2010.

_____. Reframing Justice in a Globalizing World. In: OLSON, Kevin. (Ed.) *Adding Insult to Injury: Nancy Fraser debates her critics*. New York: Verso, 2008. p. 273-291.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? a political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

FRAZER, Elizabeth. Method Matters: Feminism, Interpretation and Politics. In: VINCENT, Andrew. (Org.) *Political Theory: tradition and diversity*. Cambridge: Cambridge University, 1997. p. 214-236.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa de Opinião Pública. *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. 2010. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2012.

FURLANI, Lúcia M. Teixeira. *Pagu – Patrícia Galvão: Livre Imaginação no Espaço e no Tempo*. 5. ed. São Paulo: Unisanta, 1999.

GASTALDO, Édison. A representação do espaço doméstico e papéis de gênero na publicidade. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Org.) *Gênero em Discursos da Mídia*. Florianópolis: Mulheres, 2005. p. 53-70.

GAYLE, Rubin. *O Tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

GAONKAR, Dilip Parameshwar. Toward New Imaginaries: An Introduction. *Public Culture*, v. 14, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://publicculture.dukejournals.org/content/14/1/1.full.pdf+html?sid=792a0ec8-83b2-47a0-a2ff-3f19ea6f843e>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

GIANNOTTI, José Arthur. Comte: Vida e Obra. In: COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positivista*; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: Unesp, 1992.

GILLIGAN, Carole. *Uma Voz Diferente*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GOMES, Angela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria do Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982a. p. 109-144.

_____. A Construção do Homem Novo: O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982b. p. 151-154.

_____. A Dialética da Tradição. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, XIII, 1989, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1989. (Paper). Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_12/rbcs12_02.htm>. Acesso em: 12 set. 2011.

GRAMSCI, Antonio. The Intellectuals. In: HOARE, Quintin; SMITH, Geoffrey Nowell. (Ed.). *Selections from Prison Notebooks*. New York: International, 1971. p. 3-23.

GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GROSZ, Elizabeth. Corpos Reconfigurados. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 14, p. 45-86, 2000. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/n14a03.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

GUIMARÃES, Juarez. Raça e gênero no Brasil. [informação verbal]. Conversa ocorrida em: dez. 2009.

HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. Political Science and the Three New Institutionalisms. *Political Studies*, v. 44, n. 5, p. 936-957, dez. 1996.

HAMINGTON, Maurice. *Hail Mary? The struggle for ultimate womanhood in Catholicism*. New York: Routledge, 1995.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledge: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Position. *Feminist Studies*, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism. In: LIPPIT, Victor D. (Ed.). *Radical Political Economy: Explorations in Alternative Economic Analysis*. New York: M.E. Sharpe, 1996. p. 165-196.

HEELAS, Paul. Introduction: Detraditionalization and its Rivals, 1996: 1-20 In: HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul. (Ed.) *Detraditionalization*. Massachusetts: Blackwell, 1996. p. 1-20.

HIGGINBOTHAM, Evelyn. *Righteous Discontent: the women's movement in the Black Baptist Church (1880-1920)*. [S.l.]: President and Fellows of Harvard College, 1993.

HINTZE, Otto. The state in historical perspective. In: BENDIX, Reinhard et al. (Ed.). *State and Society*. Berkeley: University of California, 1973. p. 154-69.

HIRSCHMANN, Nancy. *The Subject of Liberty: toward a feminist theory of freedom*. Princeton: Princeton University, 2003.

HOBSON, Barbara. Recognition struggles and gender distinctive frames: Sweden and Ireland. In: _____. (Ed.) *Recognition Struggles and Social Movements: Contested Identities, Agency and Power*. Cambridge: Cambridge University, 2003. p. 64-92.

HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. Toward a Democracy of the Emotions. *Constellations*, v. 9, n. 1, p. 106-126, 2002.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. O Estranho Horizonte da Crítica Feminista no Brasil. In: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (Org.). *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 15-25.

HONNETH, Axel. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Massachusetts: MIT, 1995.

HTUN, Mala. *Sex and the State: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. New York: Cambridge University, 2003.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: A Moral e o Imaginário 1889-1930*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995.

_____. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v.1, n. 1, p. 1-14, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/484/353>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

JAGGAR, Allison M. *Feminist Politics and Human Nature*. Maryland: Rowman & Littlefield, 1983.

JAY, Martin. *The Dialectical Imagination*. California: University of California, 1996.

KOMPRIDIS, Nikolas. From Reason to Self-Realisation? Axel Honneth and the 'Ethical Turn' in Critical Theory. *Critical Horizons*, v. 5, n. 1, p. 323-360, 2004.

_____. Struggling Over the Meaning of Recognition. In: OLSON, Kevin. (Ed.) *Adding Insult to Injury: Nancy Fraser and her critics*. New York: Verso, 2008. p. 295-309.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Augusto Comte e o "positivismo" redescobertos. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, out. 2009.

LAPIDUS, Gail Warshofsky. *Women in Soviet Society: Equality, development, and social change*. California: University of California, 1978.

LERNER, Gerda. *The Majority Finds its Past: Placing Women in History*. North Carolina: University of North Carolina, 1979.

LIMA, Alceu Amoroso. *Idade, sexo e tempo: Três Aspectos da Psicologia Humana*. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

_____. *A Família no Mundo Moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Raquel dos Santos Souza; TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciência da Religião*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 113-126, 2008.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LLOYD, Genevieve. *The Man of Reason: male & female in western philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

LOURENÇO FILHO, Rui. (Org.). *A pedagogia de Rui Barbosa: Manoel Bergstrom Lourenço Filho*. 4. ed., rev. amp. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional, 2001. (Coleção Lourenço Filho 2).

LOURO, Gaucira Lopes. *Prendas e Antiprendas: Uma História da Educação Feminina no Rio Grande do Sul*. 1986. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7275856/Genero-Sexualidade-e-Educacao>>. Acesso em: 4 nov. 2011.

LUKE, Timothy W. Identity, Meaning and Globalization: Detraditionalization in Postmodern Space-Time Compression. In: HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul. (Ed.) *Detraditionalization*. Massachusetts: Blackwell, 1996. p. 109-133.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A República Aristocrática – o discurso político conservador da Primeira República. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 6., 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: Associação Brasileira de Ciência Política, 2008a. (Paper). Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_28_27.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.

_____. A Primeira Encruzilhada da Democracia Brasileira: Os Casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, p. 113-125, 2008b. Suplemento.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O Projeto de Rui Barbosa: O Papel da Educação na Modernização da Sociedade*. Fundação Casa Rui Barbosa: [S.l.], [1999]. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

MADUREIRA, Maria de Annuniação. A Problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 215-244.

MAGALHÃES, Rejane M. Moreira. Atualidade de Rui. In: FORMATURA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG, 1997, Goiânia. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. (Palestra). Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_RejaneMagalhaes_Atualidade_Rui.pdf>. Acesso em: 7 set. 2011.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma Face do Conservadorismo*. São Paulo: UNESP, 1996.

MARIA, Júlio. *A Igreja e a República*. Brasília: Câmara dos Deputados: Universidade de Brasília, 1981.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962 Ou como são feitas as leis. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 463-488, 2008.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil, In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2005a. p. 89-122.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2011.

MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho. *Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres*. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. 2012. No prelo.

MCNAY, Lois. *Against Recognition*. Cambridge: Polity, 2008.

MENDES, Raimundo Teixeira. *Exame da Questão do Divórcio*. Rio de Janeiro: Igreja Apostolado Positivista do Brasil, 1893.

_____. *A Preeminência Social e Moral da Mulher*. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista do Brasil, 1908.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte.

MEYERS, Diana. Personal Autonomy and the Paradox of Feminine Socialization. *Journal of Philosophy*, v. 84, n. 11, p. 619-628, 1987.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difusão, 1979.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*. v. 18, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X20100003000003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 fev. 2012.

_____. *Caleidoscópio Convexo – Mulheres, Política e Mídia*. São Paulo: UNESP, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: Mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. *Dados*. v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.

MITCHELL, Timothy. The limits of the state: beyond state theories and their critics. *The American Political Science Review*. v. 85, n. 1, p. 77-95, mar. 1991.

MORAES, João Quartim de. A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo brasileiro. In: REIS, Daniel Aarão et al. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 49-87.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A solidão de Pagu. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 365-378.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do Marxismo no Brasil. In: REIS, Daniel Aarão et al. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 15-46.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000. (Comunicação).

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. Características essenciais da estrutura de ensino proposta por Rui Barbosa e seu caráter liberal modernizador. In: _____. *Pedagogia Liberal Modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana*. São Paulo: Autores Associados, 1997. p. 65-104. (Coleção Memória da Educação).

NEIVA, Pedro; OGANDO, Ana Carolina. Questões Femininas na Câmara dos Deputados no Brasil: Participação em Comissões e padrão de votação dos Legisladores. In: CONGRESO ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA CIENCIA POLÍTICA, 5., 2010, Buenos Aires. *Anais....* Buenos Aires: ALACIP, 2010. (Paper).

OGANDO, Ana Carolina. *Feminismo, Justiça e Reconhecimento: repensando a cidadania das mulheres no Brasil*. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. Além da Racionalidade: em busca de um conceito mais amplo do processo deliberativo. *Política e Sociedade*, v. 9, n. 16, p. 89-114, abril 2010.

OKIN, Susan Moller. The Making of the Sentimental Family. *Philosophy and Public Affairs*, v. 11, n. 1, p. 65-88, 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2265043>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

_____. *Gender, Justice and the Family*. United States of America: Basic Books, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria do Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982a. p. 14-30.

_____. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria do Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982b. p. 31-47.

_____. Autoridade e Política: O pensamento de Azevedo de Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria do Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982c. p. 48-70.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, Sindicatos e revoluções no Brasil (1906-1936)*. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A Participação de Werneck Sodrê no Debate Nacionalista. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. (Org.) *Nelson Werneck Sodrê: Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 245-263.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal. *Panorama Social da América Latina 2009*. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

PAIM, Antônio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

_____. Introdução. In: VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005. p. 19-45. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000067.pdf>.> Acesso em 10 set. 2011.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PAOLI, Maria Celia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, dez., 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2011.

PAPA LEÃO XIII. *Arcano*: on Christian marriage. Vaticano: [s.n.], 1881. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_10021880_arcanum_en.html>. Acesso em: 27 jan. 2012.

_____. *Rerum novarum*: on capital and labor. Vaticano: [s.n.], 1891. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_en.html>. Acesso em: 27 jan. 2012.

PAPA PIO IX. *Ubi primum*: on the immaculate conception. Gaeta: [s.n.], 1849. Disponível em: <<http://www.papalencyclicals.net/Pius09/p9ubipr2.htm>>. Acesso em 27 jan. 2012.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Standord University, 1988.

_____. *O Contrato Sexual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1993.

_____. Does Sex Matter to Democracy? – A Comment. *Scandinavian Political Studies*, v. 13, n. 1, p. 57-63, 1990.

_____. Críticas feministas a La dicotomía público/privado. In: CASTELLS, Carmen. (Org.) *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1996.

PAULILO, André Luiz. Projeto Político e Sistematização do Ensino Público Brasileiro no Século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 467-496, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22514.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PENA, Maria Valeria Junho. A Revolução de 30, A Família e o Trabalho Feminino. *Cadernos de Pesquisa*, n. 37, p. 78-83, maio, 1981. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741981000200008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2011.

PEZAT, Paulo Ricardo. Carlos Torres Gonçalves e o sexo altruísta: a conversão feminina à Religião da Humanidade em Porto Alegre no início do século XX. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v. 14, n. 25, p.99-138, jul. 2007.

PICKERING, Mary. Angels and Demons in the Moral Vision of Auguste Comte. *Journal of Women's History*, Baltimore, v. 8, n. 2, p. 10-40, 1996.

_____. Auguste Comte. In: RITZER, George. (Ed.) *The Blackwell Companion to Major Social Theorists*. Massachusetts: Blackwell, 2002. p. 25-52.

PINHEIRO, Luana et al. *Retrato das Desigualdade de Gênero e Raça*. 3. ed. Brasília: IPEA: SPM: UNIFEM, 2008.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

_____. Mulher e política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa, *Revista de Estudos Feministas*, ano 2, n. 256, 1994.

_____. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Nota sobre a controvérsia Fraser–Honneth: Informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 35-58, 2008.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP, 2000.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participation as Representation: The Impact of National Public Policy Conferences on the Brazilian Congress. In: Annual Meeting of the American Political Science Associations, 2010, Washington – DC. *Anais...* Washington: American Political Science Associations, 2010. (Paper). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1643679>. Acesso em: 24 jan. 2012.

RACIOPPI, Linda; O’SULLIVAN SEE, Katherine. Organizing Women before and after the Fall: Women’s Politics in the Soviet Union and Post-Soviet Russia. *Signs*, v. 20, n. 4, p. 818-850, summer 1995.

RAGO, Margareth. *Entre o anarquismo e o feminismo*: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. [S.l. : s.n], [19--?]. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2011.

_____. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 53-66, jul./set. 2001.

_____. Ser Mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 31-42.

RAMIREZ, Hugo. (Org.). *Cartas de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, AGE, 1993.

REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*. v. 1 São Paulo: Novos Rumos, 1981.

REIS, Elisa. O Estado Nacional como Ideologia: O Caso Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 187-203, 1988. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2166>>. Acesso em: 7 set. 2011.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Por Uma Nova Disponibilidade: O Intelectual Alceu Amoroso Lima e o Rompimento com o Estado Novo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Anpuh, a. 11, n. 4, p. 41- 60, 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf3/texto3.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização* In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930 – 1964)*. Livro Primeiro – Processo Político. São Paulo: DIFEL, 1986.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Pensamento Pedagógico de Alceu Amoroso Lima: O Papel da Educação Nacional e o Desenvolvimento da Nação. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 10., 2010, Três Lagoas – MS. *Anais...* Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Margarita%20Victoria%20RODRIGUEZ.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*. v. 9, n. 2, p. 514-540, 2001.

RUDDICK, Sarah. *Maternal Thinking: toward a politics of peace*. Boston: Beacon, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHES, Solange; GEBRIM, Vera Lucia Mattar. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAPIRO, Virginia. Feminist Studies and Political Science and Vice Versa. In: PHILLIPS, Anne. (Ed.). *Feminism and Politics*. New York: Cambridge University, 1998a, p. 67-89.

SARKAR, Mahua. Looking for Feminism. *Gender & History*, v. 16, n. 2, p. 318-333, 2004.

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21., 1998, Chicago. *Anais...* Chicago: LASA, 1998. (Paper). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 21 dez 2011.

SCHMITT, Carl. *Catolicismo Romano e Forma Política*. Tradução Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Hugin, 1998.

SCHOTT, Robin. *Eros e os Processos Cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, 1999a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100004&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 21 nov. 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família. *Cadernos de Pesquisa*, n. 37, p. 71-77, 1981. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/483.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2011.

_____. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 66, n. 153, p. 165-72, 1985. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema_interpretacao.htm>. Acesso em: 7 set. 2011.

_____. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 2007. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/bases.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2011.

SCHWARZ, Roberto. As Ideias Fora do Lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social no início do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000. (Coleção Espírito Crítico). Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/schwarz.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University, 1988a.

_____. Deconstructing Equality-versus-Difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*, College Park, v. 14, n. 1, p. 33-50, 1988b.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

_____. The Evidence of Experience. *Critical Inquiry*, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1991.

_____. *Only Paradoxes to Offer: French Feminists and the Rights of Man*. Massachusetts: Harvard University, 1997.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SERBIN, Kenneth. *Padres, Celibato e Conflito Social: Uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SHARPE-VALADARES, Peggy. *Introdução e notas*. In: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989. p. IV-XLIII.

SILVA, Ricardo. Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa PPGSP/UFSC*, n. 21, p. 1-30, 2001.

_____. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, n. 20, p. 238-269, jul./dez. 2008.

_____. O Novo Historicismo na Ciência Política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 1, p. 123-151, jan/jun, 2009.

SILVA, Ligia Osório. A 'herança colonial' e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. (Org.) *Nelson Werneck Sodré: Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 103-134.

SOARES, Mozart Pereira. *O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE, 1998.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. [S.l : s.n], [1998]. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. *As Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; ISEB, 1957.

_____. *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; ISEB, 1961.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; ISEB, 1967.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. n. 15, 2000, Número especial.

_____. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: EDUNISC, 2006.

_____. Do Comunismo ao Feminismo: A Trajetória de Zuleika Alambert. In: Congresso Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. (Paper). Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276642208_ARQUIVO_Zuleika5.pdf>. Acesso em: 4 out. 2010.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, jun., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 fev. 2012.

SOUZA, Jessé. *A Modernidade Seletiva: Uma Reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000a.

_____. Democracia Racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38, p. 135-155, 2000b.

_____. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 49, maio 2000c. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010

STANSELL, Christine. Women in Nineteenth Century America. *Gender & History*, Massachusetts, v. 11, n. 3, p. 419-432, nov. 1999.

STOETZLER, Marcel.; YUVAL-DAVIS, Nira. Standpoint Theory, situated knowledge and the situated imagination. *Feminist Theory*, London, v. 3, n. 3, p. 315-333, 2002.

STOKES, Wendy. *Women in contemporary politics*. Cambridge: Polity, 2005.

SYDIE, Rosalind Ann. Weber, Patriarchy and Power. In: _____. *Natural Women, Cultured Men: A feminist perspective on sociological theory*. Canada: University of British Columbia, 1994. p. 51-88.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Mulheres comunistas: representações e práticas femininas no Partido Comunista Brasileiro – 1945 a 1979*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TAYLOR, Charles. *Modern Social Imaginaries*. Durham: Duke University, 2004.

THOMAS, Calvin. Reenfleshing the Bright Boys; or, How male bodies matter to feminist theory. In: GARDINER, Judith Kegan. (Ed.) *Masculinity studies and feminist theory: new directions*. New York: Columbia University, 2002. P. 60-89.

THOMPSON, John B. Tradition and Self in a Mediated World. In: HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul. (Ed.) *Detraditionalization*. Massachusetts: Blackwell, 1996. p. 89-108.

TORRES, Julia Dela; GAWRYSZEWSKI, Alberto. Mulheres heroínas na arte visual da imprensa comunista (1945/1957). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2., 2009, Londrina. *Anais...* Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2009. (Paper). Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Torres_Juliana%20Dela.pdf>. Acesso em: 5 out. 2011.

VAGGIONE, Juan Marco. Paradoxing the secular in Latin America: Religion, gender and sexuality at the crossroads. [S.l. : s.n.] [2002]. Disponível em: <<http://newschool.edu/tcds/Juan%20Marco%20Vaggione.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

VELLOSO, Monica. Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES,

Ângela Maria do Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 71-100.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Pequenos Estudos de Psychologia Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 1999. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000046.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2012.

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

VILHENA, Cynthia. A Família na Doutrina Social da Igreja e na Política Social do Estado Novo. *Psicologia* – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 45-57, 1992. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v3n1-2/a05v3n12.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2012.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.

WOLIN, Sheldon. *Politics and Vision*. Princeton: Princeton University, 2004.

YOUNG, Iris. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University, 1990a.

_____. Throwing Like a Girl: A Phenomenology of Feminine Body Comportment, Motility and Spatiality. In: _____. *Throwing Like a Girl and Other Essays in Feminist Philosophy and Social Theory*. Indianapolis: Indiana University, 1990b. p. 141-159.

_____. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Melhores e Piores Coisas de Ser Mulher

**MELHORES COISAS DE SER MULHER – comparativo 2001/ 2010** [espontânea e múltipla, em %]

Base: Total amostra M1

	2001	2010
ESPAÇO PRIVADO	65	62
MATERNIDADE/FILHOS	55	57
CONCEPÇÃO/GRAVIDEZ	48	50
CRIAÇÃO DOS FILHOS	20	19
CASAMENTO/MARIDO/FAMÍLIA	15	16
TRABALHO DOMÉSTICO	10	7
SEXUALIDADE/RELAÇÕES AMOROSAS (Ser desejada/poder de sedução/provocar "tesão" nos homens Facilidade de conquistar/ conseguir coisas/objetivos porque é bonita/por causa da beleza)	2	1
ESPAÇO PÚBLICO/VIDA SOCIAL	31	52
MERCADO DE TRABALHO	13	17
LIBERDADE/INDEPENDÊNCIA SOCIAL	11	14
INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA (Independência econômica/ financeira/ hoje a mulher não precisa mais depender do dinheiro do marido/ ter o seu dinheiro/ pode trabalhar e ajudar no orçamento doméstico)	9	8
DIREITOS	4	6
EDUCAÇÃO/ ESTUDOS (PARA A MULHER) - (Poder estudar/ hoje a mulher pode ter estudo/ fazer cursos/ fazer faculdade/ frequentar universidade)	2	3
DIREITOS POLÍTICOS (Hoje a mulher pode votar/ antigamente a mulher não podia/ o pai/ marido decidia por ela Hoje a mulher poder ser política/ ser eleita/ governar)	1	1
OUTRAS CATEGORIAS	28	24
ATRIBUTOS FEMININOS	23	23
Ser vaidosa/ ser bonita/ ter vaidade/ se pintar/ se arrumar/ cuidar do corpo/ cabelo/ poder se arrumar/ sempre estar bem arrumada/ para o marido/ namorado/ para o homem/ ser feminina	8	6
Ser mais guerreira/ batalhadora/ lutadora do que o homem/ as mulheres lutam dentro e fora de casa/ o homem nasce com liberdade, a mulher tem de conquistar/ ser mais corajosa	2	4
É ter sabedoria em tudo/mais responsáveis/ maduras/ sabe lidar melhor com as coisas/ com os problemas/mais prática	1	3
A mulher é mais frágil/ sentimental/ chora a toa/ sensível	4	3
Mais amorosa/ carinhosa/ romântica do que o homem/ meigas/ delicada	2	2
Ser mais compreensiva do que o homem/ tem mais capacidade de perdoar/ entender o outro/ próximo/ ser mais amiga/ companheira do que o homem	2	2
Ser mais tolerantes/ mais maleáveis/ dar um jeitinho/ flexibilidade/ ser mais paciente/ calma do que o homem/ tranquila	2	2
Tem mais vantagens/ mordomias do que os homens/ consegue muitas coisas por ser mulher (são colocadas em 1º lugar/ tem mais descontos em eventos e baladas/ são beneficiadas pelo cavalheirismo dos homens)	-	1
Ter mais força para vencer/ é ser mais forte que o homem/ ter força/ se esforça para atingir seus objetivos	1	1
Ser mais solidária/ generosa/ ajudar mais as pessoas/ cuidar das pessoas que precisam/ que estão doentes/ os mais idosos	1	1
Ser mais verdadeira/ sincera do que o homem/ fiel/ confiável	1	1
NENHUM (A)/ NADA	2	1
NÃO SABE/ NÃO RESPONDEU/ RECUSA	3	7

P5M. Quais são as melhores coisas de ser mulher?

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

PIORES COISAS DE SER MULHER – comparativo 2001/ 2010 [espontânea e múltipla, em %]

Base: Total amostra M1

	2001	2010
ESPAÇO PRIVADO	61	55
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	11	14
Violência contra a mulher (s/ esp)	1	4
Apanhar do marido/sofrer violência por parte do companheiro	3	4
Violência física dos homens contra as mulheres	4	4
MATERNIDADE/FILHOS	16	12
CRIAÇÃO DOS FILHOS	9	7
A responsabilidade da criação/ ter de criar os filhos sem o apoio, a presença do pai/na maioria das vezes tem que ser pai e mãe/ tem que sustentar os filhos/ educação do filho é sempre da mãe/mães cuidam/ se preocupam mais	5	3
Sofer com os problemas dos filhos que não sabem se cuidar/ não obedecem/ sofre muito por ser mãe/ se preocupa mais com os filhos/ fazer tudo por um filho e não ser reconhecida/ filhos que crescem e se esquecem da gente	1	2
CONCEPÇÃO/GRAVIDEZ	6	5
Sentir muita dor ao ter os filhos/ dor/ medo do parto/ morrer no parto	5	3
SAÚDE DA MULHER	13	12
Menstruar todo mês é incômodo/ é ruim	9	7
Ter cólicas menstruais/É dolorido/Dá dor de cabeça	5	4
Ter TPM	2	2
CASAMENTO/MARIDO/FAMÍLIA	16	12
Ter que obedecer ao marido/ fazer o que o marido quer/ só o marido manda/ submissa ao marido/ dependente do marido/ dar satisfação ao marido dos nossos atos/ prestar contas ao marido	4	2
Não ter apoio/ não ser valorizada/ não ter reconhecimento do marido	1	2
Não poder sair de casa/trabalhar/ estudar porque o marido não deixa	2	2
TRABALHO DOMÉSTICO	11	9
O pior de tudo é ter de cuidar da casa/ lavar louça/ passar/ cozinhar/ lavar roupa/ limpar/ arrumar/ é cansativo/ não é remunerado	3	4
Só a mulher tem a obrigação de cuidar da casa/ os homens não têm obrigações domésticas/ não precisam cuidar da casa/ não se preocupam/ não sofrem com isso/ ficam pouco tempo em casa, são mais da rua	2	2
As mulheres têm mais preocupações com a casa/ marido e filhos/ e querem ficar cuidando/ sofrem por se preocupar mais/ preocupada com toda casa/ família/ marido e filhos	4	1
DUPLA JORNADA (Ter de trabalhar fora de casa e dentro de casa/ fazer a "dupla jornada" de trabalho)	4	5
SEXUALIDADE/RELAÇÕES AMOROSAS	5	4
Infidelidade masculina/ ser traída/ enganada pelos homens/ marido/ eles arrumam outras mulheres/ amar e ser traída	2	1

CONTINUAÇÃO

	2001	2010
ESPAÇO PÚBLICO/VIDA SOCIAL	33	32
DISCRIMINAÇÃO SOCIAL/MACHISMO	18	19
A sociedade é machista/ a mulher é marginalizada/ não existe igualdade/ ser discriminada/ desvalorizada por ser mulher/ sociedade/ comunidade / não é respeitada	9	10
Os homens se acham superiores à mulher/ acham que são melhores/ querem estar sempre acima das mulheres/ diminuindo a mulher/colocando-a para baixo	3	3
A mulher tem que obedecer ao homem/ o homem quer mandar na mulher/ a mulher ter de ser submissa ao homem	2	3
A mulher não pode sair/ se divertir/ viver sua vida/ fica mal falada/ é discriminada/ as mulheres não podem fazer o que querem que são discriminadas/ criticadas ficam mal faladas/ não podem frequentar qualquer ambiente	2	2
MERCADO DE TRABALHO	14	16
As mulheres são discriminadas no mercado de trabalho/ há desigualdade na área/ não valorizam a mulher/ o mercado de trabalho dá mais oportunidades de trabalho para o homem/ eles têm preferência no mercado/ para eles é melhor e mais fácil	8	9
O salário da mulher é menor/ os homens ganham mais que as mulheres/ ocupando o mesmo cargo/ trabalhando melhor/ trabalham mais e recebem menos/ desigualdade de salários/ não admitem que as mulheres ganhem mais	4	8
É mais difícil para a mulher ocupar cargos de chefia/ existem cargos que favorecem os homens/ os homens sempre ocupam os melhores cargos/ cargos superiores/ ascensão profissional/homens ocupam cargos que as mulheres poderiam ocupar	1	2
LIBERDADE/INDEPENDÊNCIA SOCIAL (É não ter liberdade/perder a liberdade)	3	2
OUTRAS CATEGORIAS	8	10
ATRIBUTOS FEMININOS	4	6
A mulher é mais frágil fisicamente/ é mais fraca que o homem/ o homem é mais forte que a mulher/ é mais forte fisicamente	3	4
A mulher é mais frágil/ sentimental/ chora a toa/ sensível	1	2
OUTRAS RESPOSTAS GERAIS	3	5
NÃO TEM NADA QUE SEJA PIOR	7	11
NÃO SABE/ NÃO RESPONDEU/ RECUSA	3	8

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ANEXO B – Melhores e Piores Coisas de Ser Homem

SESC		
MELHORES E PIORES COISAS DE SER HOMEM		
[espontânea e múltipla, em %]		
Base: Total da amostra H1		
	Melhor coisa de ser homem	Pior coisa de ser homem
CARACTERÍSTICAS MASCULINAS (MELHOR: Não engravidar/ parir/ não sentir dor no parto; Ser mais forte fisicamente; Não menstruar; Ser respeitado/ ser mais respeitado que a mulher PIOR: Ter mais responsabilidade/ cobrança por ser homem/ Ter que fazer barba/ fazer a barba todos os dias)	37	16
LIBERDADE/ INDEPENDÊNCIA (Ser mais independente/ livre/ tem mais liberdade/ pode sair sem dar satisfação/ sair e voltar a hora que quiser/ mesmo sendo menor os pais liberam, a mulher não/ não fica mal falado/ não punido pela sociedade)	33	-
TRABALHO (MELHOR: Ter mais emprego/ facilidade para arrumar emprego; Por ser mais forte pode fazer trabalhos pesados PIOR: o homem é muito cobrado/ os pais cobram estabilidade profissional cedo dos filhos/ tem que trabalhar todos os dias; Fazer os trabalhos pesados/ braçais)	31	9
FAMÍLIA/ FILHOS	18	26
MELHOR: Ser o chefe da família/ ser responsável pela família/ ter o poder de decisão PIOR: Responsabilidade familiar/ cumprir com os deveres do chefe de família/ casa/ filhos/ ter a obrigação do sustento/ pagar as contas/aluguel/ preocupação em dar o suficiente/ não deixar faltar coisas	9	20
MELHOR: Trabalhar e assumir as responsabilidades de casa/ pagar contas/ sustento para a família/ filhos PIOR: Ter que trabalhar mais/ trabalhar duro para sustentar a família/ casa	8	7
Ter mais responsabilidade com a família	2	2
VIOLÊNCIA (Estar mais vulnerável à violência/ brigas/ sofre agressão física dos próprios colegas/ são parados pela polícia; Homens que se envolvem com drogas/ roubos/ sujam a imagem/ reputação dos outros homens/ envergonham os outros)	-	7
DESEMPREGO (O emprego é mais difícil devido a concorrência entre os homens; As mulheres estão ganhando espaço no mercado de trabalho; Ter que pagar pensão mesmo estando desempregado; por estar desempregado/ ser rebaixado pela mulher/ ser considerado vagabundo)	-	6
FINANCEIRO (Sempre pagar contas, mais que a mulher; Não ter dinheiro suficiente para seu sustento/ para o que necessita/ p/ seus objetivos)	-	2
OUTRAS RESPOSTAS	20	8
MELHOR: Não precisar fazer as tarefas domésticas/ de casa/ trabalhar só fora de casa PIOR: Fazer os serviços domésticos	4	1
MELHOR: Hoje existe igualdade entre homens e mulheres/ não vejo diferença PIOR: Leis não são iguais para homens e mulheres/ privilegiam as mulheres	4	2
É mais prático para se arrumar/ tem menos vaidade	3	-
Sofre menos violência na rua/ assaltos	2	-
NADA/ NÃO TEM NADA DE MELHOR EM SER HOMEM	3	37
NÃO SABE/ NÃO RESPONDEU/ RECUSA	4	6

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ANEXO C – Divisão dos Trabalhos Domésticos

RESPONSÁVEL PELO TRABALHO DOMÉSTICO		SESC
[estimulada e única, em %]		
		Base: Total amostra M2
		MULHERES
		2001 2010
PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO (ou orientação) DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
MULHERES	93%	91%
Ela própria	72%	69%
Mãe	14%	17%
Irmã	2%	1%
Filhas	2%	2%
Avó	*	1%
Tias	1%	1%
Sogra	1%	1%
HOMENS MORADORES	2%	3%
Marido/ parceiro	1%	2%
Pai	*	*
Filhos	*	*
Irmão	*	*
Genro	-	*
MORA SOZINHA	3%	5%
OUTRA PESSOA NÃO RESIDENTE	1%	*

HORAS SEMANAIS DEDICADAS A FAZER (ou a orientar) TRABALHOS DOMÉSTICOS				
[estimulada e única]				
Base: Amostra M2		Base: Entrevistadas (os) que são casadas(os)/moram com os parceiros(as)		
MÉDIAS EM HORAS	MULHERES		HOMENS	
	ENTRE-VISTADA	CONJUGÊ	ENTRE-VISTADO	CONJUGÊ
COM SERVIÇOS DE LIMPEZA DA CASA, COZINHAR, LAVAR E PASSAR ROUPA E OUTROS CUIDADOS DE SERVIÇOS DE CASA				
<i>para total da amostra</i>	17h44'	3h16'	4h19'	23h37'
<i>para mulheres/ homens com filhos</i>	20h41'	3h24'	4h37'	24h13'
<i>para mulheres com idosos</i>	19h21'	3h44'		
<i>para mulheres com filhos e idosos</i>	22h27'	3h49'		
COM O CUIDADO COM FILHOS/ CRIANÇAS, COMO DAR BANHO, ALIMENTAR, LEVAR À ESCOLA, LEVAR AO				
<i>para total da amostra</i>	10h	2h34'	2h43'	16h49'
<i>para mulheres/ homens com filhos</i>	13h28'	2h47'	4h05'	18h16'
<i>para mulheres com idosos</i>	6h31'	1h40		
<i>para mulheres com filhos e idosos</i>	8h10'	1h40		
COM O CUIDADO OU ACOMPANHANDO PESSOAS IDOSAS OU DOENTES				
<i>para total da amostra</i>	1h37'	25'	1h44'	2h38'
<i>para mulheres/ homens com filhos</i>	1h55'	28'	1h34'	2h44'
<i>para mulheres com idosos</i>	5h	1h02'		
<i>para mulheres com filhos e idosos</i>	5h24'	1h06'		

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ANEXO D – Opiniões sobre Aborto

OPINIÃO SOBRE MUDANÇAS NA ATUAL LEI DO ABORTO
 comparativos 2001/ 2010 e mulheres/ homens [em %]

Base: Total da amostra M/ H2

	MULHERES		HOMENS
	2001	2010	
A LEI DEVE FICAR COMO ESTÁ	59	61	69
O ABORTO DEVERIA SER PERMITIDO EM TODOS/ MAIS CASOS ALÉM DESSES	16	20	16
Anencefalia (fetos sem cérebro)		6	4
Miséria/ pobreza/ falta de condições materiais		5	4
Mãe muito jovem		2	2
Outras respostas		5	3
O ABORTO DEVERIA SER PROIBIDO POR LEI EM TODOS OS CASOS	22	17	12
OUTRAS RESPOSTAS	2	2	1
NÃO SABE	2	1	1

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

PUNIÇÃO PARA A MULHER QUE FAZ ABORTO - SÍNTESE
 comparativo mulheres/ homens [espontânea e múltipla, em %]

Base: Total da Amostra M/ H2

	MULHERES	HOMENS
DEVE SER PUNIDA	48	52
DEVE SER PUNIDA COM PRISÃO OU OUTRA PUNIÇÃO DRÁSTICA	32	37
DEVE SER PUNIDA COM PENA SOCIOEDUCATIVA	9	7
OUTRAS PUNIÇÕES	8	8
DEPENDE	8	12
DEPENDE/ CITOU SITUAÇÕES EM QUE NÃO DEVE TER PUNIÇÃO	4	6
DEPENDE/ CITOU SITUAÇÕES EM QUE DEVE TER PUNIÇÃO	1	1
DEPENDE / SEM ESPECIFICAR SE DEVE SER PUNIDA OU NÃO	3	2
NAO DEVE SER PUNIDA	30	23
DEVE SER PUNIDA MAS NÃO SABE COMO	4	2
NÃO SABE/ ÑR	11	10

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

OPINIÃO SOBRE A INTERFERÊNCIA DAS IGREJAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE ABORTO
 comparativo mulheres/ homens [estimulada e única, em %]

Base: Total da amostra M3/H2

	MULHERES	HOMENS
Igrejas estão certas ao tentar controlar as leis	59	59
Igrejas estão erradas	26	27
Em parte/ depende da situação	12	10
Não sabe	3	4

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ANEXO E – Violência Doméstica

RELATO DO PIOR CASO DE VIOLÊNCIA SOFRIDO – detalhamento
comparativos 2001/ 2010 e mulheres/ homens [espontânea e múltipla, em %]

Base: Total das amostras

	MULHERES		HOMENS
	2001	2010	
JÁ SOFREU ALGUMA VIOLÊNCIA (ESPONTÂNEA)	19	18	10
FÍSICA OU AMEAÇA (à integridade física)	10	12	6
Bater ou espancar ('espancar' só amostra mulheres) você, deixando marcas, cortes ou fraturas	6	5	1
Dar tapas/ empurrões/ apertões ou sacudir você (próximas citações apareceram só na amostra mulheres de 2010: apertar o pescoço/ chutes/ socos/ puxar cabelo/ torceu meu braço)	2	5	3
Sofreu tentativa de assassinato/ morte	0,2	1	0,2
Ameaçar de bater/ espancar a você e/ou seus filhos	1	1	-
Sofreu ameaça de morte	1	1	-
Dentro de casa, quebra ou joga coisas no chão/ bate portas, rasga suas roupas ou quebra utensílios mostrando que está muito bravo	0,5	0,4	1
Usar armas de fogo ou facas ameaçando a sua integridade física	1	-	1
Sofreu arranhão/ unhas	-	-	1
SEXUAL	6	4	
Tentativa de estupro/ abuso sexual	2	2	
Estupro/ violentada sexualmente	1	1	
Ser forçada a ter relações sexuais quando você não quer	1	1	
Abuso sexual infantil	1,2	1	
PSÍQUICA/ VERBAL	3	4	3
Ofender verbalmente	-	2	-
Insinuações de que você tem amantes e xingamentos que ofendem a sua conduta sexual	2	1	-
Bate boca/ brigas/ discussões	1	1	3
ASSÉDIO (Assédio sexual, isto é, depois de você mostrar que não queria, algum homem insistir em sair com você ou fazer insinuações de cunho sexual desrespeitosas)	1	0,4	
CONTROLE/ CERCEAMENTO (Impedir você de sair ou de ir ao trabalho, trancando você em casa/ encarceramento)	0,2	0,3	
NUNCA SOFREU NENHUMA VIOLÊNCIA (ESPONTÂNEA)	80	80	89
NÃO SABE/ NÃO RESPONDEU / RECUSA	0,3	1	1

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS [estimuladas] – síntese por modalidade,
comparativos 2001/ 2010 e mulheres/ homens [em %]

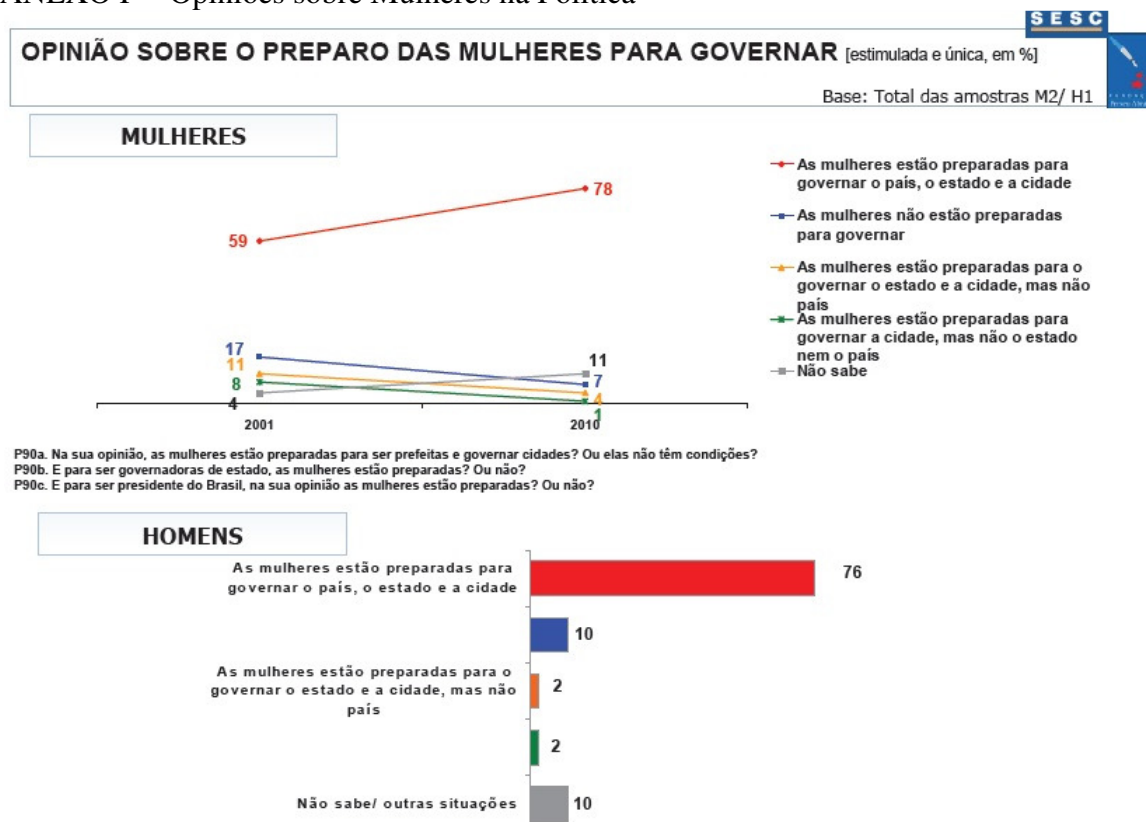
Base: Total da amostra M / H

SÍNTESE DA VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MULHERES E HOMENS

	MULHERES		MULHERES	HOMENS
	EVOLUÇÃO - FRASES EQUIVALENTES		TODAS AS FRASES	
	2001	2010	2010	2010
JÁ SOFREU ALGUMA VIOLÊNCIA	43%	34%	40%	44%
CONTROLE/ CERCEAMENTO	9%	7%	24%	35%
FÍSICA OU AMEAÇA (à integridade física)	28%	24%	24%	21%
PSÍQUICA/ VERBAL	27%	21%	23%	16%
SEXUAL	13%	10%	10%	-
ASSÉDIO	11%	7%	7%	-
NUNCA SOFREU NENHUMA VIOLÊNCIA	57%	66%	60%	56%

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ANEXO F – Opiniões sobre Mulheres na Política



SESC

RAZÃO DE TER MENOS MULHERES QUE HOMENS NA POLÍTICA,
por intenção de voto presidente [espontânea e múltipla, em %]

Base: Total da amostra M3

	TOTAL
MACHISMO	44
O homem acha que a mulher não tem competência/ capacidade/ não sabe administrar	15
Machismo (s/e)	13
Os políticos homens não aceitam mulheres no governo/ dificultam a entrada delas na política	6
As pessoas acham que lugar de mulher é na cozinha/ é cuidando dos filhos/ em casa	4
Política é coisa de homem	3
O homem não admite ter mulher no poder	2
A própria mulher não vota em mulher	2
Os homens acham que as mulheres não nasceram para política	2
O homem tem mais poder	2
Os homens acham que as mulheres são menos inteligentes	1
Outras respostas de Machismo	9
FALTA DE INTERESSE	14
As mulheres são menos interessadas em política	12
As mulheres não procuram entender de política	1
Tem menos mulheres se candidatando	0
Outras respostas de Falta de Interesse	2
PRECONCEITO/ DISCRIMINAÇÃO	13
Preconceito (s/e)	7
Ainda existe discriminação com as mulheres/ são discriminadas	4
Outras respostas de Preconceito	2

RAZÃO DE TER MENOS MULHERES QUE HOMENS NA POLÍTICA, por intenção de voto presidente [espontânea e múltipla, em %]		 
		Base: Total da amostra M3
CONTINUAÇÃO		TOTAL
	peso	100%
FALTA DE CONFIANÇA		11
O povo não confia nas mulheres		6
As próprias mulheres não se acham capazes de assumir cargos políticos		3
Outras respostas de Falta de Confiança		2
FALTA DE OPORTUNIDADE		9
Não dão chances às mulheres/ não tem oportunidade		8
FALTA DE CORAGEM		7
As mulheres não tem coragem para enfrentar a política/ elas tem medo		7
FALTA DE COMPETÊNCIA		6
Os homens são mais competentes/ mais capacitados		4
Outras respostas de Falta de Competência		2
FALTA DE ENVOLVIMENTO		5
A maioria das mulheres não se envolvem com política/ não querem ter responsabilidade/ só hoje as mulheres estão começando a se envolver na política/ estão se envolvendo lentamente em política		4
FRAGILIDADE		3
A mulher é mais frágil/ mais fraca/ não tem força pra lutar		3
HONESTIDADE		2
As mulheres são mais honestas		1
Mulheres gostam de tudo certo		1
CORRUPÇÃO (As mulheres são menos corruptas)		1
FALTA DE VALORIZAÇÃO (As mulheres não são valorizadas)		1
OUTRAS RESPOSTAS GERAIS		13
NENHUMA DIFERENÇA/ OS DOIS SÃO A MESMA COISA		1
NÃO SABE/ NÃO RESPONDEU/ RECUSA		11

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.